UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

VIDE MEU ENDEREÇO

UM PANORAMA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES NA CIDADE DE SÃO PAULO

ADRIANA LUZ SABADI
ORIENTADORA PROF. DRA. CAMILA D'OTTAVIANO



SÃO PAULO, 2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

VIDE MEU ENDEREÇO

UM PANORAMA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES NA CIDADE DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada à FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Habitat.

Orientação: Profª Dra. Camila D'Ottaviano

Adriana Luz Sabadi

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade da autora e anuência da orientadora.
A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.
São Paulo, 28 de dezembro de 2021.

São Paulo, 2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail da autora: alsabadi@gmail.com

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Sabadi, Adriana Luz
Vide meu endereço: um panorama do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo / Adriana Luz Sabadi; orientadora Camila D'ottaviano. - São Paulo, 2021.
429 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat.

1. Política Habitacional. 2. Habitação de Interesse Social. 3. Habitação - São Paulo (sp). I. D'ottaviano, Camila, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>

VIDE MEU ENDEREÇO

UM PANORAMA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES NA CIDADE DE SÃO PAULO

Dissertação de mestrado apresentada à
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Poucas coisas na vida se faz sozinho; inclusive, muito se aprende nos afazeres e percursos da vida com o outro. A escrita de um trabalho extenso, de anos de pesquisa, me remete ao trabalho manual, que nos últimos anos, tem sido uma boa forma de espairecer. À minha amiga Mimi, que me ensinou as artes do crochê, obrigada.

Agradeço à CAPES, pela bolsa concedida neste último um ano e meio de mestrado, em meio à pandemia, cujo apoio foi fundamental para a conclusão desta pesquisa. Também à CAPES agradeço pela bolsa, ainda na graduação, do Programa Ciência sem Fronteiras, que foi muito importante para a minha formação como cidadã e urbanista-arquiteta. Me considero uma pessoa de sorte e deveras privilegiada pela oportunidade de ter estudado na graduação, e agora na pós-graduação, em duas excelentes universidades públicas.

Ao querido amigo Rafa, por entregar meu projeto de pesquisa lá no início: sem ti eu não estaria escrevendo estas palavras agora. Ao querido Ricardo Prates, pelo suporte oferecido durante meus primeiros meses em São Paulo, algo que jamais esquecerei. Aos meus ex chefes de escritório de arquitetura, Ararê, Gustavo e Tiago, pela compreensão e respeito, e pela paciência das flexibilizações de horário em função das disciplinas do mestrado.

À Evaniza Rodrigues, pela paciência, generosidade e disponibilidade em responder às minhas perguntas; ao Adelcke Rossetto, por compartilhar sua vivência dentro e fora do mestrado. À Julia Murad, pela gentileza em conversar sobre a pesquisa e pela partilha de experiências. À engenheira Patrícia Chapina, pela gentileza e disponibilização das imagens dos projetos. À Leticia, pela revisão minuciosa da minha qualificação: sua linda!

Aos queridos professores Bruno Mello e Estevam Otero, pelos comentários necessários e preciosos na minha banca de qualificação. Suas análises foram essenciais para o andamento desta pesquisa, me

impulsionaram e me fizeram refletir muito.

Aos queridos professores que a FAUUSP me fez ter o prazer de conhecer, Karina Leitão, Jorge Bassani, Eduardo Nobre, Caio Santo Amore, João Whitaker, Malu Refinetti, Nilton Torres. Para além dos ensinamentos em sala de aula, aprendi muito com vocês e me senti acolhida, bem-vinda. Às funcionárias da secretaria da pós, Cilda, Luciene e Roberta, que tanto pessoalmente quanto por e-mail sempre foram muito solícitas e respondiam a todas as minhas dúvidas.

Celebro e sou grata pelos bons encontros que a FAUUSP me proporcionou: queridas "FAUrasteiras": Analu, Deiny, Glaucia, Helô, Marininha e Mari, pelos encontros, tanto ao vivo como virtuais, pelos "respiros", desabafos e incentivos mútuos. Helô, nossos papos aleatórios periódicos durante a pandemia foram um alento. Aos queridos, cuja convivência foi pouca, mas sou fã: Aluizio, Carina, Ce, Douglas, Juju, Lila, Rosane. À Letícia e Re, pelas fotos dos empreendimentos. Aprendi muito com todos vocês!

Aos amigos de sempre: minha melhor amiga Fran, sempre do meu lado há 21 anos e meu afilhado, que está vindo para brilhar e iluminar nossas vidas. Ao meu amigo Jonas, e sua "conja" Júlia, que admiro muito, e que mesmo com a distância, sei que posso contar. Ao Bruno, grande amigo, paciente com minhas ausências durante a vida. Vá e Ju, amigas de "fechar boteco", pessoas que me inspiram, me orgulham e me alegram. À Ju, pelos abraços de 11 segundos e pelo chá com afeto e torradinhas que deixam saudade.

Às amigas de FA-UFRGS, minhas "vampiras da noite" Gabi, Mari, Jami, Nathana, vocês são demais. Ainda que estejamos em cantos diferentes desse mundo, que a convivência não seja mais a mesma, o carinho e a admiração seguem. À Ju, com quem cafés salvam minha saúde mental e fazem muita falta. À Cris, por teus abraços apertados que deixam saudades. À Andressita, Camila, Greice, Hannah, Pato... Amigas queridas que admiro e sinto muita falta!

Aos mestres de UFRGS, que para além do ofício de arquiteta, me ensinaram muito: Martina Lersch, Leandro Andrade, Luciana Miron, Heleniza Campos, Gilberto Cabral e Rogério Oliveira. Por último e não menos importante, meu grande orientador de TCC, João Rovati, pela tua visão sensível de mundo, pela tua amizade, por me mostrar como o caminhar pela cidade tem muito a ensinar e pelo "caderno da urbanista".

À minha orientadora de mestrado, Camila D'Ottaviano, pela acolhida de uma "menina de Porto Alegre", pela generosidade, amizade e companheirismo durante todo esse tempo, por acreditar e apostar em

mim. Mesmo com todos os contratempos, tuas palavras de incentivo foram essenciais pra me manter no eixo. Poder te acompanhar de perto e ver tua dedicação à universidade e o amor ao ensino como formação política me fez aprender muito. Mil vezes obrigada!

À minha mãe, Jocelaine, que sempre acreditou mais em mim do que eu mesma, e sempre fez de tudo para que eu e meu irmão tivéssemos a melhor qualidade de vida possível. Ao meu pai, Helio (*in memorian*), cujo sonho era entrar e nos ver na universidade, que sempre me estimulou a estudar e pensar criticamente. Ao meu irmão, Luiz Fernando, que já trilha seus passos dentro da docência, pesquisa e extensão e tem todo meu apoio e admiração.

Ao meu companheiro de vida, Antonio, por me apoiar em qualquer coisa que eu faça, pelo amor, carinho e companheirismo, pela nossa vida juntos, por me revisar. Aos meus sogros, Maria Emilia e Lorenzo, meu cunhado, Bruno, e à Vitória, pelas tardes leves de fim de semana, seja com jogos de futebol ou filmes, conversas aleatórias ou polêmicas. À Capitu, minha pequena companheirinha desde os tempos da faculdade, que me proporciona alegria em meio ao caos.

Me considero, portanto, uma pessoa de muita sorte. A todos vocês, meu muito obrigada! Eu não estaria aqui sem vocês.

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

João Guimarães Rosa

Dedico este trabalho ao meu pai Helio (*in memorian*),
e aos que se empenham diariamente a construir
(e constroem) um mundo melhor.

RESUMO

SABADI, Adriana Luz. **Vide meu endereço: um panorama do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo**. 2021. 429 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta dissertação tem como objetivo apresentar um panorama do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E) na cidade de São Paulo durante seus onze anos de vigência (2009 a 2020). Após esse período, a cidade de São Paulo conta com o maior número de empreendimentos contratados (trinta e cinco); Porto Alegre é a segunda nesse quesito, com treze empreendimentos contratados.

Por meio de um levantamento das propostas aprovadas pelo então Ministério das Cidades e com base em publicações oficiais, como editais e seleções, foi elaborado um quadro geral desses empreendimentos para possibilitar a análise do funcionamento do Programa na prática, pondo em evidência fatores relevantes para a compreensão de sua implementação. Estes dados foram reunidos em um quadro-síntese, para facilitar análises futuras. Além do quadro, foi feito um inventário das propostas selecionadas, que avançaram até certo ponto, e dos empreendimentos contratados.

Com as análises, quadros e compilações de informações, se propõe uma reflexão sobre o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, suas fraquezas e potencialidades.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, política habitacional, habitação de interesse social, São Paulo

ABSTRACT

SABADI, Adriana Luz. **See my address: a framework of "My House, My Life Entities" Program in the city of São Paulo**. 2021. 429 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This dissertation aims to present an overview of the "My House, My Life Entities" Program (PMCMV-E) in the city of São Paulo during its eleven years (2009 to 2020). Afterwards, São Paulo had the hightest number of housing projects contracted (thirty-five); the city of Porto Alegre is the second one on this subject, with thirteen housing projects contracted.

Through a housing project proposals approved by the Ministry of Cities based survey and official announcements such as publications and selections, a general framework of these housing projects was elaborated to provide an analysis of the Program's operation, underlining relevant factors to understand its implementation. These data were compiled in a summary-framework to facilitate subsequent analyses. In addition to the summary-framework, an inventory of selected housing project proposals was developed, which advanced to some extent, and also an inventory of the housing projects contracted.

On the basis of this evaluation, frameworks and information gathered, this dissertation works towards a reflexion about the "My House, My Life Entities" Program, its weaknesses and its potentials.

Keywords: My House My Life Entities, housing policy, social housing, São Paulo

LISTA DE SIGLAS

AMAENM	Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio
APF	Administração Pública Federal
APSM	Programa de Ação de Produção Social da Moradia
ATMI	Programa de Assistência Técnica Gratuita ao Projeto e Construção da Moradia Isolada para Pessoas Carentes de Recursos
BNH	Banco Nacional de Habitação
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAO	Comissão de Acompanhamento de Obras
CAU/BR	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CBA	Congresso Brasileiro de Arquitetos
CCFDS	Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEF	Caixa Econômica Federal
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CGFNHIS	Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
CGU	Controladoria Geral da União
CMH	Conselho Municipal de Habitação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COHAB-SP	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COPEL	Comissão Permanente de Licitação
CRE	Comissão de Representantes
DOU	Diário Oficial da União
EO	Entidades Organizadoras
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial

FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGHAB	Fundo Garantidor de Habitação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FUNAPS	Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal
Fundurb	Fundo de Desenvolvimento Urbano
HABI	Superintendência de Habitação Popular
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LabCidade	Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade
LPUOS	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
MCidades	Ministério das Cidades
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MOHAS	Movimento Habitacional de Ação Social
MST Leste I	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OGU	Orçamento Geral da União
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC-Favelas	Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCS	Programa Crédito Solidário
PDE	Plano Diretor Estratégico
PEUC	Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios
PIB	Produto Interno Bruto
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo

PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPM	Programa Paulista de Mutirão e Autogestão
REURB-S	Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
Secovi-SP	Sindicato de Empresas de Compra, Venda de Imóveis de São Paulo
SEHAB	Secretaria de Estado de Habitação
SEHAB-SP	Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SMVA-SP	Secretaria Municipal do Verde de São Paulo
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TCA	Termo de Compromisso Ambiental
UH	Unidade Habitacional
ULCM	Unificação das Lutas por Cortiço e Moradia
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
ZC	Zona de Centralidade
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZM	Zona Mista
ZMIS	Zona Mista de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1 | O Programa Minha Casa Minha Vida, suas fases, metas e orçamento 42
Figura 2 | Operacionalização do PMCMV-E e seus atores envolvidos 58
Figura 3 | Linha do tempo de políticas habitacionais autogestionárias e iniciativas de apoio à autogestão nas três esferas de governo 76
Figura 4 | Parte do quadro-resumo das propostas de empreendimentos do PMCMV-E na cidade de São Paulo 88
Figura 5 | Propostas encontradas em pesquisa e contratadas 92
Figura 6 | Número de unidades habitacionais encontradas em pesquisa e contratadas 93
Figura 7 | Mapa da cidade de São Paulo com as propostas de empreendimentos distribuídas 101
Figura 8 | Mapa da cidade de São Paulo com as propostas distribuídas por região 102
Figura 9 | Definições das Zonas Especiais de Interesse Social na cidade de São Paulo 104
Figura 10 | Área média das unidades habitacionais das propostas, dos terrenos e número médio de unidades habitacionais por proposta 108
Figura 11 | Linha do tempo das contratações dos empreendimentos do PMCMV-E na cidade de São Paulo 117
Figura 12 | Mapa da cidade de São Paulo com os empreendimentos contratados distribuídos 121
Figura 13 | Mapa da cidade de São Paulo com os empreendimentos contratados distribuídos por região 122
Figura 14 | Exemplo de obra: construção nova, empreendimento Santa Sara (Curuçá I) 127

Figura 15 | Exemplo de obra: reforma de edificação, empreendimento Elza Soares (Lord Hotel) 127
Figura 16 | Área média das unidades habitacionais das propostas, dos terrenos e número médio de unidades habitacionais por empreendimento 129
Figura 17 | Proporção de unidades habitacionais contratadas da cidade de São Paulo em comparação às contratações no Brasil pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades 137
Figura 18 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição das unidades habitacionais contratadas por região Mapa da cidade de São 141
Figura 19 | Paulo com a distribuição dos empreendimentos conforme sua situação 145
Figura 20 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos construídos e/ou reformados por região 146
Figura 21 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição das unidades habitacionais construídas e/ou reformadas por região 146
Figura 22 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos em construção/reforma por região 147
Figura 23 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição das unidades habitacionais em construção/reforma por região 147
Figura 24 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos sem obras iniciadas por região 148
Figura 25 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição das unidades habitacionais sem obras iniciadas por região 148
Figura 26 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de construção 151
Figura 27 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de administração direta por região 152
Figura 28 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição das unidades habitacionais contratadas por regime de administração direta por região 152
Figura 29 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de empreitada global por região 153
Figura 30 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição das unidades habitacionais contratadas por regime de empreitada global por região 153

Figura 31 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de administração direta construídos por região 156
Figura 32 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de administração direta em construção por região 156
Figura 33 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de administração direta sem obras iniciadas por região 156
Figura 34 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de empreitada global construídos por região 158
Figura 35 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de empreitada global em construção por região 158
Figura 36 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de empreitada global sem obras iniciadas por região 158

Tabela 1 | Metas Físicas por faixa a cada edição do PMCMV 44
Tabela 2 | Programa Minha Casa Minha Vida – Julho de 2009 a agosto de 2020 49
Tabela 3 | Programa Minha Casa Minha Vida Entidades – Contratações de julho de 2009 a agosto de 2020 60
Tabela 4 | Chamamentos COHAB-SP em 2015 e 2016 70
Tabela 5 | Seleções Chamamentos COHAB-SP em 2015 e 2016 71
Tabela 6 | Produção habitacional via programas habitacionais autogestionados em São Paulo 171

Quadro 1 | Consultas aos Portais da Transparência 84
Quadro 2 | Alterações no zoneamento de empreendimentos contratados até 2016 124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 | Seleções e contratações das propostas 95
Gráfico 2 | Situação dos empreendimentos 97
Gráfico 3 | Distância aproximada das propostas até a praça da Sé (em km) 98
Gráfico 4 | Distribuição das propostas por região da cidade de São Paulo 100
Gráfico 5 | Zoneamento das propostas de empreendimentos PDE 2014 (LPUOS 2016) 105
Gráfico 6 | Tipologias construtivas das propostas 107
Gráfico 7 | Assessorias técnicas das propostas 110
Gráfico 8 | Entidades organizadoras das propostas 112
Gráfico 9 | Ano de contratação dos empreendimentos pela Caixa 115
Gráfico 10 | Situação atual dos empreendimentos contratados 116
Gráfico 11 | Distância aproximada dos empreendimentos até a praça da Sé (em km) 118
Gráfico 12 | Empreendimentos contratados nas regiões de São Paulo 119
Gráfico 13 | Zoneamento dos empreendimentos contratados (LPUOS 2004 e 2016) 125
Gráfico 14 | Tipologia construtiva dos empreendimentos contratados 126
Gráfico 15 | Assessorias técnicas dos empreendimentos contratados 130
Gráfico 16 | Entidades organizadoras responsáveis pelos empreendimentos contratados 131
Gráfico 17 | Ano de contratação por número de unidades habitacionais pela Caixa 138
Gráfico 18 | Situação dos empreendimentos contratados (pelo número de unidades habitacionais) 143
Gráfico 19 | Regimes de contratação de obra dos empreendimentos contratados na cidade de São Paulo 149
Gráfico 20 | Situação dos empreendimentos conforme regime de contratação 154

SUMÁRIO

Introdução 25

Capítulo 1 | O Programa Minha Casa Minha Vida e a tradição autogestionária paulistana 33

Capítulo 2 | Um panorama do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo 78

Capítulo 3 | Balanço e aprendizados 134

Considerações Finais 176

Referências Bibliográficas 183

Anexo I | Quadro-resumo das propostas de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo 194

Anexo II | Inventário das propostas selecionadas do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo 202

Anexo III | Inventário dos empreendimentos contratados do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo 354

Anexo IV | Quadro-resumo dos empreendimentos contratados do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo 426

INTRODUÇÃO



Foto: acervo UNMP, 2014

> [...] se não tem moradia, não tem justiça. E a moradia, ela é a porta de entrada pra outros direitos. Você, sem a moradia, não consegue colocar seu filho na escola, porque você precisa do endereço. Você, sem a moradia, não consegue arrumar um emprego, porque pra você trabalhar, você precisa do endereço. Então a moradia é o direito fundamental, é a base, é a estrutura.
>
> A partir do momento em que você abriu a porta pra moradia, você vai abrir pra educação, você vai abrir pra saúde, você vai abrir pra trabalho, emprego, geração de renda, entre outras coisas.
>
> [...] enquanto esse direito fundamental não é fundamental para as nossas famílias, a gente vai continuar na luta, porque a pior luta é aquela que não se faz (ARAUJO, 2021).[1]

Casa é base, é abrigo. É de onde saímos, para onde voltamos. A fala de Ivaneti Araujo citada acima resume a importância da luta por moradia digna pelos movimentos sociais organizados: mais do que um abrigo, a moradia é um direito e torna possível o acesso a outros direitos fundamentais. A habitação, mais especificamente na forma da casa própria, é tida como símbolo de estabilidade social e conquista de respeito,[2] mas também é uma necessidade, e de certa maneira, garantia para os momentos de crises.[3] Em função dessa necessidade, restou à população de baixa renda a autoconstrução nas regiões periféricas e nas favelas, os cortiços nas áreas centrais, e mais recentemente, as ocupações de edifícios ociosos também nos centros urbanos.

As respostas para a questão da moradia para essa parcela da população,

---

1. Estes são trechos da fala de Ivaneti Araújo, líder do Movimento de Moradia na Luta por Justiça, durante aula do curso "ATHIS para o Direito à Moradia", oferecido pelo Instituto Pólis, em 25.08.2021.

2. HARVEY (1982).

3. KOWARICK (2000).

a princípio, deveriam ser dadas pelo Estado. Contudo, os programas habitacionais oficiais sempre pareceram ter como objetivo principal resolver questões econômicas em detrimento das sociais. A luta de Ivaneti e tantas outras mulheres líderes dos movimentos de moradia se impôs, e com elas, lograram-se conquistas a nível local, como o FUNAPS Comunitário (na cidade de São Paulo), e posteriormente, nacional, como o Programa Crédito Solidário (PCS) e o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E).

A despeito de suas limitações, o Programa Minha Casa Minha Vida trouxe novidades no que se refere à política habitacional, ainda que sua execução em muito tenha replicado vícios de velhos programas (SANTO AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015; CAMARGO, 2016; SHIMBO, 2016). A lei 11.977/2009 que regulamentou o Programa Minha Casa Minha Vida também tratava de normativas inovadoras de regularização fundiária (D'OTTAVIANO & QUAGLIA-SILVA, 2010).[4] Seguindo o modelo do PCS, na modalidade Entidades, a autogestão é uma das opções de contratação, com isso reconhecendo o trabalho dos movimentos de moradia. Essas questões de regularização fundiária permeiam a pesquisa, ainda que o trabalho não as aborde de forma direta.

A cidade de São Paulo possui forte tradição mutirante, fruto da intensa atuação dos movimentos sociais, que resultou em uma política pública municipal para construção de habitações por meio de mutirões. Essa experiência, ocorrida entre o final da década de 80 e o início da década de 90, durante a gestão Luiza Erundina (1989-1992), reverberou e teve grande influência sobre as reivindicações dos movimentos de moradia, sobretudo no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Dito isso, não seria motivo de espanto, ao analisar os números de contratação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, que a cidade de São Paulo detenha, proporcionalmente, o maior volume de contratações: aproximadamente 11,5% do total de unidades habitacionais contratadas em todo o Brasil.

Esse número chama atenção e foi uma das motivações para esta pesquisa, de forma que, por meio de uma análise da cidade com o maior número de contratações, a despeito de suas particularidades, se possa compreender o Programa. O Programa Minha Casa Minha Vida, que já teve seu fim decretado, não teve substituto – ainda que se tenha propagandeado assim o Programa Casa Verde Amarela, lançado em agosto de 2020, cujo enfoque está mais concentrado na regularização fundiária. Além disso, as famílias

4. A lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que regulamenta o Programa Minha Casa Minha Vida, também é a primeira lei que regulamenta a regularização fundiária urbana em seu capítulo III.

antes contempladas pela modalidade Entidades se veem completamente desamparadas, pois o Programa Casa Verde Amarela não traz qualquer menção à autogestão ou à provisão subsidiada para a população de baixa renda. Na prática, foi feita uma junção das antigas faixas mais baixas de renda do Minha Casa Minha Vida, com incidência de cobrança de juros nos financiamentos, o que não ocorria no Programa anterior.[5]

Esta pesquisa teve como ponto de partida e inspiração a publicação feita pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), em conjunto com a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP),[6] sobre os projetos de empreendimentos selecionados nos chamamentos realizados em 2015. Os chamamentos feitos pela COHAB-SP em 2015 e 2016, durante a gestão Fernando Haddad (2013-2016), foram importantes iniciativas por parte da prefeitura de São Paulo no apoio e incentivo à produção de moradia por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, inclusive em áreas dotadas de boa infraestrutura.

Ao analisar a publicação e compará-la com os editais dos chamamentos e com dados do Ministério das Cidades sobre os empreendimentos contratados pela Caixa Econômica Federal (operadora do Programa), notou-se que o número de propostas para o PMCMV-E era maior do que o publicado e também maior do que o contratado. Somando essas informações com aquelas contidas nos diários oficiais, municipais e federais, o número de propostas aumentou. O contraste com o número de propostas contratadas fez com que o objeto da pesquisa não se tratasse tão somente de um inventário do que o PMCMV-E produziu; no fim das contas, trata-se, também, de um levantamento do que o PMCMV-E poderia ter produzido na cidade de São Paulo.

Devido ao fato de não haver uma base de dados completa pública sobre o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, que reúna os dados para o levantamento de informações sobre as propostas, foi necessário fazer cruzamentos entre diferentes fontes. A fim de garantir que as informações sobre as propostas fossem verdadeiras, a pesquisa foi feita a partir de fontes oficiais: diários oficiais, editais, chamamentos, ou até mesmo listas publicadas em domínios governamentais, seja da esfera federal, seja da municipal.

---

5. Fonte: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/10/minha-casa-minha-vida-e-casa-verde-e-amarela-entenda-as-diferencas-entre-os-programas.ghtml. Acesso em 15.12.2020. Para mais detalhes ver: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/. Acesso em 03.09.2020.

6. Ver: PMSP/COHAB (2016)

O cruzamento das diferentes fontes de informações foi importante para compreender o andamento do Programa e quantas propostas permaneciam em um estágio de pré-seleção, sem evolução para o estágio de contratação. As diversas consultas aos Portais da Transparência federal e municipal foram tentativas de complementação das informações sobre as propostas que ficaram pelo caminho. Outras fontes, em buscas mais voltadas à complementação dos dados encontrados, foram trabalhos acadêmicos, portfolios profissionais, páginas da internet e das redes sociais de associações e movimentos de moradia, que em muito contribuíram para cotejar e confirmar informações ou até mesmo para eliminar duplicidades, como quando as propostas de empreendimentos mudam de nome com a evolução do projeto.

Para além da divulgação e reflexão científica, este levantamento se propõe como serviço de utilidade pública, ao sistematizar as informações sobre empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo, algo que até então não era disponível. Com a construção de uma base de dados sobre os projetos e contratos do PMCMV-E, a pesquisa se propõe também produzir um panorama síntese sobre o Programa na cidade de São Paulo.

O levantamento e o posterior inventário, com dados, projetos e imagens das propostas, suscitam questionamentos que transcendem esta dissertação, mas que podem servir como ponto de partida para reflexões sobre políticas públicas voltadas à população de baixa renda. O Estado não se percebe como promotor de direitos constantes em legislações vigentes,[7] assim relega a segundo plano a população que mais necessita de auxílio.

O primeiro capítulo apresenta um retrato da questão habitacional e do déficit de moradias no Brasil, normalmente apontado como uma das justificativas para os grandes programas de provisão habitacional. Nesse retrato, ainda que fora da cronologia do estudo, expõe os desafios trazidos pela pandemia de Coronavírus, cujo combate mais eficaz impõe e pressupõe a

7. De acordo com a Constituição Federal de 1988, Artigo 6º "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição". No Estatuto da Cidade (Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001), Capítulo I, Artigo II, Inciso I "[...] a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações".

moradia e o acesso à água potável como elementos básicos.[8] O desmonte e o fim de uma política habitacional nacional relevante em meio a uma pandemia (o PMCMV foi encerrado oficialmente em 2021)[9] são indicativos de que as perspectivas futuras a nível federal não são das melhores.

O papel do Estado e a contextualização do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, em princípio a nível nacional e, posteriormente, a nível municipal, são abordados no primeiro capítulo. Além desta contextualização, o capítulo examina as especificidades e diferenças entre o Programa Minha Casa Minha Vida convencional e a modalidade Entidades. Além disso, o primeiro capítulo também versa sobre a cidade de São Paulo e sua tradição autogestionária, e como isso pode ter, de certa forma, influenciado o número de contratações da modalidade Entidades.

O segundo capítulo trata do levantamento sobre as propostas para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo, inicialmente com uma descrição do levantamento em si, das fontes utilizadas e da metodologia de busca, trazendo também um detalhamento das consultas aos Portais da Transparência federal e municipal. A explicitação sobre os procedimentos utilizados para as buscas e os cruzamentos de fontes é importante sobretudo para a replicação desse tipo de pesquisa em relação a outras cidades do Brasil, ou para que ela seja feita a nível nacional. As conferências e cruzamentos de informações foram feitas mais de uma vez e, apesar do uso de dados oficiais como fontes, algumas divergências foram detectadas e não puderam ser confirmadas. Essa descrição metodológica tem também como finalidade comprovar a dificuldade na obtenção de dados fidedignos e completos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida como um todo, algo essencial para a avaliação de políticas públicas.

Após o relato a respeito do levantamento, o capítulo se divide em duas partes. A primeira é uma breve análise sobre os dados encontrados relativos às propostas dos empreendimentos do PMCMV-E para a cidade de São Paulo que possuíam informações suficientes e apareciam em ao menos mais de uma vez nas diversas fontes. A segunda parte analisa apenas os projetos de empreendimentos efetivamente contratados pela Caixa, ou seja, o que o

---

8. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, os principais cuidados para evitar a disseminação do coronavírus são manter distanciamento físico, uso de máscara, lavar as mãos, ventilar bem a casa e evitar multidões. Fonte: https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/coronavirus-disease-covid-19-home-care--for-health-workers-and-administrators. Acesso em 09.09.2021.

9. O Programa Minha Casa Minha Vida foi oficialmente revogado por meio da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, que instituiu o Programa Casa Verde e Amarela, cujo lançamento foi em agosto de 2020.

Programa Minha Casa Minha Vida de fato produziu na cidade de São Paulo (ou ainda está produzindo).

Ainda que as análises se atenham mais a aspectos quantitativos, certos padrões de urbanidade e segregação espacial podem ser notados. Outros itens, como a área média das unidades habitacionais, o número médio de unidades habitacionais por empreendimento e a área média do terreno dos empreendimentos entram num aspecto mais qualitativo do que quantitativo em si, ainda que nem todas as propostas tivessem essa informação disponível. No caso dos projetos contratados, foi possível analisar esses aspectos em sua completude.

O terceiro capítulo retoma algumas questões do capítulo anterior, ao aprofundar e relacionar algumas análises sobre os empreendimentos contratados com relatos de entrevistas e de informações coletadas em notícias e reportagens veiculadas na imprensa. Com isso, busca responder ao menos algumas das questões suscitadas já no primeiro e sobretudo no segundo capítulo, com as análises dos dados encontrados no levantamento. Os relatos das entrevistas e de matérias jornalísticas, bem como relatos contidos em outros trabalhos acadêmicos sobre o PMCMV-E, foram fundamentais para responder questões sobre autogestão e o funcionamento do Programa na prática.

Ao unir as questões quantitativas do levantamento e das análises aos relatos em entrevistas e no noticiário a respeito de alguns empreendimentos, a pesquisa supera a alienação dos números. E, por se tratar da construção do panorama de uma política habitacional em uma cidade com tradição autogestionária, também foram comparados os números das políticas habitacionais anteriores voltadas à autogestão na cidade de São Paulo. Com esses números, há muito o que se pensar, sobretudo em relação ao papel do poder local que, no caso do Programa Minha Casa Minha Vida, não teve qualquer protagonismo.

Outra reflexão relevante, por meio das questões não respondidas por esta dissertação, se refere ao papel do poder municipal e da articulação entre os poderes dentro de uma política habitacional. A despeito das críticas possíveis ao Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, alguns passos foram dados. Espera-se que as análises aqui apresentadas sirvam para documentar, sem qualquer juízo de valor arquitetônico, as propostas do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades realizadas na cidade de São Paulo e, com isso, contribuam para compreender e identificar suas potencialidades. Além disso, esta pesquisa pretende contribuir para a reflexão crítica sobre a política pública habitacional recente para a população de baixa renda no Brasil.

Quando o oficial de justiça chegou
Lá na favela e, contra seu desejo
Entregou pra seu Narciso
Um aviso, uma ordem de despejo

Assinada, seu doutor
Assim dizia a petição
Dentro de dez dias quero a favela vazia
E os barracos todos no chão

É uma ordem superior
Oh, oh, oh, oh, meu senhor
É uma ordem superior
Oh, oh, oh, oh, meu senhor
É uma ordem superior

Não tem nada, não, seu doutor, não tem nada, não
Amanhã mesmo vou deixar meu barracão
Não tem nada, não, seu doutor
Vou sair daqui pra não ouvir o ronco do trator

Pra mim não tem problema
Em qualquer canto me arrumo
De qualquer jeito me ajeito
Depois o que eu tenho é tão pouco
Minha mudança é tão pequena
Que cabe no bolso de trás

Adoniran Barbosa. Despejo na Favela (1969)

CAPÍTULO 1

O Programa Minha Casa Minha Vida e a tradição autogestionária paulistana



Foto: acervo UNMP, 2014

1. O Estado como provedor, ou o Programa Minha Casa Minha Vida

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV),[10] criado em 2009, foi elaborado com o objetivo de ampliar o mercado habitacional para a população de renda de até dez salários mínimos, com subsídio para famílias de renda de 0 a 3 salários mínimos e financiamento a juros baixos para famílias de 3 a 10 salários mínimos. Um dos principais objetivos para a implementação do PMCMV é o combate ao déficit habitacional:

> Mais do que um programa habitacional, o MCMV apresenta-se como uma estratégia para recuperar o passivo social relacionado ao déficit habitacional acumulado, e à demanda futura estimada até 2023.
>
> [...] Além de buscar eliminar a precariedade e a coabitação, levando à população de baixa renda condições dignas de moradia, o Programa ainda tem impacto significativo na economia do país, gerando renda de R$22 bilhões por ano, em média, e compras de materiais de construção e serviços na ordem de R$15,4 bilhões por ano. (BRASIL, 2013)

Além disso, o Programa se colocava como medida anticíclica, na esteira da crise econômica mundial de 2008, ao utilizar o setor da construção civil como impulsionador do mercado interno reduzindo juros através da criação do Fundo Garantidor de Habitação (FGHAB).[11] De um ponto de vista estritamente keynesiano, no entanto, a classificação do Programa como uma política anticíclica é contestada: para Arantes & Fix (2009, p. 14), trata-se de uma política imobiliária com efeitos de médio prazo, que tem como preocupação a rentabilidade do setor privado e pela não-ação direta do poder público. Apesar disso, o PMCMV foi promovido com essa roupagem como pretexto para justificar a captura de fundos públicos por determinados setores do capital.

---

10. A criação do Programa Minha Casa Minha Vida se dá pela lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

11. O Fundo Garantidor da Habitação foi criado pela CAIXA, amparado pela lei Nº 11.977 para garantir o pagamento das parcelas do financiamento em casos de inadimplência.

Importante ressaltar que o Programa teve como inspiração as experiências chilena e mexicana, consideradas pelo setor empresarial da construção civil como os modelos mais adequados para dinamizar a produção habitacional. Com isso, pode-se inicialmente concluir que a pauta do PMCMV é ditada pelo setor privado ao não levar em consideração as discussões a respeito do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social (PlanHab),[12] cuja elaboração foi feita de forma participativa, com ampla discussão (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 29).

Além disso, destaca-se a dispensa, em grande medida, da gestão pública, com a justificativa da excessiva burocracia e da dificuldade de aplicação de recursos, sobretudo pelo poder municipal, ao invés de tentar reverter os diversos entraves da administração pública. Reconhece-se, assim, que a eficiência estaria mesmo ao lado da iniciativa privada (ARANTES; FIX, 2009, p. 03). Também chama atenção o fato de o Conselho Nacional das Cidades, criado em 2003, não ter sido consultado a respeito do Programa Minha Casa Minha Vida no momento de sua elaboração.

O Programa gerou expectativas sem, no entanto, deixar de evidenciar sua vulnerabilidade como política social, viável apenas na medida em que trata a moradia como produto:

> Essas características do financiamento para famílias de baixa renda explicam grande parte do paradoxo que já existiu e ainda existe no mercado imobiliário brasileiro. O país possui um enorme déficit habitacional, preponderantemente concentrado entre os que possuem rendimentos menores, e há excesso de oferta em alguns segmentos, pois muitas vezes são oferecidos imóveis não compatíveis com as características do déficit. O Programa Minha Casa Minha Vida, pretende atuar exatamente nesta faixa mais carente. (BIANCARELI; LODI, 2009 apud FERRAZ, 2011, p. 80)

Outro ponto de atenção apontado no lançamento do PMCMV foi a questão das moradias já existentes, de constituição precária e afastadas da cidade dita "formal", onde está a maior parte dos empregos:

> Incitar a produção de moradias parece então duplamente atraente: estimula-se a indústria, geram-se empregos e enfrenta-se uma questão candente na sociedade brasileira – a absoluta precariedade que caracteriza a moradia da maior parte da população –, combatendo a reprodução das favelas e periferias do país. Será? (ROLNIK; NAKANO, 2009, s.p.)

---

12. O Plano Nacional de Habitação foi criado em 2009, se propôs como instrumento estratégico de planejamento nacional, e sua elaboração foi realizada por meio de metodologias participativas. Seu principal objetivo era o combate ao déficit habitacional.

1.1 A questão habitacional como problema a ser enfrentado

"Eu arranjei o meu dinheiro / Trabalhando o ano inteiro

Numa cerâmica / Fabricando potes

E lá no alto da Moóca

Eu comprei um lindo lote dez de frente dez de fundos

Construí minha maloca

Me disseram que sem planta / Não se pode construir

Mas quem trabalha tudo pode conseguir

João Saracura que é fiscal da Prefeitura

Foi um grande amigo, arranjou tudo pra mim

[...]

Minha maloca, a mais linda que eu já vi

Hoje está legalizada, ninguém pode demolir

Minha maloca, a mais linda deste mundo

Ofereço aos vagabundos

Que não têm onde dormir" (BARBOSA, 1958)[13]

A construção da "maloca, a mais linda que já vi", como nos versos de Adoniran Barbosa, ainda é uma realidade comum para grande parte dos brasileiros, sobretudo os que vivem nas periferias das grandes cidades e não têm condições de adquirir suas moradias por meio do mercado formal. Quando

13. A música "Abrigo de Vagabundos", reproduzida em parte acima, foi composta por Adoniran Barbosa e lançada em LP próprio posteriormente, em 1974; no entanto, optei por incluir o ano de lançamento oficial, motivada pelo contexto histórico que permeia a autoconstrução na cidade de São Paulo, descrita pela letra.

não pagam valores abusivos de aluguel, veem nos cortiços em áreas centrais uma alternativa para permanecer mais próximos a seus trabalhos. Em outros casos, quando há a possibilidade de conquistar o "sonho da casa própria", uma constante alimentada desde o regime militar (1964-1985), constroem suas casas à margem da cidade dita "formal", na maioria das vezes, apartados de infraestrutura básica e sem qualquer tipo de amparo técnico, o que, nas palavras de Maricato, (2013, s.p.) pode-se denominar como a "urbanização dos baixos salários".

> O autoempreendimento na periferia, configurando o território da aventura individual, da propriedade privada, da moralidade cristã e do conservadorismo político – no espaço da casa em construção, do lote bagunçado, da quadra clandestina, da rua semioficializada, do ponto de ônibus sempre cheio, do tempo infinito até o trabalho -, formou a base do que chamo de modo de vida paulistano, tornando-se uma referência cultural estruturadora do cotidiano dos habitantes da cidade. Participar desse processo tornou-se sinal de incorporação à cidade e à cidadania, e também a aspiração máxima de ascensão social acessível aos trabalhadores de baixa renda (BONDUKI, 2017, p. 291).

Ainda que em circunstâncias precarizadas, a condição de propriedade da moradia é bem vista pela população de baixa renda, e a promoção da casa própria "um meio de assegurar o respeito ao direito de propriedade e estabilidade social" (HARVEY, 1982, p. 23). De acordo com a pesquisa CAU/BR Datafolha,[14] realizada em 2015, 54% dos brasileiros já fizeram reformas ou construções, sendo 31% reforma de imóvel residencial e 20% construção de imóvel residencial. Dos que realizaram obras, 85% não utilizaram serviços de arquiteto e/ou engenheiro, o que indica que a maior parte dos brasileiros reforma e constrói sem o auxílio técnico de um profissional da construção civil.

Afinal, se o mercado se restringe às mais altas camadas de renda e o investimento público é exíguo, a produção informal se amplia, pois todos moram em algum lugar. A maior parte da população urbana "se vira" para garantir moradia em um pedaço de cidade, seja em loteamento irregular, seja por invasão de terra, com a autoconstrução (MARICATO, 2009, p. 37-42). A autoconstrução, definida como "produção habitacional não regulada" (SANTO AMORE; CABRAL, 2021, p. 422) é uma realidade que persiste no Brasil atual.

14. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/como-o-brasileiro-constroi/. Acesso em 12.02.2021.

> As diferentes localidades, os interesses de agentes imobiliários, o nível de renda dos moradores ou compradores, a oferta de materiais e mão-de-obra, o nível de consolidação dos assentamentos, a segurança na posse, ainda que provisória, que decorre de uma certa pacificação, mais do que propriamente a documentação de situações de conflito fundiário, organizam a produção da casa autoconstruída e de extensas áreas de nossas cidades (SANTO AMORE; CABRAL, 2021, p. 433).

A crise econômica, o preço dos aluguéis e a falta de oferta de moradias para a população de mais baixa renda são os principais fatores do aumento de favelas e os dados referentes ao Censo de 2010 em contraponto ao Censo de 2000 mostram um aumento significativo de brasileiros vivendo sob estas condições: de 6,5 milhões (2000) para 11,4 milhões (2010) (PASTERNAK; D'OTTAVIANO, 2016, p. 77-78). Apenas no município de São Paulo, 24% do crescimento absoluto do número de domicílios entre 2000 e 2010 deu-se por meio do incremento nas favelas (SANTO AMORE; CABRAL, 2021, p. 430).

Importante destacar que, de acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional[15] do Brasil em 2019 era de 5,876 milhões de moradias, dos quais 5,044 milhões em área urbana, e que a região sudeste concentra a falta de moradia (2,287 milhões de moradias, ou 39% do total). Na região Sudeste, o estado de São Paulo possui o maior déficit absoluto, com 1,226 milhões de domicílios e a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por sua vez, conta com o déficit de 590 mil domicílios.

O principal componente do déficit em todas as regiões foi o ônus excessivo de aluguel urbano (quando os custos com aluguel ultrapassam 30% da renda familiar), com 3,035 milhões de domicílios, o que representa 51,7% do total do país, e teve maior relevância na região Sudeste, com 1,545 milhão de domicílios, correspondente a 67,6% do déficit total. No estado de São Paulo, o ônus excessivo de aluguel era de 890 mil domicílios, sendo 411 mil na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Na região sudeste, 20% do déficit corresponde à coabitação (461 mil domicílios) e 12% às habitações precárias (280 mil domicílios), sendo 55 mil habitações precárias e coabitação em 124

15. O déficit habitacional é um conceito que tem dado sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta de habitações ou existência de moradias em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais. O cálculo foi reformulado e sua nova metodologia utiliza como base dados disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, do Ministério da Cidadania. O cálculo é composto pelo número de domicílios precários (improvisados e rústicos), coabitação (unidades domésticas déficit e domicílios formados por cômodos) e pelo ônus excessivo de aluguel (domicílios com elevados custos de aluguel) (FJP, 2021).

mil domicílios na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Diante da maior crise sanitária que o Brasil enfrenta, em função da pandemia de coronavírus, em que as principais recomendações da Organização Mundial da Saúde[16] são o isolamento social e a lavagem de mãos com água limpa e sabão, urge ressaltar a importância da moradia adequada. Uma vez que o principal componente do déficit habitacional é o ônus excessivo de aluguel, e que o valor de reajuste de aluguel tem como referência o IGP-M, que registra altas seguidas desde 2020: um número considerável no final de 2020,[17] com alta acumulada no início do segundo semestre de 2021[18] (23,14% e 16,75%), depreende-se que esta situação se intensificará.

Apesar de ter sido aprovada uma legislação[19] em favor da suspensão de despejos via liminar, muitas famílias não conseguiram renegociar o aluguel e acabaram removidas. Um levantamento[20] da campanha Despejo Zero detectou que até 17 de agosto de 2021, mais de 19.875 famílias foram removidas durante a pandemia no Brasil, e outras de 93.485 estavam sob ameaça. Este levantamento não leva em consideração casos individuais: refere-se apenas a remoções em comunidades e ocupações, sendo o estado do Amazonas aquele com maior número de remoções, seguido de São Paulo. Na Região Metropolitana de São Paulo, o Observatório de Remoções, vinculado ao Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) fez um mapeamento[21] que identificou 20 casos, sendo 12 ameaças de remoção e 9 remoções (dentre estas, 6 de forma administrativa) durante o último trimestre de 2020, em plena pandemia. Este levantamento não contabiliza despejos informais.

Dados divulgados pelo Sindicato de Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP)[22] indicam que, dentre as ações locatícias no mês de dezembro

---

16. Todas as recomendações estão compiladas em: https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/. Acesso em 29.03.2021.

17. Fonte: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/29/igp-m-sobe-2314percent--em-2020.ghtml. Acesso em 29.03.2021

18. Fonte: https://portal.fgv.br/noticias/igpm-agosto-2021. Acesso em 22.09.2021.

19. Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020.

20. Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56409697. Acesso em 29.03.2021. Para mais informações, ver: https://www.campanhadespejozero.org/.

21. Ver: http://www.labcidade.fau.usp.br/violencia-e-remocoes-administrativas-sob-o-agravamento-da-pandemia-da-covid-19-e-as-vesperas-do-natal/. Acesso em 29.03.2021.

22. Fonte: https://www.secovi.com.br/pesquisas-e-indices/analises/analise-locaticias. Acesso em 29.03.2021.

de 2020, no município de São Paulo, as ações por falta de pagamento de aluguel correspondem a 82,4% dos casos, seguidas de ações de despejo, que correspondem a 8,5% do total (832 e 86 ações, respectivamente). No acúmulo de 12 meses, as ações de falta de pagamento correspondem ao número absoluto de 11.472 ações, enquanto as ações de despejo correspondem a 762 ações. Importante lembrar que o primeiro caso confirmado de coronavírus no Brasil foi em São Paulo, em 26 de fevereiro de 2020[23] e que foi decretada quarentena em 22 de março de 2020 em razão da pandemia.[24]

De acordo com Raquel Rolnik (2020, s.p.), com o agravamento do desemprego provocado pela crise econômica, observou-se um aumento nas ocupações. Esse movimento se amplificou durante a pandemia: pessoas que pagavam aluguel em favelas e não conseguiam mais pagar, eram despejadas e acabavam indo morar em ocupações, tornando ainda mais precárias suas condições de moradia. Firpo & Tavolari (2021, p. 71) observam que, de acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE de 2018, ainda que a maior parte dos brasileiros não pague aluguel (83%), dentre as famílias que têm gastos com aluguel, 48,2% possuem renda de até 3 salários mínimos. Dentro dessa faixa de renda, 80% dos trabalhadores são autônomos, situação que deve ter se alterado devido à pandemia, visto que muitos desses profissionais tiveram suas rendas reduzidas.

Tendo em vista esse cenário da habitação no Brasil, percebe-se que o direito de propriedade tem prevalecido em detrimento da função social, o que fragiliza mais ainda as parcelas mais vulneráveis da população, sobretudo em momentos de crise. E não é por falta de legislação: o Estatuto da Cidade,[25] criado para fazer cumprir a função social do território, foi pouco implementado nos municípios brasileiros após 20 anos. O Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que tinha em vista solucionar as necessidades habitacionais do país de maneira assertiva, com propostas de médio e longo prazos, acabou ignorado. As palavras de Maricato (2002, p. 147), "não é por falta de planos nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório", ainda que sejam anteriores ao Plano Nacional de Habitação, permanecem atuais.

Além disso, percebe-se a importância cada vez maior de políticas pautadas em diagnósticos da realidade brasileira e direcionadas a quem de fato necessita, com metas condizentes e reforçando o papel da função social da propriedade e do território.

---

23. Fonte: https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/. Acesso em 29.03.2021.

24. Decreto nº64.881, de 22 de março de 2020.

25. O Estatuto da Cidade foi criado pela Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001.

> [...] as políticas habitacionais precisam priorizar os não-proprietários, que têm menor estabilidade de moradia e são mais vulneráveis. Como as famílias que gastam com aluguel comprometem uma fatia significativa de seus rendimentos no pagamento por moradia, a crise sanitária e econômica produz novos vulneráveis que passam a não ter segurança da posse, ficando sujeitos a despejos. (FIRPO; TAVOLARI, 2021, p.71)

Como resposta às questões descritas anteriormente, é necessária a elaboração de políticas públicas de caráter permanente, de Estado, sobretudo para a população de mais baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional.[26] Com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre a construção de uma política pública habitacional de caráter permanente, esta pesquisa se propõe a elaborar um panorama da execução da modalidade Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de São Paulo. Não se propõe aqui, realizar uma análise geral do PMCMV, algo já realizado por diversos autores.[27] Contudo, cabe inserir o recorte da pesquisa em seu contexto político e social a fim de compreender suas principais críticas.

1. 2 O Programa Minha Casa Minha Vida: aspectos gerais

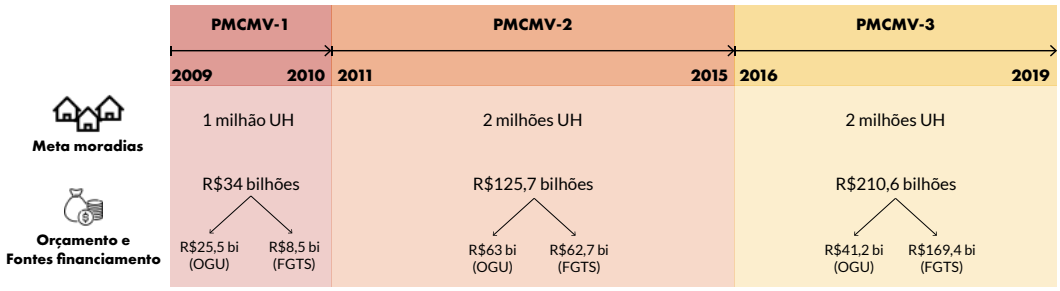
Dentro do Programa Minha Casa Minha Vida, há um conjunto de subprogramas e modalidades, que contam com diferentes fontes de recursos, formas de financiamento e condições específicas para cada faixa de renda enquadrada. O PMCMV ocorreu em três fases, com metas e volume de recursos distintos, e orçamento composto também de fontes distintas: o Orçamento Geral da União (OGU), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Garantia do

26. De acordo com a FJP (2021) em 2019, a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos compõe a maior parcela do déficit: 5,176.126 milhões de domicílios, correspondente a 88,1% do total.
27. ARANTES, FIX, 2009; ROLNIK, NAKANO, 2009; FERREIRA, 2012; CARDOSO, 2013; MARQUES, RODRIGUES, 2013; ROLNIK, 2014; SANTO AMORE, SHIMBO, RUFINO, 2015; CARDOSO, ARAGÃO, JAENISCH, 2017; entre outros.

Tempo de Serviço (FGTS). Estes recursos são geridos pela Caixa Econômica Federal (CEF), operadora do Programa, que concentra a maior parte da concessão de financiamentos, ainda que, de acordo com sua normativa,[28] qualquer instituição ligada ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) possa participar como financiadora.

O Programa ocorreu em três fases, com metas distintas e orçamentos compostos essencialmente por duas fontes, como se pode ver na imagem a seguir:

Figura 1 | O Programa Minha Casa Minha Vida, suas fases, metas e orçamento:



Fonte: Elaboração própria, com base em ROSSETTO NETTO (2017); CAMARGO (2016); SANTO AMORE, RUFINO, SHIMBO (2015).

A respeito dos fundos e das formas de acesso ao financiamento, Santo Amore et al (2015, p. 20) classificam os recursos destinados à Faixa 1 do Programa como "dinheiros baratos": não exigiam retorno e não tinham juros incidentes, o que possibilitava subsídio quase integral para as famílias de mais baixa renda. O subsídio podia chegar a até 95% do valor do imóvel, e variava de acordo com a renda das famílias e o valor dos imóveis. As parcelas a serem pagas equivaliam a 5% da renda[29] dos beneficiários, com pagamento em até 10 anos.

O Fundo Garantidor, lastreado por recursos da União, possibilitou a eliminação dos seguros no custo dos financiamentos, de maneira que esses

28. Lei nº11.977/09 art.8º Cap. IV.

29. Alteração do valor da parcela para 5% da renda familiar ou mínimo de R$25,00, conforme a Resolução nº193, de 30.12.2012 (PMCMV-2). Anteriormente, o valor da parcela era de 10% da renda ou mínimo de R$50,00, conforme Resolução nº141, de 10.06.2009 (PMCMV-1). Conforme o Manual Minha Casa Minha Vida – Entidades da Caixa, os valores das prestações são proporcionais à Renda Bruta Familiar Mensal: até R800,00, prestação de R$80,00 – de R$800,01 a R$1.200,00 prestação de 10% da renda – de R$1.200,01 a R$1.800,00, prestação de 25% da renda, ou mínimo de R$180,00 – de R$1.800,01 a R$2.350,00 prestação de 36% da renda ou mínimo de R$378,00. Para mais detalhes, ver: CAIXA (2018).

se mantivessem reduzidos e também para prevenir a inadimplência dos beneficiários. Dentro desse "dinheiro barato", são utilizados essencialmente dois fundos: o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), utilizado em operações geridas diretamente pelas construtoras, em parceria com as prefeituras (CAMARGO, 2016, p. 77), e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), utilizado em operações contratadas pelas Entidades, associações e cooperativas de natureza diversa, habilitadas junto ao Ministério das Cidades[30] (MCidades). Na Faixa 1, a produção era bastante regulamentada, com padrões de qualidade mínimos, envolvendo órgãos do poder público, como prefeituras, companhias de habitação municipais e a própria Caixa, e tinha nas construtoras e entidades sociais ligadas à produção habitacional seus agentes (ROSSETTO NETTO, 2017, p. 84-85).

Já nas Faixas 2 e 3, de acordo com Santo Amore et al (2015, p. 21), era feita a mobilização do "dinheiro mais caro", composto por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que, diferentemente do que ocorria com a Faixa 1, exigia retorno e cobrava juros. A construção e a comercialização das unidades habitacionais ficavam a cargo das construtoras. Na Faixa 2, o subsídio era inversamente proporcional à renda e podia chegar a até 20% do limite do preço da unidade, enquanto na Faixa 3 não havia subsídio.

Na terceira fase do Programa (PMCMV-3), foi criada a Faixa 1,5, que provocou uma elevação nos valores correspondentes às faixas de renda e nas taxas de juros (com exceção da Faixa 1, que manteve a isenção), enquanto as metas físicas prosseguiram inalteradas. O financiamento da Faixa 1,5 se dava da mesma forma que a Faixa 2, com recursos do FGTS e cobrança de juros. (ver tabela 1)

De acordo com o Governo Federal,[31] durante o PMCMV-1 (2009-2011), os recursos foram distribuídos proporcionalmente pelas regiões do país segundo as estimativas aproximadas do déficit habitacional, a saber: 39% para a região Sudeste, 30% para a Nordeste, 11% para a Sul, 12% para a Norte e 8% para a Centro-Oeste. Além disso, dentro das metas estabelecidas citadas anteriormente, há as estabelecidas para cada faixa de renda. As metas variavam conforme cada faixa, à medida em que cada fase avançava.

---

30. O Ministério das Cidades foi criado em 1º de janeiro de 2003 através da Medida Provisória nº 103/2003, regulamentada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Tinha como principal objetivo o combate às desigualdades, por meio da ampliação à população o acesso à moradia, saneamento e transporte. Com a eleição de Jair Bolsonaro, foi extinto com a edição da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e suas funções incorporadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

31. Ver: BRASIL, 2013, p.08.

De acordo com Santo Amore et al (2015, p. 17), o PMCMV fazia uma leitura muito simplificada do "problema habitacional", diferentemente do PlanHab, que tinha intenção de enfrentar por meio de diversos programas e produtos habitacionais, organizados de forma adequada, de acordo com as diferentes tipologias de municípios, classificadas conforme suas características demográficas e dinâmicas econômicas.

Na tabela 1 a seguir, pode-se ver as metas físicas conforme cada faixa de renda nas fases do Programa:

Tabela 1 | Metas Físicas por Faixa a cada edição do PMCMV

Faixas de Renda	MCMV-1 (2009)				MCMV-2 (2011)				MCMV-3 (2016)		
	Lei nº 11.977/09	Instruções Normativas	Juros	Meta UH	Lei nº 12.424/11	Instruções Normativas	Juros	Meta UH	Lei nº 13.274/16	Juros	Meta UH
Faixa 1	Até 3 SM	R$1.395,00	n/a	0,4 mi	R$1.395,00	R$1.600,00	n/a	1,2 mi	Até R$1.800,00	n/a	0,5 mi
Faixa 1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	Até R$2.600,00	5% aa	0,5 mi
Faixa 2	6 SM	R$1.396,00 R$2.790,00	5% aa	0,4 mi	R$1.396,00 R$2.790,00	R$1.601,00 R$3.275,00	5% aa	0,6 mi	Até R$4.000,00	7,16% aa	0,8 mi
Faixa 3	10 SM	R$2.791,00 R$4.650,00	6% aa	0,2 mi	R$2.791,00 R$4.650,00	R$3.276,00 R$5.000,00	6% aa	0,2 mi	Até R$9.000,00	8,16% aa	0,2 mi

Fonte: Elaboração própria, com base em CICUTO BARROS (2019) e ROSSETTO NETTO (2017).

Pode-se perceber pela tabela 1 que cada fase privilegiou uma faixa de renda distinta. Como alguns pesquisadores apontaram na época,[32] na fase 1 do Programa, 60% da meta da produção seria voltada às faixas 2 e 3, que concentravam a produção de mercado, enquanto 40% da meta seria voltada para o equivalente a 90% do déficit habitacional à época de seu lançamento. Essa seria a primeira das contradições apontadas no pacote habitacional. Na segunda fase, acompanhada de uma revisão dos limites de faixa de renda e dos custos máximos de unidades habitacionais, também houve uma inversão de prioridade nas metas físicas, passando a Faixa 1 a responder por 60% das contratações. Já na terceira fase, com a criação de uma faixa de renda intermediária (Faixa 1,5) e uma nova revisão dos limites de renda e dos valores máximos de cada unidade habitacional, há uma redução na meta correspondente à Faixa 1, que passa a responder por 25% das contratações,

32. A citar: ARANTES; FIX (2009), MARICATO (2009), ROLNIK; NAKANO (2009), SANTO AMORE (2015), entre outros.

tal qual a Faixa 1,5.

Como citado anteriormente, o Programa Minha Casa Minha Vida dividiu-se em dois subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), que englobava as modalidades citadas anteriormente, e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), voltado para a produção e reformas de habitações rurais, em que os recursos advinham do FGTS e eram contratados por entidades. A modalidade PNHR possuia um funcionamento à parte e a lógica das faixas de renda era diferente das contratações urbanas, que fazem parte deste estudo; portanto, essa modalidade não será abordada.[33]

Para as cidades com até 50 mil habitantes, havia o PMCMV Oferta Pública, ou SUB 50, cujo funcionamento também diferia das modalidades supracitadas e contava com maior participação dos agentes públicos (estados e municípios), que apresentavam os projetos a serem selecionados, para famílias com renda mensal de até R$1.600,00 (JESUS, 2015, p. 110).

Quanto aos objetivos financeiros, o PMCMV obteve êxito, dado o aquecimento da atividade da construção civil. Isso provocou o aumento na sua participação no PIB brasileiro, bem como a criação de milhares de empregos (FERREIRA, 2012, p. 45), a despeito das instabilidades geradas pelas crises internacionais. Houve boa repercussão popular, da mesma forma que os programas de distribuição de renda do governo.

> De pacote de salvamento de incorporadoras financeirizadas, o MCMV transformou-se na política habitacional do país, baseada no modelo único de promoção da casa própria, acessada via mercado e crédito hipotecário. Abortou-se, assim, a incipiente construção de uma política habitacional, diversificada, aderente às especificidades locais e sob controle social, aposta dos movimentos sociais e dos militantes da reforma urbana no início do governo Lula. (ROLNIK, 2015 apud CAMARGO, 2017, p.07)

Apesar do êxito, uma das principais críticas ao Programa é a de que foi marcado pelo protagonismo das construtoras, inclusive dentro da Faixa 1, e que os governos locais tiveram pouca ou nenhuma participação:

> Ao interromper a ação de municipalização da política habitacional que vinha sendo desenvolvida desde a extinção do BNH, o PMCMV também gera novos problemas de sustentabilidade a longo prazo. Se, por um lado, sem dúvida, os municípios brasileiros apresentam enormes dificuldades financeiras e administrativas para gerenciarem os programas sociais, e particularmente, a política habitacional, por outro lado, o que vinha sendo construído progressivamente pelo SNHIS era um modelo que sinalizava às

33. Para análises sobre o PNHR ver Buonfiglio e Martins, 2019.

> administrações locais a necessidade de investir em capacidade institucional e em abrir espaços participativos na gestão local. [...] A brusca interrupção do SNHIS sinalizou aos municípios que não seria absolutamente necessário investir em capacidade institucional, já que a única coisa que lhes era solicitada no novo programa era cadastrar a população e comparecer às inaugurações. Com isso, perdeu-se a oportunidade de consolidar práticas mais universalistas e eficientes de ação local que permitissem a construção de uma política habitacional mais sustentável. (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 44)

Na mesma linha, Rufino (2015, p. 55) destaca que o desenho do Programa impossibilitou a ação do poder público como promotor e gestor dos empreendimentos, e ressalta a prevalência de uma lógica financeira, dado o protagonismo da Caixa Econômica Federal e o papel das empresas, que atuavam como proponentes. Apesar disso, classifica a participação do poder municipal dentro do PMCMV como heterogênea:

> De maneira geral, os poderes locais municipais desempenharam um papel importante na agilização dos processos de aprovação e na isenção de taxas e tributos. Em alguns casos, como nas cidades das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, os municípios atuaram mais diretamente na viabilização do Programa, disponibilizando terrenos públicos e realizando processos de "chamamento" de construtoras para produção em empreitada global (projeto e obra). (RUFINO, 2015, p. 56)

Aos chamamentos, pode-se acrescentar ações dos poderes municipais a fim de autorizar a produção em áreas onde antes não seria possível, seja pela flexibilização ou pela alteração de leis urbanísticas. Um exemplo é a delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com a finalidade de implantar empreendimentos em áreas onde, a princípio, não seria possível construir habitação. Apesar disso, ressalta-se que o Programa foi utilizado como instrumento para a viabilização de remoções forçadas em favelas e áreas destinadas a grandes projetos urbanos em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, São Vicente e Fortaleza (RUFINO, 2015, p. 57).

Outras alterações promovidas pelos poderes locais para a viabilização de empreendimentos, incluem a sua viabilização em áreas rurais, por meio da modificação dos perímetros urbanos, onde a cidade "não chega":

> Por ser um programa anticíclico, se destina à produção em larga escala de moradias por grandes construtoras, em especial na Faixa 1, em que o ganho se dá através da produção de grandes conjuntos habitacionais na periferia das grandes cidades, onde o valor da terra é mais barato. Por conta deste modelo, as tipologias habitacionais foram sistematicamente replicadas, minimizando

> custos de projeto e ampliando os ganhos de escala e fundiários, reproduzindo o modelo de produção de grandes conjuntos habitacionais periféricos dos anos 1970 e 1980. (ROSSETTO NETTO; D'OTTAVIANO, 2019, p. 04)

A reprodução de padrões já conhecidos, de grandes conjuntos habitacionais periféricos, remete às críticas sobre as consequências das longas distâncias entre moradias e empregos, e da carência de infraestrutura, apontadas desde o início do Programa:

> O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem consequências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana. As longas viagens diárias entre a residência e os locais de trabalho ou de ensino congestionam as vias e os transportes coletivos, prejudicando a qualidade de vida coletiva (ROLNIK; NAKANO, 2009, s.p.)

Outra questão de grande relevância é a violência, presente em grande parte dos relatos[34] de moradores de empreendimentos Faixa 1 em diversos estados brasileiros. Muitos moradores tiveram a sensação de aumento de insegurança em função da atuação de grupos criminosos.[35] Alguns estudos apontam que grande parte dos conjuntos habitacionais erigidos para a Faixa 1 seria controlada pelo tráfico ou pela milícia (CARDOSO, 2019, s.p.).

Importante destacar que, a despeito das diversas críticas, o PMCMV foi o maior programa habitacional já implementado no Brasil, e também o mais abrangente. Ferreira (2019, p. 56) afirma a importância do Programa pelo seu viés progressista, pois "pela primeira vez, a população de muito baixa renda recebeu, de fato, dinheiro a fundo perdido [...] pelo Estado sem perspectiva de retorno" (apud BUONFIGLIO; MARTINS, 2019 p. 413). De acordo com Cardoso (2019, s.p.), não se pode negar que no momento de implementação de políticas como o Programa de Aceleração do Crescimento[36] (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se alcançou um patamar sem precedentes dos recursos aplicados na política habitacional, "com fortes impactos redistributivos e melhorias significativas nas condições de vida das camadas populares".

---

34. Ver: SANTO AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015 e BIDERMAN et al, 2019.

35. Fonte: https://exame.com/brasil/moradores-relatam-crimes-no-minha-casa-minha-vida/. Acesso em 31.03.2021.

36. Criado em 2007, o PAC-Favelas tinha como intuito a incorporação de comunidades à "cidade formal".

Buonfiglio & Martins (2019, p. 448) argumentam que, apesar de o Programa ter sido "orquestrado por agentes hegemônicos e majoritários, acionou um circuito que incorporou definitivamente agentes minoritários, dando escala a uma produção habitacional que antes era residual e marginal". Em 11 anos de vigência, foram contratadas quase 5,8 milhões de unidades habitacionais.[37] Dentre estas, 4 milhões foram entregues entre 2009 e 2019.[38] Isto traz à luz a discussão a respeito da importância da participação do Estado na provisão habitacional:

> A atuação do mercado privado na construção de unidades para a população de baixa renda sempre foi escassa ou inexistente, uma vez que essa demanda não se enquadra nos critérios do mercado. Estabelecer programas nos quais o principal agente é a iniciativa privada, como tem acontecido no Brasil, exige a participação Estatal, tanto no desenho de uma política de subsídio que viabilize o acesso ao produto moradia, como na regulação de mecanismos que contribuam para a atuação nesse mercado. (MURAD, 2019, p.227)

O alto subsídio permitiu o acesso à moradia para as camadas de mais baixa renda, até então excluídas de ações governamentais, tendo a política habitacional centralidade na agenda do governo em níveis não vistos desde a época do Banco Nacional de Habitação (BNH) (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 42). Apesar disso, segundo Rossetto Netto & D'Ottaviano (2021, p. 183), a Faixa 1 respondeu por aproximadamente 17% do investimento total do Programa, ou 31,61% das unidades contratadas durante seu período de vigência (entre julho de 2009 e agosto de 2020). Dentre as duas modalidades admitidas na Faixa 1, o PMCMV-FAR teve maior predominância em relação ao PMCMV Entidades, cuja produção considera-se residual.

Na tabela a seguir, pode-se compreender melhor como foi a produção a nível nacional do PMCMV, abrangendo todas as faixas de renda, até meados de 2020.

37. ROSSETTO NETTO; D'OTTAVIANO (2021)

38. Fonte: https://www.nexojorn2.745.817al.com.br/expresso/2019/12/16/Quais-as--mudan%C3%A7as-previstas-no-programa-Minha-Casa-Minh637.869a-Vida. Acesso em 19.02.2021.

Tabela 2 | Programa Minha Casa Minha Vida – Julho de 2009 a Agosto de 2020

Faixas de Renda	Modalidade	Nº UHs Contratadas	%	Valor Contratado (R$)	%
Faixa 1	MCMV- Entidades	78.599	1,36%	R$3.924.727.526,65	0,70%
	FAR Empresas	1.363.595	23,53%	R$78.271.240.330,12	14,05%
	FAR Urbanização Vinculadas*	85.723	1,48%	R$5.768.961.713,61	1,04%
	Oferta Pública	166.886	2,88%	R$3.374.072.000,00	0,61%
	Rural	215.752	3,72%	R$6.117.071.377,12	1,10%
TOTAL FAIXA 1 * *		**1.831.956**	**31,61%**	**R$93.531.345.420,85**	**16,79%**
Faixa 1,5	CCFGTS	135.527	2,34%	R$16.523.150.951,80	2,97%
Faixa 2	CCFGTS	2.945.897	50,83%	R$333.083.588.050,10	59,81%
Faixa 3	CCFGTS	336.593	5,81%	R$52.249.707.762,40	9,38%
Produção/ Estoque* * *	CCFGTS	467.096	8,06%	R$57.630.544.910,22	10,35%
TOTAL* * * *		**5.795.688**	**100,00%**	**R$556.943.064.622,02**	**100,00%**

*FAR Urbanização Vinculada são as unidades produzidas no âmbito do PAC-Urbanização de Assentamentos Precários;

**Os dados para a Faixa 1,5 são relativos ao período 2016-2020. Para as demais faixas, os dados são relativos a todo o período;

***Produção/Estoque são unidades ainda sem destinação final, prontas (Estoque) ou em construção (Produção). Podem ser destinadas a famílias das Faixas 1,5, 2 ou 3;

****Foram retiradas do total 07 unidades (Faixa 1 Rural) sem identificação de UF ou de valor contratado.

Fonte: ROSSETTO NETTO; D'OTTAVIANO (2021, p. 185).

Quanto aos outros subprogramas do PMCMV, o PNHR, até o fim de março de 2018, contava com contratos de mais de 170 mil unidades habitacionais em todo o Brasil, com destaque para o Rio Grande do Sul, que contou com quase 25 mil contratos, seguido pelo Maranhão, com pouco mais de 19 mil contratos. O Distrito Federal contou com o menor número de contratos, seguido pelo Rio de Janeiro, com 59 e 157 contratos, respectivamente (BUONFIGLIO; MARTINS, 2019, p.426). Em uma comparação com as outras modalidades, Buonfiglio & Martins (2019, p. 427) afirmam que a modalidade PNHR foi "responsável por interiorizar o programa para municípios de pequeno porte em todas as unidades da federação", enquanto as modalidades Entidades e empresarial acabaram por concentrar-se em território urbano e não atingiram a mesma capilaridade geográfica que o PNHR.

Ainda que o déficit habitacional fosse apresentado como o problema a ser "combatido", Cardoso, Aragão & Jaenisch (2017, p. 44) reforçam que a centralidade do PMCMV teve como consequência o esvaziamento dos programas de urbanização de favelas, que vinham sendo a principal ação de política habitacional desenvolvida pelos poderes locais, antes

fomentados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-Favelas). O abandono de questões como a regularização fundiária e a urbanização de favelas expõem a fragilidade dessa concepção, resumida apenas à produção de novas moradias.

De acordo com Tatagiba et al. (2013, p. 15), as condições de acesso à Faixa 1 do PMCMV são mais elásticas se comparadas a outros programas de política pública de habitação, uma vez que não restringem o acesso das famílias com restrições cadastrais, como negativação; que participam de outros programas sociais, como o Bolsa Família; ou que não possuam comprovação de renda, por se tratar de trabalhadores informais. Esse é um ponto importante e relevante, pois a informalidade é uma realidade entre os trabalhadores brasileiros, sendo a ocupação de mais de 39,5% da população em 2020, segundo aponta pesquisa do IBGE.[39]

Levando-se em consideração a lógica do Programa e sua produção em seus 10 anos de existência, cabe a reflexão do papel do Estado na formulação de políticas perenes, que não apenas levem em consideração os "falsos problemas" (BOLAFFI, 1979[40]). Afinal, como bem lembra Rossetto Netto (2015, p. 04), "a política pública habitacional, mais que o acesso à casa própria é o direito à moradia". Para que erros do passado não se repitam, é preciso que sejam feitas políticas de Estado, e não apenas de governo.

De acordo com Buonfiglio & Martins (2019, p. 422), a política de Estado define-se como "solução dos problemas estruturais do capitalismo, dado o desinteresse do capital em áreas sociais sensíveis". Faz-se necessária, portanto, uma política ampla e arrojada de combate ao déficit habitacional, mais do que um programa de créditos e subsídios individualizados. (FERRAZ, 2011 p. 111)

> Ainda não é uma política habitacional, que integre outros mecanismos de financiamento e subsídio à casa própria de forma mais permanente e estruturada e também contemple subsídios temporários ao aluguel. Hoje, alguns municípios das regiões metropolitanas asseguram um auxílio aluguel em circunstâncias quase excepcionais, daí sua escala muito pequena. Uma política de

39. Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30125-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-7-no-trimestre-encerrado-em-dezembro. Acesso em 31.03.2021.

40. Expressão utilizada por BOLAFFI (1979), ao descrever a política do BNH, que tinha como objetivo prioritário a produção habitacional, com a finalidade de manter o apoio das massas, apesar dos baixos salários. O "problema" da habitação foi utilizado como justificativa para enfrentar um problema econômico conjuntural – o real problema. Afinal, quando a economia começa a melhorar, a questão habitacional é esquecida.

> moradia é a única maneira de se contrarrestar as externalidades negativas que a favelização e a habitação precária produziram no cenário urbano brasileiro. (LAVINAS apud FERRAZ, 2011 p. 107)

Em 2019, o Programa Minha Casa Minha Vida foi congelado, sem novas contratações, apenas com orçamento reservado para o pagamento dos contratos em andamento.[41] Após diversos anúncios de reformulação, o Programa entra em 2020 com orçamento apenas para a continuidade dos contratos em andamento e sem promessas de contratação, até que, em agosto de 2020, é anunciado um novo Programa Habitacional,[42] levando a cabo a extinção do PMCMV.

O novo Programa Casa Verde e Amarela ainda não foi implementado, mas representa, na prática, a extinção da Faixa 1, sobretudo a modalidade Entidades. Sua principal diferença em relação ao Minha Casa Minha Vida é a aglutinação das Faixas 1 e 1,5 em um único grupo, com cobrança de juros diferenciada regionalmente.[43] Outro diferencial é o investimento em regularização fundiária e melhorias habitacionais e reformas para famílias de baixa renda,[44] que deverão ser desenvolvidas por empresas ou profissionais liberais, sem envolvimento do poder público e a partir de ações de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.[45] De acordo com o Ministro do Desenvolvimento Regional, isso significará uma verdadeira "transferência de renda",[46] pois a regularização fundiária valorizaria "em torno de 40 a 50% do valor do imóvel".

Apesar disso, o governo federal nega que a Faixa 1 seja extinta. No PMCMV, além do subsídio, não havia incidência de juros sobre o

---

41. Fonte: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/12/16/Quais-as-mudan%C3%A7as-previstas-no-programa-Minha-Casa-Minha-Vida. Acesso em 19.02.2021.

42. O Programa Casa Verde Amarela foi criado por meio da Medida Provisória nº996, de 25 de agosto de 2020. Após aprovação do Congresso, foi instituído como a Lei nº14.118, de 12 de janeiro de 2021.

43. As regiões Norte e Nordeste contarão com uma taxa de juros menor (4,25%) que as outras regiões, que contarão com juros a partir de 4,5%. Fontes:https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/08/senado-aprova-criacao-do-programa-habitacional-casa-verde-amarela.ghtml e https://imoveis.estadao.com.br/minha-casa-minha-vida/casa-verde-e-amarela-regras-diferentes-do-antigo-mcmv/. Acesso em 15.12.2020.

44. Fonte: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/10/minha-casa-minha-vida-e-casa-verde-e-amarela-entenda-as-diferencas-entre-os-programas.ghtml. Acesso em 15.12.2020.

45. Fonte: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/. Acesso em 31.03.2021.

46. Declaração proferida pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, no evento de lançamento do Programa Casa Verde Amarela, em agosto de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iCVCo4CTysI. Acesso em 25.08.2020.

financiamento sobre esta faixa de renda. Um aspecto que merece atenção refere-se às incertezas sobre as contratações para a faixa mais baixa de renda no Programa Casa Verde e Amarela:

> [...] não há previsão de contratação de novas unidades habitacionais para habitação de interesse social com subsídios da OGU até 2024, meta estabelecida para a finalização dos contratos já iniciados, apesar das justificativas do programa envolverem a redução do déficit habitacional.
>
> [...] o PMCMV-Entidades, que atendia às famílias das faixas 1 e 1,5, ainda que não tenha sido oficialmente descontinuado, também não irá contar com novas contratações até 2024, uma vez que se enquadra na mesma situação das contratações subsidiadas para o Grupo 1, e que os recursos disponíveis no FDS serão utilizados para as ações de Regularização Fundiária e Melhorias Habitacionais previstas no novo programa, conforme declaração do Secretário Nacional de Habitação. (METRÓPOLES; GT HABITAÇÃO, 2020, s.p.)

Para além das discussões e críticas a respeito do velho ou do novo Programa Habitacional, é necessário repensar o papel do Estado na provisão de habitação, mais precisamente do poder local, e sobretudo se o déficit habitacional deve ser combatido única e exclusivamente por meio da aquisição de uma unidade nova. Alternativas existem, que não necessariamente se dão por meio da provisão de propriedade, como recorda Rossetto Netto (2015, p. 15): reformas de edificações existentes, regularização fundiária, ou programas de locação social.

1.3 O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: grande conquista ou pequeno avanço?

> Nós fizemos propostas com as assessorias para a melhoria do PCS quanto do MCMV. Em alguns momentos foi só a União e em alguns momentos foram os quatro movimentos nacionais. A gente fez alguns momentos de reflexão conjunta e com as assessorias para poder elaborar estas propostas. A última vez que foi do MCMV-2 para o 3 a gente fez um conjunto com mais de 80 propostas. E se você comparar os normativos e colocar no meio as nossas propostas, contribuições, muitos dos avanços das normativas foram contribuições que a gente fez. E a elaboração destas contribuições foi feita em conjunto com as assessorias e com os movimentos. Mas aí vem a história do protagonismo, quem foi lá levar estas propostas foi o movimento, mas a elaboração foi conjunta. Fizemos alguns seminários, reuniões. Teve um seminário bem interessante que foi lá em Brasília, foram as assessorias, o Ministério, foi um "quebra pau", mas foi bom. (RODRIGUES, 2018 apud CICUTO BARROS, 2019, p. 199)

Com o lançamento do PMCMV e a reformulação do Programa Crédito Solidário, os movimentos de moradia exerceram importantes pressões sobre o governo federal entre 2008 e 2009, promovendo ocupações e manifestações por diversos estados do país. As manifestações tinham um fim propositivo: garantir o direito à cidade às faixas mais baixas de renda, ao incluir, assim, no recém-criado PMCMV uma modalidade que envolvesse a produção autogestionária de moradia. Após negociação com o Governo Federal, Ministério das Cidades e Caixa, foi criada a modalidade Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV-E),[47] estruturada de forma semelhante ao Programa Crédito Solidário. Tanto o público-alvo (famílias com renda de até 3 salários mínimos), como a operacionalidade do Entidades, por meio do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), com acréscimo de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e acesso através de Entidades Organizadas, eram elementos em comum com o Programa Crédito Solidário (PCS).

47. O PMCMV-E foi criado por meio da Lei nº11.977, de 07 de julho de 2009.

A criação da modalidade Entidades dentro do PMCMV pode ser considerada uma vitória dos movimentos sociais que tiveram sua atuação como agentes promotores dos empreendimentos, fortalecendo, assim, as organizações ao estimular suas práticas em defesa da habitação popular e do direito à cidade:

> A UNMP defende a autogestão como uma maneira não só de construir casas, bairros ou equipamentos sociais, mas como uma forma de construção de poder popular. Ao controlar recursos públicos e processos, lutamos contra o clientelismo e a manipulação do poder público sobre a população e as organizações sociais. Construímos alternativas de gestão onde somos sujeitos de nossa história (UNMP, 2003 apud FERREIRA, 2019, p. 14).

Dentre outras conquistas dos movimentos sociais durante o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, destacam-se a sub-modalidade de Compra Antecipada, que possibilitava a compra do terreno em nome das Entidades e o pagamento da Assistência Técnica, responsável também pelo Trabalho Social; e a Construção ou Requalificação de prédios, o que possibilitou a viabilização de *retrofits*. São conquistas importantes, sobretudo pela garantia de amparo técnico e da concorrência desleal com as construtoras pela compra de terrenos. A requalificação de edificações existentes é, sem dúvida, uma conquista importante no que concerne à moradia em áreas centrais, principalmente pela crescente vacância e pelo aumento vertiginoso do aluguel nessas regiões.

O público-alvo do Programa eram as famílias de renda correspondente inicialmente de 0 a 3 salários mínimos (e, a partir de 2016, até o teto de R$1.800,00 mensais), somados todos os componentes da família, que deveriam estar cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).[48] Além disso, os beneficiários deveriam estar inscritos em outro cadastro junto à Entidade Organizadora, que, por sua vez, deveria estar

48. O CadÚnico foi criado por meio do Decreto nº3.3877, de 24 de julho de 2001, e posteriormente, regulado por meio do Decreto nº6.135, de 26 de junho de 2007, é um instrumento de coleta de dados a fim de identificar as famílias de baixa renda, de modo a inclui-las nos programas de assistência social. Em 2019, em conjunto com os dados do IBGE (Censo e PNAD Contínua), passou a ser considerado no cálculo do Déficit Habitacional pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2021).

habilitada no MCidades e na Caixa.[49]

Os movimentos, como Entidades Organizadoras (EO), são responsáveis por todas as atividades relacionadas ao empreendimento: desde a gestão da obra e dos processos junto aos agentes da Caixa, à escolha de Assessorias Técnicas. De acordo com o Manual do PMCMV-E elaborado pela Caixa,[50] as Entidades Organizadoras têm como principais atribuições:

- desenvolvimento e apresentação junto à Caixa do projeto do empreendimento conforme as exigências e condições do Programa para análises jurídica, social e de engenharia;
- orientação de seus associados quanto ao cadastro no CadÚnico;
- promoção da seleção de associados a serem enquadrados no Programa;
- auxílio aos associados quanto à documentação a apresentar na Caixa;
- organização de todos os envolvidos na execução do empreendimento, assegurando uma boa implementação;
- fiscalização e acompanhamento de obra;
- apresentação da documentação necessária à liberação de recursos;
- providenciar, junto aos órgãos públicos, a legalização do empreendimento.

Quanto às exigências de contratação, o Programa contava com critérios nacionais de prioridade na formação de demanda e na seleção dos beneficiários: a compatibilidade com a renda familiar; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; famílias residentes em áreas de risco, insalubres, ou que perderam suas casas em razão de desastres naturais, como enchentes, alagamentos, ou transbordamento; famílias com algum membro portador de necessidades especiais. A Entidade era responsável por adotar critérios adicionais na seleção dos beneficiários, que deveriam ser determinados em assembleias específicas. Além disso, havia demanda de cotas a, no mínimo, 3% das unidades habitacionais direcionadas a idosos ou a pessoas portadoras de necessidades especiais.

As Entidades Organizadoras (EO), de acordo com Cicuto Barros (2019,

---

49. Esta habilitação é regulamentada pela portaria nº 747, de 1º de dezembro de 2014. A Entidade não pode apresentar pendências referentes a empreendimentos contratados no âmbito do FNHIS e programas oriundos do FGTS. Desde que, com a devida comprovação de capacidade técnica, estão dispensadas da habilitação as Entidades cujo projeto seja voltado a refugiados, comunidades tradicionais, e demais comunidades socialmente vulneráveis em perímetro urbano.

50. Ver: CAIXA, 2018.

p. 201), têm trajetórias e origens difusas, e contam com estratégias distintas para a obtenção do benefício. Elas podem se associar para se ajustarem ao formato do Programa, com o intuito de construir grandes conjuntos habitacionais. No caso dos movimentos de moradia, cabe a constante reivindicação por mais recursos e possibilidades dentro do Programa, a fim de alinhar com seus objetivos na luta pela moradia.

De acordo com a normativa do Programa, para que o contrato fosse operado, deveriam ser formadas duas comissões para o acompanhamento e a avaliação da execução dos empreendimentos:

- A Comissão de Representantes (CRE), cuja responsabilidade é o acompanhamento financeiro do empreendimento, abertura da conta bancária e movimentação dos recursos recebidos. Além disso, responsabiliza-se pela prestação de contas aos beneficiários;
- E a Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO), que deve acompanhar as obras e/ou a elaboração dos projetos, sua apresentação e aprovação junto aos beneficiários e à EO. A CAO também deve prestar contas aos beneficiários a respeito do desenvolvimento dos projetos, execução, dos materiais adquiridos e de segurança.

Essas comissões deveriam ser eleitas em assembleias antes da contratação do empreendimento e serem compostas por, pelo menos, três participantes, sendo um deles membro dirigente da Entidade, e outros dois futuros beneficiários. Não era permitido que uma mesma pessoa participasse das duas comissões simultaneamente.

Quanto aos regimes de construção, a Entidade poderia optar por quatro diferentes regimes: cogestão, por meio da empreitada global (1) da obra a ser feita por empresa construtora; ou autogestão, por meio de autoconstrução (2), mutirão ou autoajuda (3), ou administração direta (4). No caso de construções verticalizadas, era compulsória a contratação sob o regime de empreitada global. A autogestão era permitida apenas quando o profissional responsável pela Assessoria Técnica tivesse acervo técnico comprovado compatível ao projeto a ser executado. Quanto aos valores de operação, havia uma redução de 8% no valor quando era contratado o regime de autoconstrução, sendo o valor máximo reservado ao regime de empreitada global.

O financiamento, por sua vez, era dividido em até 120 parcelas, a serem pagas mensalmente, definidas conforme a renda familiar bruta mensal: quanto menor a renda, menor a parcela (o valor definido varia entre 10% e 36% da renda bruta familiar mensal). Além disso, os beneficiários começavam a pagar as prestações apenas após a conclusão das obras.

A respeito da operacionalização do Programa, pode-se notar o protagonismo das Entidades, sobretudo quando adotam o regime de autoconstrução, uma vez que são responsabilizadas por todos os processos relacionados ao empreendimento, inclusive pelos prejuízos. Rizek, Santo Amore & Camargo (2014, p. 539) afirmam que:

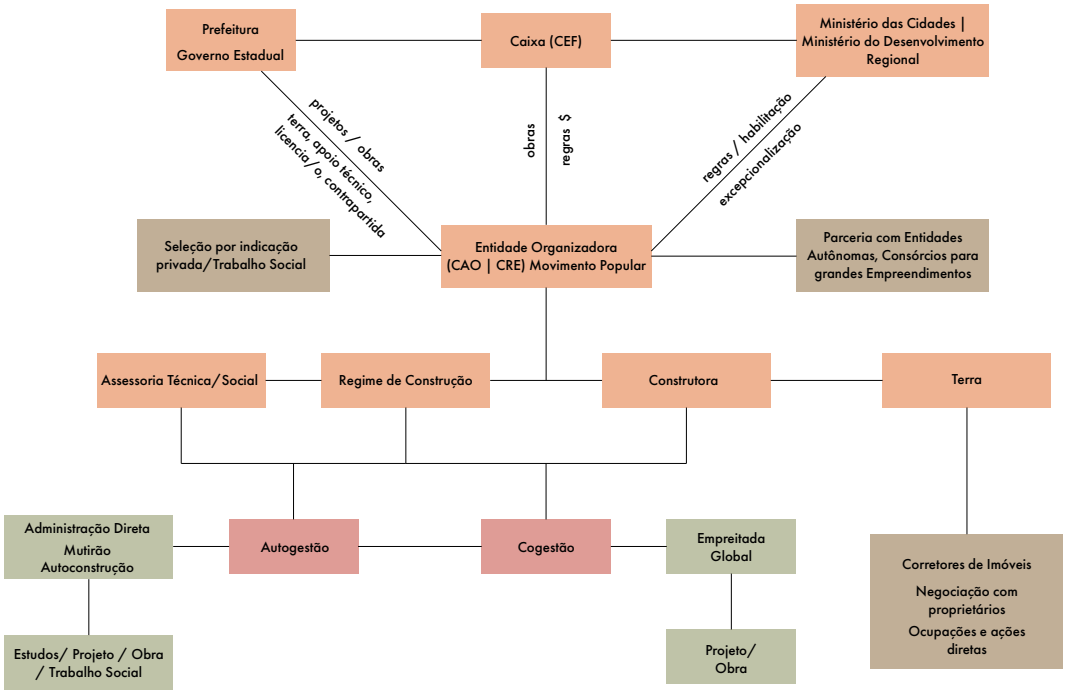
> O Programa "Entidades" tem, portanto, requisitos que caracterizam a produção habitacional autogestionária à brasileira (ou o discurso sobre essa produção): permite que os futuros beneficiários, potencialmente selecionados e conhecidos antes dos processos de obra, participem dos projetos e das obras, conheçam os terrenos e seus entornos, opinem na concepção, acompanhem o modo como os recursos são empregados na execução das obras, apropriem-se dos excedentes que resultam de bons processos de compra e contratações e os reinvistam na melhoria da qualidade das moradias.

É importante notar que, em comparação com a modalidade FAR, no PMCMV-E o agente promotor (Entidades Organizadoras) acabava concentrando os papéis destinados às construtoras, de viabilização, aprovação, execução da obra e regularização das unidades, e às prefeituras, de indicação da demanda e trabalho técnico social. Dentre todas essas atribuições, apenas a organização e indicação da demanda era função originalmente atribuída aos movimentos de moradia. Em relação às cooperativas, por sua forma de operar, este acúmulo de funções era mais condizente com as normativas. (ROSSETTO NETTO; D'OTTAVIANO, 2019, p. 06)

> Neste programa, o recurso financeiro se torna parte integrante da política habitacional, sendo a sua escassez capaz de estagnar o desenvolvimento do Programa, uma vez que está lastreado no acesso à moradia exclusivamente através da propriedade e o atendimento da demanda de menor renda é dependente da liberação do recurso do MCidades, agora incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. (MURAD, 2019, p. 235)

Na figura a seguir, pode-se visualizar com maior clareza como se dava a operacionalização do PMCMV-E e os atores envolvidos nos regimes de construção de cogestão e autogestão:

Figura 2 | Esquema da operacionalização do PMCMV-E e seus atores envolvidos



Fonte: Adaptado pela autora a partir de CICUTO BARROS (2019, p. 203).

Rossetto Netto & D'Ottaviano (2019, p. 07) identificam quatro principais desafios enfrentados pelos movimentos e assessorias técnicas na operacionalização do PMCMV-E: o acesso à terra bem localizada e a um custo acessível; a reprodução de soluções de mercado para empreendimentos de habitação social; a atuação dos movimentos de moradia ser compulsoriamente direcionada a funções comumente associadas a empreendedores profissionais; e a alteração do papel histórico das Entidades na luta pelo direito à moradia.

Dentre as questões supracitadas, a que representa o maior entrave é o acesso à terra, principalmente em um momento de aquecimento do mercado imobiliário. A disputa direta de terrenos com as construtoras se mostrou desleal, pois o empreendedor da construção civil detém capital de giro para executar a operação, e a entidade detém capital humano (TEIXEIRA, 2018, p. 15). Para solucionar esta questão, os movimentos de moradia reivindicaram mudanças no Programa. Com isso, em 2009 foi instituída a modalidade de Compra Antecipada do Terreno e Contratação de Projetos e Aprovações,[51]

51. A modalidade de Compra Antecipada do Terreno e Contratação foi instituída pela Instrução Normativa nº 36 de 15 de julho de 2009, que regulamentou a Resolução 141.

que permitiu a contratação das propostas em duas fases e a contratação de Assessoria Técnica para a elaboração de projetos, o que tornou mais fácil a aquisição de terrenos. Teixeira (2018, p. 19) afirma que essa nova regulamentação foi o que de fato deu suporte e destacou o empreendimento produzido pelas Entidades em relação ao empreendimento promovido por construtoras para a modalidade FAR. Outra conquista e possibilidade de diferencial possível dentro da modalidade Entidades é a Construção ou Requalificação de prédio habitacional, que permite a adaptação de edificações localizadas em áreas dotadas de infraestrutura, como bairros centrais, por exemplo.

A Caixa,[52] como agente regulador e financiador, pode ter assumido um papel de maior interferência nos projetos, sobretudo quando a Entidade Organizadora não está ligada a um movimento de moradia fortalecido, ou não possui força política (TEIXEIRA, 2018 p. 31). Camargo (2016, p. 97) enfatiza que a produção está fortemente relacionada a um conjunto de especificidades locais, que por sua vez referem-se a aspectos que envolvem:

> [...] a aquisição da terra, à forma de atuação e organização das entidades organizadoras, à presença mais ou menos marcante dos movimentos de moradia, às relações político-partidárias que se estabelecem em nível local, ao grau e formas de articulação presentes entre o Estado, à CEF, ao mercado imobiliário, às entidades organizadoras, às famílias "beneficiárias", às assessorias técnicas e demais atores presentes nestes processos.

De acordo com Rossetto Netto & D'Ottaviano (2021, p. 185), na modalidade Entidades do PMCMV, de acordo com dados coletados por meio da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) via Portal da Transparência do Governo Federal (Tabela 2), 78.599 unidades habitacionais foram contratadas, o que corresponde a 1,36% do total produzido no PMCMV. Do total de recursos contratados nos seus 11 anos de existência, apenas 0,70% foram destinados à modalidade Entidades.

Quanto ao ritmo de contratações, nota-se uma irregularidade que chegou à míngua, sem contratações nos últimos dois anos de Programa, como se vê na tabela 3 a seguir:

---

52. De acordo com Adelcke Rossetto Netto, arquiteto da assessoria técnica Integra Urbano, em entrevista concedida em 30.06.2020, após o impeachment de Dilma Rousseff, a Caixa passou a não aceitar apresentação de novos projetos Faixa 1 para seleção e posterior contratação. Além disso, afirmou que mudanças na estrutura interna da Caixa provocaram transtornos, com sobrecarga de funcionários e alteração na metodologia das medições físicas, que pouco levavam em conta as especificidades dos projetos do PMCMV-E.

Tabela 3 | Programa Minha Casa Minha Vida Entidades – Contratações de julho de 2009 a agosto de 2020

Ano Contratação	Nº UHs Contratadas	% Total UH
2009	309	0,40%
2010	7.714	9,80%
2011	3.009	3,90%
2012	7.527	9,60%
2013	15.598	19,80%
2014	19.054	24,20%
2015	7.084	9,00%
2016	11.576	14,70%
2017	0	0,00%
2018	6.638	8,40%
2019	0	0,00%
2020	0	0,00%
TOTAL	**78.599**	**100,00%**

Fonte: ROSSETTO NETTO; D'OTTAVIANO, 2021, p.195.

O número de unidades contratadas atinge seu pico nos anos de 2013 e 2014. Rossetto Netto & D'Ottaviano (2021, p. 194) observam que "91,55% das contratações foram feitas até 2016, ainda durante a gestão de Dilma Rousseff" e que as unidades contratadas em 2018, durante o governo de Michel Temer (2016-2018), são fruto de seleções realizadas anteriormente.

Camargo (2017, p. 17) afirma que uma das primeiras ações do Ministro das Cidades Bruno Araújo durante o governo Temer foi a revogação da Portaria nº 173, de 2016, que autorizava a contratação de mais de 10 mil unidades habitacionais já selecionadas pela modalidade Entidades, sob alegação de revisões orçamentárias. Posteriormente, após protestos dos movimentos de moradia, o governo lançou novamente a portaria autorizando contratações, entretanto sob condições mais restritivas. Buonfiglio &

Martins (2019, p. 436) ainda pontuam que o período de maior contratação das modalidades PNHR e Entidades (2013 e 2014) curiosamente coincide com o período de retração das grandes empresas atuantes no PMCMV, que, por sua vez, tiveram maior produção entre 2009 e 2012.

A ascensão de Jair Bolsonaro ao Planalto, em 2019, levou o Programa e, sobretudo, a modalidade Entidades, à míngua. O rápido processo de desmonte resultou em atrasos de repasses aos projetos em andamento e nenhuma contratação de novos empreendimentos. De acordo com Rossetto & D'Ottaviano (2021, p. 195), apenas um projeto foi contratado para a Faixa 1 por meio da modalidade FAR Empresas após 2019, com 1.500 unidades habitacionais. Apesar da sua produção pouco significativa, a modalidade Entidades entra em choque com a visão do governo Bolsonaro. Veja-se este balanço, segundo o qual o Entidades representou:

> [...] a emergência de um potencial de conflito e de luta por direitos encontraria desdobramentos na concretização das políticas e programas habitacionais. Em suas formas "autogestionárias", ainda que residuais em termos quantitativos, refere-se a importância e peso às entidades de intermediação, de cunho político, comunitário, privado, religioso, articuladas ou não com a história dos movimentos populares e com os movimentos de luta pela moradia em particular. Essa articulação parece ser um dos eixos mais interessantes das considerações relativas ao Programa MCMV em sua modalidade Entidades. (RIZEK; SANTO AMORE; CAMARGO, 2014, p. 538)

Mesmo assim, Rizek, Santo Amore & Camargo (2014, p. 542-543) acreditam que o Programa, da forma que operava, acabou por despolitizar a questão da moradia, e sobretudo, do acesso à cidade, pois a construção da demanda se dava, muitas vezes, por meio de relações de âmbito privado, não relacionadas a quaisquer trajetórias pregressas de luta por moradia, o que pode ser caracterizado como um "associativismo de ocasião". Além disso, a conquista da casa própria é tida como parte de uma trajetória mais pessoal do que coletiva para alguns grupos, que a associam à persistência ou fé de que "a minha casa vai sair". No entanto, a despeito das distorções do desenho do Programa já expostas anteriormente, é importante lembrar do papel de suma importância dos movimentos de moradia na alteração das normativas, de maneira a adaptá-lo à sua realidade, e não o contrário:

> A forma como o PMCMV-E foi equacionado provocou incongruências operacionais, fazendo com que o movimento popular trabalhasse ao longo desses anos nas adequações. É grande o número de IN, Portarias e Resoluções do PMCMV-E

> frente a outras modalidades do programa. Essas adequações são tidas como vitórias, no entanto, têm aproximado cada vez mais o fazer das Entidades ao fazer das Construtoras. Os ganhos não são ganhos estruturais. Um programa habitacional voltado para Entidades com a prática da autogestão, com ou sem mutirão, deve ser específico e estar de acordo tanto com os produtos produzidos [...] quanto com o processo de produção autogestionária [...], que não se adequa ao modo de produção do mercado formal da construção civil. (TEIXEIRA, 2018, p. 22)

Parte das críticas ao PMCMV, segundo D'Ottaviano (2019, p. 104), refere-se justamente às dificuldades de acesso à cidade da população moradora nos conjuntos periféricos construídos pelo Programa, a despeito de passarem a ser proprietárias.

> Essa mesma produção – que, afinal, acontece onde é possível, isto é, nas piores localizações -, subsidiada por fundos públicos, acaba por reforçar, quando não agrava severamente, as linhas de segregação socioespacial. Casa de pobre para pobre, lugar de pobre para pobre. Mesmo quando foi possível perceber uma melhora importante na qualidade de projeto e execução, [...] as formas de segregação determinadas pelas regras do mercado de terras se mostraram soberanas para não dizer incontornáveis. (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2014, p. 543-544)

Para além das questões colocadas, é importante destacar novamente a relevância da modalidade Entidades por seu ineditismo em legitimizar os movimentos de moradia e, consequentemente, permitir sua atuação na efetivação dos projetos de forma participativa:

> [...] os processos conduzidos pelos movimentos de luta por moradia e pelas entidades responsáveis pela implementação dos projetos – por meio do programa MCMV Entidades – representam uma ruptura quanto ao modelo de produção habitacional hegemônico: para além da construção de casas, suas ações vão ao encontro da organização e mobilização da população na formação política dos indivíduos participantes, e da conscientização quanto às questões macroestruturais presentes. Buscam construir novos modelos de sociedade baseados em processos coletivos, solidários e democráticos. (FERREIRA, 2019, p. 16)

Cabe ressaltar a importância da modalidade Entidades dentro do PMCMV por viabilizar o acesso à moradia para pessoas que por muito tempo permaneceram simplesmente ignoradas, excluídas das políticas. Muito embora tenha sido uma produção incipiente, revelou a possibilidade de efetivação do "sonho da casa própria" e permite a reflexão para melhorias em programas habitacionais futuros, a fim de ampliar a produção de moradia

digna para a população de baixa renda e de reduzir o déficit de forma efetiva.

> Uma solução possível é que, na adoção do MCMV-Entidades (ou equivalente) como um programa voltado à produção a preço de custo, o promotor público participe efetivamente da viabilização do empreendimento. Isso seria possível com a garantia do poder público na oferta ao mercado da execução da obra por preço fechado ao mesmo tempo em que oferecesse suporte técnico e financeiro às Entidades. E isso só é possível com a garantia de um quadro técnico competente e responsável pela formulação das propostas e resoluções dos problemas (ROSSETTO NETTO; D'OTTAVIANO, 2021, p. 218-219).

Por fim, cabe o balanço de Tolotti (2017, p. 18) a respeito do Programa, destacando o papel dos municípios como agentes de colaboração na execução das políticas habitacionais, e não apenas espectadores:

> [...] apesar de trazer alguns inegáveis benefícios à sua população alvo, a implementação do PMCMV se impôs como fator desarticulador da política habitacional municipal, pois, ao tornar-se o programa de maior relevância no município, de fato relegou os programas anteriormente desenvolvidos pela municipalidade. Se, de forma direta ou indireta, o PMCMV subtrai da municipalidade seu protagonismo e gestão de uma política pública tão relevante, repassando esse papel ao setor privado, torna-se necessário rever seu desenho e sua formatação de modo a inseri-lo nas políticas habitacionais locais, articulando-os aos Planos Locais de Habitação, os quais justamente foram exigidos dos municípios em período recente a fim de propiciar o desenvolvimento de programas de habitação vinculados às realidades e às necessidades locais, possibilitando efetivo atendimento da população conjugado ao planejamento urbano.

Uma maior participação do Estado, a implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade, como por exemplo a oferta de imóveis ociosos em áreas centrais para reforma e adaptação com fins de moradia, e um maior suporte às Entidades, garantindo, inclusive, segurança jurídica na efetivação dos empreendimentos, são elementos que tornariam possível que o sonho da casa própria não se transforme em um pesadelo.

1.4 São Paulo e as políticas habitacionais autogestionárias: uma tradição consolidada

O município de São Paulo teve uma posição de destaque no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: além de ser a cidade com o maior número de contratações do país (35 empreendimentos),[53] contou com o primeiro projeto de requalificação de edificação existente com fins de habitação social viabilizado[54] pelo Programa. Por isso, é interessante "colocar uma lupa" e analisar mais de perto os atores envolvidos e as possíveis razões para essa diferenciação, pois tudo indica que, na verdade, vêm de uma longa tradição. Olhemos, portanto, para a cidade de São Paulo de uns anos atrás e sua relação com os processos autogestionários.

De acordo com D'Ottaviano (2021, p. 34), foi a luta por moradia que reuniu de maneira sistematizada moradores de favelas, loteamentos periféricos, cortiços, sem-teto, mutuários, entre outros. A construção de uma política habitacional voltada à autogestão, contudo, foi um processo lento, em que a atuação dos movimentos sociais foi importante nas diversas resistências encontradas em diferentes esferas de poderes. Após a crise econômica e o baixo investimento do BNH em provimento de habitações, emergiu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que reuniu diversas entidades a fim de propor soluções para as questões urbanas, tendo a autogestão como uma de suas bandeiras.

Além disso, emergiram as primeiras experiências de produção habitacional autogestionária, ainda que pontuais a nível local, não contando com um "programa" ou uma política de produção de moradias consistente. Durante a governo de Franco Montoro (1983-1987), no estado, e de Mário Covas (1983-1986), no município de São Paulo, ocorreram as primeiras experiências pioneiras de produção autogestionária da moradia, por meio de mutirão, de caráter experimental. Com a participação das famílias no

53. Dados da CGU/e-SIC, março de 2020. Posição em 15.03.2020 em conferência com dados da SNH-MDR/e-SIC, novembro de 2020, Posição em 20.11.2020.

54. Trata-se do Edifício Dandara (Ipiranga). Ver Rossetto Netto (2017) para mais detalhes sobre sua viabilização.

desenvolvimento dos projetos e da construção das unidades, essas primeiras experiências contaram com a contratação de assessoria técnica e tiveram financiamento das companhias estadual e municipal de habitação (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU e Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP) (D'OTTAVIANO, 2021, p. 36).

A implementação do Programa do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS) Comunitário,[55] que entre 1989 e 1992 por meio da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, tinha como agentes a Superintendência de Habitação Popular (HABI) e a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP). Novos parâmetros de projeto foram implementados, de maneira que foi criado um "suporte diferenciado para o resgate de preocupações com a qualidade de vida refletidas na realização de um novo desenho na cidade" (RONCONI, 1995, p. 14).

Teixeira (2018, p. 10) classifica o período da gestão Erundina (1989-1992) como "fase heroica", em que o projeto autogestionário estava vinculado a um projeto político que tinha na prática do mutirão "a base do fazer e no companheirismo, o motor para a produção da moradia". A coletividade unia-se pela produção de um objetivo comum, que também fazia parte de uma construção política. Moreira (2009, p. 28) afirma que a experiência "contribuiu para o avanço do movimento popular na cidade e revelou o compromisso daquele governo em buscar o resgate da dívida pública com os setores populares", além de ressaltar o papel emancipatório da iniciativa, ao "colocar a sociedade (o homem) de volta à centralidade do processo político, por meio do instrumento chamado autogestão".

O financiamento destinava recursos para pagamento de assessoria técnica e para cobrir os gastos com a obra, tinha um valor máximo estipulado por família e por área, sendo estabelecida uma área mínima de 60m² para cada unidade. Além disso, a população era responsável por todo o gerenciamento da obra, inclusive pela contratação da assessoria técnica. Até o final de 1992, foram contratados 93 convênios e produzidas 12.351 unidades habitacionais

55. O FUNAPS foi criado pelo então prefeito de São Paulo Olavo Edgydio Setubal em 1979, por meio do Decreto-Lei nº8.906, como resposta às pressões dos movimentos sociais. Assim que foi criado, esteve atrelado à Coordenadoria do Bem-Estar Social e durante a gestão de Jânio Quadros na prefeitura, sua vinculação passou a ser diretamente ao gabinete do prefeito. Contudo, na gestão de Luiza Erundina, ao ser atrelado à Secretaria de Habitação, obteve maior êxito no atendimento à população de baixa renda. Para maior aprofundamento sobre o tema, ver Ronconi (1995).

(RONCONI, 1995, p. 183). Com o fim da gestão Erundina, o programa foi suspenso e os repasses congelados, apesar da resistência dos movimentos de moradia. As obras inconclusas passaram a fazer parte de ampla negociação dos movimentos de moradia com o governo do estado e a CDHU para sua finalização.

> O Funaps permitiu a autonomia do município no direcionamento da política habitacional a nível local, e por ser orientado para população de até 4 salários mínimos atendeu uma demanda não coberta pela COHAB, que operava segundo critérios federais. Essa autonomia permitiu ao município o desenvolvimento de uma política habitacional ampla, e o desenho desse programa que possibilitou a atuação direta de associações e assessorias na produção de unidades, dando margem de atuação e investigação sobre novas formas de participação, gerenciamento e inovações técnicas. Esse arranjo resultou em projetos de reconhecida relevância, sendo o programa referência na forma de produção de habitação social com autogestão (MARTINS, 2019, p. 41-42)

Usando os termos de Rodrigues (2013, p. 42), são notáveis os momentos de "fluxo e refluxo" nos programas de apoio à autogestão para a construção de moradias, o que, infelizmente, desmobiliza e "impede a consolidação e estruturação de seus agentes". D'Ottaviano (2021, p. 39), no entanto, ressalta que a experiência paulistana "extrapolou o âmbito local e serviu de parâmetro para a proposição de novos programas autogestionários". Em 1991 o governo de São Paulo criou o Programa Mutirão UMM,[56] que tornou-se, em 1995, o Programa Paulista de Mutirão e Autogestão[57] (PPM). O PPM atendeu a um número maior de entidades, mas não estimulou a participação popular na construção de moradias, ao tentar impor tipologias existentes e contratos com empresas para execução. O papel das assessorias técnicas foi assumido por empreiteiras e construtoras, que partiam do princípio de menor custo de obra, em detrimento da qualidade das condições de habitação, aplicando, desta forma, uma "lógica de mercado dissimulada de assessoria" (MARTINS, 2019, p. 44).

De acordo com Teixeira (2018, p. 13), com o fim do Programa Paulista de Mutirão e Autogestão (PPM), se questionou a forma de atendimento das entidades, de maneira a forçar a "institucionalização da seleção pública, dos certames para as Associações", em que as Assessorias

56. A sigla UMM incorporada ao nome do Programa refere-se à União dos Movimentos de Moradia.

57. O Programa Paulista de Mutirão e Autogestão (PPM) foi instituído pela Lei nº 9.142, de 1995.

deveriam ser necessariamente Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) para "justificar a ausência de licitação na prestação de serviços técnicos". Dessa forma, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos empreendimentos passou a ser das associações, que passaram a ser vistas como "empreendedoras".

Após significativa pressão por parte dos movimentos populares sobre o governo federal, a fim de legitimar a autogestão como política de provisão habitacional para as faixas mais baixas de renda, o Programa Crédito Solidário (PCS)[58] é criado em 2004. O Programa contava com recursos advindos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), com melhores condições para os aportes, e tinha como objetivo o financiamento de empreendimentos construídos por autogestão, sendo seu público-alvo as famílias organizadas em associações, cooperativas, sindicatos e entidades da sociedade civil organizada. Sua aprovação foi vista como uma conquista significativa pelos movimentos de moradia, pois "além de viabilizar projetos autogestionários a nível nacional, era visto como a principal forma de enfrentamento do déficit habitacional para as famílias de baixa renda nas zonas urbanas brasileiras" (D'OTTAVIANO, 2021, p. 41-42).

> A atuação dos movimentos sociais urbanos para a garantia do acesso à moradia digna e a demanda por recursos, programas e ações que financiassem a produção autogestionária da habitação manteve os movimentos unificados desde o processo de redemocratização e foi fundamental para a retomada dos investimentos do Estado na política habitacional e na inclusão de associações e cooperativas como agentes proponentes e executores da política nacional de habitação (FERREIRA, 2014, p. 25).

Apesar de ser um Programa voltado à população de baixa renda, sua formatação seguia a lógica dos programas habitacionais anteriores, nos moldes do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O grande grau de exigência para a viabilização dos empreendimentos fazia com que a maior parte das propostas permanecessem apenas no papel. Entre junho de 2004 e agosto de 2011, foram contratados 341 empreendimentos, totalizando 21.695 unidades habitacionais em 21 estados brasileiros. Apenas 22% desses empreendimentos eram vinculados aos movimentos nacionais de reforma urbana (FERREIRA, 2014, p. 123-136). Moreira (2009, p. 164) reforça que o Crédito Solidário não foi um programa que estimulou a autogestão, em

58. O Programa Crédito Solidário (PCS) foi criado por meio da Resolução CCFDS nº 93 de 28.04.2004.

contrapartida, é inegável seu potencial para fazer diferente.

Ainda que o Programa Crédito Solidário tenha representado um avanço, ainda havia muitos entraves burocráticos que os movimentos de moradia buscavam vencer. A Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade (2008) teve como objetivo a discussão destas questões e obteve o compromisso do governo federal na criação de um novo programa habitacional. Em 2008 foi lançado o Programa de Ação de Produção Social da Moradia[59] (APSM), totalmente vinculado ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) – algo inicialmente considerado uma conquista, mas que, no decorrer do tempo, se mostrou muito complexo (D'OTTAVIANO, 2021, p. 44).

Em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado, enquanto o PCS e o APSM continuavam em atividade. Nota-se, portanto, a coexistência de três programas federais distintos de produção habitacional com autogestão como regime construtivo. Ferreira (2014, p.143) interpreta este fato como um indício da "indefinição da política habitacional autogestionária e da pouca prioridade dada à mesma". Por fim, o PMCMV incorporou parte das regras do PCS em sua modalidade Entidades e passou a ser o principal programa habitacional voltado para a autogestão, suplantando os outros e permanecendo como o único Programa ativo na última década. Cabe, portanto, a observação de Murad (2019, p. 229) a respeito das questões relacionadas à relevância e ao papel do Estado na condução da política habitacional:

> O Estado, que não atua na produção direta de unidades habitacionais, tem um papel de extrema importância também neste cenário, sendo o diferencial no sucesso ou não desta Política Habitacional, devendo atuar na correção das falhas de mercado, mas também diretamente na composição dos orçamentos públicos, recursos destinados aos fundos habitacionais, formas de repasse destes fundos e desenho financeiro dos programas de acesso à casa própria.

Na contramão das principais críticas referentes ao PMCMV, de pouca ou não atuação sobretudo do poder municipal, pode-se entender a cidade de São Paulo como um exemplo na atuação para a viabilização dos

59. O Programa de Ação de Produção Social da Moradia (APSM) foi aprovado através da Resolução CGFNHIS nº 18 de 19.03.2008.

empreendimentos. A começar pela da notificação[60] de imóveis com dívidas de IPTU por meio do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), do Programa "Casa Paulistana", e posteriormente, dos chamamentos pela COHAB-SP:

> O caso do município de São Paulo é um exemplo importante de atuação, ainda que tardia, do poder público municipal na viabilização de empreendimentos do MCMV-Entidades. Inicialmente, a lei 16.006, de 2014, chamada de "Casa Paulistana", autorizou o governo municipal a realizar aporte de "recursos financeiros, a fundo perdido, para complementação do subsídio destinado ao PMCMV" de até 20 mil reais por unidade habitacional. A atuação mais importante, no entanto, foi a realização de chamamentos pela Companhia Metropolitana de São Paulo (COHAB-SP) para "Seleção Pública para Entidades Organizadoras do Programa PMCMV-E". (ROSSETTO NETTO; D'OTTAVIANO, 2021, p. 190)

De acordo com o Relatório de Gestão 2013-2016 da COHAB-SP (2016, p. 41), com o intuito de possibilitar ao maior número de entidades a disputa em pé de igualdade, se disponibilizou imóveis do município por meio de chamamentos públicos. Foram três chamamentos homologados e publicados em 2015, que resultaram em 87 empreendimentos a serem viabilizados em terrenos públicos. Houve outro chamamento em 2016, mas no momento da publicação do Relatório, as propostas ainda estavam em análise.

> Utilizando terrenos próprios e outros desapropriados para este fim, a COHAB-SP realizou 4 processos de Chamamentos Públicos para seleção de Entidades credenciadas no Ministério das Cidades, sendo que destes 03 (três) foram publicados em 2015 (Chamamento 001/2015, 002/2015 e 003/2015) e o quarto, Chamamento 001/2016, para desenvolvimento de unidades habitacionais com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS e pelo PMCMV. Com previsão estimada de um total de 12.666 Unidades Habitacionais (COHAB-SP/PMSP, 2016, p. 42)

A tabela a seguir indica o número de terrenos e as unidades habitacionais estimadas distribuídos em cada chamamento:

60. De acordo com D'Ottaviano (2021, p. 52), mais de 1.000 imóveis foram notificados durante a gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo. Alguns dos edifícios desapropriados eram ocupados por movimentos de moradia na área central, a fim de viabilizar retrofits via Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

Tabela 4 | Chamamentos COHAB-SP 2015 e 2016

Chamamentos FDS	Nº de imóveis	Nº estimado UHs
Chamamento 1 (001/2015)	57	7.843
Chamamento 2 (002/2015)	36	4.420
Chamamento 3 (003/2015)	4	506
Chamamento 4 (001/2016)	5	494
TOTAL	**102**	**13.263**

Fonte: elaboração própria, com base nos chamamentos 001/2015, 002/2015, 003/2015 e 001/2016 da COHAB-SP.

De acordo com as publicações nos Diários Oficiais do Município de São Paulo, no Chamamento 001/2015 foram selecionados 52 imóveis (7.190 unidades habitacionais estimadas). No Chamamento 002/2015 foram selecionados 31 imóveis (3.633 unidades habitacionais estimadas), no Chamamento 003/2015 foram selecionados 4 imóveis (506 unidades habitacionais estimadas) e no Chamamento 001/2016 foram selecionados 5 imóveis (494 unidades habitacionais estimadas), totalizando 92 imóveis e 11.823 unidades habitacionais estimadas (Tabela 5).

No final de 2016 foi publicada a Resolução CMH nº 79 autorizando a vinculação ao Programa Minha Casa Minha Vida de 45 imóveis integrantes do Chamamento 001/2015 (6.108 UHs estimadas), 28 imóveis integrantes do Chamamento 002/2015 (2.881 UHs estimadas) e 4 imóveis do Chamamento 003/2015 (506 UHs estimadas). No mesmo dia, foi publicada a Resolução CMH nº 80, que autorizou a vinculação ao Programa Minha Casa Minha Vida de 12 imóveis que originalmente estavam destinados aos convênios de mutirão (1.838 Uhs estimadas).

Tabela 5 | Seleções Chamamentos COHAB-SP 2015 e 2016

Chamamentos FDS	Nº de imóveis selecionados	Nº estimado UHs
Chamamento 1 (001/2015)	52	7.190
Chamamento 2 (002/2015)	31	3.633
Chamamento 3 (003/2015)	4	506
Chamamento 4 (001/2016)	5	494
TOTAL	**92**	**11.823**

Fonte: elaboração prória, com base nos Chamamentos 001/2015, 002/2015, 003/2015, 001/2016, Resolução CMH nº79 e Diários Oficiais da Cidade de São Paulo dos dias 03.10.2015, 02.07.2016, 03.07.2016 e 31.12.2016.

A COHAB-SP lançou uma publicação[61] ainda em 2016, em que apresenta 36 projetos selecionados nos Chamamentos 001/2015 e 002/2015 (5.767 UHs estimadas) e, de acordo com essa mesma publicação, à época havia 22 projetos em fase de licenciamento. Rossetto Netto & D'Ottaviano (2021, p. 191) lembram que, apesar do esforço para a viabilização dos empreendimentos, a iniciativa foi pouco efetiva, pois se deu em um contexto político adverso: o final da gestão de Fernando Haddad, na prefeitura de São Paulo; em nível federal, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff; e o momento de paralisação do Programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, dentre os 36 projetos selecionados e publicados pela COHAB-SP, apenas 5 foram efetivamente contratados pela Caixa posteriormente, sendo 2 destes *retrofits* na região central de São Paulo. Os projetos serão abordados mais detalhadamente no próximo capítulo.

Em iniciativas como a da COHAB-SP, de utilização de bancos de terras do poder público para a viabilização dos empreendimentos, é fundamental o vínculo com políticas de provimento habitacional para as faixas mais baixas de renda, que, diferentemente de empresas construtoras, não possuem capital de giro para aquisição de terras. O caso das Entidades/movimentos de moradia é emblemático nesse contexto (ROSSETTO NETTO, 2017). Este tipo de iniciativa é imprescindível em uma cidade como São Paulo, que tem o

61. Ver: PMSP/SEHAB/COHAB-SP (2016).

mercado imobiliário mais dinâmico do país em 2020[62] e o segundo maior valor médio do metro quadrado do Brasil.[63] Vale lembrar que, à medida em que o mercado imobiliário é aquecido por meio de criação de novas localizações por construtoras e incorporadoras, o valor da terra tende a aumentar. Isso dificulta o acesso à terra pela população de baixa renda.

> As experiências internacionais de políticas habitacionais consideradas mais bem sucedidas, particularmente na Europa, mostram que é fundamental uma atuação com protagonismo do poder público, inclusive na formação de bancos de terra estatais e de planos e projetos de desenvolvimento urbano que permitam a liberação de novos terrenos em condições adequadas de infraestrutura e serviços, de forma a viabilizar novos projetos de HIS, inclusive de forma mais integrada a empreendimentos voltados aos setores médios (CORREA, 2018). Isso significa a necessidade de articular o debate sobre a habitação da reestruturação institucional do setor público e da revisão de nosso pacto federativo (CARDOSO, 2019, s.p.)

Embora o contexto pós eleições de 2018 seja permeado por uma crescente criminalização dos movimentos sociais e tenha resultado no desmonte do PMCMV-E, a Prefeitura de São Paulo lançou no final de 2019 o Programa "Pode Entrar",[64] sancionado em setembro de 2021.[65] A proposta de lei para a criação do Programa "Pode Entrar" foi discutida ainda no primeiro semestre de 2021 no Conselho Municipal de Habitação. O programa destina-se a famílias com renda de até 3 salários mínimos e utiliza recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) para a construção de novas moradias. Também são previstas possibilidades de reforma e requalificação de edificações existentes pertencentes ao município, com fins de habitação social, inclusive projetos selecionados nos chamamentos de 2015 e 2016 que não tiveram seus contratos efetivados por meio do PMCMV-E (ROSSETTO NETTO; D'OTTAVIANO, 2021, p. 210).

Ainda que tardia, o Programa "Pode Entrar" é uma iniciativa do poder local muito importante, tendo em vista a visível descontinuação do Programa

---

62. Ver: URBAN SYSTEMS, 2020.

63. R$9.439/m² segundo o Índice Fipezap. Fonte: https://fipezap.zapimoveis.com.br/em-nova-desaceleracao-indice-fipezap-encerra-marco-com-avanco-de-018/. Acesso em 08.04.2021.

64. O Programa Habitacional Pode Entrar foi aprovado pela Câmara de Vereadores em julho de 2021 e sancionado pelo prefeito Ricardo Nunes em setembro de 2021. Foi estabelecido como a Lei nº 17.638, de 9 de setembro de 2021.

65. Fonte: Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/agora-e-lei-programa-de-habitacao-popular-e-sancionado/. Acesso em 10.09.2021.

Minha Casa Minha Vida, que por anos foi o único programa de provisão habitacional. Ainda que o poder municipal tenha tomado iniciativas de apoio às faixas mais baixas de renda, com o intuito de viabilizar um maior número de empreendimentos, foram ações pontuais. Importante colocar em destaque os termos da Resolução CMH nº 132/2019 (grifos meus), que aprovou o Programa:

> [...] CONSIDERANDO que nos últimos anos as ações habitacionais do Município de São Paulo estiveram baseadas na política habitacional instituída pelo governo federal, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, cujos **recursos foram contingenciados** desde o início de 2019;
>
> CONSIDERANDO o expressivo déficit habitacional existente no Município de São Paulo e a precariedade habitacional que atinge a **população de mais baixa renda**, enquadrada na chamada Faixa 1 do PMCMV, **atualmente sem expectativa de atendimento no âmbito do programa federal**;
>
> CONSIDERANDO os **terrenos públicos vinculados ao programa federal**, que devem ter sua destinação adequada a essa nova realidade, **impondo à administração municipal a necessidade de formular políticas, programas e ações para oferecer soluções ao enfrentamento da questão habitacional**, especialmente no que diz respeito à população de baixa renda, que não consegue acessar o mercado formal;
>
> CONSIDERANDO que o Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, busca soluções diversificadas para **facilitar acesso à moradia com preço compatível à renda da população**;
>
> CONSIDERANDO as disposições da Lei 11.632/1994, acerca da política integrada de habitação voltada à população de baixa renda, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, bem como o Plano Diretor Estratégico – Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre a política de habitação social e o objetivo de reduzir o déficit habitacional no Município de São Paulo e a Lei nº 16.587, que dispõe sobre a **autogestão de moradia**.

Pelo teor das justificativas, se vê que a Prefeitura, ciente da conjuntura político-social, toma para si a responsabilidade do atendimento à demanda da população de mais baixa renda quanto às questões habitacionais e aborda, inclusive, o apoio aos processos autogestionários de provisão de moradia. O prosseguimento da viabilização dos projetos em terrenos públicos disponibilizados para moradia se faz necessário, dada a não contratação pela Caixa em função do contingenciamento de recursos e

posterior suspensão do PMCMV-E.

Quando lançado, o Programa "Pode Entrar" tinha como meta a construção de 10 mil moradias, e seria implementado com R$1 bilhão de recursos do Fundurb para o ano de 2020, contando com recursos auxiliares dos governos federal e estadual. A distribuição de recursos se daria por modalidade: 40% seria destinado às famílias cadastradas pela COHAB-SP e famílias provenientes de remoção de áreas de risco ou que tenham sofrido remoção por intervenções urbanas; 40% para empreendimentos desenvolvidos por entidades organizadoras; e 20% para empreendimentos de locação social ou carta de crédito. O início das obras do novo Programa estava planejado para fevereiro de 2020, o que, no entanto, não aconteceu devido à pandemia de Covid-19. Dado o estado de calamidade pública em função da pandemia, o prefeito Bruno Covas sancionou um pacote[66] para direcionar recursos para o combate ao coronavírus. Parte desses recursos veio do Fundurb.

A linha do tempo a ser apresentada na sequência (Figura 3) busca sistematizar as informações sobre a política habitacional e a atuação dos governos federal, estadual e municipal de São Paulo ao longo das décadas. Adotou-se como ponto de partida a instituição do FUNAPS Comunitário, durante a gestão municipal de Luiz Erundina, por este ser justamente o modelo de política de provisão de moradia autogestionária considerado pelos movimentos de moradia como ideal, pois como aponta Rodrigues (2013, p. 39), seus resultados "demonstraram ganhos na qualidade de projeto e obra e economia de recursos". A partir desse ponto, pode-se constatar a não continuidade por parte do município e a ausência de qualquer política habitacional voltada à autogestão por parte do governo federal. Ainda que no âmbito estadual haja uma aparente continuidade de políticas voltadas ao mutirão, de acordo com Rodrigues (2013, p.41), a realidade é outra: havia pressão por parte do programa, de forma que as entidades construíssem com as tipologias elaboradas pela CDHU; ou as aprovações eram dificultadas; ou havia imposições quanto à contratação de determinadas construtoras para as obras. Isso mostra que a autogestão, na prática, não fazia parte do escopo dos programas estaduais.

A pressão exercida pelos movimentos de moradia através da União dos Movimentos por Moradia (UMM), que tinha força e representatividade de reivindicação junto ao governo estadual, se converteu no Programa Paulista Mutirão UMM (União dos Movimentos por Moradia). O Programa

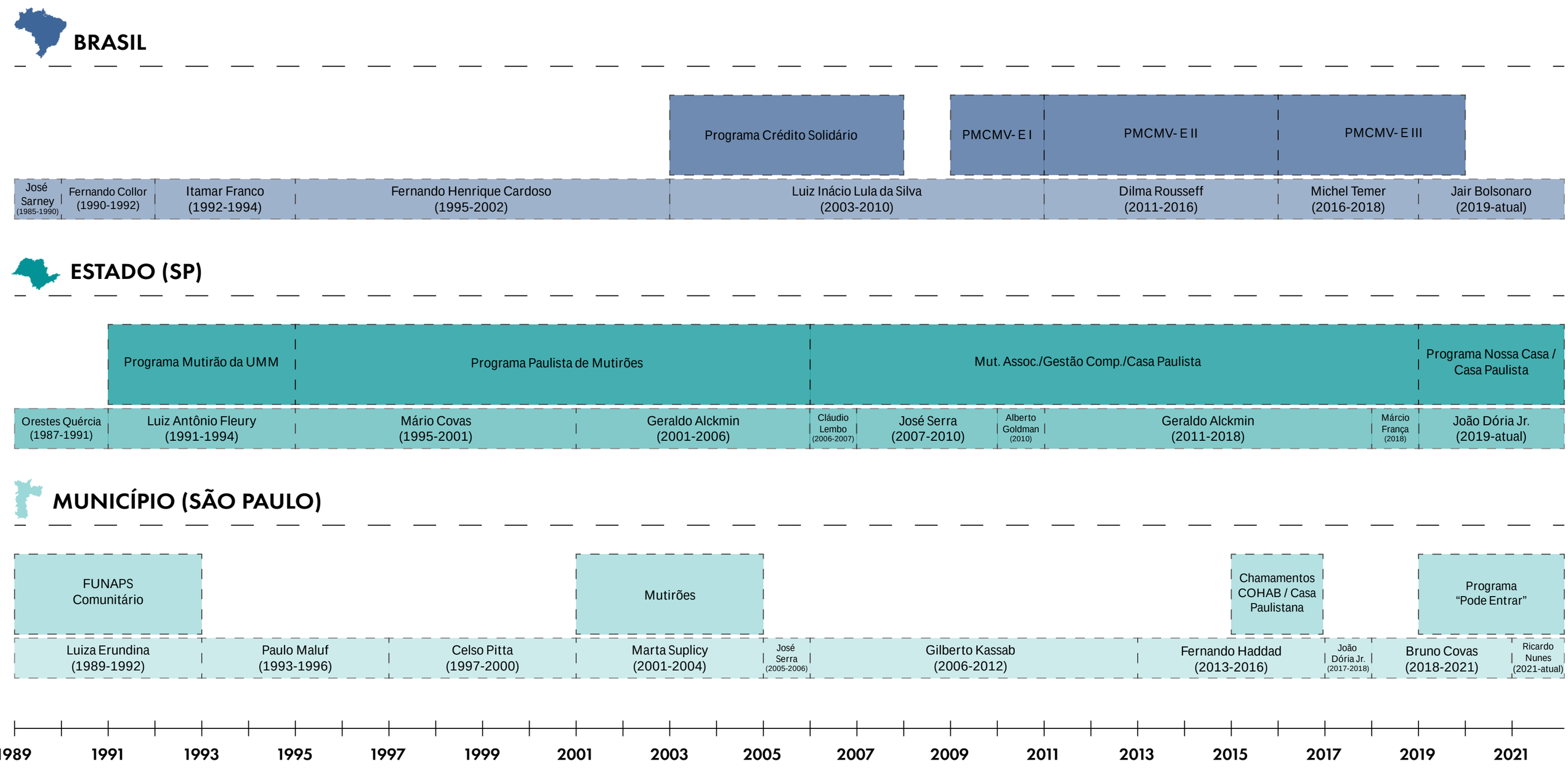
66. Fonte: https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/03/covas-sanciona-pacote--contra-coronavirus-em-sp-ck8ejfndu02yj01qu7skgndjd.html. Acesso em 08.04.2021.

Paulista Mutirão UMM tinha como objetivo a construção de moradias por meio de mutirões autogestionários, aos moldes do FUNAPS Comunitário. No entanto, o programa foi reformulado anos mais tarde, o que acabou por minar a proposta autogestionária. Segundo Royer (2002, p. 109):

> Ao mesmo tempo em que políticas públicas autogestionárias são institucionalizadas entre os órgãos oficiais de provisão habitacional, a autogestão defendida pelos movimentos de moradia é vista como empecilho limitador dos ganhos de escala para a provisão em massa.

Por isso são tão importantes iniciativas como o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, aliadas aos chamamentos de órgãos municipais como a COHAB-SP, a fim de utilizar terrenos públicos subutilizados em áreas providas de infraestrutura para a construção de moradia. Além disso, a autonomia das associações é essencial para o bom andamento do projeto, com a parceria das assessorias técnicas, a fim de garantir a qualidade das construções em detrimento de lucro. Por enquanto, com o fim do Minha Casa Minha Vida e a recente sanção do "Pode Entrar" ainda em meio à pandemia de coronavírus e de crise econômica, o momento é de espera e observação.

Figura 3 | Linha do tempo de políticas habitacionais autogestionárias e iniciativas de apoio à autogestão nas três esferas de governo



Fonte: Elaborado pela autora, com base em TEIXEIRA (2018) e MURAD (2019).

Se o senhor não está lembrado
Da licença de contar
Que aqui onde agora está
Esse edifício alto
Era uma casa velha um palacete assobradado

Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mais um dia nem quero me lembrar
Veio os homens com as ferramentas
O dono mando derruba

Peguemo' toda' nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Apreciar a demolição
Que tristeza que eu sentia
Cada táuba que caia
Doía no coração

Mato Grosso quis gritar
Mas em cima eu falei
Os homens está 'cá razão
Nós arranja outro lugar

Só se conformemos quando o Joca falou
"Deus dá o frio conforme o cobertor"
E hoje nós pega a paia nas grama do jardim
E pra esquecer nós cantemos assim
Saudosa maloca, maloca querida
Que din donde nós passemos dias feliz de nossa vida

Adoniran Barbosa, Saudosa Maloca (1961)

CAPÍTULO 2

Um panorama do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo



Foto: acervo UNMP, 2014

2. Introdução ao panorama

É inegável que o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades tenha sido vitória significativa dos movimentos sociais, sobretudo os que têm como principal premissa a autogestão como processo produtivo de moradia e cidadania. No entanto, a situação tomou outro rumo, com a gradativa suspensão de aportes financeiros para a viabilização dos empreendimentos, atrasos nos repasses aos empreendimentos já contratados, e, posteriormente, com o cancelamento do Programa. Com isso, veio a promoção do Programa Casa Verde e Amarela,[67] que acabou com os subsídios a fundo perdido. Esses subsídios possibilitavam o acesso à moradia às faixas mais baixas de renda, que, com o advento desse novo Programa, voltam a ser excluídas das políticas habitacionais.

Além disso, não há um conhecimento sistematizado sobre os empreendimentos do PMCMV-E no Brasil como um todo, sem falar na inconsistência de algumas informações obtidas, e é justamente essa a contribuição que esta pesquisa pretende dar em relação aos dados dos empreendimentos da cidade de São Paulo. Tendo isso em mente, percebe-se a necessidade de uma análise complementar do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, a fim de compreender sua efetividade no município, por meio dos empreendimentos contratados.

Essa análise seria mais concentrada em dados quantitativos referentes aos empreendimentos e processos de viabilização. Existem ótimas análises[68] a respeito do Programa, não apenas no município de São Paulo como no Brasil todo: relatórios oficiais e trabalhos acadêmicos, cujos enfoques estão

---

67. O Programa em questão é o Programa Casa Verde Amarela, lançado pelo governo federal em agosto de 2020. As verbas para o financiamento destinado à faixa mais baixa de renda contemplada encontra-se sem previsão orçamentária para o ano de 2021. Fonte: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/23/governo-corta-98-dos-recursos-do-orcamento-para-novo-minha-casa-minha-vida.htm. Acesso em 10.05.2021.

68. ARANTES, FIX, 2009; ROLNIK, NAKANO, 2009; FERREIRA, 2012; CARDOSO, 2013; MARQUES, RODRIGUES, 2013; ROLNIK, 2014; SANTO AMORE, SHIMBO, RUFINO, 2015; CARDOSO, ARAGÃO, JAENISCH, 2017; entre outros.

mais concentrados em estudos de caso e fatores qualitativos. Os fatores qualitativos sem dúvida merecem a devida atenção quando se trata de política de produção habitacional, que, afinal envolve a dicotomia entre valor de uso e valor de troca, mas também exigem olhares mais apurados sobre cada caso, algo que foge do escopo desta pesquisa. Esta dissertação, especificamente neste capítulo, busca responder à seguinte questão: o que produziu o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo durante os 11 anos de sua vigência?

Portanto, o que se busca é elaborar uma visão panorâmica do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades durante os seus 11 anos de vigência (2009 – 2020), mais especificamente na cidade de São Paulo, por meio de um levantamento dos empreendimentos inicialmente selecionados e, posteriormente, contratados, tendo como fonte de dados editais, listas publicadas em diários oficiais e chamamentos de órgãos municipais e federais.

O ponto de partida deste trabalho se deu por uma breve análise da publicação "Habitação: entidades – Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida", publicado pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB-SP) e pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), em 2016. Essa publicação divulgou alguns dos projetos de empreendimentos propostos por entidades selecionados nos chamamentos realizados pela COHAB-SP em 2015, que tinham como objetivo disponibilizar terrenos públicos para a viabilização de projetos habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

Durante a análise da publicação, dos resultados e dos editais dos chamamentos, chamou atenção para o número de propostas em comparação ao que foi selecionado e mais ainda ao que foi de fato contratado. Com isso, ampliou-se a busca para outras fontes oficiais de informações, a saber: Controladoria Geral da União (CGU), Secretaria Nacional de Habitação (SNH), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por meio do Portal da Transparência do Governo Federal, e consultas aos Diários Oficiais da União (DOU) no decorrer dos anos do Programa. Também foram utilizadas como fontes para complementação das informações sobre os empreendimentos: a publicação "Revista da Produção de habitação em Autogestão: empreendimentos da União Nacional por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades", realizada pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP) em 2019; monografias; artigos; dissertações; páginas e redes sociais de assessorias técnicas e de movimentos de moradia;

e outras pequenas publicações organizadas em parceria entre movimentos de moradia e assessorias técnicas.

A partir desse panorama diverso de dados, pôde-se elaborar uma listagem dos projetos de empreendimentos previamente selecionados pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo, desde o início até o fim de sua vigência. Com posse dessas informações, foram elaboradas fichas de cada projeto, a fim de organizar um inventário da produção do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades no município, e daqueles com potencial para viabilização, porém não contratados.

2.1 Para começo de conversa: notas metodológicas

Em sua principal obra, O Leviatã, Hobbes afirma que conhecimento é poder. À medida em que o tempo passa, essa afirmação torna-se mais pertinente: apesar de a internet ter possibilitado o acesso de milhões de pessoas à informação, por outro lado, propiciou a disseminação em massa de desinformação. Em tempos como os atuais, em que informações equivocadas têm grande impacto sobre a vida das pessoas e se espalham com grande rapidez, o trabalho com fontes confiáveis é imprescindível. A escassez ou ausência de transparência das informações disponibilizadas é outro fator que tem grande influência sobre pesquisas.

Antes de iniciar a descrição dos dados encontrados na pesquisa e seus detalhes, cabe fazer algumas observações sobre os métodos (por assim dizer) de coleta. Importante ressaltar a ausência de um banco de dados único e completo a respeito dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, falando de forma geral, e mais especificamente, sobre os empreendimentos da cidade de São Paulo, foco desta pesquisa. Sobre o Programa em si, não há uma página dedicada à sua divulgação: existe apenas um apêndice no site da Caixa[69] onde há informações elementares para quem deseja participar. Os números referentes à produção do Programa, ou àquilo que está em andamento, não são divulgados e, quando o são, se

69. Ver: https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx. Acesso em 29.09.2019.

dá pelos veículos de imprensa ou por relatórios de pesquisadores. Ou ainda por publicações como a da COHAB-SP, apesar de nem todos os projetos ali constantes tenham sido contratados.

Outro elemento de destaque nas buscas refere-se à transparência na divulgação de dados nos Diários Oficiais, sobretudo no Diário Oficial da União. Notou-se mudanças na forma de divulgação dos resultados das seleções do PMCMV-E, sobretudo no que se refere às informações disponibilizadas. No ano de 2013, as listas de divulgação contavam com informações como modalidades operacionais, unidade federativa, município, nomes das entidades organizadoras, nomes dos empreendimentos, número estimado de unidades habitacionais, e aporte de recursos do FDS. Há outra lista que inclui a informação sobre investimento total do empreendimento. No ano de 2016, as informações da lista contavam com unidade federativa, município, APF (código referente ao grupo de pessoas), nome do empreendimento, número de unidades habitacionais, modalidade de contratação, e os nomes das entidades organizadoras. Já em 2018, ano das últimas seleções de fato, a forma de divulgação mudou drasticamente: as listagens contavam apenas com região, unidade federativa, município, códigos dos empreendimentos, CNPJ das entidades, e número de unidades habitacionais.

Feitos esses esclarecimentos, é possível prosseguir. Após a organização da listagem dos empreendimentos a partir da publicação da COHAB-SP, foram utilizadas outras fontes de informações sobre os projetos, como publicações dos Diários Oficiais da União e da cidade de São Paulo, da Controladoria Geral da União e do Ministério do Desenvolvimento Regional, através de solicitações junto ao Portal da Transparência do governo federal. A fim de obter informações complementares sobre os empreendimentos, foram utilizadas fontes "alternativas" (ou "não oficiais") como a Revista da Autogestão, elaborada pela União Nacional por Moradia Popular (RODRIGUES, E. L. et al, 2019), trabalhos acadêmicos sobre determinados empreendimentos e outras publicações de movimentos sociais aliados às assessorias técnicas, disponibilizadas em suas páginas em redes sociais. Com esse primeiro levantamento, foi possível obter um número satisfatório de informações sobre grande parte dos empreendimentos inicialmente listados, ainda que não estivessem publicadas informações sobre todos.

Dentre todas as propostas localizadas inicialmente, há 101 cujas informações mais detalhadas não puderam ser localizadas, seja por alguma limitação nas informações disponibilizadas nos meios oficiais, seja por falta de divulgação por outros meios. Para se ter uma ideia, entre as 258

propostas localizadas, há 32 em que o endereço não foi publicizado e 163 não contavam com a informação sobre a área da unidade habitacional. Dada a dificuldade na busca de informações mais detalhadas a respeito dos empreendimentos, pela não disponibilização desses na internet de forma facilitada, se recorreu ao Portal da Transparência mais de uma vez. Ainda que a solicitação sobre dados das propostas tenha sido em parte atendida, com o fornecimento de listagens de empreendimentos contratados, não havia dados mais detalhados além de nome, endereço, número de unidades, cidade e valor do financiamento. Em outra listagem obtida por meio do Portal da Transparência constava apenas os nomes de propostas selecionadas, o número de unidades habitacionais e a cidade onde seriam construídos, o que estava muito aquém do solicitado.

Outro aspecto muito importante, e que pode representar certa fragilidade das fontes de busca, é a incoerência de alguns dados quando confrontados com diferentes fontes. Havia informações referentes às propostas que divergiam em alguns casos de comparação de documentos advindos tanto do governo federal quanto da prefeitura. Isso dificultou muito o cruzamento de informações sobre empreendimentos e sua complementação, quando fosse o caso. Entre essas incoerências, constam a divulgação de listas sem endereços, com algum dígito no número de CNPJ da entidade faltando (no caso da Portaria nº 595/18) ou número de unidades habitacionais divergente na conferência de dados.

A divergência no número de unidades habitacionais foi o caso mais recorrente entre os citados, sobretudo quando cruzadas fontes de diferentes esferas, como as listas fornecidas pelo governo federal em comparação com as da prefeitura. Havia inclusive casos em que, comparadas listas de diferentes datas vindas do governo federal, por exemplo, se identificava a mesma incoerência de número de unidades habitacionais em algumas propostas. Em outras ocasiões, houve incongruências quanto aos nomes das propostas, algo que se solucionava, ao cotejar com informações de endereços (quando disponíveis). Há casos de empreendimentos cujos nomes foram mudando no decorrer do processo, o que foi possível identificar com o auxílio das redes sociais das entidades e associações.

No quadro 1 há um resumo de todas as solicitações feitas aos Portais da Transparência federal e municipal para obtenção das informações complementares utilizadas ao logo da pesquisa:

Quadro 1 | Consultas aos Portais da Transparência

Data pedido	Data resposta	Órgão	Pedido	Resposta
16.02.2020	09.03.2020	CGU/Gov. Federal	Complementação de informações sobre tabela encontrada na internet, sob domínio da CGU.	Disponibilização de planilhas com informações sobre alguns empreendimentos e recomendação de procura pelo MDR para mais informações.
22.04.2020	11.05.2020	MDR/Gov. Federal	Solicitação de complementação de informações sobre tabela encontrada na internet, sob domínio da CGU, segundo recomendação da CGU em consulta anterior.	Pedido de prorrogação por 10 dias para disponibilização de informações, sob argumento da complexidade do pedido.
22.04.2020	20.05.2020	MDR/Gov. Federal	Solicitação de complementação de informações sobre tabela encontrada na internet, sob domínio da CGU, segundo recomendação da CGU em consulta anterior.	Enviada planilha apenas com os empreendimentos contratados, conforme disponibilizade de informações da SNH/MDR.
28.08.2020	11.09.2020	COHAB-SP / Gov. Municipal	Solicitação de mais informações sobre empreendimentos aprovados e não aprovados na cidade de São Paulo.	Resposta que no pedido não havia as informações solicitadas.
28.08.2020	14.09.2020	SEHAB-SP/ Gov. Municipal	Solicitação de mais informações sobre empreendimentos aprovados e não aprovados pelo PMCMV-E na cidade de São Paulo.	Encaminhamento para a COHAB sob argumento de competência.
11.09.2020	27.09.2020	COHAB-SP / Gov. Municipal	Recurso em primeira instância para obtenção de informações.	Afirmação de que os dados não estavam compilados, pois os processos são físicos. Havia a possibilidade de consultar os processos junto à COPEL, presencialmente.
11.09.2020	12.10.2020	COHAB-SP / Gov. Municipal	Solicitação de mais informações sobre empreendimentos aprovados e não aprovados pelo PMCMV-E na cidade de São Paulo.	Envio de planilha anexa com informações sobre empreendimentos relacionados ao PMCMV-E na cidade de São Paulo.
15.09.2020	12.10.2020	COHAB-SP / Gov. Municipal	Pedido encaminhado da SEHAB-SP para COHAB-SP.	Envio de planilha anexa com informações sobre empreendimentos relacionados ao PMCMV-E na cidade de São Paulo.
05.11.2020	20.11.2020	CAIXA/ Gov. Federal	Solicitação de mais informações sobre empreendimentos que aparecem em lista divulgada na internet sob domínio da Caixa.	Envio de planilha anexa com informações sobre empreendimentos contratados do PMCMV-E na cidade de São Paulo.
11.05.2021	14.05.2021	MDR/ Gov. Federal	Solicitação de mais informações sobre empreendimentos selecionados no ano de 2018, nas Portarias Nº162 e Nº565.	Envio de planilha anexa com dados sobre empreendimentos selecionados em 2018 conforme solicitado.

Fonte: Elaboração própria.

A primeira solicitação ao Portal da Transparência se deu em função de uma tabela encontrada nas páginas de busca, cujo endereço eletrônico apontava para a Controladoria Geral da União (CGU).[70] Nessa tabela, constava as seguintes informações sobre empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 na cidade de São Paulo: unidade federativa, cidade, nome do empreendimento, número de unidades habitacionais e fundo financiador. Para a cidade de São Paulo, o número total de empreendimentos da modalidade Entidades da lista era de 135, um número muito superior aos 36 da publicação da COHAB. As informações contidas nessa relação, no entanto, não eram suficientes se comparadas às da publicação da COHAB. Portanto, foi solicitado ao Portal da Transparência, no âmbito da CGU, uma complementação das informações sobre os empreendimentos listados. Como resposta, se obteve planilhas com empreendimentos selecionados e outra com os contratados, sem, no entanto, atender à solicitação de fato. As informações das planilhas correspondiam exatamente ao que já aparecia na lista original.

Com isso, resolvi fazer uma segunda consulta, desta vez direcionada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, mais precisamente à Secretaria Nacional de Habitação, conforme foi indicado pela CGU quando fiz a consulta anterior. Usei o mesmo texto sobre a planilha encontrada e solicitando mais informações com um complemento sobre os empreendimentos listados, pois na consulta anterior os resultados não foram satisfatórios. Após 18 dias, fui comunicada de que a resposta ao meu pedido teria seu prazo máximo estendido em 10 dias, sob o argumento de "complexidade para elaborar resposta". Então, finalmente, recebi uma planilha apenas dos empreendimentos contratados no estado de São Paulo. As informações novas recebidas se referiam à situação dos empreendimentos à época, tipologias e porcentagem das obras realizadas. Apenas um dos empreendimentos na cidade de São Paulo aparecia de forma duplicada, com informações conflitantes sobre as obras e números diferentes de contrato.

A fim de tentar complementar os dados obtidos, busquei o Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo; inclusive pelo fato de a publicação com informações mais completas sobre alguns empreendimentos contratados e outros selecionados pertencer à COHAB-SP em conjunto com a Prefeitura Municipal de São Paulo. O primeiro pedido foi indeferido, sob a justificativa de que eu não havia especificado as informações de que precisava. Após recorrer, obtive como resposta que os dados não estão compilados e que,

70. Após a minha consulta ao Portal da Transparência, a tabela em questão foi retirada do ar.

como os processos são físicos, isso demandaria trabalho adicional. Além disso, que não havia pessoal disponível para tal, mas que eu poderia consultar os processos físicos junto à Comissão Permanente de Licitação (COPEL).

Minha segunda e terceira tentativas junto à prefeitura, com o mesmo pedido escrito, foi procurar novamente a COHAB-SP e, concomitantemente, a SEHAB-SP. O envio para a SEHAB-SP foi no intuito de obter informações complementares ao que a COHAB-SP poderia oferecer, o que, no entanto, se revelou uma tentativa frustrada, pois a SEHAB-SP direcionou o pedido à COHAB-SP. Foram dois pedidos de informações, para dois diferentes setores, que resultaram na mesma resposta, do mesmo setor: uma planilha com vários empreendimentos, tanto contratados quanto não contratados, selecionados e não selecionados, e informações sobre estágio de regularização junto à prefeitura.

A derradeira consulta via Portal da Transparência teve relação com um cruzamento final de dados das publicações no Diário Oficial da União. Conforme relatado anteriormente, nas últimas seleções divulgadas, as informações a respeito dos empreendimentos selecionados e entidades organizadoras não eram explícitas, o que tornou mais trabalhoso o processo de cruzamento de dados. Além disso, havia inconsistências entre a minha base de dados e alguns empreendimentos aparentemente listados. Cabe descrever melhor a busca: as últimas portarias, publicadas em 2018, continham como informações dos empreendimentos apenas o CNPJ das entidades, o código do empreendimento e o número de unidades habitacionais, além de cidade e unidade federativa. Como o código do empreendimento era desconhecido, essa informação poderia ser consultada com facilidade, então recorri à pesquisa dos CNPJs das entidades via página da Receita Federal.

A pesquisa na página da Receita Federal parte do pressuposto inicial da pesquisa, de trabalhar com dados públicos ou, ao menos, de acesso facilitado ao público em geral. Após obter os nomes das entidades, cruzava as informações com o que eu já possuía na minha base de dados, usando como dados comprobatórios o número de unidades habitacionais e os nomes das entidades. Os nomes das propostas, no entanto, permaneciam desconhecidos. Nem todas propostas conseguiram ser contempladas, pois ora o número de unidades habitacionais com o que havia nos dados coletados não coincidia, ora o nome encontrado pertencia a uma entidade não listada. Com isto, juntei os números das propostas e solicitei ao Ministério do Desenvolvimento Regional, via Portal da Transparência, informações mais detalhadas sobre as propostas que não foram encontradas.

O retorno foi mais rápido do que o habitual e continha as informações que solicitei, pelo menos o mínimo delas: nomes das propostas selecionadas, endereços, nomes das entidades, unidades federativas e municípios, portaria de seleção, modalidade, CNPJ das entidades, se a proposta foi selecionada e se foi contratada. Não havia informações mais detalhadas, como áreas de projeto, de unidades habitacionais, de terrenos e afins. Inclusive, havia uma proposta cujo endereço não se localiza na cidade de São Paulo e sim em Guarulhos, de acordo com uma conferência no Google Maps. Em uma segunda conferência na página do Geosampa,[71] que contém informações georreferenciadas da cidade de São Paulo, o endereço não foi encontrado, o que comprovou que o empreendimento em questão não se localiza no município.

Sobre a base de dados criada conforme descrevi, as informações foram organizadas em uma planilha Excel, com todas as propostas de empreendimentos encontradas nas pesquisas listadas. A planilha foi a melhor forma encontrada para sistematizar as informações, para facilitar e controlar a conferência entre fontes distintas. As colunas da planilha foram aumentando à medida em que mais dados eram encontrados sobre determinadas propostas, e foram organizadas de acordo com categorias maiores. Essas categorias são: fontes de pesquisa, situação, ano, empreendimento, tipologia construtiva, localização, plano diretor, assessoria, entidade e movimento. Dentro de algumas dessas categorias, foram criadas subcategorias a fim de reunir informações que possuem alguma relação. Sob a categoria fontes de pesquisa, estão as subcategorias "federal", "estadual" e "municipal", a fim de identificar e especificar por meio de quais entes as informações vieram, se por meio do Ministério das Cidades, órgão federal, ou por meio da COHAB-SP, órgão municipal, por exemplo.

Dentro da categoria "empreendimento", estão contidas informações específicas referentes aos projetos em si, como nome, número de unidades habitacionais, área das unidades habitacionais e área do terreno. Dentro da categoria tipologia construtiva, estão contidas duas opções: se construção nova ou reforma. Na categoria localização, há as subcategorias endereço, bairro, região e distância aproximada em quilômetros até a praça da Sé. Na categoria plano diretor há as subcategorias zoneamento (conforme o Plano Diretor Estratégico de 2014), taxa de ocupação e coeficiente de

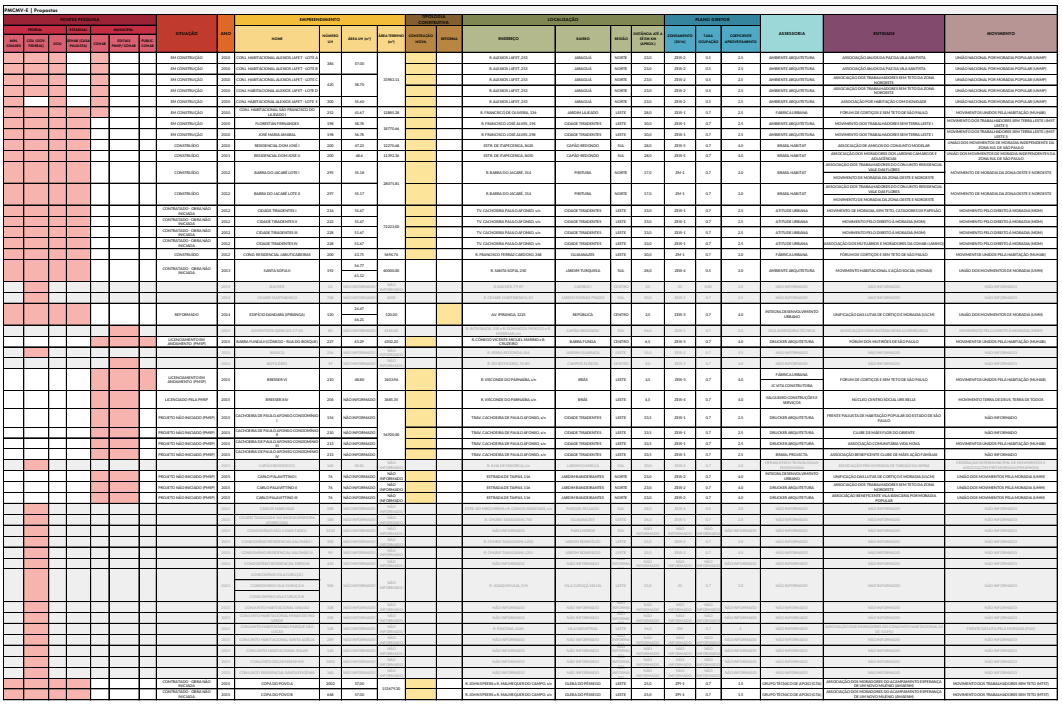
71. O Geosampa é o portal de mapas oficial da cidade de São Paulo, mantido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Foi criado em 2014 e disponibilizado para a população em 2016. Neste portal há informações urbanas georreferenciadas do município de São Paulo, disponíveis para download.

aproveitamento.

Essa base de dados criada, com as categorizações apresentadas, conforme se vê mais detalhadamente no Anexo I, reúne 258 propostas de empreendimentos, incluindo as contratadas, as citadas apenas uma vez em documentação oficial e as selecionadas que, por algum motivo, não seguiram adiante. Essa planilha serviu como base para as análises que serão feitas a seguir sobre as 157 propostas que são mencionadas mais de uma vez nas fontes oficiais (e isso inclui tanto as propostas contratadas quanto as selecionadas). Também é base para a elaboração dos inventários das propostas para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo cuja contratação não se efetivou (Anexo II) e dos empreendimentos contratados pela Caixa (Anexo III).

Na figura 4, é possível ver uma "amostra" do que foi descrito acima, por meio da imagem de uma das páginas do quadro-resumo sobre as propostas de empreendimentos do PMCMV-E na cidade de São Paulo. Nesta imagem pode-se ver que há algumas linhas marcadas em cinza, que correspondem às propostas que apareceram apenas uma vez nas pesquisas. A maior parte dessas propostas se destaca por ter como única fonte a CGU, na lista mencionada anteriormente nas pesquisas.

Figura 4 | Imagem de parte do quadro-resumo sobre as propostas de empreendimentos do PMCMV-E na cidade de São Paulo



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

Outro dado relevante é que nem todas as propostas encontraram correspondências em mais de uma esfera de governo, inclusive em se tratando de empreendimentos contratados. Muito se deve ao fato de que as fontes municipais consultadas estão relacionadas aos chamamentos de 2015 e 2016 da COHAB-SP e que alguns dos empreendimentos ou foram contratados anteriormente, ou tiveram terrenos adquiridos de forma autônoma, por parte das entidades.

Após as conferências, se iniciou o processo de obtenção de imagens dos projetos para a confecção de fichas de cada proposta, a fim de fazer um inventário do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo. A ideia era que esse inventário deveria conter todas as informações compiladas na planilha, juntamente com imagens dos projetos, caso estivessem disponíveis. Cabe detalhar aqui os métodos para obtenção das imagens, visto que não há um banco de dados oficial de projetos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

Com exceção da publicação da COHAB-SP,[72] não há divulgação de imagens de projetos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades por fontes governamentais. Uma das principais fontes de imagens foi a publicação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP),[73] que compilou alguns dos empreendimentos contratados e outros selecionados pelo PMCMV-E organizados pela UNMP. No entanto, essas duas fontes não foram suficientes para obter as imagens de todas as propostas. Portanto, a busca se deu por meio de outras fontes alternativas, sobretudo páginas das redes sociais de movimentos de moradia e associações, bem como seus blogs e páginas de *internet*.

A busca para a obtenção de imagens e informações adicionais dos projetos se deu, inicialmente, por meio de buscas na página do Google, fazendo uso de palavras-chave combinadas de forma alternada, como o nome do empreendimento, o nome da entidade, nome da cidade (São Paulo, ou abreviadamente, "SP") e o nome do programa (Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, ora completo, ora escrito de forma abreviada: "PMCMV-E"). Estas palavras-chave ora eram utilizadas todas em conjunto, ora eram utilizadas duas ou três de forma combinada, até encontrar um resultado satisfatório.

Foi justamente fazendo uso dessas combinações de palavras-chave que encontrei as páginas das redes sociais dos movimentos de moradia e das associações que, em muitos casos, são utilizadas para publicizar os

72. Ver: COHAB/PMSP, 2016.

73. Ver: RODRIGUES, E. L. et al, 2019.

projetos para seus membros. Além disso, também encontrei blogs feitos por membros das associações especialmente para determinados projetos, a fim de mostrar os avanços para os participantes das associações e dos movimentos de moradia. Outro achado muito importante, fruto do uso das combinações das palavras-chave nas buscas, foram as apresentações feitas pelas associações, em parceria com as assessorias técnicas, para os seminários organizados pela UNMP, que tinham como finalidade discutir e publicizar as propostas entre associações e futuros moradores - o que colaborou para a confecção das fichas e complementação de informações.

Isso posto, é necessário reforçar a importância da divulgação dos projetos e de seu andamento pelas associações e movimentos de moradia. Sem esse trabalho de divulgação por meio de páginas na internet, blogs ou até mesmo por suas redes sociais, não teria sido possível elaborar as fichas dos projetos ou até mesmo obter informações mais detalhadas dos empreendimentos, como área das unidades habitacionais, área dos terrenos, localização exata, número correto de unidades habitacionais, com imagens dos projetos e das obras, bem como fotos dos Trabalhos Técnicos Sociais desenvolvidos. Dado que não há divulgação de dados pelo governo federal, a não ser as seleções e contratações via Diário Oficial da União, tampouco são publicadas informações mais detalhadas sobre os empreendimentos quando solicitadas.

Outro ponto interessante, que merece destaque, é de que o Programa Minha Casa Minha Vida não possui página própria na *internet*: as informações gerais sobre o Programa bem como o acesso aos manuais estão na página da Caixa Econômica Federal.[74] Há também outra página, sob domínio do governo federal/Ministério do Desenvolvimento Regional,[75] onde estão publicadas algumas notícias, atualmente referentes ao novo Programa Habitacional, que veio a substituir o PMCMV, e informações gerais sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Com isso, não há espaço para divulgação das propostas selecionadas por parte do governo federal.

Com todas as informações na mesa, tabuladas e conferidas, com fichas-resumo elaboradas, cabe esclarecer quais informações o quadro-resumo contém e quais os critérios estabelecidos para inferir quais empreendimentos evoluíram. No caso dos dados contidos no quadro, são os que seguem: fontes de pesquisa (classificadas em suas devidas esferas de governo – federal,

74. Ver: https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx. Acesso em 21.07.2019.

75. Ver: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida. Acesso em 31.03.2021.

estadual e municipal); situação do empreendimento (conforme informações obtidas em pesquisa); ano (de seleção, contratação ou citação em documentos oficiais); nome do empreendimento; número de unidades habitacionais; área das unidades habitacionais; área do terreno; tipo construído (se construção nova ou reforma/*retrofit*); endereço do empreendimento; bairro, zona, distância aproximada do empreendimento até a praça da Sé (em km); zoneamento, taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento (conforme o Plano Diretor); nomes das assessorias técnicas; nomes das entidades; nomes dos movimentos sociais vinculados às entidades.

Quanto ao filtro de análise, o principal critério adotado foi a ocorrência do mesmo empreendimento em mais de uma fonte, não importando se as fontes pertencem à mesma esfera de governo. Com a adoção desse critério, pode-se inferir que quando um empreendimento é citado mais de uma vez por fontes do governo federal, por exemplo, que houve algum tipo de andamento da proposta inicial. No caso do governo estadual, estão citados apenas os empreendimentos que obtiveram aporte do Programa Casa Paulista,[76] encontrados no Portal da Transparência.

2.2 O panorama em perspectiva: o que poderia ter sido e o que de fato aconteceu

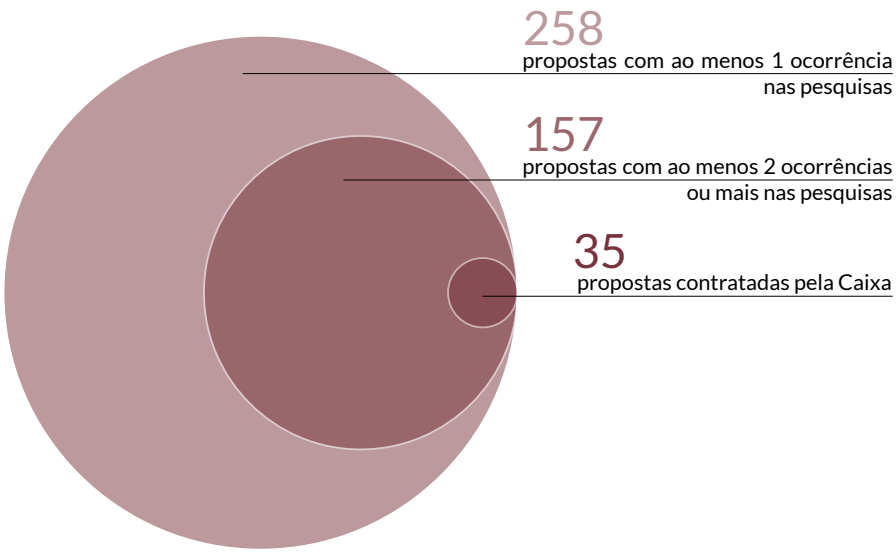
Com todas as informações encontradas e conferidas, pude obter um quadro-síntese com um total de 258 possíveis empreendimentos, ou 69.450 unidades habitacionais, durante toda a vigência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo, disponível como Anexo I desta dissertação. Importante frisar que essas 258 ocorrências se referem a propostas citadas ao menos uma vez em documentos oficiais, sejam eles editais, chamamentos ou portarias publicados pelas esferas federal e municipal. Dentre as propostas, dado o nível de informações obtidas, ou

76. O Programa Casa Paulista – Agência Paulista de Habitação Social foi criado pelo governo estadual de São Paulo em 2011 com a finalidade de fomentar e executar programas e ações na área de habitação de interesse social. A Casa Paulista pertence à Secretaria de Estado de Habitação (SEHAB) e dá apoio a empreendimentos públicos das três esferas de governo.

até mesmo pelo cruzamento de fontes, pode-se notar que boa parte não foi adiante. Ainda se tratando das informações, é necessário frisar que, dada a escassez de esclarecimentos maiores sobre algumas propostas e às mudanças de nomes ocorridas à medida em que o tempo passou, é possível que haja alguma duplicidade.

Utilizando o critério de filtro descrito acima, de supor o prosseguimento das propostas conforme o número de ocorrências encontradas em pesquisa, obtive um quadro com 157 possíveis empreendimentos, ou 34.056 unidades habitacionais, cujos nomes apareceram em ao menos duas fontes diferentes nas pesquisas e conferências realizadas. Isso representa aproximadamente 61% em relação ao número inicial de propostas inicialmente identificadas. Com isso, percebe-se que um número expressivo de possíveis projetos sequer passou por uma primeira seleção. Algo que também deve ficar claro é que dentro desse total também estão os 35 projetos contratados, que representam uma ínfima parte - aproximadamente 22% dentre os 157 e 13,5% dentre os 258 (Figura 05).

Figura 5 | Propostas encontradas em pesquisa e contratadas

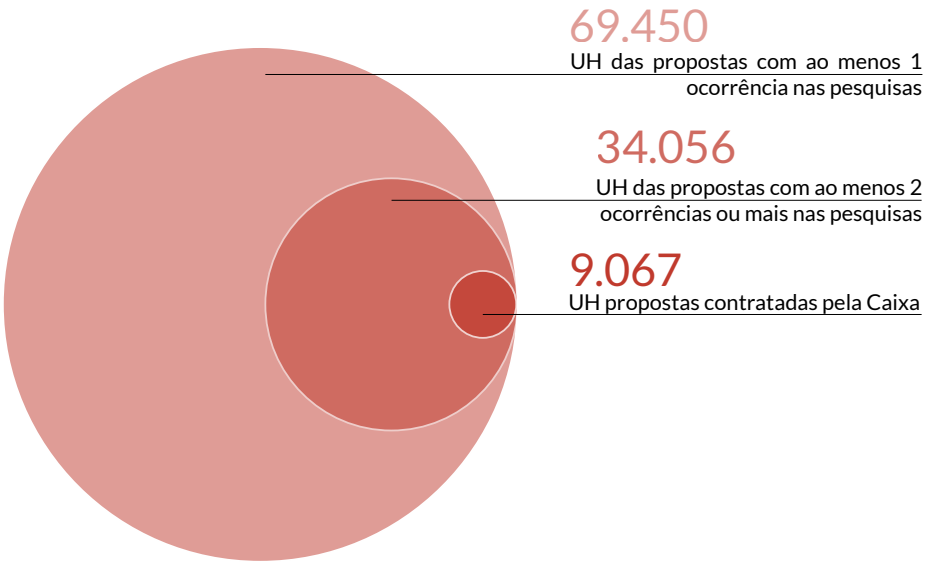


Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e-SIC. Elaboração própria.

Como é possível constatar na figura 5, dentro do universo de propostas possíveis, uma pequena parte foi de fato adiante nas tratativas, chegando à etapa de contratação. Comparando-se os números de unidades habitacionais em cada caso, a diferença torna-se gritante: de 69.450 possíveis unidades habitacionais, passa-se a 34.056 unidades habitacionais (aproximadamente

49% do número anterior), sendo, contratadas, no entanto, apenas 9.067, ou aproximadamente 13% do número inicial (Figura 6). É preciso reforçar, inclusive, que, dada a fragilidade das fontes, ainda há possibilidade de duplicidade entre determinados empreendimentos em função das gradativas mudanças de nome no decorrer das tratativas. Outro ponto de atenção é a não obtenção de todas as informações dos empreendimentos analisados, dada a grande dificuldade de obtenção de dados complementares aos encontrados nas listagens oficiais.

Figura 6 | Número de Unidades Habitacionais (UH) encontradas em pesquisa e contratadas



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

Desta forma, é possível iniciar o panorama das propostas de empreendimentos para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo, durante os seus 11 anos de vigência, reforçando que este panorama foi montado a partir das 157 propostas, que se pressupõe que tiveram algum tipo de andamento. Também será feito um panorama da realidade do PMCMV-E na cidade de São Paulo, a partir dos dados dos empreendimentos contratados, que será mostrado na sequência. Nesse balanço, as propostas contratadas estão incluídas e devem servir como ponto de comparação em uma análise posterior.

2.2.1 Panorama das propostas: o que poderia ter sido

Este panorama tem como base o quadro-síntese das propostas de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo entre os anos de 2009 e 2019[77] (Anexo I), elaborada por meio de cruzamentos de dados de diferentes esferas de governo, com uso de redes sociais e páginas dos movimentos sociais e associações como suporte para complementação de informações. Além desse panorama, também foi elaborado um inventário das 122 propostas que não prosseguiram do PMCMV-E (Anexo II) e das 35 propostas que foram contratadas (Anexo III). A elaboração deste panorama, importante ressaltar, inclui as propostas contratadas, totalizando 157 empreendimentos analisados. Há casos em que há mais de uma assessoria técnica ou mais de uma entidade por empreendimento, o que poderá ser melhor verificado no quadro-síntese e no inventário. Os empreendimentos que não passaram pelo filtro de ao menos duas ocorrências nas fontes estão representados em cinza no quadro do Anexo I e também não entram nas análises por falta de informações mais detalhadas.

Ainda que o levantamento sobre as propostas tenha sido possível, é importante salientar que há muitas lacunas nas informações sobre boa parte das propostas apresentadas, o que, em certa medida, dificultou, mas não impossibilitou a análise. As análises são baseadas nas seguintes categorias: temporal (ano de seleção e situação do empreendimento até a presente data), localização (região da cidade e distância aproximada até a praça da Sé em km), plano diretor (zoneamento), construção (tipo construído, área média da unidade habitacional e do terreno), assessorias técnicas, entidades e movimentos sociais vinculados. Essas categorias fazem parte do conteúdo do quadro-síntese e permitem análises comparativas por meio de gráficos.

---

77. Importante destacar que após 2019, mesmo com a manutenção formal do PMCMV até agosto de 2020, não houve nenhum novo projeto elaborado ou aprovado pelo Entidades. Assim é possível afirmar que o quadro-síntese se refere a todo o período de vigência do PMCMV-E.

a) Temporal

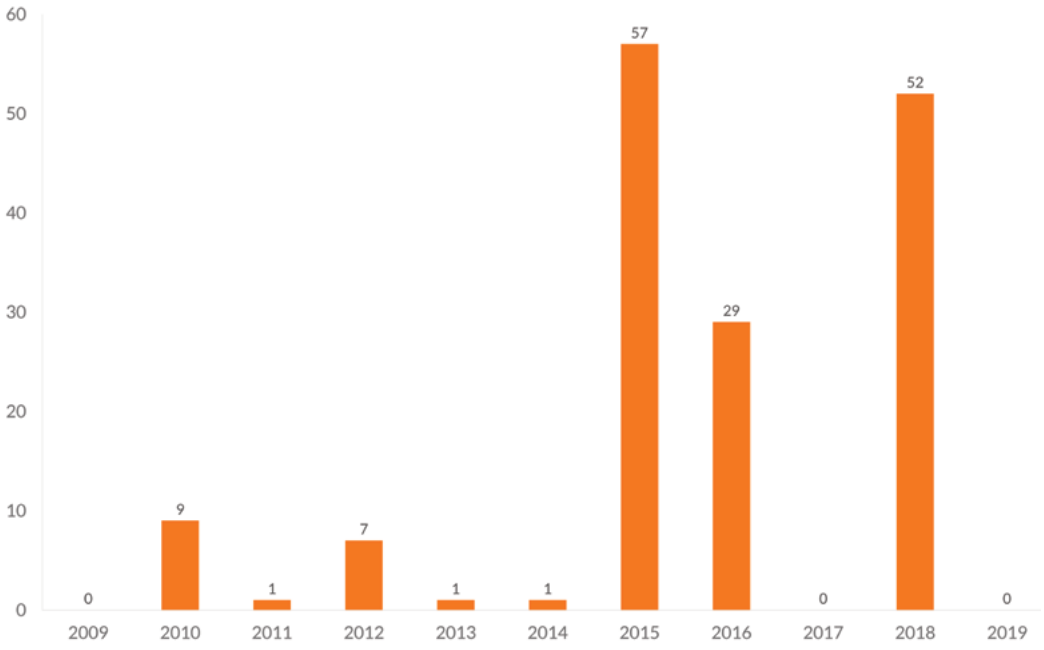
Nesta categoria, será possível notar certa tendência de não continuidade de seleções e contratações, com alguns anos sem ocorrências. O número varia muito e não segue um padrão. Ao mesmo tempo que em determinados anos há seleções pífias ou não há seleção, há dois anos em especial (2015 e 2018) que tiveram um número considerável de seleções e contratações.

Quanto à situação dos empreendimentos, nota-se que a maior parte das propostas parou no estágio de seleção por parte do governo federal e muitas estão em estágios diferentes perante a prefeitura. Outras sequer foram mencionados na última listagem obtida da COHAB-SP.

a.1) Ano de seleção, contratação ou menção a propostas de empreendimentos

No gráfico a seguir, pode-se ver o número de seleções e contratações de propostas na cidade de São Paulo pelo Minha Casa Minha Vida Entidades durante a vigência do Programa. É possível notar, à primeira vista, que as ocorrências não seguem nenhum tipo de linearidade nem uma tendência de crescimento. O que se percebe, na verdade, são "altos e baixos", que incluem anos de pouca ou nenhuma seleção ou contratação (caso de 2009, 2011, 2013, 2014, 2017 e 2019).

Gráfico 1 | Seleções e contratações das propostas



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e-SIC. Elaboração própria.

No entanto, há anos em que as seleções e contratações são muito significativas, como 2015 e 2018. O ano de 2016 também se destaca pelo número alto de contratações e seleções, mas acaba por fazer parte de uma curva descendente até o ano de 2017, quando não há seleções ou contratações. As motivações para a oscilação no número de seleções e contratações nos anos de 2015 e 2018 serão melhor discutidas no capítulo 3.

a.2) Situação dos empreendimentos e propostas de empreendimentos

No gráfico a seguir, pode-se perceber grande variedade na situação atual das propostas de empreendimentos, pois alguns dos dados foram fornecidos pela COHAB-SP e outros extraídos do DOU conforme as seleções ocorriam. Nota-se que boa parte das propostas parou na etapa de seleção por parte do governo federal, tendo, em determinados casos, algum avanço em relação à municipalidade. Algumas das propostas chegam à etapa de licenciamento, enquanto outras não avançam.

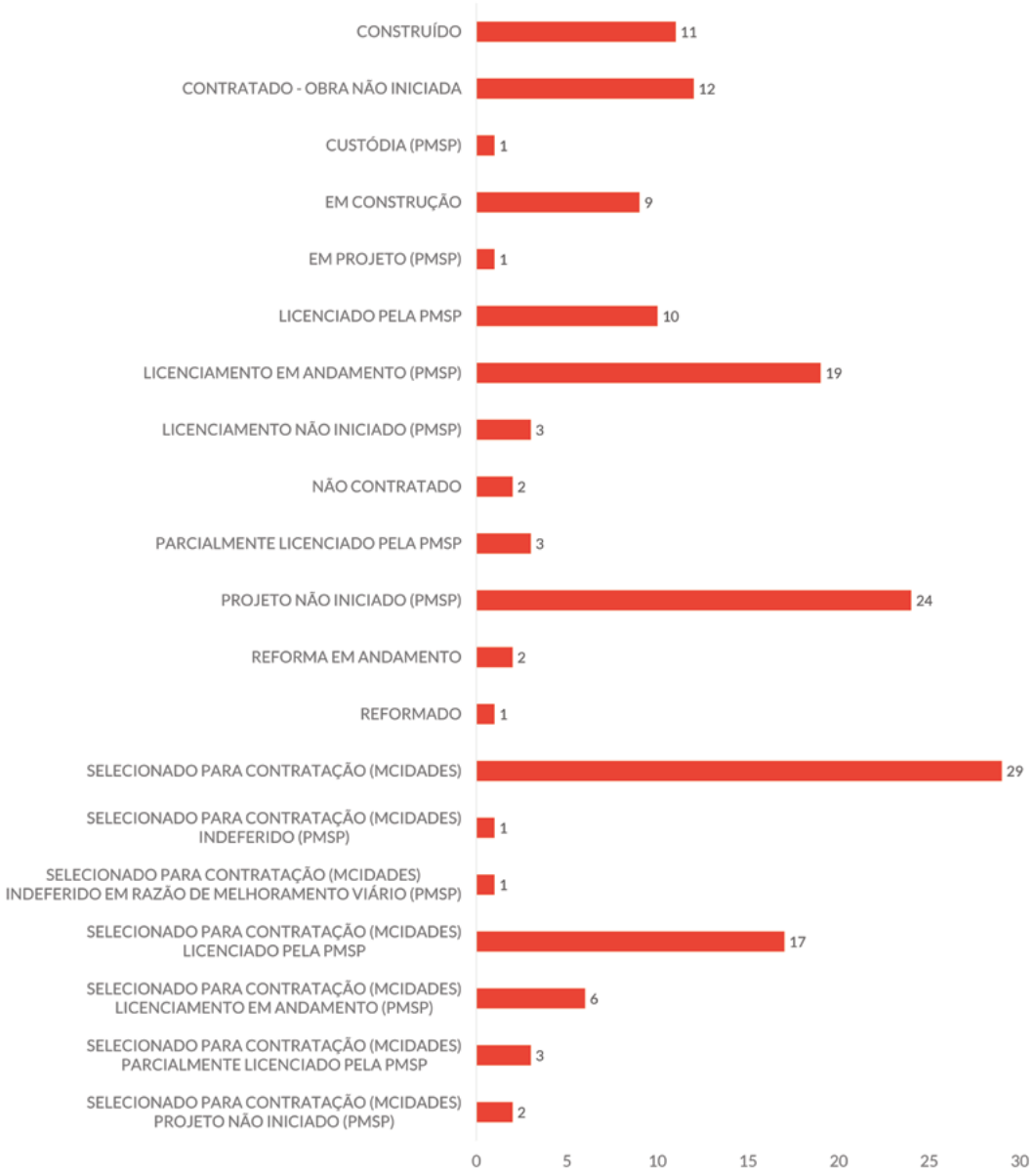
Dentre as 157 propostas de empreendimentos, tendo em vista a situação em 2021, há um destaque para os que permaneceram na etapa de seleção pelo governo federal: são 59, somando-se todos os resultados. Destas 59, 29 não foram mencionadas na lista fornecida pela COHAB-SP, o que dá a entender que não avançaram rumo à aprovação na prefeitura.

Outra categoria que merece atenção refere-se aos projetos ainda não iniciados, de acordo com a COHAB-SP, que têm como ponto comum o fato de não fazerem parte das seleções do governo federal. Essas 24 propostas de empreendimentos constavam nos chamamentos de seleção pública da COHAB-SP, realizados em 2015 e que tinham como objetivo a promoção de empreendimentos de habitação de interesse social em imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de São Paulo e da COHAB-SP na cidade de São Paulo. Depois, há os 19 projetos com o licenciamento em andamento e os 10 projetos já licenciados pela prefeitura de São Paulo, que, com o fim do Programa Minha Casa Minha Vida carecerão de outra fonte de financiamento, visto que os chamamentos foram realizados no âmbito do PMCMV-E.

Ainda há 17 empreendimentos que foram selecionados em 2018 pelo governo federal e estão licenciados pela prefeitura sem, no entanto, terem sido contratados. Além destes, há 6 com o licenciamento em andamento e 3 parcialmente licenciados, cujas contratações também não foram efetivadas. Esses empreendimentos fazem parte, juntamente com os anteriormente citados, do grupo que "ficou pelo caminho" nas tratativas, e terão de buscar seu financiamento por meio de outros programas habitacionais, como, por exemplo, o Programa "Pode Entrar", sancionado pelo prefeito de São Paulo

em setembro de 2021.[78]

Gráfico 2 | Situação das propostas



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e-SIC. Elaboração própria.

Também se destacam os empreendimentos contratados, entre os já construídos, em andamento ou até mesmo os que ainda não tiveram suas

78. O Programa Pode Entrar, em uma de suas modalidades, prevê a construção de empreendimentos em parceria com entidades sociais habilitadas pela SEHAB ou COHAB-SP e, com isso, pode suprir a demanda deixada com a extinção do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. O Pode Entrar, ainda que tenha sido criado em 2019, devido à pandemia de coronavírus, foi sancionado apenas em setembro de 2021. Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=317814. Acesso em 14.09.2021.

obras iniciadas, mas estes serão analisados com mais atenção posteriormente.

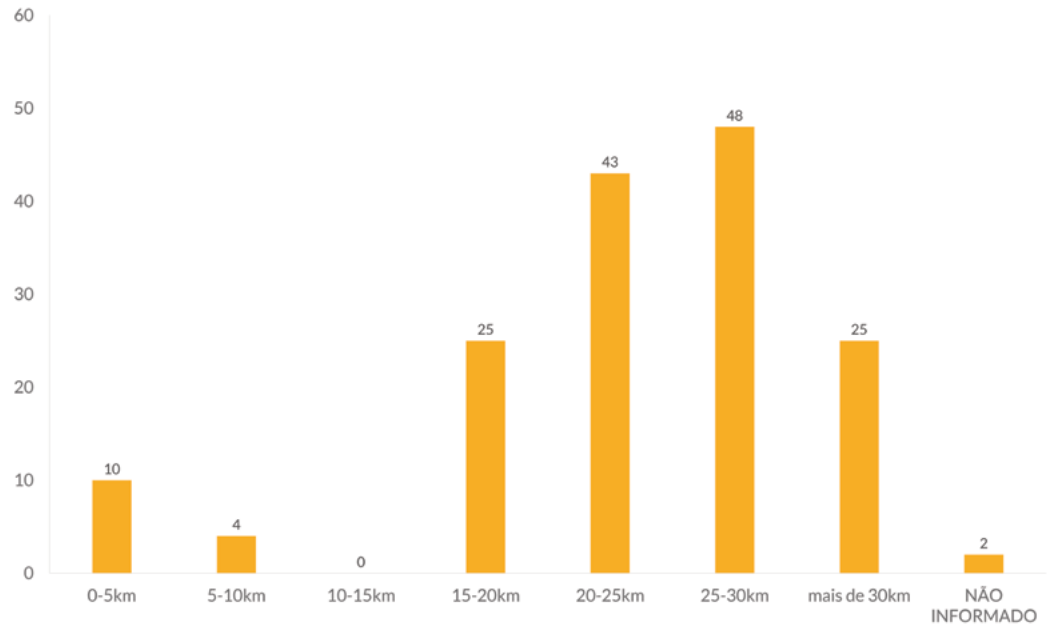
b) Localização

Nesta categoria, será possível perceber como os empreendimentos estão distribuídos pela cidade de São Paulo, demonstrando, em parte, um padrão periférico, o que corrobora com estudos anteriores a respeito do PMCMV-E. No entanto, há um número significativo de empreendimentos na região central da cidade, o que demonstra o caráter "fora da curva" da modalidade Entidades, sobretudo devido à atuação dos movimentos de moradia. Importante ressaltar que há propostas cujos endereços não foram encontrados,[79] o que, no entanto, não impossibilitou uma análise geral.

b.1) Distância das propostas até a praça da Sé (em km)

No gráfico a seguir, se verificará a distância aproximada das propostas até a praça da Sé, marco zero da cidade de São Paulo, aferida com o auxílio do *Google Maps*, que também pressupõe o tempo de viagem com uso de diferentes meios de transporte. As distâncias foram separadas em faixas, entre 0 a 5 km como um critério de alta proximidade, como distâncias caminháveis até o centro da cidade; 5 a 10 km e 10 a 15 km como média proximidade, e a partir de 15 km baixa proximidade ou alta distância.

Gráfico 3 | Distância aproximada das propostas até a praça da Sé



Fonte: Elaboração própria, a partir de aferições no site *Google Maps*.

79. As propostas cujos endereços não foram localizados são o Condomínio Residencial João Paulo II e o Conjunto Residencial Yervant, ambas selecionadas pelo MCidades em 2016.

A partir do gráfico 3, nota-se maior concentração de propostas de empreendimentos nas faixas de maior afastamento em relação à praça da Sé, sobretudo nas distâncias entre 20 a 25 km e 25 a 30 km, com 48 e 43 propostas, respectivamente. Essa maior proporção nas faixa de 20 a 30 km corrobora com o verificado anteriormente por Marques & Rodrigues (2013, p. 169), de que a distância média dos empreendimentos da faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de São Paulo em relação à praça da Sé é de 26 km.[80] Por outro lado, em distâncias superiores a 30 km, que se podem considerar pontos extremos da cidade, há 25 propostas, o que representa aproximadamente 16% do total. Em contrapartida, este mesmo número corresponde à faixa de propostas localizadas entre 15 e 20 km da praça da Sé, uma distância que pode ser considerada alta, porém mais acessível.

Chama a atenção a quantidade de propostas de fato próximas ao centro histórico da cidade, em distâncias caminháveis (0 a 5 km): 10 propostas de empreendimentos, que correspondem a aproximadamente 6,4% do total. É sem dúvidas um número baixo e pouco representativo, mas deve ser levado em consideração dado o padrão de segregação de conjuntos habitacionais de provisão pública, como os construídos pela COHAB-SP e pela CDHU, mencionados por Marques & Rodrigues (2013, p. 169), que possuem distâncias médias até a praça da Sé de 18,4 km e 23,3 km, respectivamente.

b.2) Distribuição das propostas pelas regiões da cidade de São Paulo

As regiões da cidade de São Paulo possuem muitas subdivisões, que em alguns momentos não encontram consenso. Há quem tenha dúvidas se o bairro de Pirituba está na região norte ou oeste, dada a sua localização, a noroeste da praça da Sé. Por isso, para aferir a distribuição das propostas pela cidade de São Paulo, utilizei dados da prefeitura de São Paulo,[81] para eliminar qualquer ambiguidade referente à localização de determinados bairros ou distritos. A divisão, portanto, está entre as regiões: centro, leste, norte, oeste e sul. Verificaremos por meio de gráficos e mapas a relação das propostas pelo território da cidade de São Paulo, de forma que seja possível visualmente entender como as propostas e os empreendimentos contratados se distribuem espacialmente.

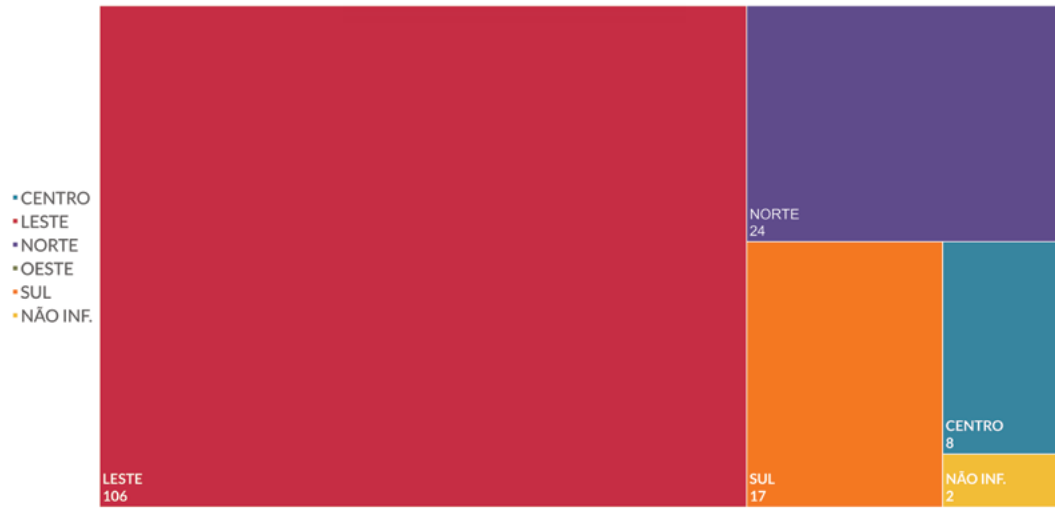
---

80. Na pesquisa de MARQUES & RODRIGUES (2013), as distâncias são calculadas de forma euclidianas simples e cobrem toda a Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, não apenas a modalidade Entidades.

81. Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=250449. Acesso em 21.07.2021.

No gráfico a seguir, será possível entender como as propostas estão distribuídas pela cidade de São Paulo, por região:

Gráfico 4 | Distribuição das propostas por região da cidade de São Paulo



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

A região leste é a que predomina na distribuição das propostas, com 106, que correspondem a aproximadamente 67,5% do total. Há 2 propostas cujos endereços não foram encontrados e constam na categoria "não informado". A segunda região com maior número de propostas é a norte, com 24, seguida pela região sul, com 17 propostas. A diferença na distribuição das propostas entre regiões é discrepante, com predomínio da zona leste, conhecida zona de expansão da cidade e onde há maior disponibilidade de terrenos de menor valor, sobretudo no bairro Cidade Tiradentes, em que estão localizadas boa parte das propostas.

Além da discrepância na distribuição de propostas, é digna de nota a ausência de registros na região oeste, inclusive dentre os empreendimentos não contratados. A região central concentra um número não desprezível de propostas, em especial projetos de reforma de edifício com mudança de uso e por boa parte destas propostas terem sido contratadas.

Nos mapas a seguir, pode-se ter melhor noção da distribuição espacial das propostas, para além dos gráficos, com a localização de cada proposta marcada.

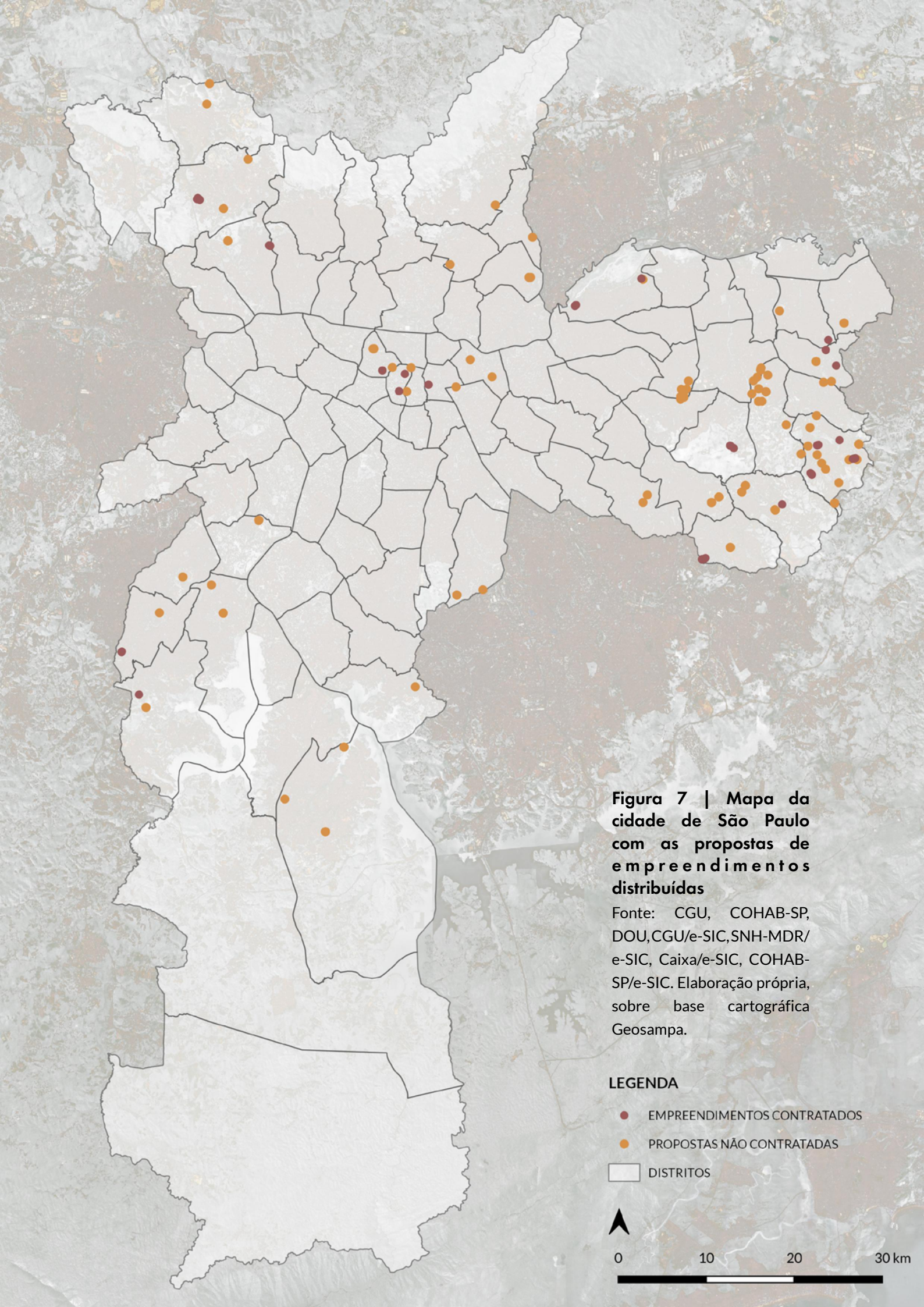


Figura 7 | Mapa da cidade de São Paulo com as propostas de empreendimentos distribuídas

Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e-SIC. Elaboração própria, sobre base cartográfica Geosampa.

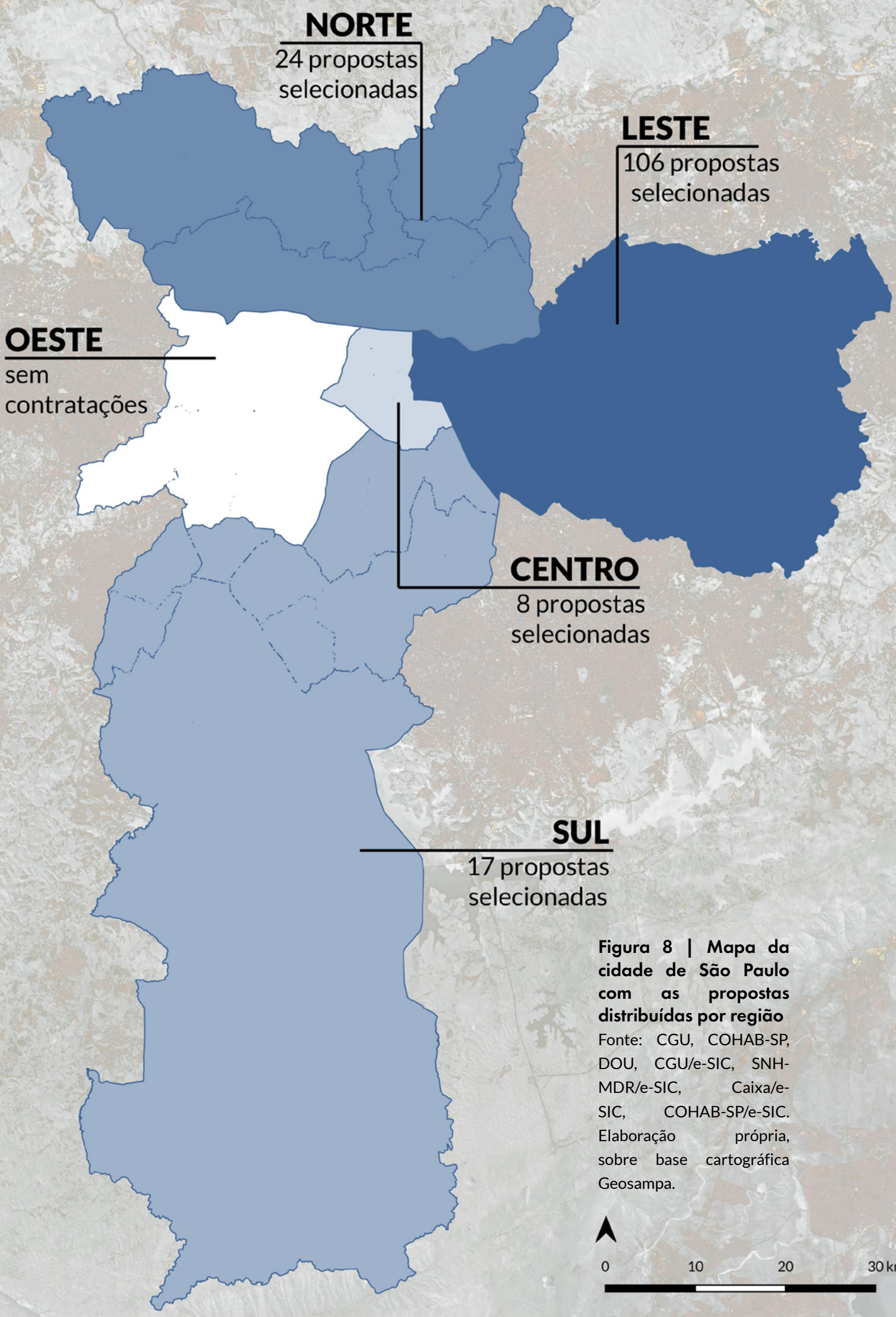


Figura 8 | Mapa da cidade de São Paulo com as propostas distribuídas por região
Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e-SIC. Elaboração própria, sobre base cartográfica Geosampa.

Além da ausência de propostas de empreendimentos na região oeste e também no extremo sul, algo notável na visualização do mapa é a alta concentração de propostas nas bordas da cidade, tanto ao sul e sobretudo a leste, com alguns casos na região norte. Importante lembrar que a região do extremo sul da cidade de São Paulo contém a Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável, localizadas na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais, cuja legislação veda a construção de edificações de uso residencial.[82] A construção de empreendimentos nesta região, portanto, não seria possível.

As propostas da região central também são notáveis por sua localização, pois não estão concentradas em bordas. Isso reforça o argumento de que, ainda que o padrão de segregação espacial prossiga periférico, as propostas[83] tendem a possuir distâncias a centralidades semelhantes aos conjuntos já existentes de políticas anteriores, como CDHU e COHAB-SP. (MARQUES; RODRIGUES, 2013, p.175)

c) Plano Diretor

A localização é, notoriamente, um dos fatores mais importantes no que se refere à habitação, sobretudo pelo fato de que cada terreno e, consequentemente, cada projeto, serem únicos (Maricato, 2009, p. 41). Dito isso, é necessário reforçar o papel do município nas políticas de promoção de habitação para a população de baixa renda, especialmente no que se refere à alteração da legislação de zoneamento, por exemplo, seguindo premissas do Estatuto da Cidade. No caso do zoneamento da cidade, isso ocorre com a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são áreas destinadas à produção habitacional e/ou regularização fundiária para a população de baixa renda, sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo. Por isso, é importante entender sob qual ordenamento territorial as propostas e os empreendimentos contratados estão inseridos.

Durante o período de vigência do PMCMV, o município de São Paulo teve dois Planos Diretores Estratégicos (PDEs) distintos: o de 2002 e o de 2014.[84] O mesmo ocorre com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

---

82. Essas restrições construtivas em Áreas de Proteção de Mananciais estão previstas tanto no Plano Diretor Estratégico de 2002 (Lei nº 13.430, de 2002, seção II, subseção II) quanto no de 2014 (Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, cap. I, subseção III).

83. Importante reforçar que a análise de Marques & Rodrigues abarca toda a Faixa 1 do PMCMV (FAR e Entidades). Além disso, como verificamos no tópico anterior, a maior parte dos empreendimentos selecionados e contratados se deu após esta análise; o que, no entanto, não alterou o padrão periférico das propostas de empreendimento.

84. Ver: SÃO PAULO (Cidade), 2014.

(LPUOS): com o novo PDE, a lei de 2004 (Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004) foi atualizada em 2016 (Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016). Na cidade de São Paulo, as zonas estão predefinidas conforme uma classificação geral, podendo ter subclasses conforme as especificidades locais. Estas zonas podem ser consultadas mais detalhadamente na LPUOS, que conta com as particularidades de cada classificação e subclassificação.

Conforme salientado anteriormente, as zonas organizam o território da cidade conforme seus usos, com destaque para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstas no Estatuto da Cidade como instrumento de política urbana. As Zonas Especiais de Interesse Social têm como objetivo promover moradia digna para a população de baixa renda por meio de melhorias urbanísticas e também possuem subcategorias de acordo com a realidade local. As ZEIS abrangem desde áreas de loteamentos irregulares, como lotes ou edifícios ociosos ou subutilizados, situados em áreas dotadas de infraestrutura urbana, serviços e equipamentos.[85]

Na imagem a seguir, será possível identificar os tipos de ZEIS, que são 5, conforme o Plano Diretor Estratégico de 2014. Cada tipo de ZEIS encontra-se em determinados contextos urbanos, que auxiliam, em um levantamento, a inferir em que tipo de realidade estão inseridas as propostas de empreendimentos, se carecem de infraestrutura, se estão em áreas de preservação, se estão em áreas dotadas de serviços e equipamentos, ou em áreas de loteamentos irregulares ou favelas, por exemplo.

Figura 9 | Definições das Zonas Especiais de Interesse Social na cidade de São Paulo



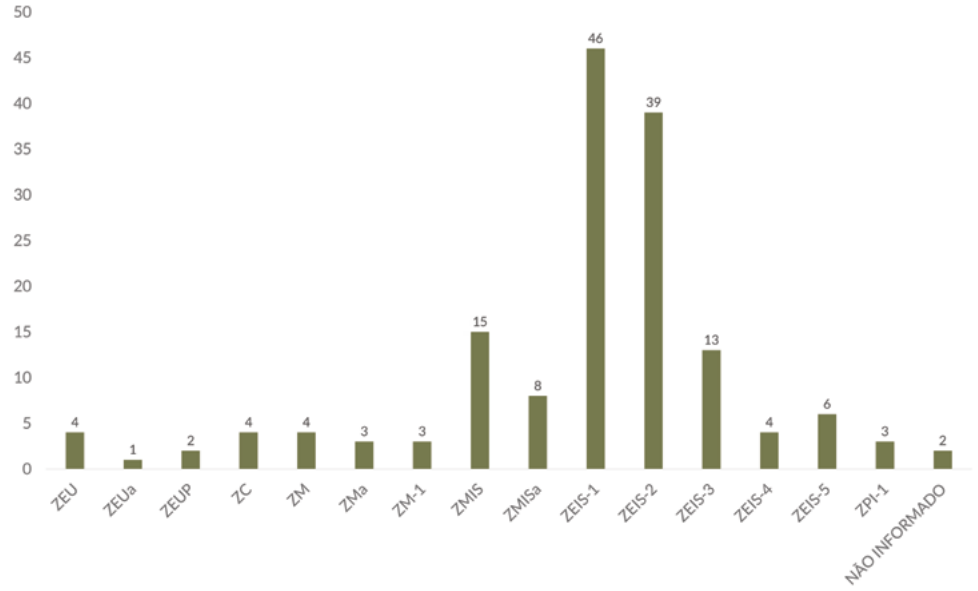
Fonte: SÃO PAULO (Cidade), 2014, p. 60.

85. Fonte: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-especial-de-interesse-social--zeis/. Acesso em 15.08.2021.

Importante ressaltar que, para a efetivação do contrato com a Caixa, as propostas devem estar em situação regular com a prefeitura, ou seja, com o licenciamento efetuado e autorização para a execução das obras. Conforme foi mencionado anteriormente, a vigência do PMCMV-E abarcou mais de uma legislação de Plano Diretor e regulamentação de uso do solo. Ou seja, a regulamentação e classificação das ZEIS exibida anteriormente é válida apenas para projetos aprovados após a implementação da nova legislação, em 2016. Isso posto, ainda que boa parte das propostas tenha sido selecionada antes de 2016, como se vê no gráfico 1, entre as 157 propostas analisadas, 81 foram selecionadas e/ou contratadas entre 2016 e 2019. Ainda que aproximadamente metade das propostas tenham sido selecionadas durante vigência da legislação anterior, a utilização do zoneamento atual na análise tem a finalidade de aferir a qualidade urbanística dos projetos. Além disso, a opção por considerar a legislação vigente parte da premissa de que a maior parte das propostas não foi contratada, e em caso de futura contratação, terá de obedecer a lei atual.

Com os esclarecimentos postos, é possível ter uma noção da inserção urbana das propostas de empreendimentos do PMCMV-E na cidade de São Paulo. Os dados sobre zoneamento foram extraídos da plataforma Geosampa, tendo como base os endereços encontrados, que fazem parte da tabela-síntese dos empreendimentos. No gráfico abaixo pode-se ver os zoneamentos das propostas:

Gráfico 5 | Zoneamento das propostas conforme Plano Diretor Estratégico de 2014 (LPUOS de 2016)



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC, Geosampa. Elaboração própria.

É notável a distribuição das propostas sobretudo em Zonas Especiais de Interesse Social, com um total de 108, distribuídos nos 5 tipos de zonas, que corresponde a pouco mais de dois terços do total de propostas. A grande maioria está concentrada entre as ZEIS-1 e ZEIS-2, com 46 e 39 empreendimentos, respectivamente, e isso dá o tom da inserção urbana das propostas: ausência ou pouca infraestrutura urbana, bem como equipamentos e serviços urbanos.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico (2014), as ZEIS-1 são regiões que, em via de regra, carecem de melhorias, sobretudo no que diz respeito a regularização fundiária e recuperação urbanística, cuja execução o poder público deve apoiar. No entanto, para um diagnóstico mais assertivo, deve-se analisar cada caso, pois pode haver a possibilidade de alguns loteamentos irregulares possuírem a infraestrutura mínima necessária, devido a pressões anteriores sobre o poder público. Enquanto as ZEIS-2 são caracterizadas por lotes ou glebas subutilizados ou vazios e adequados para urbanização, ou seja, dotados de infraestrutura básica.

De qualquer forma, ao utilizar o zoneamento como critério para aferir a qualidade urbanística dos conjuntos, pode-se dizer que grande parte, de fato, estaria alocada em áreas de baixa qualidade. No entanto, cabe observar a presença de propostas em Zonas Mistas de Interesse Social (ZMIS) e ZEIS-3, com 15 e 13 propostas, respectivamente, que configuram áreas de maior qualidade urbanística. As Zonas Mistas de Interesse Social (ZMIS) são áreas já dotadas de infraestrutura, por serem caracterizadas como porções do território com conjuntos habitacionais regularizados e também por áreas de uso não residencial. As ZEIS-3 caracterizam-se basicamente como os edifícios ociosos, cuja presença se dá, em via de regra, em áreas centrais. Ainda que em menor número do que as propostas em áreas pouco dotadas de infraestrutura, a existência desses casos é um diferencial.

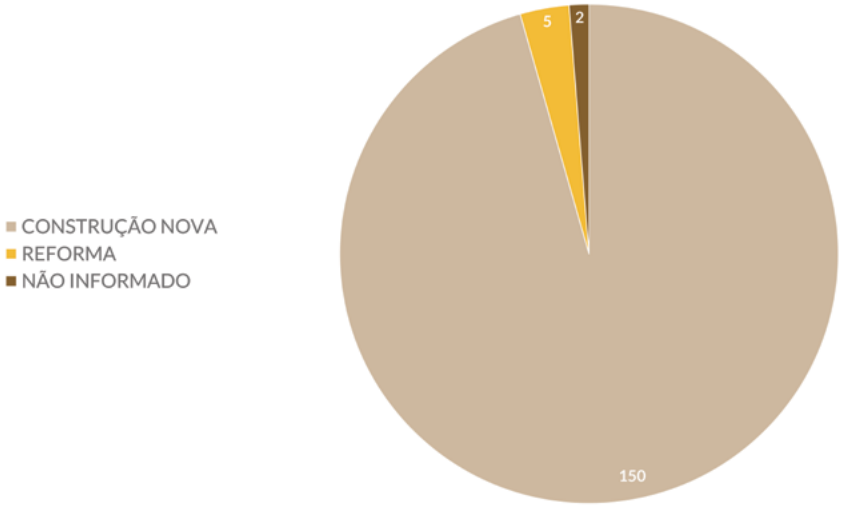
d) Tipologia construtiva

Este tópico se refere à tipologia construtiva das propostas de empreendimentos, dada sua inserção urbana e à presença ou não de edificação preexistente. É preciso reforçar que este dado não consta nas fontes oficiais do governo federal: a única fonte que menciona e diferencia reforma de edifício existente e construção nova são os editais de terrenos da COHAB-SP. De qualquer forma, esse dado é relevante sobretudo para a compreensão da dinâmica e das complexidades que envolvem os projetos do PMCMV-E na cidade de São Paulo. Além da tipologia construtiva, se fala em quanto se propunha a construir em termos de metragem, do ponto de vista da

unidade habitacional e dos terrenos.

No gráfico a seguir, tem-se uma noção da tipologia construtiva das propostas: a grande predominância é de construções novas, bem como em terrenos mais afastados do centro da cidade.

Gráfico 6 | Tipologias construtivas das propostas



Fonte: COHAB-SP/SEHAB-SP/PMSP,2016; RODRIGUES, E. L. et al, 2019; página UNMP; página facebook MTST; página facebook Movimento pela Moradia Leste II; página facebook Ambiente Arqui; página facebook GTA – Grupo Técnico de Apoio. Elaboração própria.

De qualquer forma, os 5 casos de proposta de reforma são dignos de destaque, sobretudo por serem novidades na política habitacional voltada à população de baixa renda. O edifício Dandara, localizado na Avenida Ipiranga, centro de São Paulo, foi o primeiro projeto de reforma com conversão do uso comercial para residencial a ser viabilizada por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. (ROSSETTO NETTO, 2017, p. 135) Até então a regra era que os programas de provisão habitacional apenas construíssem novos conjuntos, padronizados, em áreas periféricas, muito embora outras experiências de reforma de edifícios tenham se dado por conta do Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal (PAR-Reforma).

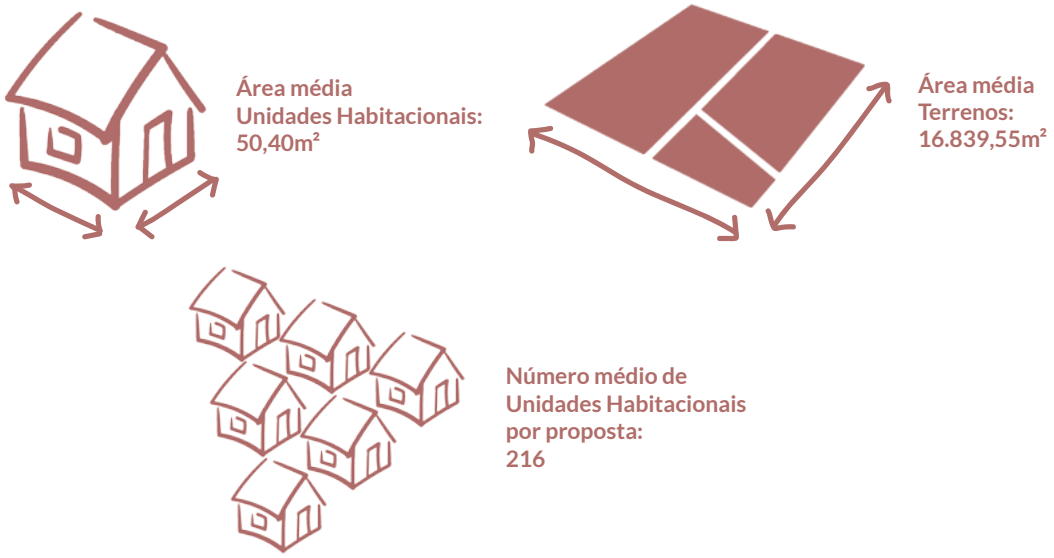
Outra questão interessante se refere às áreas a serem construídas: de acordo com a cartilha de novas regras do Programa Minha Casa Minha Vida,[86] publicada pelo antigo Ministério das Cidades em 2017, a área mínima para as unidades habitacionais era de 39m², levando-se em consideração padrões construtivos e o cenário econômico do país, com vistas a otimizar processos. O que se observou no caso do PMCMV-E na cidade de São Paulo, no entanto,

86. Para acessar a cartilha online: http://online.fliphtml5.com/kgnv/wnkd/#p=1

ao que se refere às propostas, é que a área média das unidades habitacionais é aproximadamente 30% maior do que o recomendado pela cartilha.

A área média dos terrenos onde as propostas seriam construídas também alto é alta, o que se justifica ao levar em consideração os padrões verificados anteriormente: terrenos periféricos, em áreas extremas da cidade, muitos casos em glebas a serem loteadas. Quanto ao número médio de unidades habitacionais por proposta, pode-se considerar que os conjuntos são medianos: 216 unidades.

Figura 10 | Área média das unidades habitacionais das propostas, dos terrenos e número médio de unidades habitacionais por proposta



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

e) Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social

A Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, como parte de uma política pública habitacional, foi uma importante conquista cujo início remonta às experiências de mutirões da gestão de Luiz Erundina (1989-1992) na cidade de São Paulo. A movimentação do olhar de arquitetos para as periferias da cidade teve princípio na década de 70, a partir de ações pontuais e militantes de arquitetos ligados à universidades, entidades e à Igreja Católica. (Santo Amore, 2004, p. 60). Como legislação, a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social[87] foi fruto de debates decorrentes do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos (CBA) de 1976, que reconheciam

87. Lei nº 11.888/2008, prevê assistência técnica pública e gratuita para famílias com renda de até 3 salários mínimos em áreas urbanas e rurais.

os problemas urbanos e habitacionais por meio do *Estudo de viabilidade de programa de assistência técnica gratuita ao projeto e construção da moradia isolada para pessoas carentes de recursos* – A.T.M.I. (Mello, 2021, p. 06).

A Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social tem como principal objetivo a garantia de projetos e moradia digna para a população de baixa renda. No contexto do PMCMV-E, trata-se de uma parte substancial no andamento das propostas e na construção dos projetos. De acordo com Rodrigues (2020),[88] a assessoria técnica se trata da física, social e jurídica, e é fundamental para que as propostas "fiquem em pé". Além disso, coloca a assessoria técnica vinculada ao movimento de moradia como parte do conceito de autogestão, muito em função de sua parceria de longa data.

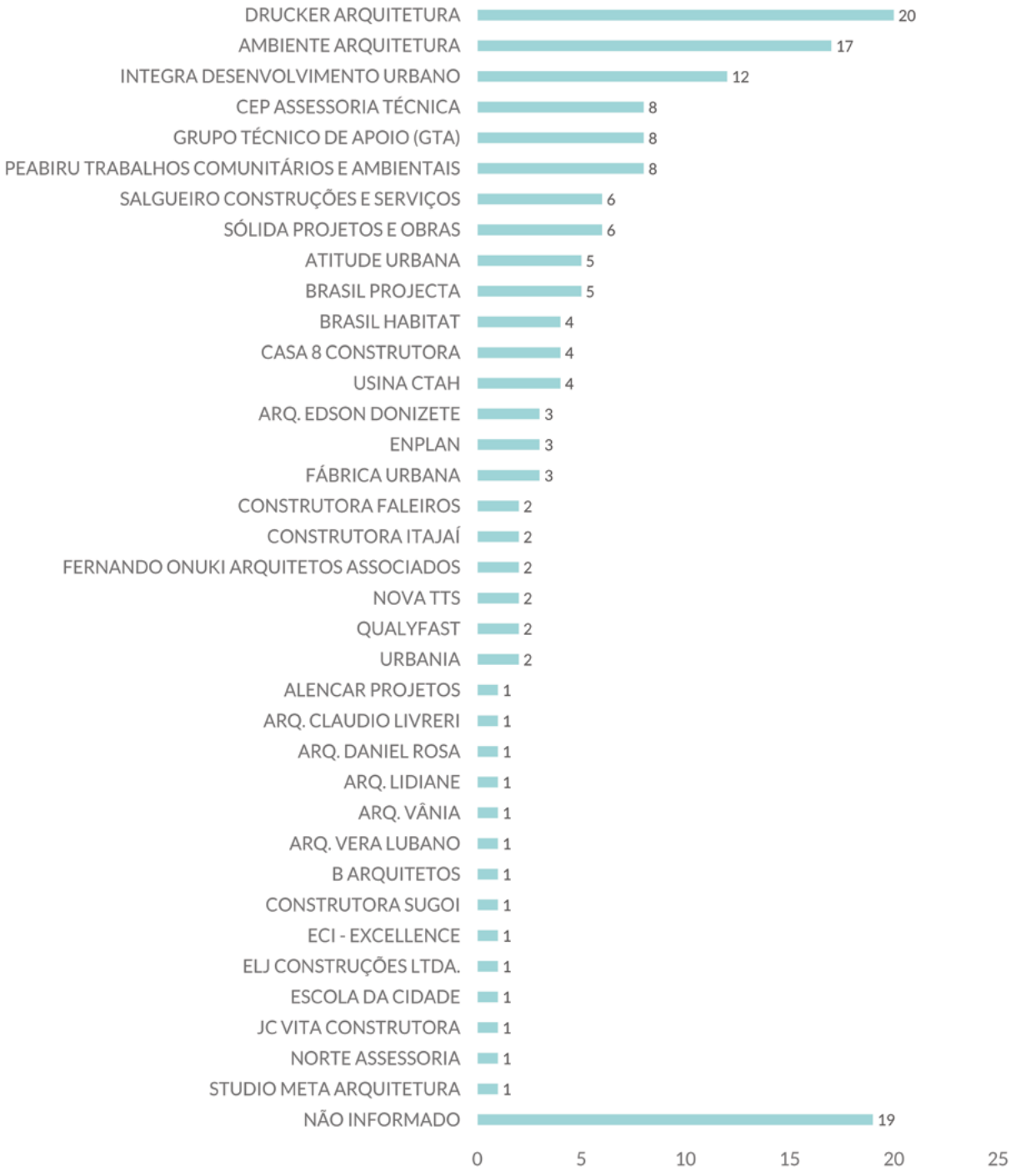
São Paulo tem uma história na autogestão desde antes, mas claro que consolidada no Programa FUNAPS Comunitária, então é essa herança, que vai sendo passada, vai sendo aperfeiçoada, que vai tendo avanços e recuos, mas desde que São Paulo tivesse movimentos populares organizados com essa finalidade, com esse objetivo [...] praticamente inexiste esse modelo de assessoria técnica que São Paulo tem, a gente tem que falar sobre isso. Que o diferencial é que as nossas assessorias técnicas, elas são assessorias a processos, não são assessorias a projeto. (RODRIGUES, 2020)

Agora, aos dados: no que diz respeito às assessorias técnicas, ainda que não tenha sido possível identificar todas as assessorias atuantes (das 157 propostas, 19 não puderam ser identificadas), foi possível fazer um panorama geral e observar a presença mais atuante de algumas assessorias, enquanto outras atuavam em poucos ou apenas um projeto.

Sobre os dados apresentados no gráfico 7, nota-se que, apesar de aproximadamente 12% das propostas (19 empreendimentos) não contarem com a informação sobre assessoria técnica, podemos observar que algumas das assessorias se destacam. A Drucker Arquitetura, que, de acordo sua página na internet parece ser um escritório tradicional de arquitetura, lidera no número de propostas, com 20. As duas assessorias que, na sequência, possuem os maiores números de propostas têm ligação com os movimentos de moradia: a Ambiente Arquitetura, com 17, e a Integra, com 12.

88. Liderança da União do Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP). Entrevista concedida em 17.12.2020.

Gráfico 7 | Assessorias técnicas das propostas



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

Outro dado interessante a respeito das assessorias técnicas é a conjugação de mais de uma empresa, como em alguns casos construtoras, exercendo assessoria nas obras, e escritórios de arquitetura desenvolvendo trabalho técnico social, bem como trabalhando com o desenvolvimento do

projeto arquitetônico. O gerenciamento da obra, consequentemente, fica por conta da entidade organizadora. No caso da cidade de São Paulo, pelo observado nos dados acima e no quadro-síntese, não foi uma situação tão recorrente entre as propostas. Os procedimentos autogestionários, por sua vez, são mantidos por assessorias que possuem algum vínculo histórico com a prática, mas não há um padrão empregado. (CICUTO BARROS, 2019, p. 235)

De acordo com Santo Amore (2016, p. 16), a assistência[89] técnica a movimentos de moradia é "parte de uma construção, que surgiu quando não havia possibilidade de que associações tomassem recursos públicos para construir autonomamente suas moradias", enquanto a assessoria vem da longa tradição dos mutirões. Cicuto Barros (2019, pp. 232-233) destaca que as experiências pregressas, sobretudo entre 1980 e 1990, são representativas quanto à atuação das assessorias técnicas e dos movimentos de moradia em São Paulo, sobretudo a assessoria técnica no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Rodrigues (2020) exalta essas parcerias, que vêm de longa data e independem de políticas habitacionais: são relações sinérgicas, políticas.

f) Entidades e movimentos de moradia

Durante a pesquisa, se obteve um número considerável de entidades organizadoras: 97. Além disso, notou-se uma maior frequência de determinadas entidades ligadas a movimentos de moradia. Ainda que haja muita diversidade entre as entidades, é possível perceber a proeminência de algumas perante outras. Há casos em que mais de uma associação consta como entidade organizadora de um só projeto, sobretudo quando há mais de um lote.

Pode-se notar que as entidades são caracterizadas tanto como associações quanto como movimentos de moradia, o que não indica, no entanto, que todas necessariamente tenham algum vínculo com algum movimento social. As informações a respeito da relação das entidades com

89. Importante salientar que há uma diferenciação entre arquitetos a respeito da prática profissional em torno dos termos "assistência" e "assessoria" técnica, ainda que estas práticas tenham objetivos semelhantes, possuem discursos distintos. A assistência técnica tem origem nas discussões do Estudo de viabilidade de programa de assistência técnica gratuita ao projeto e construção da moradia isolada para pessoas carentes – ATMI, e se consolidou na Lei de Assistência Técnica de 2008, ainda que não possua proposições práticas. Enquanto a assessoria tem como origem a experiência do final da década de 70 e início dos anos 80, na atuação de arquitetos em parceria com os movimentos de moradia, bem como durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), na cidade de São Paulo, com o FUNAPS Comunitário. (CARDOSO; LOPES, 2019; MELLO, 2021)

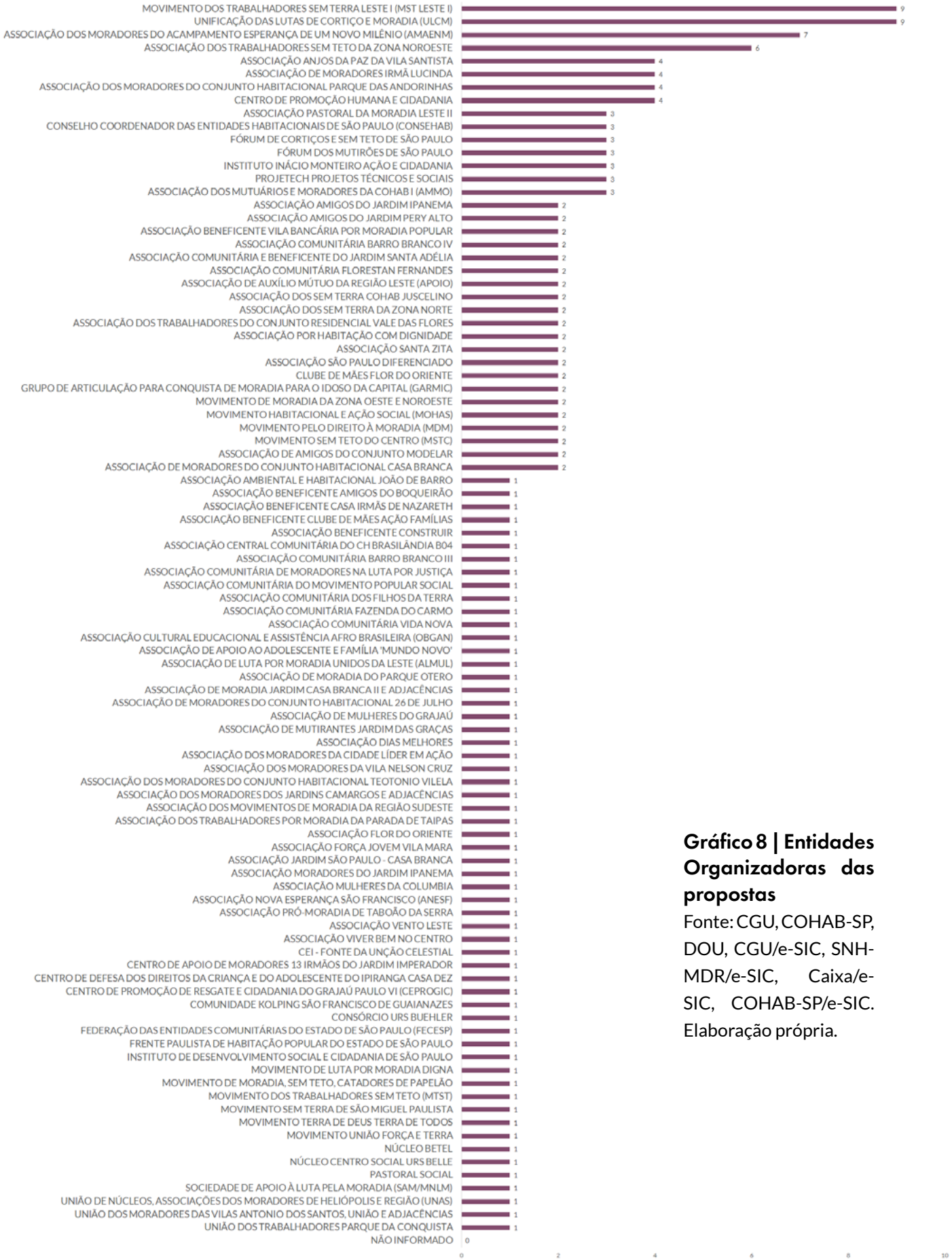


Gráfico 8 | Entidades Organizadoras das propostas

Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e-SIC. Elaboração própria.

os movimentos sociais foram obtidas por meio de pesquisas nas páginas da internet ou das redes sociais das próprias associações. Além disso, há movimentos sociais que atuam nominalmente como entidades, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I) e a Unificação das Lutas por Cortiço e Moradia (ULCM), que possuem tradição na luta pela moradia.

Essas duas entidades são aquelas responsáveis pelo maior número de propostas, com 9 cada uma. Logo está a Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio (AMAENM), que é vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que conta com 7 propostas sob sua responsabilidade. Esses movimentos são notoriamente conhecidos pelo ativismo em prol da moradia digna, e foram criados entre os anos de 1980 e 1990. Aproximadamente 62% das associações, num total de 58, são responsáveis por apenas 1 proposta cada. Enquanto isso, 21 entidades foram selecionadas com 2 propostas cada. Ou seja, a maior parte das entidades é responsável por apenas 1 ou 2 propostas.

A despeito da tradição dos movimentos de moradia, os meios para conquistar a tão almejada casa própria, não são tão simples e exigem "adaptações" a parâmetros pré-definidos pelos programas habitacionais vigentes, como bem recorda Santo Amore (2016, p. 14):

> Movimentos de luta por moradia, por sua vez, orientando-se pelos programas que são mandatórios, se organizam para "produzir", para organizar suas demandas, estabelecer uma base que se adeque aos parâmetros de renda pré-definidos. Continuam operando num campo da "produção de unidades novas em terra nua", mobilizando famílias que estejam dispostas a "participar", a se submeter a regras, numa "obrigação de participação" que é tomada como meio para a conquista da casa própria.

2.2.2 Panorama dos contratados: o que foi e ainda será

Após um panorama geral dos projetos potenciais a partir das propostas selecionadas, seja via governo federal, seja via prefeitura, a caracterização a seguir tratará dos empreendimentos efetivamente contratados via PMCMV-E, ou o que de fato se construiu (ou está em obra) na cidade de São Paulo durante os 11 anos de vigência do Programa. Ainda que os empreendimentos contratados pela Caixa estivessem presentes na análise anterior, é de suma importância uma análise em separado, para entender padrões de localização, de tamanho e tipologia construtiva, por exemplo.

Um inventário dos 35 empreendimentos contratados também foi elaborado em separado e pode ser conferido no Anexo III. Diferentemente do caso anterior, no que toca aos empreendimentos contratados, todas as informações foram encontradas, não necessariamente por meios oficiais. Muitas informações foram, inclusive, obtidas nas redes sociais das associações ou até mesmo solicitadas a membros das assessorias técnicas responsáveis, que gentilmente responderam aos questionamentos.

As análises, seguindo o mesmo rito das anteriores, são baseadas nas seguintes categorias: temporal (ano de contratação e situação do empreendimento até a presente data), localização (região da cidade e distância aproximada até a praça da Sé em km), plano diretor (zoneamento), construção (tipologia construtiva, área média da unidade habitacional e do terreno), assessorias técnicas, entidades e movimentos sociais vinculados.

a) Temporal

Aqui, será possível ter uma breve compreensão de como se deram as contratações do PMCMV-E na cidade de São Paulo, e notar que assim como a curva da análise anterior, há uma certa não linearidade. Por fim, isso diz mais sobre a operacionalização do Programa, por conta da não regularidade de

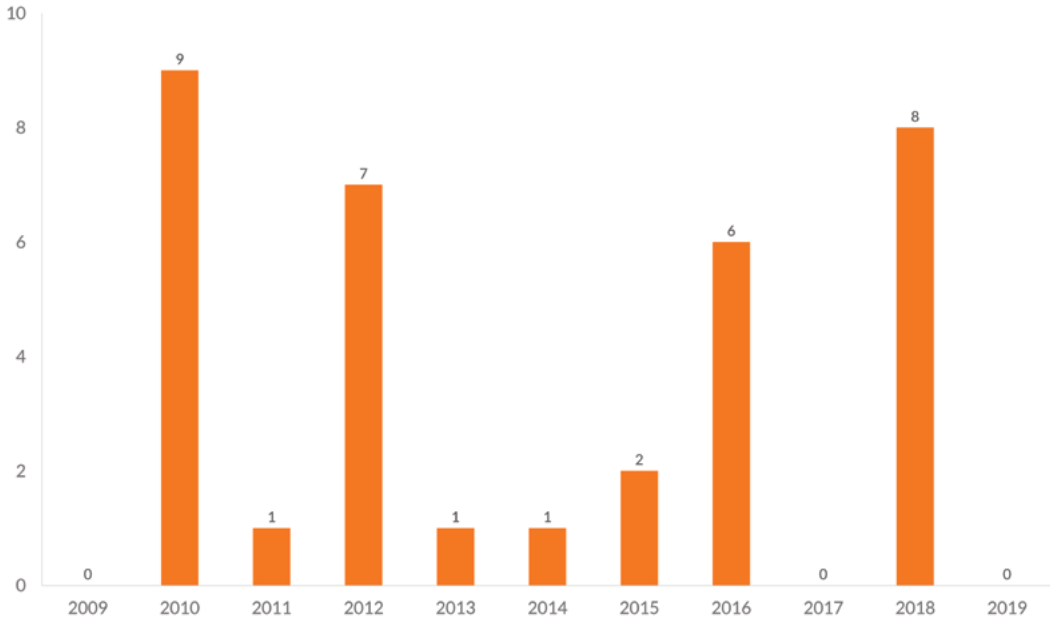
seleções e contratações no decorrer do tempo.

No que tange a situação atual dos empreendimentos contratados, pode-se perceber que o status de contratado não significa a mesma coisa que construído. Por isso, o retrato dos empreendimentos contratados abarca o que ainda está por vir.

a.1) Ano de contratação pela Caixa

No gráfico a seguir, nota-se certa não linearidade das contratações dos empreendimentos, tendo o primeiro e o último anos do programa (2009 e 2019) nenhuma contratação, juntamente com 2017. O ano com o maior número de contratações foi 2010, com 9 contratações, um ano após a implementação do Programa; seguido por 2018, com 8 contratações, justamente o ano anterior à suspensão de repasses e consequente encerramento do Programa Minha Casa Minha Vida.

Gráfico 9 | Ano de contratação dos empreendimentos pela Caixa



Fonte: CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC. Elaboração própria.

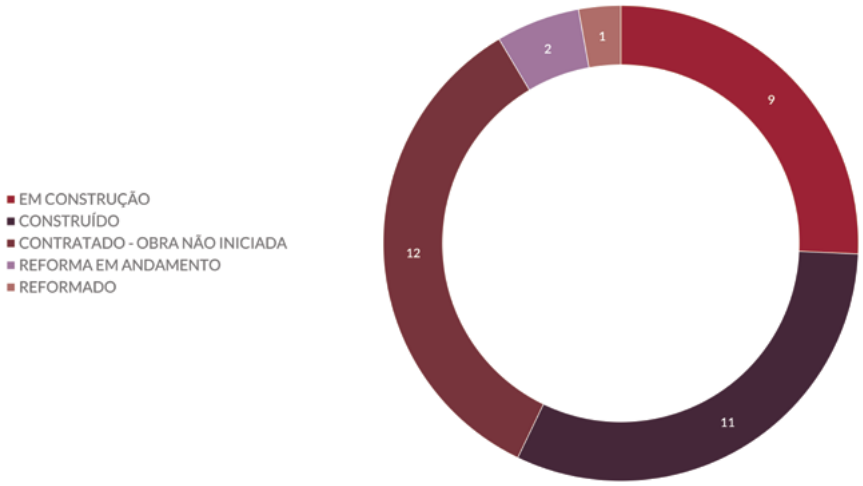
É perceptível a oscilação das contratações, com anos como 2010, 2012, 2016 e 2018 com números mais altos, enquanto entre 2013 e 2015 as contratações se mantiveram numa média baixa, porém quase constante. Havia, ao menos, uma contratação por ano. Ainda que não sejam números significativos, é interessante notar os padrões de "altos e baixos" também nas contratações, guardadas as diferenças entre os períodos de maior seleção e

os de maior contratação.

a.2) Situação atual dos empreendimentos contratados

No gráfico a seguir, é possível perceber que, apesar de aproximadamente um terço dos empreendimentos estar pronto e outra parte estar em construção, ainda há quase um terço dos empreendimentos contratados cujas obras sequer começaram.

Gráfico 10 | Situação atual dos empreendimentos contratados

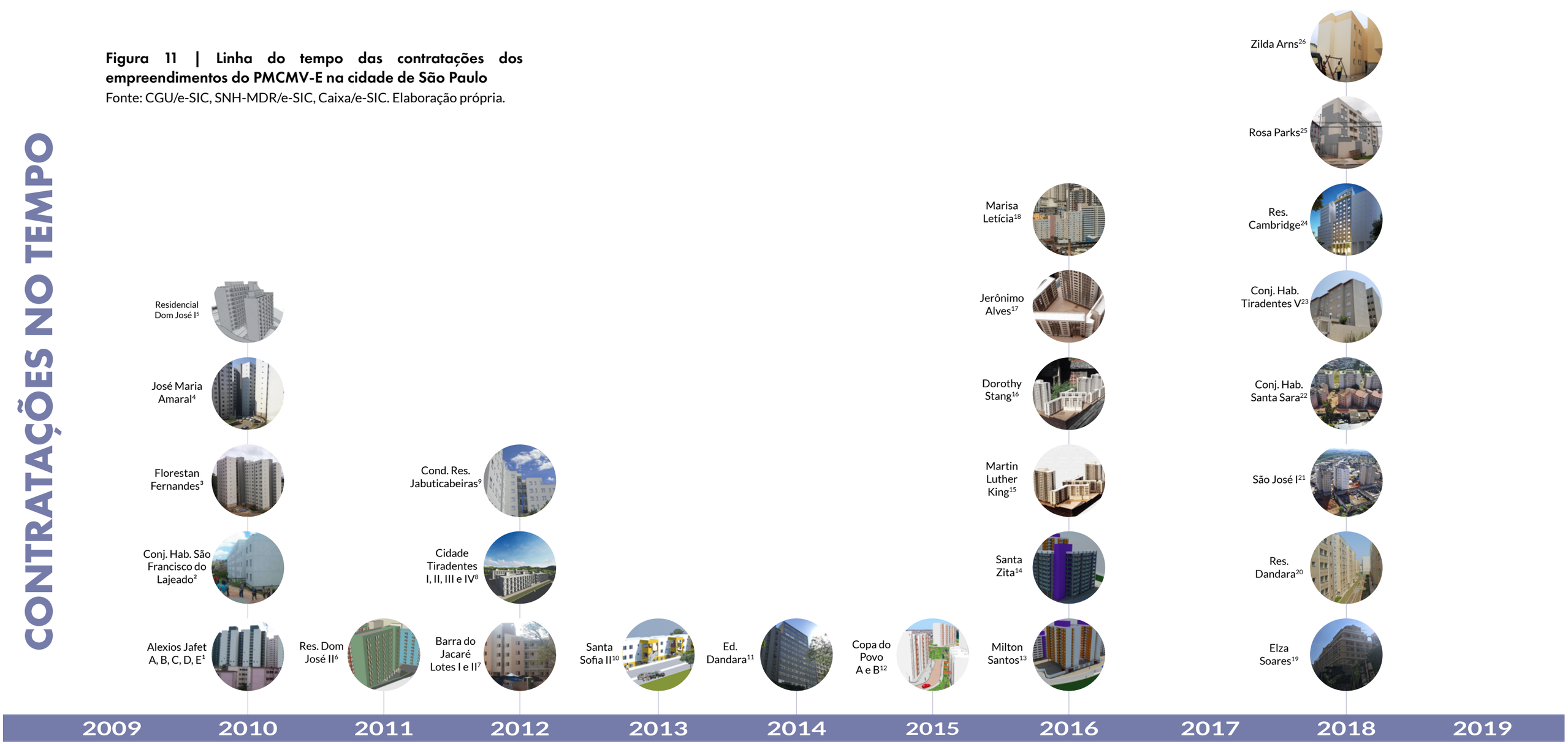


Fonte: CGU, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e-SIC. Elaboração própria.

Em comparação ao gráfico anterior, das contratações, pode-se notar algo sintomático, pois no ano de 2013 se atingiu a marca de 18 contratações, o que equivale a mais ou menos metade dos empreendimentos. O que torna preocupante e merece atenção é que, em 2021, 8 anos depois, apenas dois terços dos empreendimentos contratados tinham suas obras concluídas. No entanto, não significa que os empreendimentos contratados entre 2010 e 2013 sejam os que foram construídos e reformados até agora.

A imagem a seguir ilustra com maior precisão, em forma de linha do tempo, as contratações de cada empreendimento, sendo assim possível ter uma visualização do gráfico dos anos de contratação. Pelas fotos, também é possível perceber quais empreendimentos de fato foram construídos ou estão em construção e os que ainda permaneceram em projeto.

Figura 11 | Linha do tempo das contratações dos empreendimentos do PMCMV-E na cidade de São Paulo
Fonte: CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC. Elaboração própria.



1. Fonte: Página Facebook Ambiente Arqui, 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2856168321379531&set=pcb.2856170221379341. Acesso em 15.07.2021.

2. Fonte: NUNES, A. C. (2017) Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades: O caso da Fábrica Urbana (São Paulo). Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.

3. Fonte: Portal Archdaily, 2017. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/875228/trabalhadorcoletivo-de-dentro-e-atraves-do-mutirao. Acesso em: 09.06.2020

4. Fonte: Página Facebook Ambiente Arqui, 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2807622889567408&set=pcb.2807625066233857. Acesso em 15.07.2021.

5. Fonte: AAC Modelar. Dom José I, 2014. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/DON-JOSE-I_-MODELAR_HABITAT.pdf. Acesso em: 12.06.2020.

6. Fonte: Blog Dom José II, 2011. Disponível em: Disponível em: http://condomjosedois.blogspot.com/2011/12/perspectiva-do-conjunto.html#comment-form. Acesso em 18.06.2020.

7. Fonte: Página facebook Catharina Teixeira, 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?bid=1865975503461876&set=a.640402069352565. Acesso em 19.06.2020.

8. Fonte: Site Movimento pelo Direito à Moradia, 2019. Disponível em: https://www.mdm.org.br/projetos/apartamento-cidade-tira-dentes-minha-casa-minha-vida/. Acesso em 23.06.2020.

9. Fonte: Site Fórum de Cortiços e Sem-teto de São Paulo, 2017. Disponível em: https://forumcorticos.org.br/wpcontent/uploads/2017/11/forum_-corticos_medicao_jabuticabeiras_21_11_2017_19.jpg. Acesso em 19.06.2020.

10. Fonte: Ambiente Arquitetura e MOHAS. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/SANTA-SOFIA-II_MOHAS_AMBIENTE.pdf. Acesso em 25.06.2020

11. Fonte: Camila D'Ottaviano, 2018.

12. Fonte: Página facebook GTA - GrupoTécnico de Apoio, 2017. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559392160906. Acesso em 16.07.2020.

13. Fonte: MST Leste 1, 2016. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/2016/04/azul-chama-agora-milton-santos/. Acesso em 16.08.2020.

14. Fonte: MST Leste 1, 2016. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/2016/04/azul-chamaagora-milton-santos/. Acesso em 16.08.2020.

15. Fonte: MARTINS, A. Portfolio Arquitetura e Urbanismo, 2018. p. 10. Disponível em: https://issuu.com/adrianamrtns/docs/portfolio_adriana_martins. Acesso em 16.08.2020.

16. Fonte: Página facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/pcb.1006616906125941/1006615749459390/. Acesso em 16.08.2020.

17. Fonte: MST Leste I. Apresentação Mutirão Autogestão - Projeto de 700 famílias no bairro Parque São Rafael-SP, 2016. p. 30. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/wp-content/uploads/2016/09/jdm.pdf. Acesso em: 16.08.2020

18. Fonte: Site Integra Desenvolvimento Urbano, 2020. Disponível em: http://www.integraurbano.com.br/emp-MARIADOMITILA/. Acesso em 13.08.2020.

19. Fonte: Acervo pessoal, 2021.

20. Fonte: Página facebook MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/mtstbrasil/photos/pcb.3469836813054625/3469836126388027/. Acesso em 17.08.2020.

21. Fonte: Página facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2508961045820977/2508960129154402/. Acesso em 17.08.2020.

22. Fonte: Página facebook Neto Dalcides, 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1173414376414439&set=pcb.1173414749747735. Acesso em 10.05.2021.

23. Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2769959019721177/2769957749721304. Acesso em 18.08.2020.

24. Fonte: Site Integra Desenvolvimento Urbano. Disponível em: http://www.integraurbano.com.br/emp-CAMBRIDGE/. Acesso em 18.08.2020.

25. Fonte: Renata Thaís Antonialli, 2021.

26. Fonte: Renata Thaís Antonialli, 2021.

b) Localização

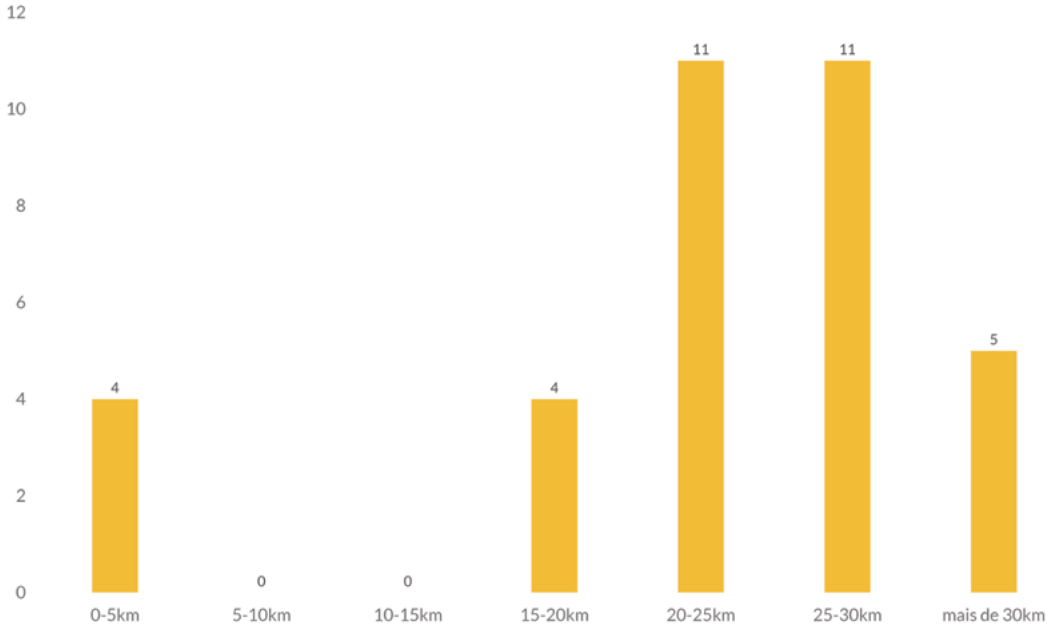
Nesta categoria, tal qual na análise anterior, será possível perceber como os empreendimentos contratados estão distribuídos e entender qual o padrão de segregação espacial dos empreendimentos contratados, considerando como ponto central a praça da Sé. A partir disso, é possível perceber que, a despeito da presença de alguns empreendimentos em área central, o padrão periférico apontado pelos estudos anteriores se mantém.

Também se verá tanto a distribuição por região dentro do território de São Paulo, tanto por meio de gráficos quanto por meio de mapas, para ilustrar o padrão periférico acima mencionado.

b.1) Distância aproximada dos empreendimentos até a praça da Sé (em km)

No gráfico a seguir, é possível notar o padrão espacial dos empreendimentos contratados e o quanto se assemelha com as propostas que permaneceram em projeto. Da mesma forma que na análise anterior, a distância foi medida com uso do *Google Maps*, simulando viagens de carro e de transporte público.

Gráfico 11 | Distância aproximada dos empreendimentos até a praça da Sé (em km)



Fonte: Elaboração própria, com base em aferições pelo site *Google Maps*.

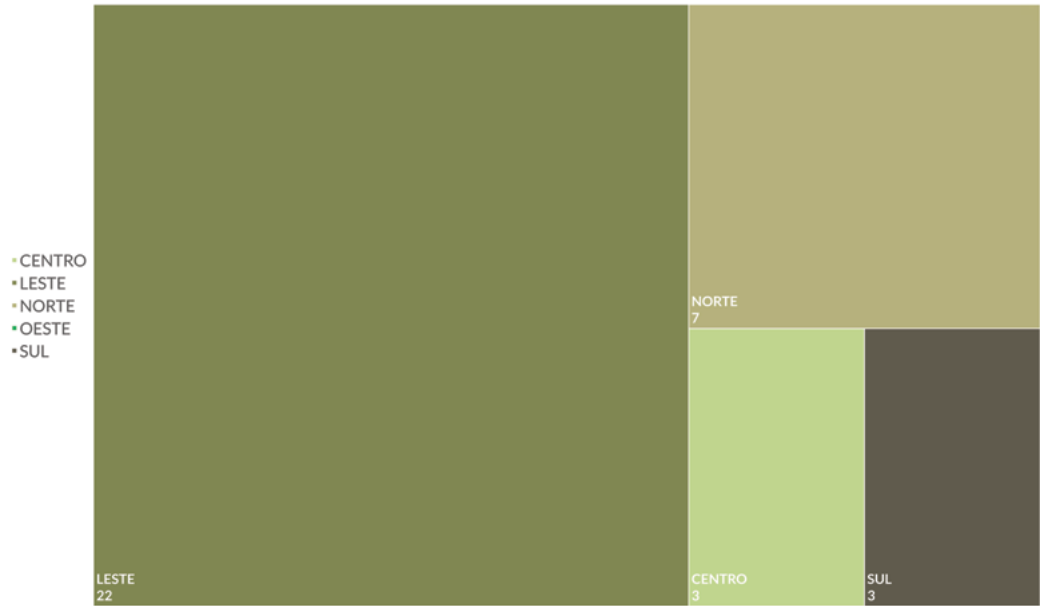
No caso dos empreendimentos contratados, como se pode ver no gráfico 11, apenas 4 encontram-se a uma distância considerada "caminhável" até a praça da Sé. Não há empreendimentos localizados em distâncias médias em relação ao centro. A grande maioria dos empreendimentos, que somados são 22, estão entre 20 e 30 km da praça da Sé, confirmando, mais uma vez, o padrão periférico apontado por Marques & Rodrigues (2013, p.169). Ademais, ao somar a este resultado as distâncias de mais de 30 km, que são 5 empreendimentos, que podem ser considerados localizados nos extremos da cidade, a quantidade de empreendimentos distantes do centro sobe para aproximadamente três quartos do total.

Empreendimentos localizados a grandes distâncias, porém abaixo de 20 km, têm a mesma quantidade que os localizados na área central, num total de 4 projetos. De qualquer maneira, levando-se em consideração o padrão periférico, pode-se considerar de fato uma conquista que haja empreendimentos em distâncias caminháveis de até 5 km – ainda que representem pouco mais de 10% do total de contratados.

b.2) Distribuição dos empreendimentos pelas regiões da cidade de São Paulo

O gráfico 12 contribui para o entendimento da distribuição dos empreendimentos contratados pelas regiões de São Paulo. Nota-se novamente a ausência de registros na região oeste.

Gráfico 12 | Empreendimentos contratados nas regiões de São Paulo



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

É perceptível a presença maior de empreendimentos na região leste da cidade, conhecida há muito como zona de expansão, onde se localizam os grandes conjuntos habitacionais desde o BNH. São 22 empreendimentos, pouco mais de 60% do total. Depois, há a região norte, que conta com 7 empreendimentos contratados – uma grande diferença. As regiões central e sul têm o mesmo número de empreendimentos: cada uma conta com 3, o que corresponde, para cada região, a aproximadamente 10% do total de contratados.

Nas figuras 12 e 13 a seguir, é possível ter melhor noção do que foi descrito até aqui, tanto no que se refere às distâncias e centralidades, quanto no que se refere às localizações dos empreendimentos nas regiões de São Paulo.

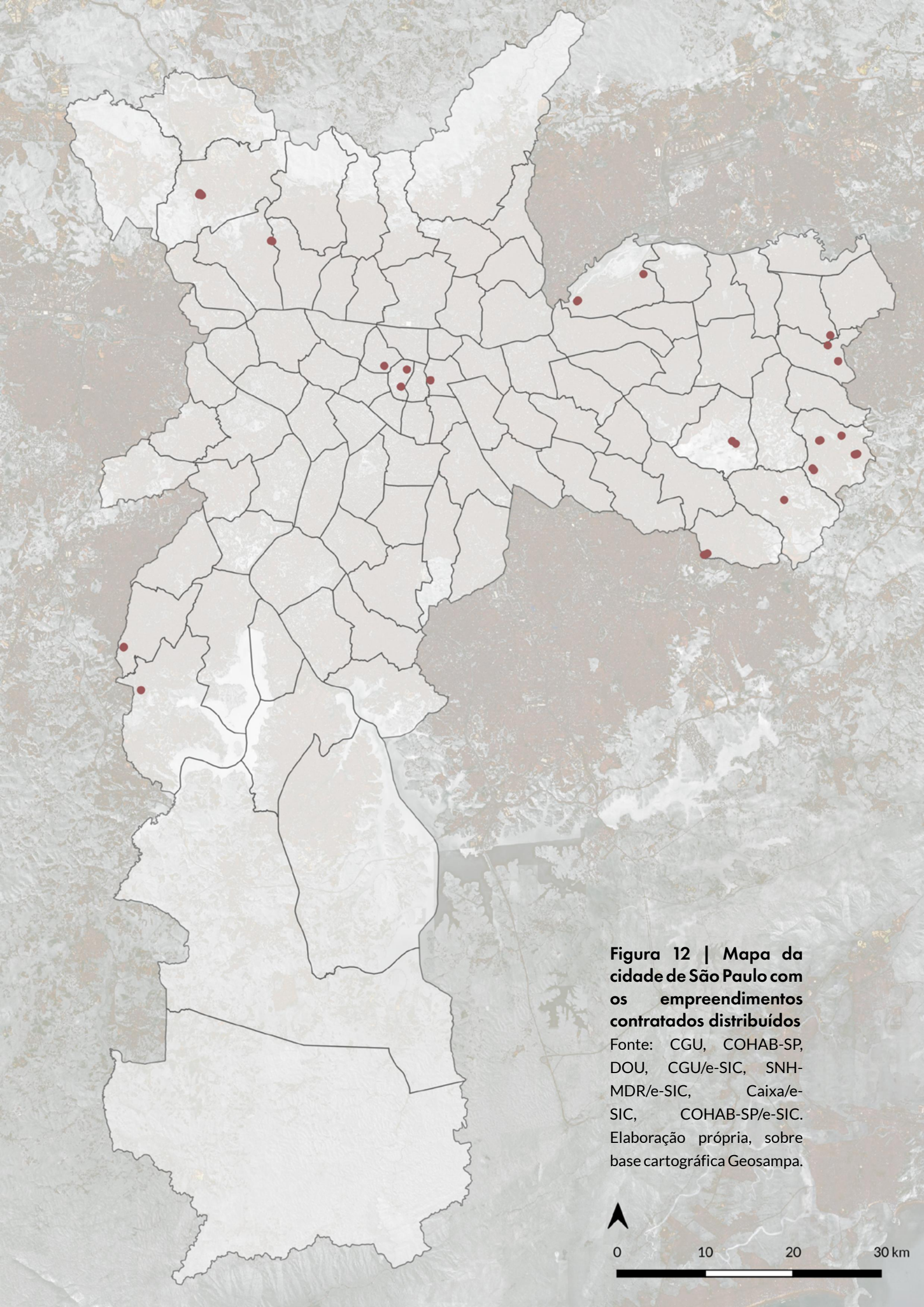


Figura 12 | Mapa da cidade de São Paulo com os empreendimentos contratados distribuídos
Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e-SIC. Elaboração própria, sobre base cartográfica Geosampa.

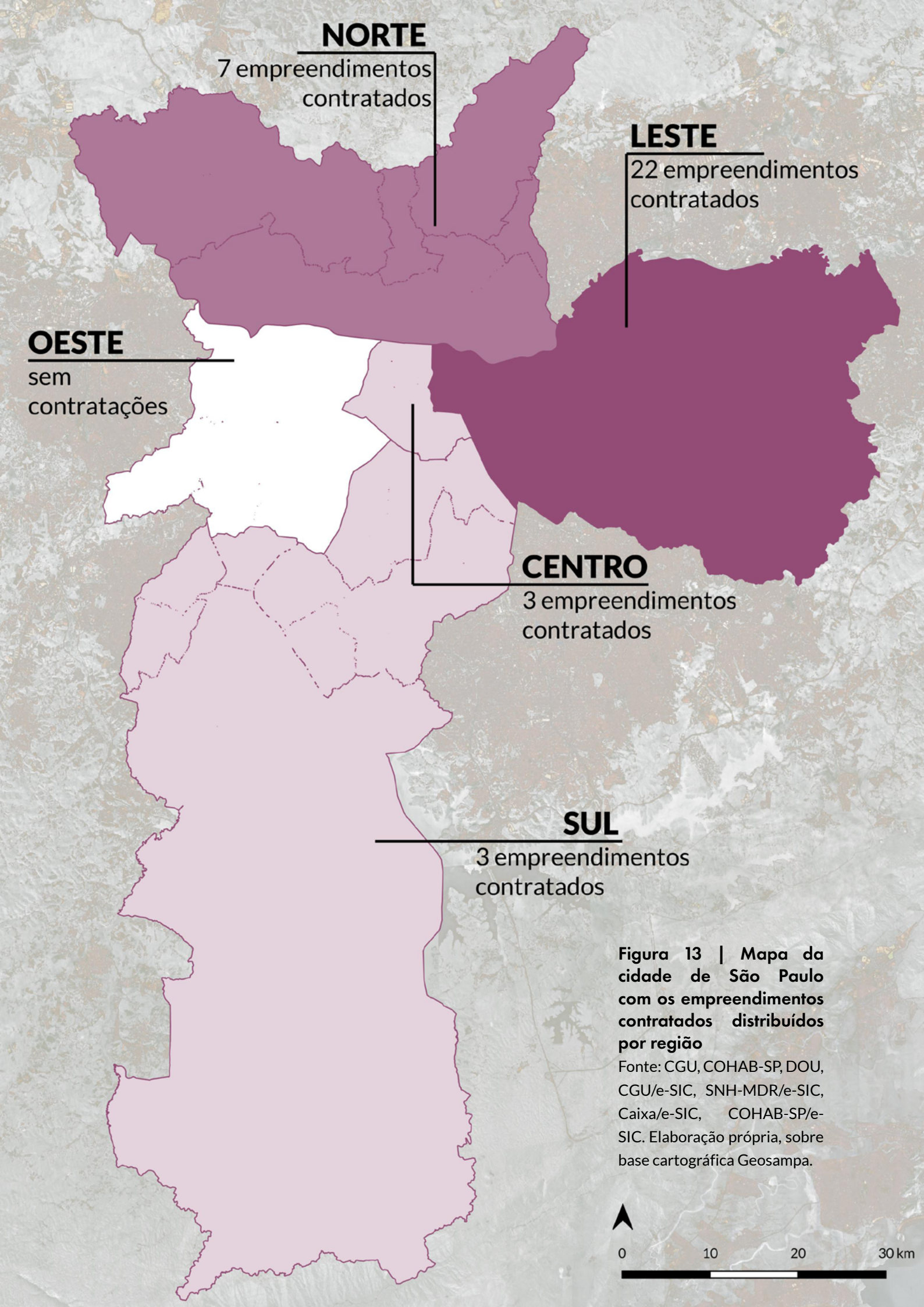


Figura 13 | Mapa da cidade de São Paulo com os empreendimentos contratados distribuídos por região

Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e-SIC. Elaboração própria, sobre base cartográfica Geosampa.

c) Plano Diretor

Conforme já explicitado, a localização conforme o zoneamento dos empreendimentos é importante no que concerne ao entorno, para uma análise prévia da qualidade urbanística da inserção urbana dos projetos. No caso dos empreendimentos contratados, como a contratação está atrelada à aprovação na prefeitura e parte dos empreendimentos foi contratada em data anterior ao Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014, nesta análise o zoneamento anterior também será considerado. Dentre os 35 empreendimentos contratados, 21 são de época anterior ao PDE de 2014, com aprovação conforme o PDE de 2002 e LPUOS de 2004.

O quadro a seguir mostra as alterações no zoneamento ocorridas nos 21 empreendimentos contratados após a mudança de plano diretor. Essas mudanças no zoneamento não têm qualquer efeito sobre os empreendimentos, pois as aprovações já foram efetuadas.

Pelo quadro 2, pode-se ver que o zoneamento de pouco mais da metade (12) dos 21 empreendimentos contratados não se alterou. Um dado interessante é que dentre os 12 que não tiveram alteração, 7 se mantiveram classificados em área de ZEIS-1.

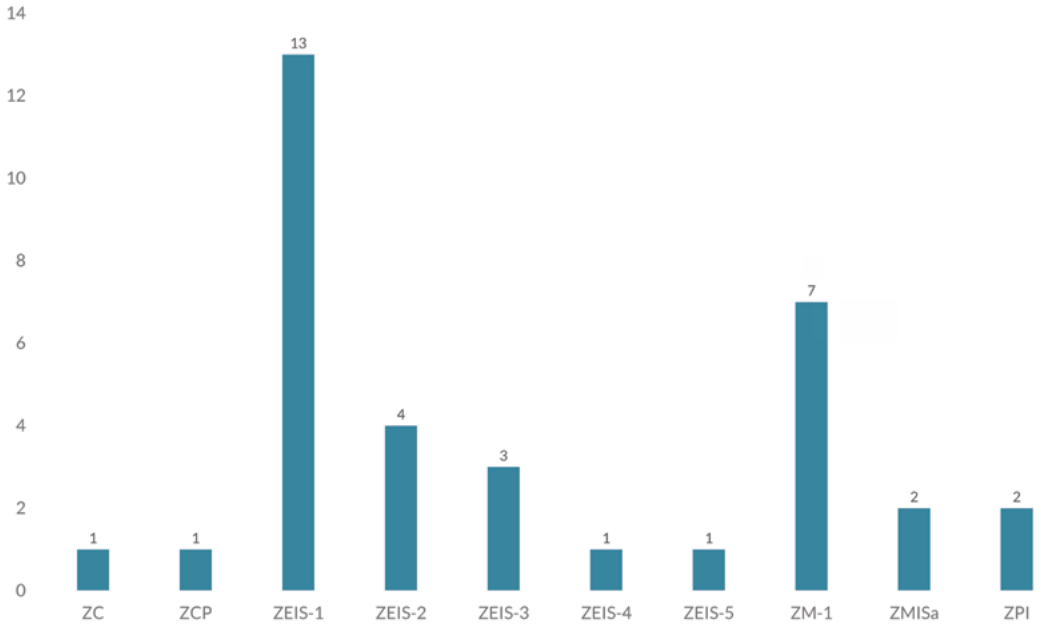
Com isso, para a análise de zoneamento dos empreendimentos, a fim de aferir a qualidade urbanística de seu entorno, serão utilizadas as classificações de zonas de 2004 para os projetos contratados até 2016 e as classificações de 2016 para os projetos contratados após 2016.

Quadro 2 | Alterações no zoneamento de empreendimentos contratados até 2016

Ano de contratação	Empreendimento	Zoneamento (2004)	Zoneamento (2016)
2010	Conj. Habitacional Alexius Jafet - Lote A	ZM-1	ZEIS-2
2010	Conj. Habitacional Alexius Jafet - Lote B	ZM-1	ZEIS-2
2010	Conj. Habitacional Alexius Jafet - Lote C	ZM-1	ZEIS-2
2010	Conj. Habitacional Alexius Jafet - Lote D	ZM-1	ZEIS-2
2010	Conj. Habitacional Alexius Jafet - Lote E	ZM-1	ZEIS-2
2010	Conj. Habitacional S. Francisco do Lajeado	ZEIS-1	ZEIS-1
2010	Florestan Fernandes	ZEIS-1	ZEIS-1
2010	José Maria Amaral	ZEIS-1	ZEIS-1
2010	Residencial Dom José I	ZEIS-2	ZEIS-5
2011	Residencial Dom José II	ZEIS-2	ZEIS-5
2012	Barra do Jacaré - Lote I	ZM-1	ZM-1
2012	Barra do Jacaré - Lote II	ZM-1	ZM-1
2012	Cidade Tiradentes I	ZEIS-1	ZEIS-1
2012	Cidade Tiradentes II	ZEIS-1	ZEIS-1
2012	Cidade Tiradentes III	ZEIS-1	ZEIS-1
2012	Cidade Tiradentes IV	ZEIS-1	ZEIS-1
2012	Cond. Residencial Jabuticabeiras	ZEIS-1	ZM-1
2013	Santa Sofia II	ZEIS-4	ZEIS-4
2014	Edifício Dandara (Ipiranga)	ZCP	ZEIS-3
2015	Copa do Povo A	ZPI	ZPI-1
2015	Copa do Povo B	ZPI	ZPI-1

Fonte: SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, Geosampa. Elaboração própria.

Gráfico 13 | Zoneamento dos empreendimentos contratados (LPUOS 2004 e 2016)



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC, Geosampa. Elaboração própria.

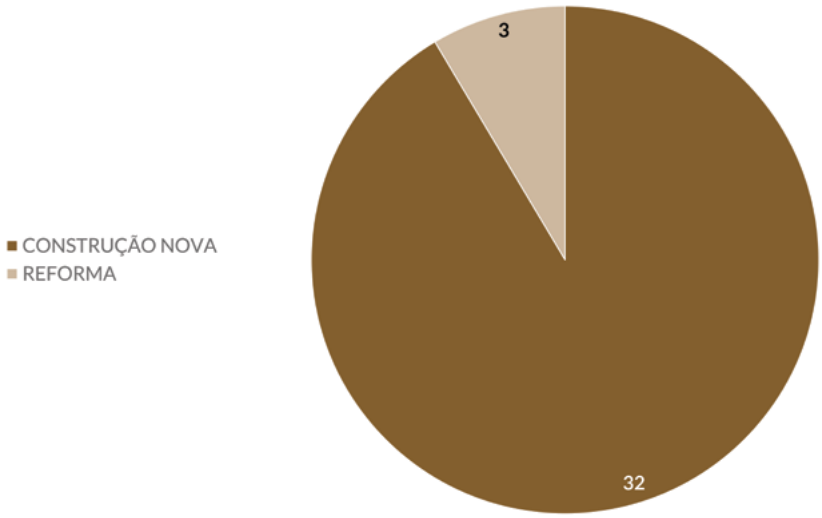
Como se vê no gráfico 13, os empreendimentos contratados seguem um padrão semelhante ao das propostas selecionadas, guardadas as proporções. Pouco mais de um terço dos empreendimentos contratados situa-se em áreas de ZEIS-1, que se caracterizam como regiões de favelas e loteamentos irregulares, em suma. Presume-se que são regiões dotadas de infraestrutura básica, ainda que irregular. A construção de novos empreendimentos em áreas de ZEIS-1 pressupõe a regularização fundiária dessas áreas, levando-se em consideração que para contratação os terrenos e projetos devem ser regulares.

A segunda maior parcela de empreendimentos contratados encontra-se em ZM-1, Zonas Mistas, que, resumidamente, comportam uso residencial e não residencial. O terceiro e quarto zoneamentos predominantes dentre os encontrados nos empreendimentos contratados são a ZEIS-2 e ZEIS-3, que são lotes ou glebas subutilizadas em áreas dotadas de infraestrutura e regiões que se localizam em áreas centrais da cidade, respectivamente. Com isso, pode-se supor que o caso dos empreendimentos contratados não seja, necessariamente, de inserção em áreas precárias, e sim dotadas de infraestrutura e serviços próximos.

d) Construção

Neste tópico, os empreendimentos são organizados em função das tipologias construtivas e das áreas dos empreendimentos contratados. Vale reforçar que essas informações não foram fornecidas pelo governo federal nem municipal, mas sim por publicações como a da COHAB-SP[90] e da Revista de Autogestão.[91] Além dessas fontes, utilizou-se as redes sociais e páginas da internet das associações e movimentos de moradia, algumas dedicadas exclusivamente aos empreendimentos.

Gráfico 14 | Tipologia construtiva dos empreendimentos contratados



Fonte: COHAB-SP/SEHAB-SP/PMSP,2016; RODRIGUES, E. L. et al, 2019; página UNMP; página facebook MTST; página facebook Movimento pela Moradia Leste II; página facebook Ambiente Arqui; página facebook GTA – Grupo Técnico de Apoio. Elaboração própria.

Aos dados: no gráfico acima, pode-se perceber a predominância de empreendimentos que são construções novas em relação a reformas, o que, em certa medida, é coerente com as análises anteriores, de localização e zoneamento. De qualquer forma, não é possível generalizar, pois cada projeto é marcado por especificidades no que se refere ao Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. O empreendimento Marisa Letícia, por exemplo, é o caso de uma construção nova em área urbana consolidada, localizado em área de ZEIS-3. Não se pode presumir, portanto, que todos os casos de empreendimentos localizados em ZEIS-3 sejam necessariamente de reformas

90. Ver: COHAB-SP/SEHAB-SP/PMSP, 2016.

91. Ver: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019.

de edifícios. O mesmo vale para outros zoneamentos e deduções a respeito do tipo de construção.

Outra inferência em relação ao número de construções novas é sobre a forma de produção de moradia estimulada pelo Programa, pois os casos de reformas chegavam a ser desestimulados devido às exigências que pouco levavam em consideração as especificidades de um projeto de requalificação. (ROSSETTO NETTO, 2018, p. 109)

Nas imagens a seguir, é possível ver dois exemplos dos tipos construtivos dentre os empreendimentos contratados: Santa Sara (Curuçá I) e Elza Soares (Lord Hotel), ambos contratados em 2018 pela Caixa.



Figura 14 | Exemplo de obra: empreendimento Santa Sara (Curuçá I)
Fonte: Página facebook Neto Dalcides, mai/ 2021.[92]



Figura 15 | Exemplo de obra: empreendimento Elza Soares (Lord Hotel)
Fonte: acervo pessoal, jul/2021.

92. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1173414593081084&set=p-cb.1173414749747735. Acesso em 10.05.2021.

O Conjunto Habitacional Santa Sara é o único caso de ZC dentre os empreendimentos contratados, região em que se pretende promover atividades típicas de áreas centrais. Em relação à sua localização, o Santa Sara está situado no extremo leste da cidade, distando aproximadamente 29 km da praça da Sé. Santa Sara está em construção no momento da produção desta dissertação, sobre um terreno que estava vazio anteriormente. De acordo com a engenheira Patrícia Chapina, da CEP Assessoria (2021),[93] esse terreno pertencia à CDHU e embora a entidade tenha sido selecionada em processo de seleção público ocorrido em 2008, o terreno foi mantido como propriedade da CDHU. Apenas após a contratação da obra pela Caixa, com o auxílio de contrapartida extra oferecida pela Prefeitura de São Paulo, a entidade comprou o terreno da CDHU.

O caso do Elza Soares é diferente: localizado no bairro de Santa Cecília, região central de São Paulo, dista 2,5 km da praça da Sé, uma distância caminhável. Em relação ao zoneamento, está dentro da ZEIS-3, que condiz com sua situação de imóvel anteriormente ocioso e subutilizado em região dotada de infraestrutura. Seu caso é de uma reabilitação de um edifício que ficou por anos sem exercer sua função social, até ser ocupado pelo movimento de moradia vinculado à associação que atua como entidade organizadora no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

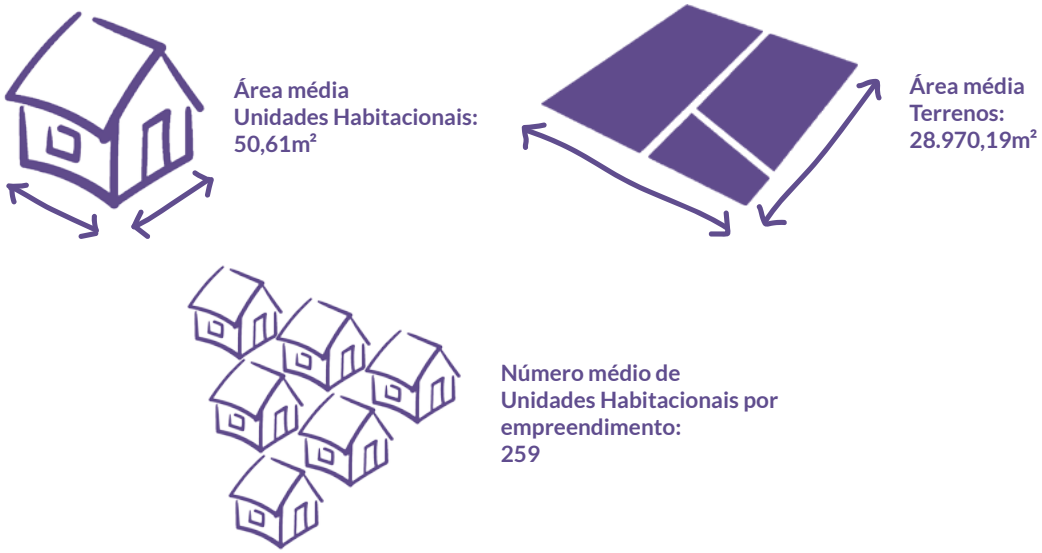
No que concerne às áreas construídas e aos terrenos, pode-se notar, como consta na imagem a seguir, que as áreas médias dos terrenos dos empreendimentos contratados são maiores em comparação com as áreas dos terrenos das propostas. Quanto às unidades habitacionais dos empreendimentos contratados, em comparação à área média das propostas anteriormente apresentadas, a área dos contratados é ligeiramente maior, havendo, na prática, pouca variação; no entanto, a área média segue em torno de 30% maior do que o mínimo exigido pela cartilha da Caixa. Quanto à média de unidades habitacionais por conjunto, no caso dos empreendimentos contratados o número aumenta em comparação às propostas, mas se mantém no mesmo padrão, de empreendimentos com um número mediano de unidades.

Em relação aos lotes onde os empreendimentos foram/serão construídos, a área média dos contratados aumenta significativamente em relação às propostas. Deve-se levar em consideração que muitas das áreas de terreno das propostas eram desconhecidas. No entanto, é perceptível, por esta média, que muitos dos terrenos onde os empreendimentos estão sendo/

93. Engenheira da assessoria técnica CEP Assessoria. Relato dado em 15.01.2021.

serão construídos se tratam de glebas.

Figura 16 | Área média das unidades habitacionais das propostas, dos terrenos e número médio de unidades habitacionais por empreendimento



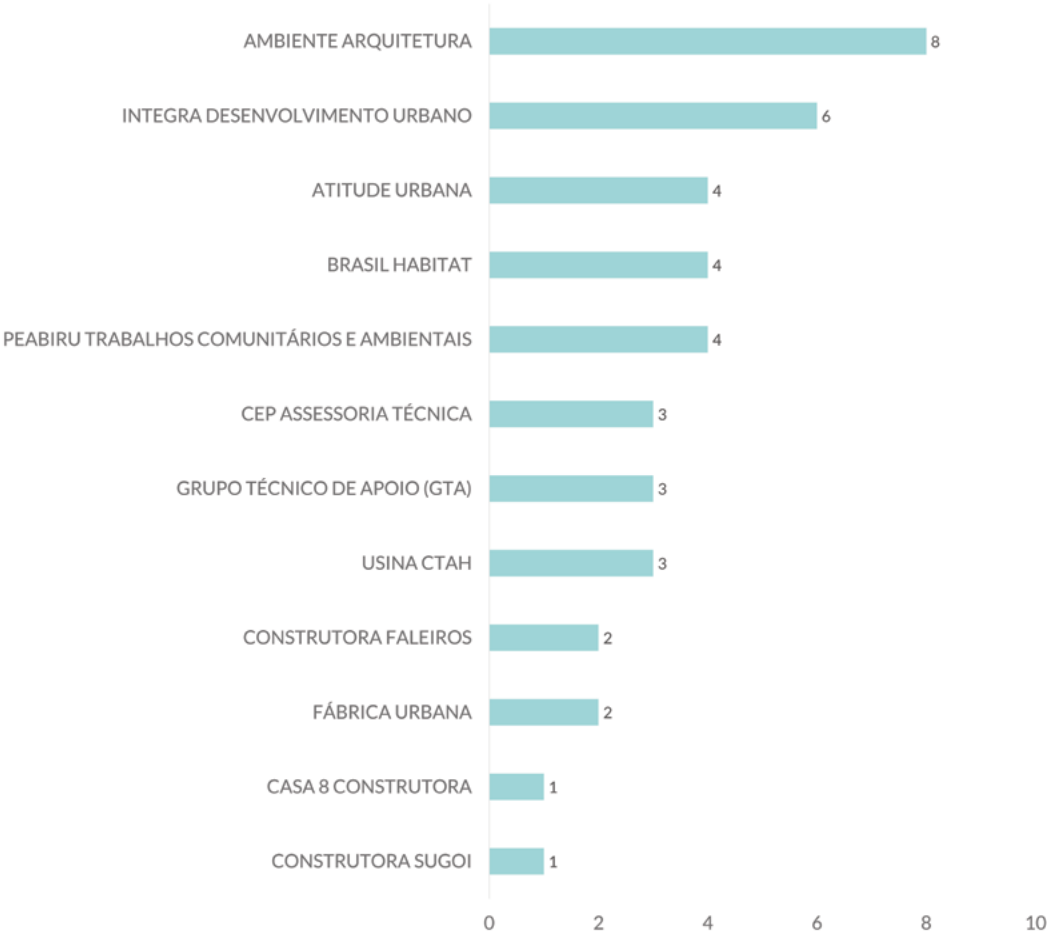
Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

e) Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social

Neste tópico, o gráfico 15 mostra quais assessorias técnicas foram responsáveis pelos empreendimentos contratados. Em termos de números, na análise anterior eram 36 diferentes assessorias técnicas, enquanto este número cai para 12, no que se refere aos empreendimentos contratados. Era de se esperar que o número diminuísse, afinal, apenas cerca de 22% das propostas foram de fato contratadas. O número de assessorias, no entanto, não segue a mesma proporção em relação ao número de contratações, pois há casos de dupla assessoria em alguns empreendimentos.

O que se torna evidente com o gráfico a seguir é a proporção de empreendimentos por assessoria técnica, e quais seguem no topo da lista, com o maior número de projetos e/ou obras sob sua responsabilidade.

Gráfico 15 | Assessorias técnicas dos empreendimentos contratados



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

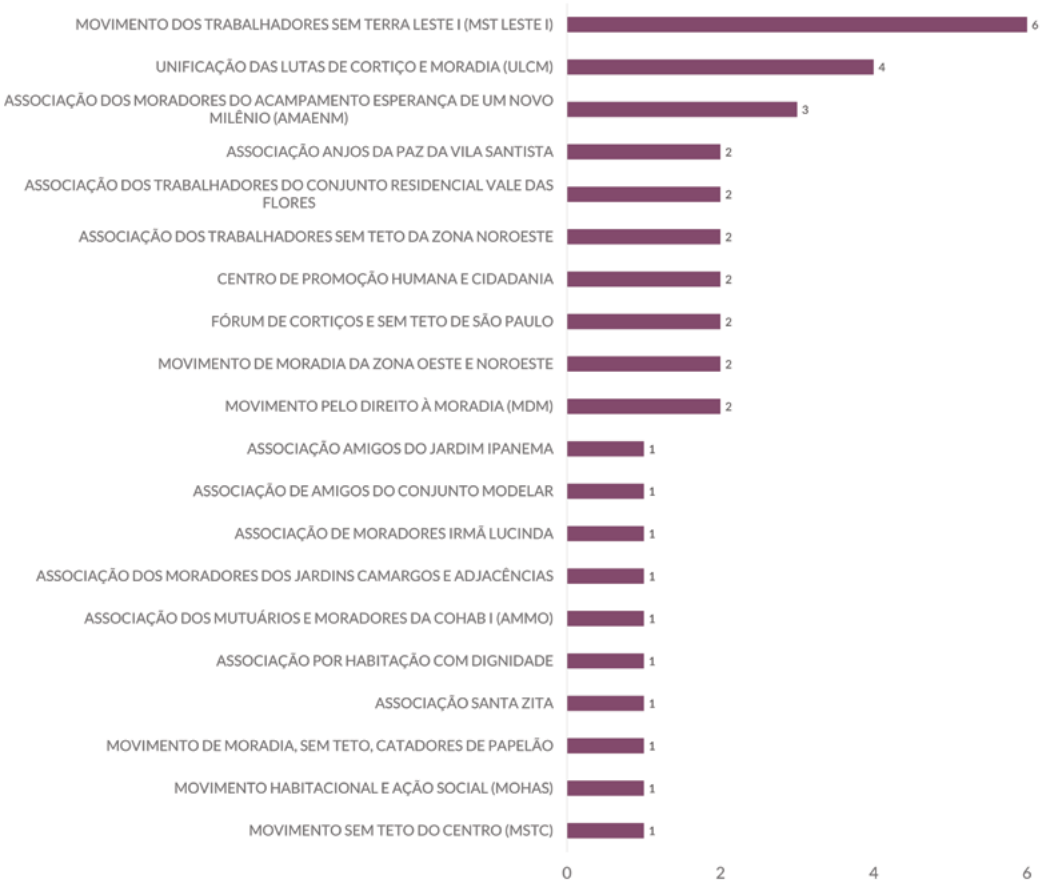
Aos números: as assessorias técnicas com o maior número de projetos sob sua responsabilidade são: Ambiente Arquitetura, com 8 empreendimentos, Integra Desenvolvimento Urbano, com 6; seguidas por Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, Atitude Urbana e Brasil Habitat, com 4 empreendimentos cada. Há apenas dois casos de assessorias técnicas responsáveis por apenas um empreendimento: as construtoras Sugoi e Casa 8, que são responsáveis pelas etapas de obra dos empreendimentos São Matheus (Dandara) e São José I (Agudos A).

Em comparação com a análise anterior, pode-se perceber que, com exceção do escritório Drucker Arquitetura, que não teve nenhum empreendimento contratado, outras assessorias técnicas como a Ambiente Arquitetura e a Integra Desenvolvimento Urbano seguem com o maior número de projetos entre os contratados.

f) Entidades e movimentos de moradia

Aqui, trataremos sobre as associações e os movimentos de moradia vinculados em sua atuação como Entidades Organizadoras (EO), no que se refere aos projetos contratados pela Caixa. Em comparação ao número anterior de Entidades Organizadoras das propostas selecionadas, o número caiu de forma proporcional: entre os selecionados, havia 97 Entidades Organizadoras responsáveis, enquanto entre os contratados, há 20 Entidades Organizadoras.

Gráfico 16 | Entidades Organizadoras responsáveis pelos empreendimentos contratados



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

Outro dado muito interessante está no padrão mantido pelas entidades: no topo, com o maior número de empreendimentos contratados, seguem o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I), com 6 empreendimentos contratados, a Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM), com 4 e a Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio (AMAENM), vinculada ao Movimento

dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com 3. Ainda que os números sejam diferentes em relação à análise anterior, dos selecionados, percebe-se a constância das mesmas entidades e movimentos de moradia na lista, o que reforça a afirmação de Santo Amore (2016, p.14) sobre a adaptabilidade dos movimentos de moradia aos programas vigentes.

Além disso, 10 Entidades Organizadoras são responsáveis por apenas 1 empreendimento cada, enquanto 7 Entidades Organizadoras são responsáveis por 2 empreendimentos cada. Pouco mais da metade das entidades utiliza a denominação de associação (11), enquanto 6 entidades utilizam a denominação de movimento. Muitas dessas associações, e até mesmo movimentos, são vinculadas a outros movimentos maiores, alguns a nível nacional, de notória tradição na luta pelo direito à moradia digna.

Com a sistematização e descrição a respeito dos dados encontrados, é possível ter uma noção, em termos numéricos, do que o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades construiu e ainda está construindo na cidade de São Paulo. Detalhes sobre os empreendimentos possíveis (selecionados pelo Ministério das Cidades e pela Prefeitura de São Paulo), bem como os contratados, como imagens, localização aproximada, plantas e outros desenhos (quando disponíveis), podem ser vistos nos Anexos II e III.

Seu Gervásio, se o Dr. José aparecer por aqui
Cê dá esse bilhete a ele, viu
Pode lê, num tem segredo nenhum
Pode lê seu Gervásio

Venho por meio destas mal traçadas linhas
Comunicar-lhe que fiz um samba pra você
No qual quero expressar toda a minha gratidão
E agradecer de coração tudo o que você me fez

O dinheiro que um dia você me deu
Comprei uma cadeira lá na Praça da Bandeira
Alí vou me defendendo
Pegando firme dá pra tirar mais 1000 por mês

Casei, comprei uma casinha lá no Ermelindo
Tenho três filhos lindos, dois são meus, um de criação
Eu tinha mais coisas pra lhe contar
Mas vou deixar, pra uma outra ocasião
Não repare a letra, a letra é de minha mulher
Vide verso meu endereço, apareça quando quiser

Adoniran Barbosa, Vide Verso meu Endereço (1975).

CAPÍTULO 3

Balanço e aprendizados



Foto: acervo UNMP, 2014

3. Um balanço do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo

No capítulo 1, vimos a importância do Estado como provedor de habitação para a população de mais baixa renda, dado que a parcela que compõe a maior fatia do déficit habitacional são as famílias de 0 a 3 salários mínimos. Também foi possível ver que, a despeito das políticas habitacionais dos últimos anos, o déficit aumentou, sobretudo o componente de ônus excessivo de aluguel, cuja tendência é de aumento.

Com a pandemia de coronavírus, as precariedades e as desigualdades se acentuaram. A população de rua, majoritariamente composta por homens sozinhos,[94] passou a registrar uma mudança de perfil, tendo famílias incluídas em seu contingente. Infelizmente não há dados precisos sobre o perfil atual do morador de rua, tampouco sobre quantas pessoas passaram a morar nas ruas devido ao desemprego e aos altos valores de aluguel durante a crise sanitária, a última contagem da população de rua na cidade de São Paulo foi em 2019.[95]

De qualquer forma, é notória a importância do Estado e de políticas públicas voltadas à população de mais baixa renda, de forma a garantir o cumprimento de direitos fundamentais, como a moradia adequada, prevista

---

94. De acordo com o Censo da População em Situação de Rua elaborado pela Prefeitura de São Paulo em 2019, 85,5% das pessoas em situação de rua se identificam com o sexo masculino. 74% das pessoas em situação de rua vivem sozinhas. Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf. Acesso em 29.07.2021.

A nível nacional, o único levantamento nacional realizado foi feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA), com números pré pandemia (entre setembro de 2012 e março de 2020), e não entra em detalhes sobre a população em situação de rua. Fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em 29.07.2021.

95. Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-02/pandemia-leva-familias-para-as-ruas-de-sao-paulo-e-acelera-mudanca-de-perfil-da-populacao-sem-teto.html. Acesso em 29.07.2021.

na Constituição Federal.[96] E, repete-se, é essencial que haja coordenação entre as esferas de governo para que as políticas habitacionais tenham êxito, com destaque especial para o poder local. Ainda que se trate de programas habitacionais federais, como no caso do Programa Minha Casa Minha Vida, o papel do poder local é indispensável para a concretização dos projetos, sejam empreendimentos novos, sejam reformas de edifícios existentes.

No capítulo 2, para além das questões de pesquisa e do tortuoso caminho de obtenção das informações sobre as propostas e empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo, foi possível ver de forma concreta qual o perfil das propostas dos empreendimentos para a cidade e inferir a qualidade urbanística destes, por meio de análises sobre o zoneamento e a distância do centro. Outras análises podem ser mais aprofundadas[97] quanto às propostas, para entender se o padrão de má inserção urbana é reiterado. Também foram apresentados números sobre os empreendimentos contratados, um tipo de esboço do que foi o Programa no município nos últimos 12 anos. Agora vamos ao retrato.

3.1. Um retrato do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo

Nas análises anteriores, foi dada maior ênfase no número de empreendimentos em detrimento das unidades habitacionais. Algo sem dúvida importante, pois grande parte das análises se referia à inserção urbana dos conjuntos habitacionais, o que tem muita relevância para reflexões posteriores sobre o PMCMV-E. No entanto, quando as políticas públicas são anunciadas na mídia, ou quando há divulgação dos resultados, ou se fala em efetividade, muito se fala em número de famílias atendidas ou número

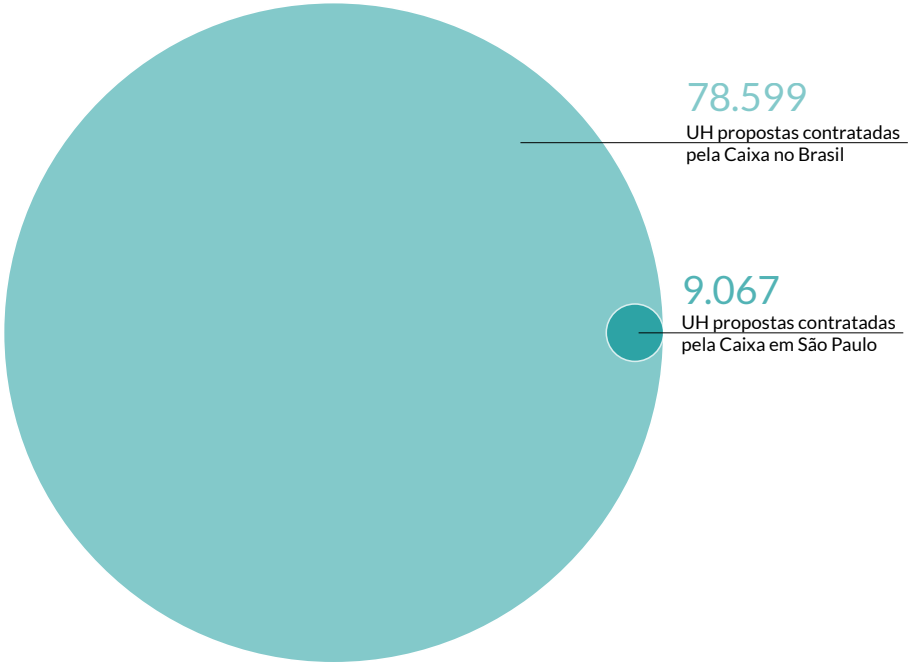
96. Os artigos 6º e 7º da Constituição Federal de 1988, referentes aos direitos sociais, sendo a moradia um deles. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 29.07.2021.

97. Ver: LabCidade (FAUUSP) & Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, 2014. Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV. São Paulo

de unidades habitacionais. Falemos, pois, sobre o número de unidades habitacionais contratadas via Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo, onde estão e qual sua parcela dentro do Programa.

De acordo com a Tabela 3 do Capítulo 1, referente ao número de contratações do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades em todo o Brasil durante a vigência do Programa, temos um total de 78.599 unidades habitacionais contratadas. Em tabela disponível no Anexo IV, onde estão presentes todas as informações recolhidas apenas dos empreendimentos contratados, é possível verificar que, apenas na cidade de São Paulo, entre 2009 e 2020, foram contratadas 9.067 unidades habitacionais. Este número de contratações referentes à cidade de São Paulo durante a vigência do Programa, em comparação com o número de contratações para o Brasil inteiro, representa aproximadamente 11,5% do total. Mesmo concentrando a cidade de São Paulo a maior do país, sendo aproximadamente 5,9% da população brasileira,[98] essa é uma proporção muito significativa.

Figura 17 | Proporção de unidades habitacionais contratadas da cidade de São Paulo em comparação às contratações no Brasil pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades



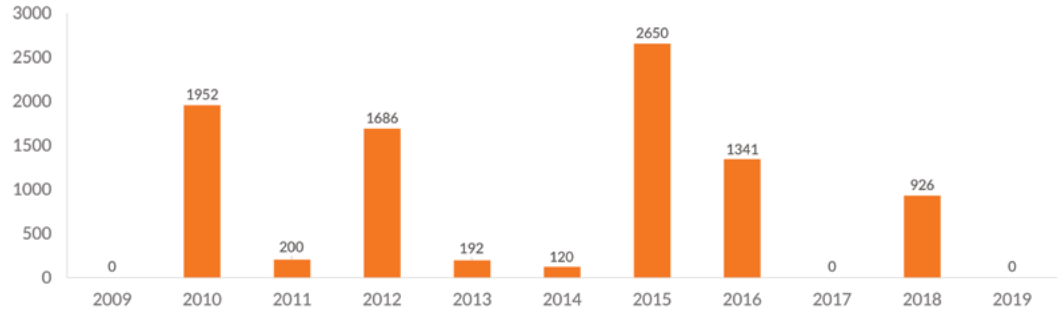
Fonte: D'OTTAVIANO (2021). Elaboração própria.

No diagrama anterior (figura 17) temos o total contratado durante os 10 anos de vigência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na

98. Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama. Acesso em 20.09.2021.

cidade de São Paulo em comparação ao contratado em todo o Brasil. Se pensarmos em relação às contratações no decorrer do tempo, na análise do capítulo anterior, que leva em consideração o número de empreendimentos contratados (gráfico 9), temos um ponto de vista a partir dos conjuntos. No entanto, se analisarmos de acordo com o número de unidades habitacionais contratadas no decorrer do tempo, verifica-se uma leve mudança no padrão irregular de contratação, ainda que não seja extremamente significativo. O gráfico abaixo ilustra bem a questão colocada acima:

Gráfico 17 | Ano de contratação por número de unidades habitacionais pela Caixa



Fonte: CGU, COHAB-SP, DOU, CGU/e-SIC, SNH-MDR/e-SIC, Caixa/e-SIC, COHAB-SP/e--SIC. Elaboração própria.

Na análise cuja referência era o número de empreendimentos, foi possível verificar grande oscilação nas contratações, com picos em 2010, 2012, 2016 e 2018. Vendo sob o aspecto do número de unidades habitacionais contratadas, nota-se certa mudança nos picos, que passam a ser 2010, 2012 e 2015. Ainda que em 2018 tenham sido contratados 8 empreendimentos, o número de unidades habitacionais é inferior se comparado a 2016, por exemplo, ano que contou com a contratação de 6 empreendimentos.

Rodrigues (2020)[99] afirma que em um primeiro momento, durante a primeira fase do Programa, houve um período de aprendizado não somente por parte da Caixa, como dos movimentos de moradia. Além disso, nos primeiros anos havia mais recursos disponíveis em comparação às propostas cujas contratações se efetivavam, o que condiz com o gráfico 17. Por volta de 2014-2015, a situação muda: o número de empreendimentos selecionados e considerados aptos para contratação passa a ser maior que a capacidade de contratação do Ministério das Cidades, o que faz com que as propostas passem a ser hierarquizadas.

99. Liderança da União do Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP). Entrevista concedida em 17.12.2020.

> Após o processo de impeachment que afastou a presidenta Dilma Rousseff até o final de 2016, não houve nenhuma nova seleção ou contratação. As portarias 173 e 186/2016, que pré-selecionavam empreendimentos para futura contratação no programa, foram canceladas pelo Ministro Bruno Araújo, indicado pelo presidente Michel Temer imediatamente após a sua posse, por meio da Portaria 186 (MINEIRO, 2020, p. 127).

A última seleção de fato do Programa foi a 595, em setembro de 2018, que, segundo Rodrigues (2020) foi fruto de protestos e acampamentos dos movimentos de moradia na porta do Ministério das Cidades. No entanto, devido aos cortes orçamentários do governo Temer, as propostas selecionadas não poderiam ser contratadas.

> E aí, acho que foram 120 mil unidades apresentadas, selecionou por volta de 10 mil, não sei exatamente o número certinho, e aí viramos 2019, o ministro do Bolsonaro ainda disse que vai tá buscando recursos para contratar, prorroga essa seleção mais uma vez. Em maio ele prorroga, e quando chega novamente, quando vence a prorrogação, o parecer jurídico é de que aquela seleção em 2018 era irregular, porque ela não tinha lastro no orçamento, então aquele processo é anulado. Eles não revogaram na verdade, eles anularam aquela seleção.
>
> [...] O Programa, efetivamente, se encerrou com as últimas contratações de 6 de maio de 2016, uma semana antes de a Dilma ser afastada. Depois teve algumas contratações, mas eram coisas que já tavam amarradas, né, eram só por questão burocrática (RODRIGUES, 2020).

Rossetto Netto (2020)[100] reitera as colocações de Rodrigues (2020) sobre as últimas contratações e reforça que, ainda que alguns empreendimentos estivessem com a documentação completa, houve projetos que não avançaram para a etapa de contratação, restando as tratativas em suspenso. Com isso, as famílias seguem sem amparo institucional, sem perspectiva de contratação, apenas com a posse do terreno, sob risco de ocupação:

> Antes do processo da Dilma, a gente já sofria muito, então... O Maria Domitila, que é o Marisa Letícia, foi a última contratação na gestão da Dilma, tipo um mês antes de tirarem ela. Depois veio a entrada do Temer, que ele praticamente manteve a mesma dinâmica e algumas coisas até, aparentemente, sairiam do lugar. A gente tentou fazer tudo, fazer contratação de mais empreendimentos na gestão do Temer, mas o que aconteceu é que, com a com a saída da Dilma, a Caixa não aceitava mais

100. Arquiteto da assessoria técnica Integra Urbano. Entrevista concedida em 30.06.2020.

> apresentação de novos projetos. Então foi bastante difícil, o final do governo Temer a gente teve míseras, acho que cinco, seis contratações. São essas que tão em operação, o Lord, Cambridge, Etelvina, acho que tem mais dois ou três empreendimentos, mas todos os outros que tavam num processo bastante adiantado, eles ficaram sem chão. Então, pelo menos os que a gente tem em mãos, tem coisa na área central, a gente tem projeto aprovado, orçamento preparado, alguns já discutidos com a Caixa…. As famílias tão tomando conta, têm a posse do terreno, tá registrada, averbada a matrícula, essa destinação, só que não existe perspectiva nenhuma de contratação porque não existe mais o programa.

Por meio desses relatos, é possível compreender que, a despeito do número de empreendimentos ter sido mais volumoso no ano de 2018, o número de unidades habitacionais, que é o que conta para o repasse no financiamento, foi reduzido em comparação aos anos anteriores. Esse arrefecimento foi inversamente proporcional ao número de propostas enviadas à Caixa anteriormente, ou ao número de propostas selecionadas nesse mesmo ano. Pelos relatos de Rossetto Netto e Rodrigues, em conjunto com as análises do gráfico anterior, pode-se constatar que os anos de 2019 e 2020 representaram um "encerramento" do Programa.

> Isso não foi pra frente, a Caixa não aceitou. Depois teve um momento que o Ministério já tinha feito uma pré-seleção, e como tinha sido feita uma pré-seleção, a Caixa não aceitava nenhum outro projeto novo. Então a gente tá vivendo uma realidade de 2018. O que teve perspectiva em 2018, no final de 2018, andou em 2019 mas não contratou em 2020. E daí tá todo mundo que trabalhou, que tem terreno, e as famílias… Tem gente morando nos terrenos pra proteger (ROSSETTO NETTO, 2020).

Voltando os olhos para o número de unidades habitacionais sob o espectro espacial, vamos entender melhor como se dá sua distribuição pela cidade de São Paulo. Como vimos na análise anterior pelo número de empreendimentos, no gráfico 12 do capítulo 2, se viu que os empreendimentos se localizam em sua maioria na região leste, seguido pela região norte, central e sul. Essa informação foi esmiuçada nos mapas das figuras 12 e 13. Sob a ótica do número de unidades habitacionais, o padrão não se modifica muito:

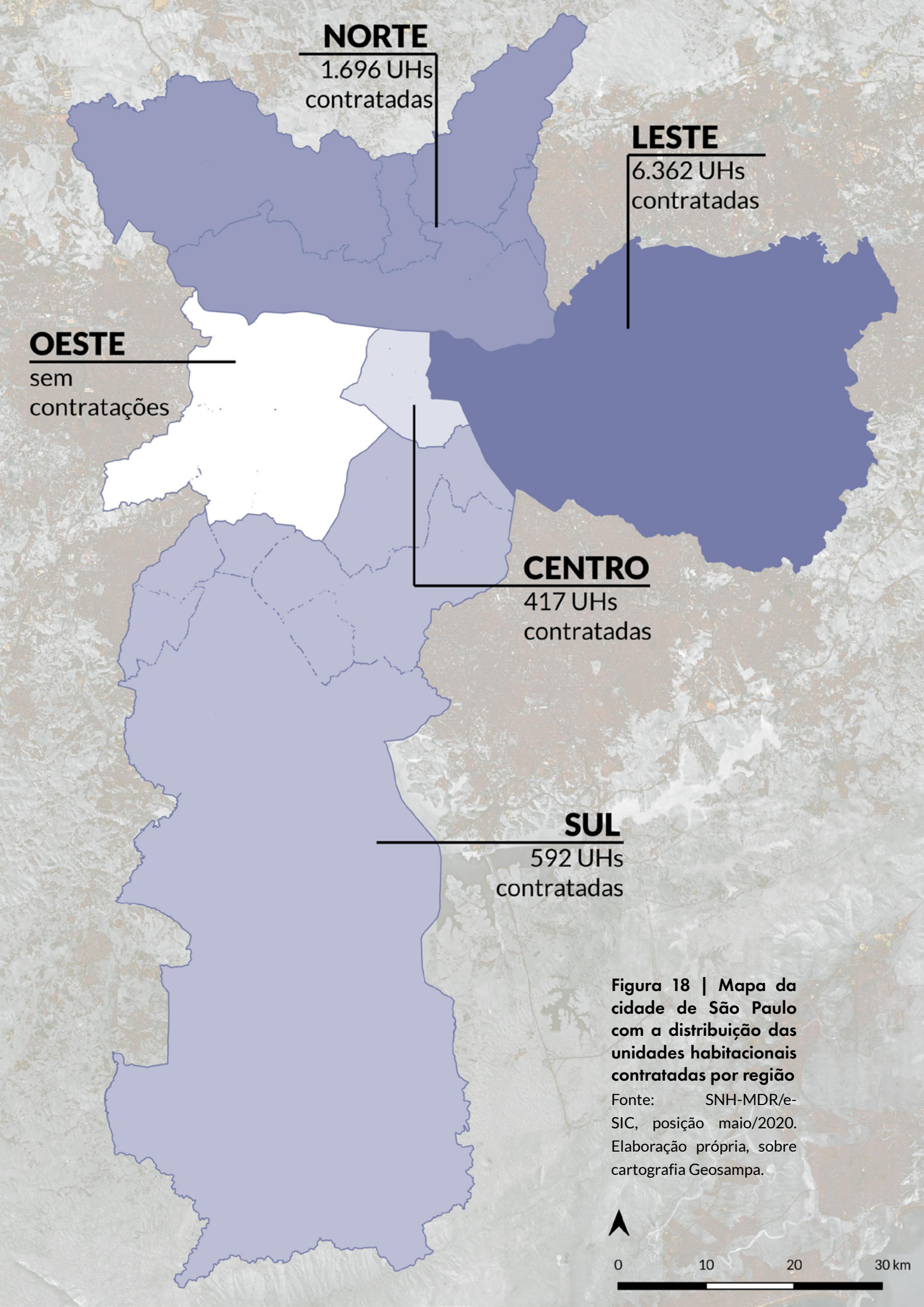


Figura 18 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição das unidades habitacionais contratadas por região

Fonte: SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020. Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa.

Conforme visto anteriormente nas análises do item 2.2.2 do capítulo 2, há uma disparidade na distribuição dos empreendimentos pelas regiões da cidade, com predominância da região leste. Nos mapas exibidos (figuras 12 e 13), pode-se ter melhor noção da distribuição espacial dos empreendimentos. Na análise anterior, notou-se que aproximadamente 60% dos empreendimentos estão concentrados na região leste, seguido por 20% na região norte e 10% cada nas regiões central e sul. Não houve nenhuma contratação na região oeste, tampouco propostas selecionadas.

Na figura 18, a análise trata das unidades habitacionais distribuídas pelas regiões da cidade de São Paulo. A região leste segue dominante, com 6.362 unidades habitacionais contratadas, enquanto a região norte conta com 1.696, seguida pelas regiões sul, com 592 e central, com 417.

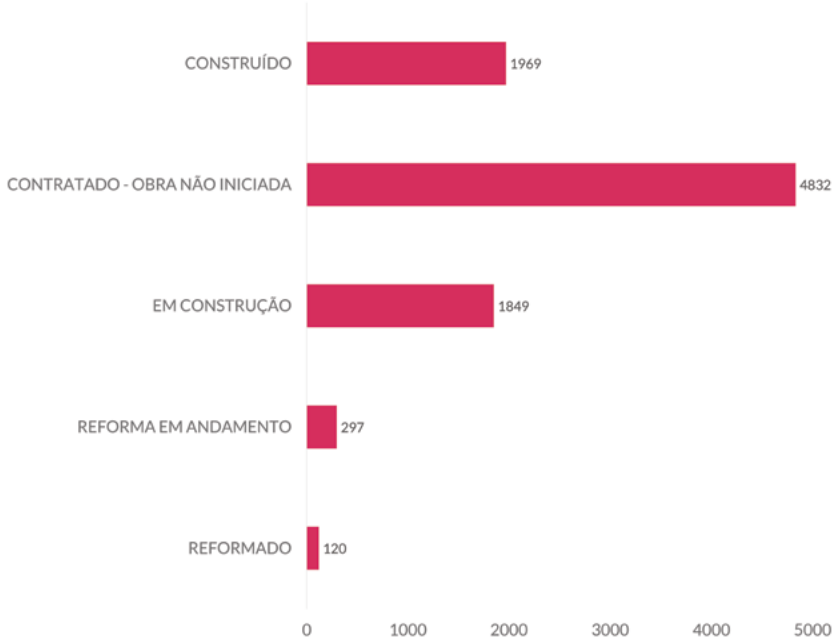
Há uma leve mudança na proporção quando comparada com o número de empreendimentos contratados: na região leste, estão concentradas 70% das unidades habitacionais contratadas (importante lembrar que o empreendimento com o maior número de unidades habitacionais – o Copa do Povo, com 2.002 unidades – situa-se lá), enquanto na região norte, a proporção é de 18,70% aproximadamente, seguido pela região sul, com 6,5% e central, com 4,5% das unidades habitacionais contratadas. Essa mudança de proporção representa também a mudança no contingente populacional para estas regiões (ou a falta de). Com isso, a proporção sobretudo nas regiões sul e central mudou bastante, para menos, pois as duas somadas representam pouco mais de 11% das unidades habitacionais contratadas. Importante destacar que, no caso de projetos em reformas de edificações existentes, presentes na região central, o número de unidades habitacionais, costuma ser menor em comparação a uma construção nova em uma gleba.

De qualquer forma, é importante destacar a possibilidade de 417 famílias de renda entre 0 e 3 salários mínimos passem a viver de forma regular e digna na área central da cidade de São Paulo. Também é significativo que os três empreendimentos da área central sejam *retrofits* de edifícios subutilizados e se tornem moradia digna para população de baixa renda. E, para a viabilização dos três projetos, foi imprescindível a participação da esfera municipal no processo ao disponibilizar terrenos públicos para construção de habitação de interesse social por meio de chamamentos no âmbito do programa vigente.

Ainda que se fale no número de unidades habitacionais contratadas, como garantia de moradia digna para as 9.067 famílias beneficiadas, vimos nas análises anteriores, mais especificamente no gráfico 10 (capítulo 2), que não é bem assim. Ainda que as contratações tenham acontecido até 2018,

nem todos os empreendimentos foram construídos. E quanto às unidades habitacionais? No gráfico a seguir, veremos com mais precisão a situação dos empreendimentos no que se refere às unidades habitacionais, ou seja, quantas famílias já têm nova morada.

Gráfico 18 | Situação dos empreendimentos contratados (pelo número de unidades habitacionais)



Fonte: SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020, COHAB-SP/e-SIC, posição setembro/2020. Elaboração própria.

Ainda que o gráfico da análise anterior fosse representativo quanto ao número de empreendimentos, para a compreensão de que ainda havia uma parte a ser construída (no caso, 12 projetos dentre 35), o número de unidades habitacionais varia muito de acordo com cada empreendimento. No caso dos contratados, o empreendimento com o menor número de unidades habitacionais conta com 25, e com o maior número, 2.002 – ambos localizados na zona leste de São Paulo.

O gráfico 18 mostra que a proporção muda quando o assunto é número de unidades habitacionais: das unidades habitacionais contratadas, há uma porcentagem baixa para as que estão finalizadas: 1.969 construídas e 120 reformadas, totalizando 2.089 unidades habitacionais, o que equivale a aproximadamente 23% do total. Essas unidades estão distribuídas em 12 empreendimentos, conforme a análise anterior demonstrou. Já os empreendimentos que estão em construção ou reforma, o número é bem semelhante ao de unidades finalizadas: 2.146 unidades habitacionais

em processo de construção/reforma (1.849 em construção e 297 em reforma), o que equivale a pouco mais de 23% do total. Por outro lado, os empreendimentos cujas obras sequer iniciaram ocupam a maior parcela das unidades habitacionais: 4.832, o que equivale a aproximadamente 53% do total contratado durante toda a vigência do Programa. Esse desfalque na produção é um elemento sintomático no que se refere ao funcionamento do Programa, pois, no final das contas, o que importa, para além do número de empreendimentos contratados, é o número de famílias atendidas. Se em 11 anos de Programa, pouco mais da metade dos projetos contratados sequer iniciou as obras, presume-se que há um algum tipo de problema em sua operacionalização.

De acordo com Evaniza Rodrigues (2020),[101] ainda que o aparato formal do Programa trouxesse alguma legitimidade pros movimentos de moradia, na prática, não há qualquer apoio do poder público. Além disso, as dificuldades seguiam e seguem desde a prospecção do projeto até a execução da obra, muito devido às particularidades da modalidade Entidades, pois o Programa Minha Casa Minha Vida foi desenhado tendo em vista o mercado imobiliário tradicional, sem, inclusive, levar em consideração o trabalho mutirante.

> Você pergunta pra construtora quanto que ela gastou no prego, quanto que ela gastou no cimento, quanto que ela gastou na telha? Não. Você vai lá, tem um preço, e você vai lá e paga o que foi executado' né. E isso, imagina, a gente sofreu por muitos anos, e sofre até hoje, porque 'os movimentos vão pegar o dinheiro e vão roubar, não vai prestar contas, tem que prestar contas, não sei o quê' (RODRIGUES, 2020).

Outro aspecto importante a ser analisado é a localização dos empreendimentos construídos, a fim de compreender se os entraves para a não execução das obras tem relação com as regiões onde se constrói, dada a consolidação da área. De qualquer forma, a localização dos empreendimentos já construídos é importante para que se verifique quais regiões com a maior porção e onde estão as famílias atendidas.

Os mapas a seguir explicitam melhor essa questão, com as situações dos empreendimentos por região da cidade, bem como em relação à concentração das unidades habitacionais, cujo padrão em relação ao número de empreendimentos pouco muda.

101. Liderança da União do Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP). Entrevista concedida em 17.12.2020.

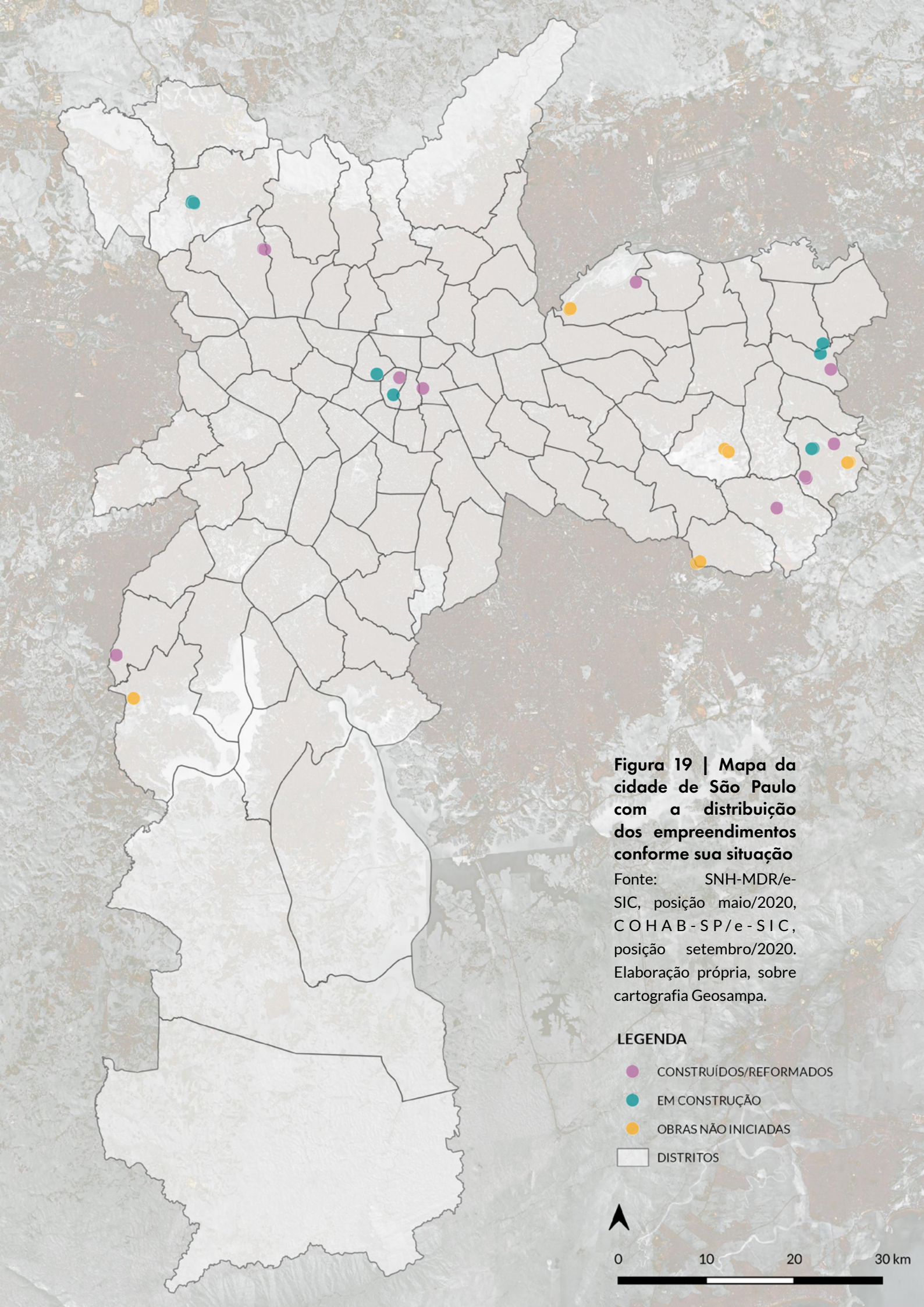


Figura 19 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos conforme sua situação

Fonte: SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020, COHAB-SP/e-SIC, posição setembro/2020. Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa.

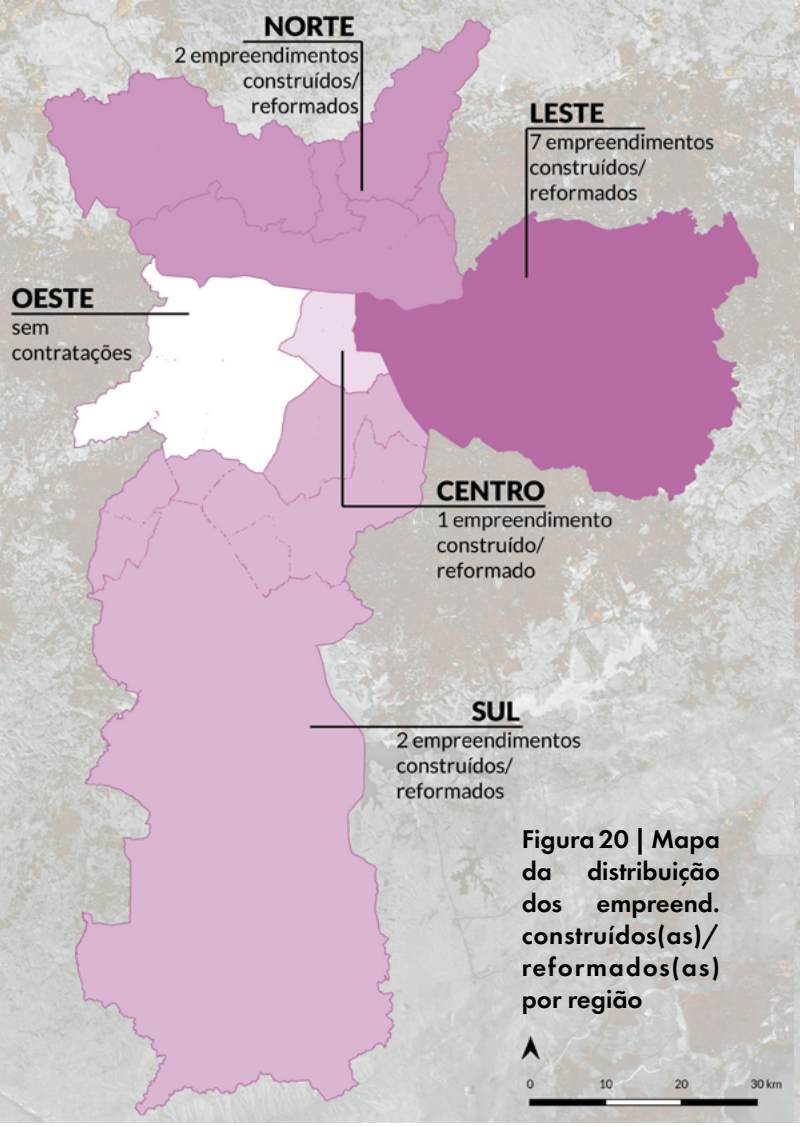


Figura 20 | Mapa da distribuição dos empreend. construídos(as)/ reformados(as) por região

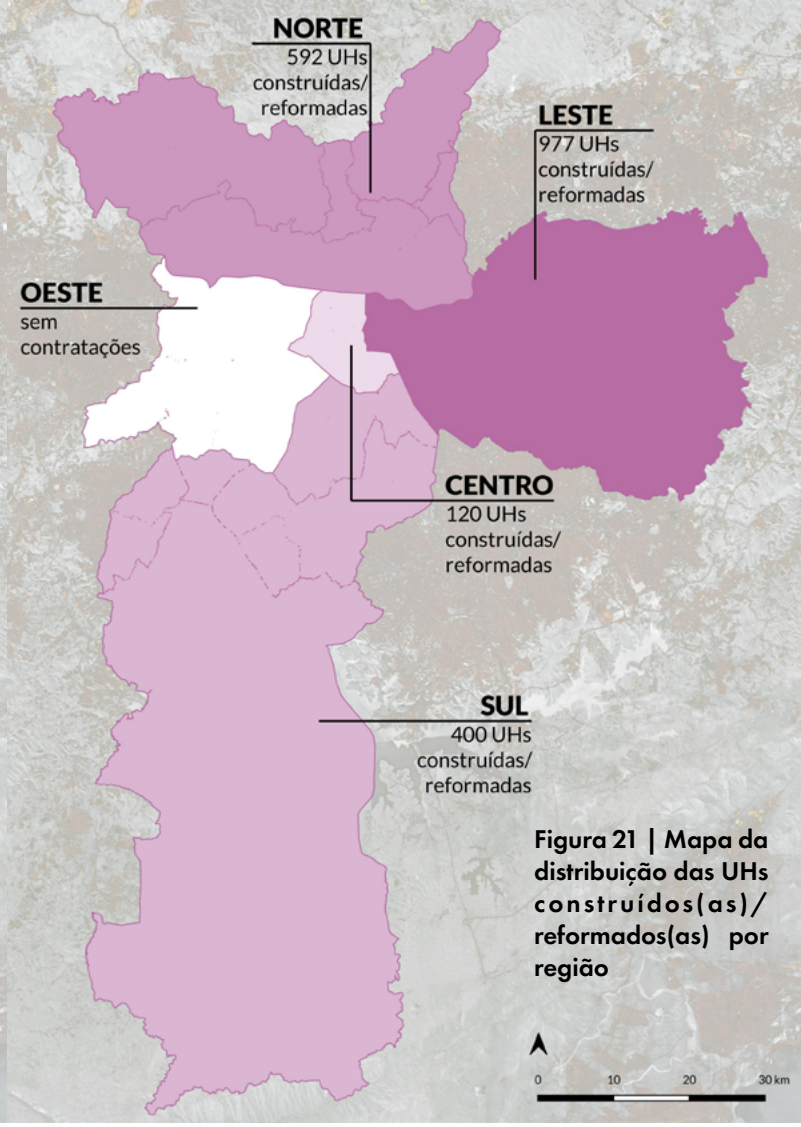


Figura 21 | Mapa da distribuição das UHs construídos(as)/ reformados(as) por região

Fonte: SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020, COHAB-SP/e-SIC, posição setembro/2020. Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa.

A região leste se destaca como a região que mais construiu até o momento, no entanto, também é a região em que predomina o número de obras não iniciadas. A região norte concentra o maior número de unidades habitacionais em construção, com 1.104 unidades (5 empreendimentos), seguida pelas regiões leste e central, com 745 (4 empreendimentos) e 297 unidades (2 empreendimentos), respectivamente.

A região sul, dentre as regiões que têm contratações, não possui empreendimentos em construção no momento. Dentre as regiões com contratações, as únicas onde há obras não iniciadas são a leste, com a maior parte, 4.460 unidades habitacionais (11 empreendimentos), e a sul, com 192 unidades habitacionais (1 empreendimento).

Dentre os construídos, portanto, permanece o padrão periférico verificado em análises anteriores por outros pesquisadores: analisando a figura 19 nota-se que os empreendimentos já construídos localizam-se nas bordas da cidade de São Paulo, a despeito de existirem 2 empreendimentos na área central.

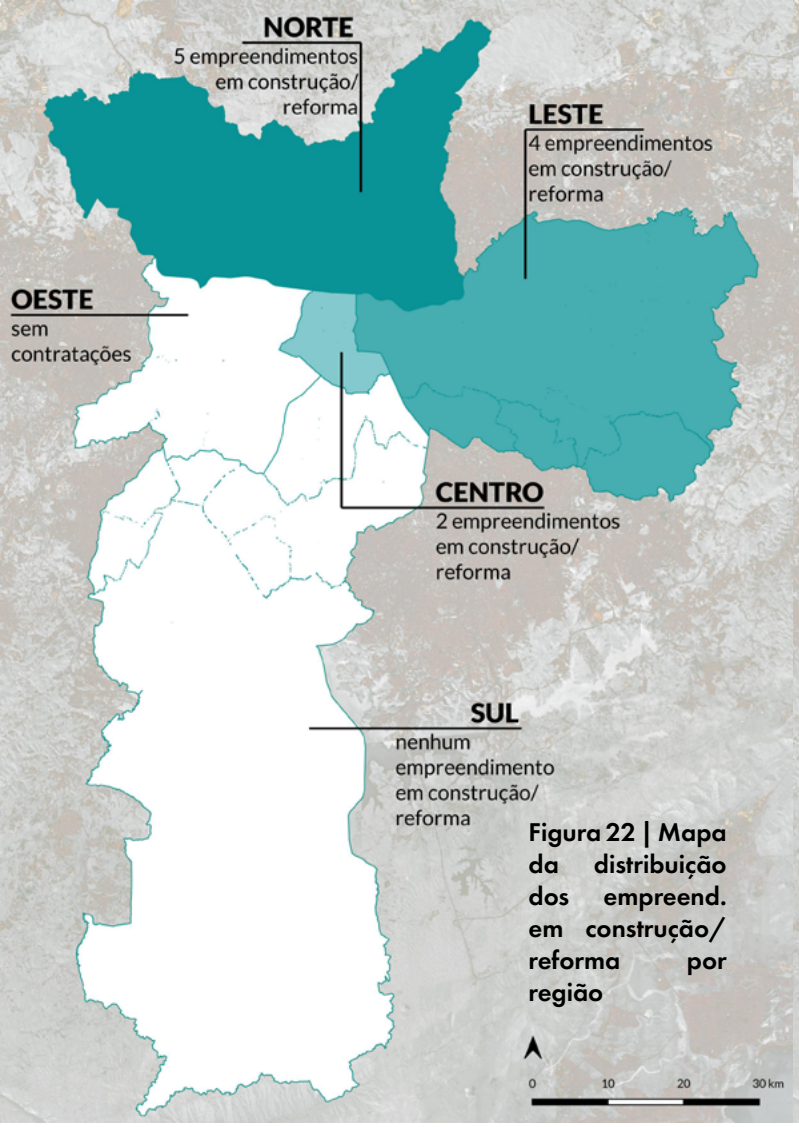


Figura 22 | Mapa da distribuição dos empreend. em construção/ reforma por região

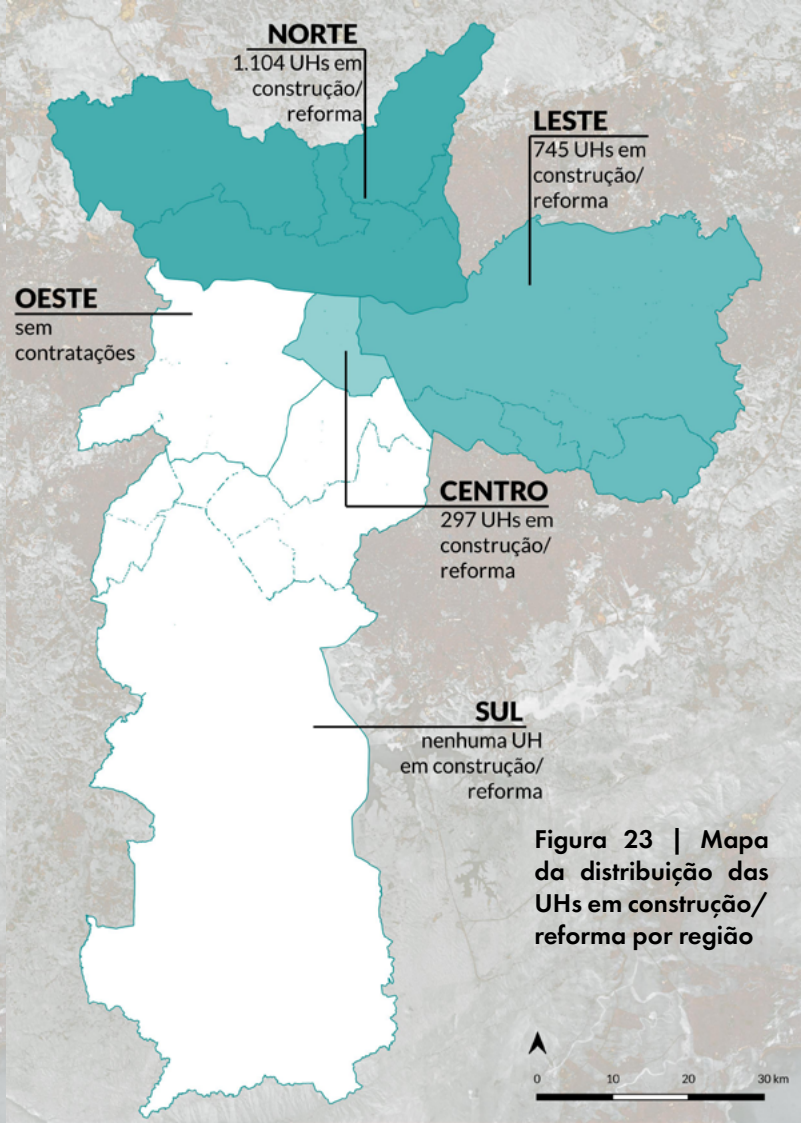


Figura 23 | Mapa da distribuição das UHs em construção/ reforma por região

Fonte: SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020, COHAB-SP/e-SIC, posição setembro/2020. Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa.

Pode-se notar que, no caso dos empreendimentos construídos e em construção, o número de empreendimentos e de unidades habitacionais é aparentemente proporcional. Em relação à localização mais exata dos empreendimentos, exibida na figura 19, nota-se um padrão ainda periférico, sobretudo na região leste.

Os empreendimentos da região norte, no entanto, se localizam menos nas bordas da cidade em comparação à região leste. Além disso, destacam-se os empreendimentos em reforma na região central: ainda que seja um número menor em relação às outras regiões, são *retrofits* que contarão com aproximadamente 300 famílias de baixa renda em área bem munida de infraestrutura e serviços.

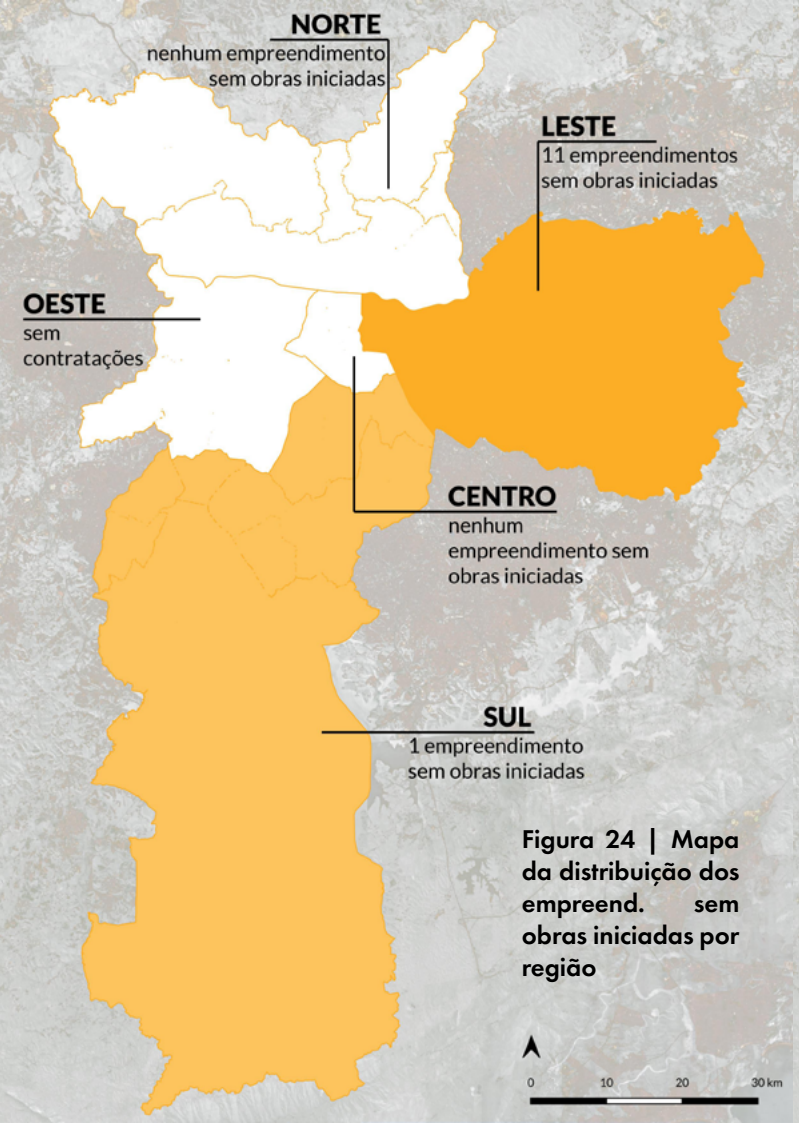


Figura 24 | Mapa da distribuição dos empreend. sem obras iniciadas por região

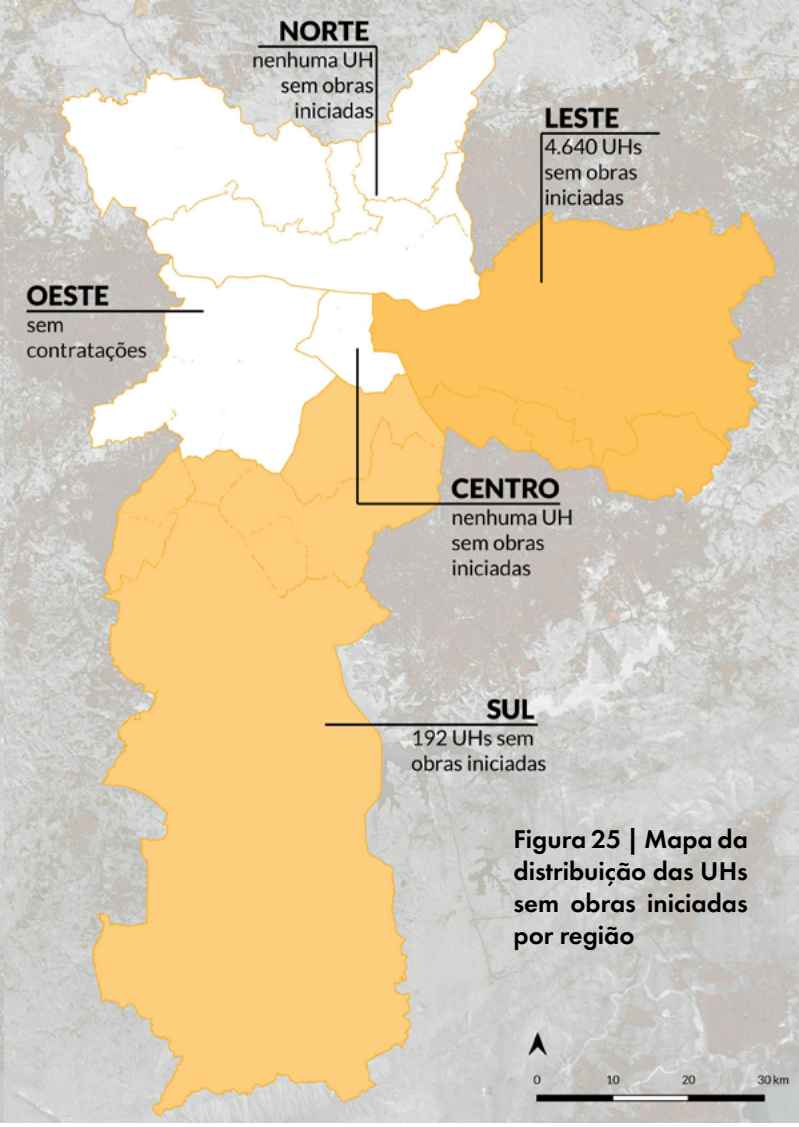


Figura 25 | Mapa da distribuição das UHs sem obras iniciadas por região

Fonte: SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020, COHAB-SP/e-SIC, posição setembro/2020. Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa.

No caso dos empreendimentos sem obras iniciadas, percebe-se que há casos com números consideráveis de unidades habitacionais, como o Copa do Povo (2.002 UHs). Isso explica por que de praticamente metade das unidades habitacionais ainda não terem começado a ser construídas.

De qualquer forma, a localização dos empreendimentos ainda não responde a principal questão suscitada pelos dados explicitados desde a análise anterior: "por que alguns empreendimentos são contratados e outros não?". Ou: "por que alguns empreendimentos são construídos ou até avançam para fase de obras enquanto outros permanecem em etapa de projeto?". Ademais, conforme já mencionado anteriormente no capítulo 1, dentre as principais dificuldades para concretização dos empreendimentos na modalidade Entidades está o acesso à terra.

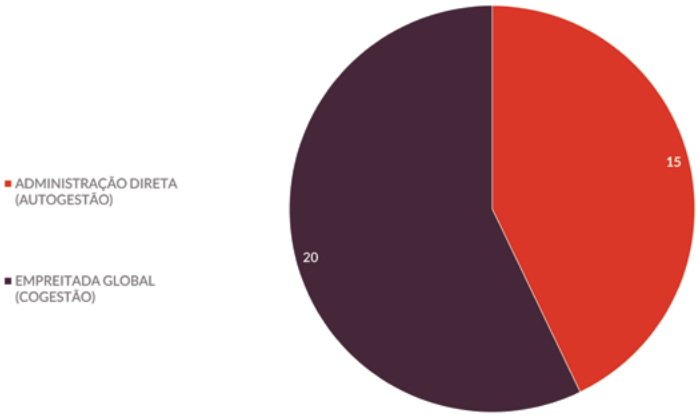
Como bem lembra Rossetto Netto (2017, p. 98), muitos dos imóveis que restavam como opção de compra para as entidades geralmente apresentavam algum problema ambiental, restrições de legislação ou documentação com pendências, o que exigia ações adicionais.

Além disso, de acordo com Rodrigues (2013, p. 78):

> É importante relembrar que, nas anteriores experiências locais de autogestão, em geral, cabia ao Poder Público promover a obtenção e disponibilização da terra urbanizável. Para serem utilizados no Programa, os terrenos devem ter a regularidade previamente atestada, nos âmbitos da propriedade, do parcelamento, do registro e da edificação a ser construída, diferindo da prática de boa parte dos programas públicos da habitação social desenvolvido historicamente.

Outra possível justificativa para essa questão, que certamente possui mais de uma resposta, refere-se à forma de contratação de obra dos empreendimentos. De acordo com Rossetto Netto (2017 p. 99), após um histórico de dificuldades com as contratações, em muitos casos se abriu mão do processo de autogestão e se adotou a empreitada global a fim de se reduzir riscos operacionais. Vamos analisar, portanto, a partir do gráfico a seguir, os regimes de contratação adotados pelas entidades para os empreendimentos contratados na cidade de São Paulo.

Gráfico 19 | Regimes de contratação de obra dos empreendimentos contratados na cidade de São Paulo



Fonte: Elaboração própria a partir de CAMARGO (2016), CICUTO BARROS (2019), NUNES (2017), ROSSETTO NETTO (2017), UNMP,[102] MTST,[103] Integra Urbano.[104]

No gráfico 19 é possível verificar que a maior parte das contratações dos empreendimentos, no que se refere ao regime de construção, é por meio

102. Ver: https://autogestao.unmp.org.br/. Acesso em 29.07.2020.
103. Ver: https://mtst.org/mtst/obras-do-empreendimento-mtst-dandara-estao-a-todo-vapor/. Acesso em 18.08.2020.
104. Ver: https://integraurbano.com.br/. Acesso em 18.08.2020.

da empreitada global. Ainda que este seja o regime dominante de construção entre os contratados, o número de contratações sob o procedimento corresponde a aproximadamente 57%. Ou seja, entre os empreendimentos contratados, ainda há uma porção significativa de contratações sob o regime de administração direta.

Rodrigues (2020) afirma, no entanto, que as regras do Minha Casa Minha Vida favoreciam processos com pouca ou nenhuma participação dos membros das entidades, sobretudo se houvesse alguma empresa construtora envolvida. Além disso, houve casos em que as associações, pela pouca capacitação ou organização, entregavam suas habilitações para que construtoras assumissem as rédeas do processo, uma prática chamada "barriga de aluguel" pelos movimentos de moradia. Portanto, ainda que boa parte das contratações tenha sido pelo regime de administração direta, a prática mostra que o regime predominante nos empreendimentos contratados foi a cogestão.

> É possível identificar uma certa convivência de projetos cujas características se aproximam dos projetos gestados na década de 80, onde são perceptíveis processos de mobilização anteriores à conquista do projeto habitacional, participação dos beneficiários finais na discussão do projeto, no gerenciamento da obra e, muitas vezes, no trabalho mutirante necessário à execução das obras, e, finalmente na aplicação de programas de gestão da pós ocupação com processos em que, ao menos algum desses elementos, foram terceirizados para organizações estranhas à entidade promotora do empreendimento habitacional. Em suma: mesmo no âmbito da produção associativa, verificou-se uma convivência entre produção não mercantil autogestionária e produção mercantil que pode ser qualificada, no máximo, como cogestão da produção habitacional (MINEIRO, 2020, p. 117)

Como um ponto de comparação à análise anterior, é válido verificar a localização dos empreendimentos de acordo com os regimes de contratação. Nos mapas a seguir, portanto, será possível identificar as regiões com maior contratação dos regimes de administração direta e de empreitada global pela cidade de São Paulo, por número de empreendimentos e por unidades habitacionais.

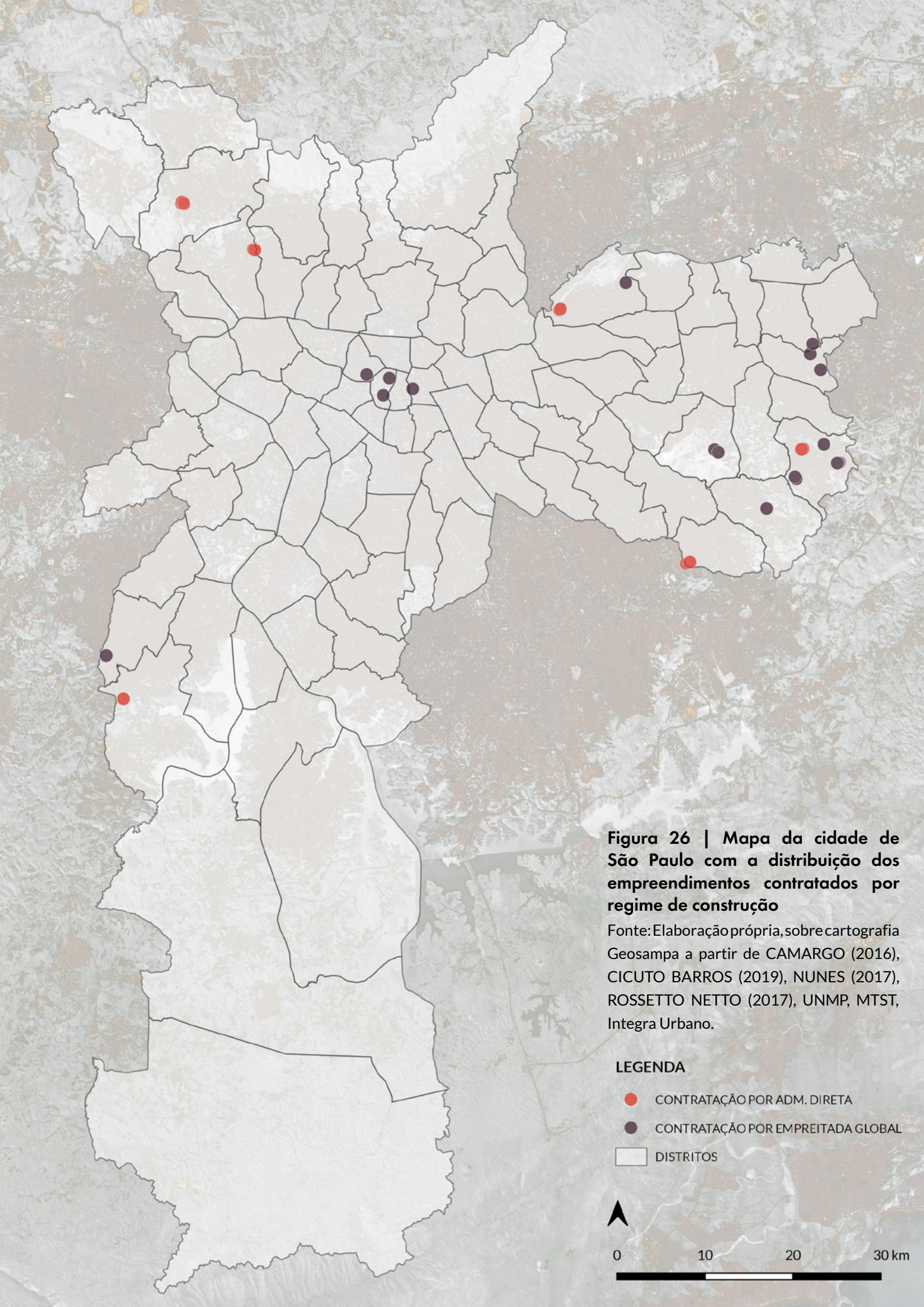


Figura 26 | Mapa da cidade de São Paulo com a distribuição dos empreendimentos contratados por regime de construção

Fonte: Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa a partir de CAMARGO (2016), CICUTO BARROS (2019), NUNES (2017), ROSSETTO NETTO (2017), UNMP, MTST, Integra Urbano.

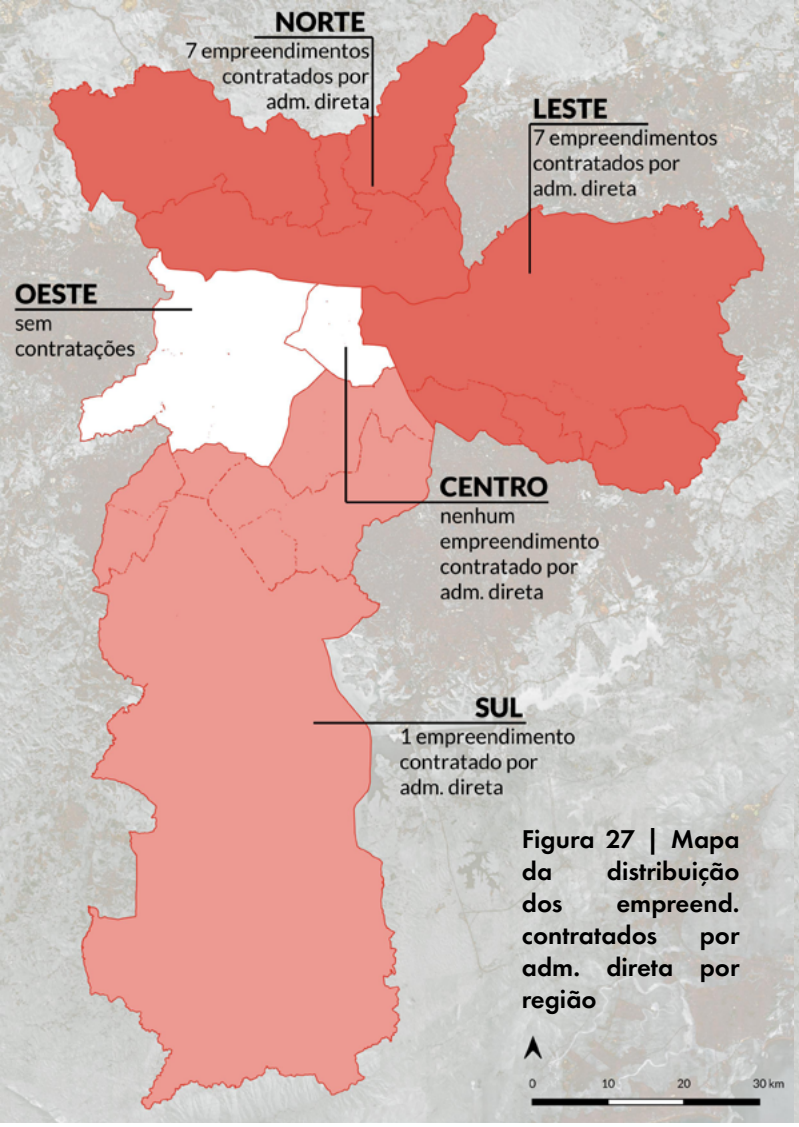


Figura 27 | Mapa da distribuição dos empreend. contratados por adm. direta por região

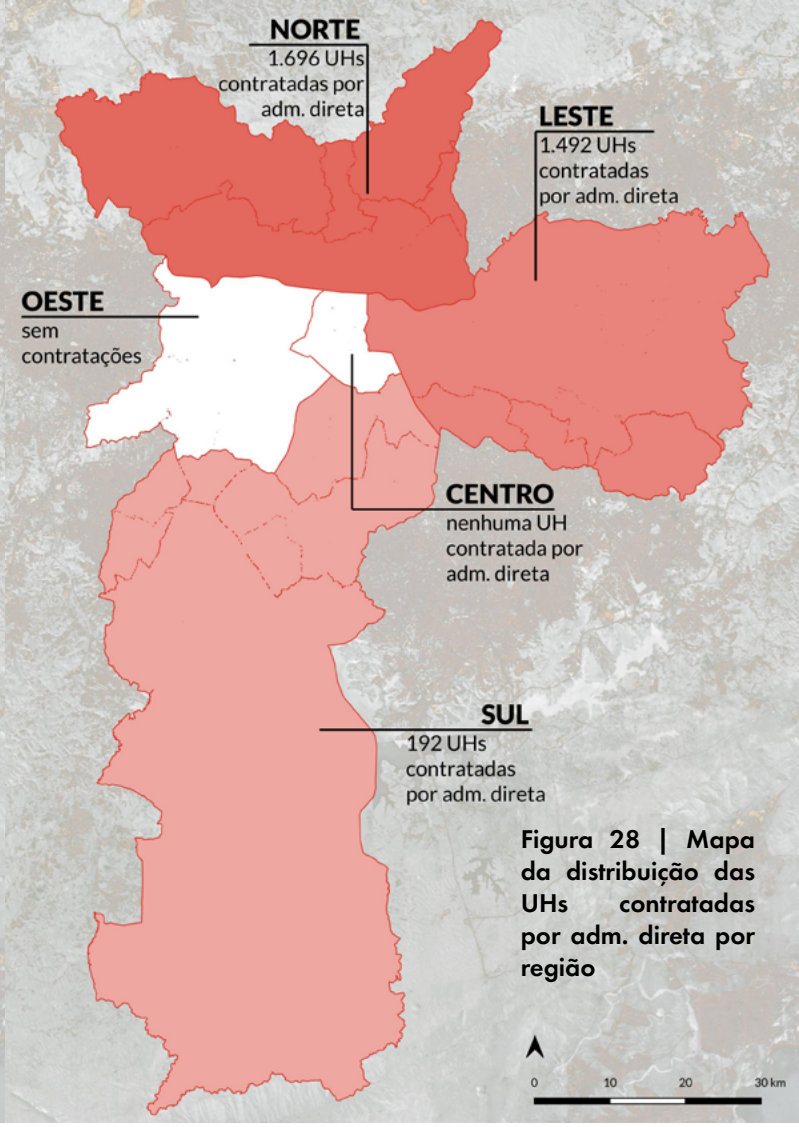


Figura 28 | Mapa da distribuição das UHs contratadas por adm. direta por região

Fonte: Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa a partir de CAMARGO (2016), CICUTO BARROS (2019), NUNES (2017), ROSSETTO NETTO (2017), UNMP,[105] MTST,[106] Integra Urbano[107] e SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020.

No primeiro mapa (figura 26) percebe-se maior destaque dos empreendimentos contratados por empreitada global, sobretudo pela concentração na área mais central da cidade, com alguns nas bordas. Os empreendimentos contratados por administração direta, por sua vez, parecem mais concentrados em pontos específicos. Nos mapas das figuras 27 e 28, pode-se notar que foram contratados por administração direta todos os empreendimentos localizados na região norte da cidade, sendo 7 no total, com 1.696 unidades habitacionais, o que faz da região aquela com maior número de unidades habitacionais contratada por administração direta do município. Em seguida a região leste, também com 7 empreendimentos e 1.492 unidades habitacionais, e a sul, com 1 empreendimento e 192 unidades habitacionais. Não há contratações por administração direta na região central.

105. Ver: https://autogestao.unmp.org.br/. Acesso em 29.07.2020.

106. Ver: https://mtst.org/mtst/obras-do-empreendimento-mtst-dandara-estao-a-todo-vapor/. Acesso em 18.08.2020.

107. Ver: https://integraurbano.com.br/. Acesso em 18.08.2020.

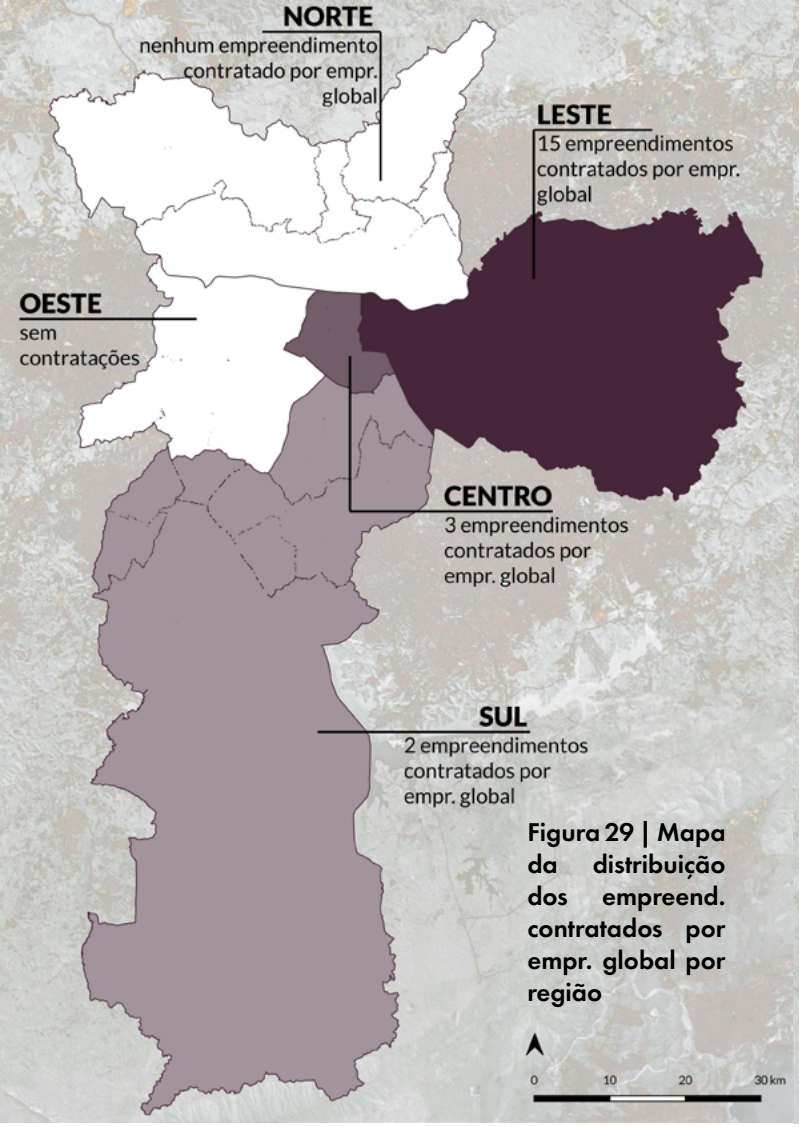


Figura 29 | Mapa da distribuição dos empreend. contratados por empr. global por região

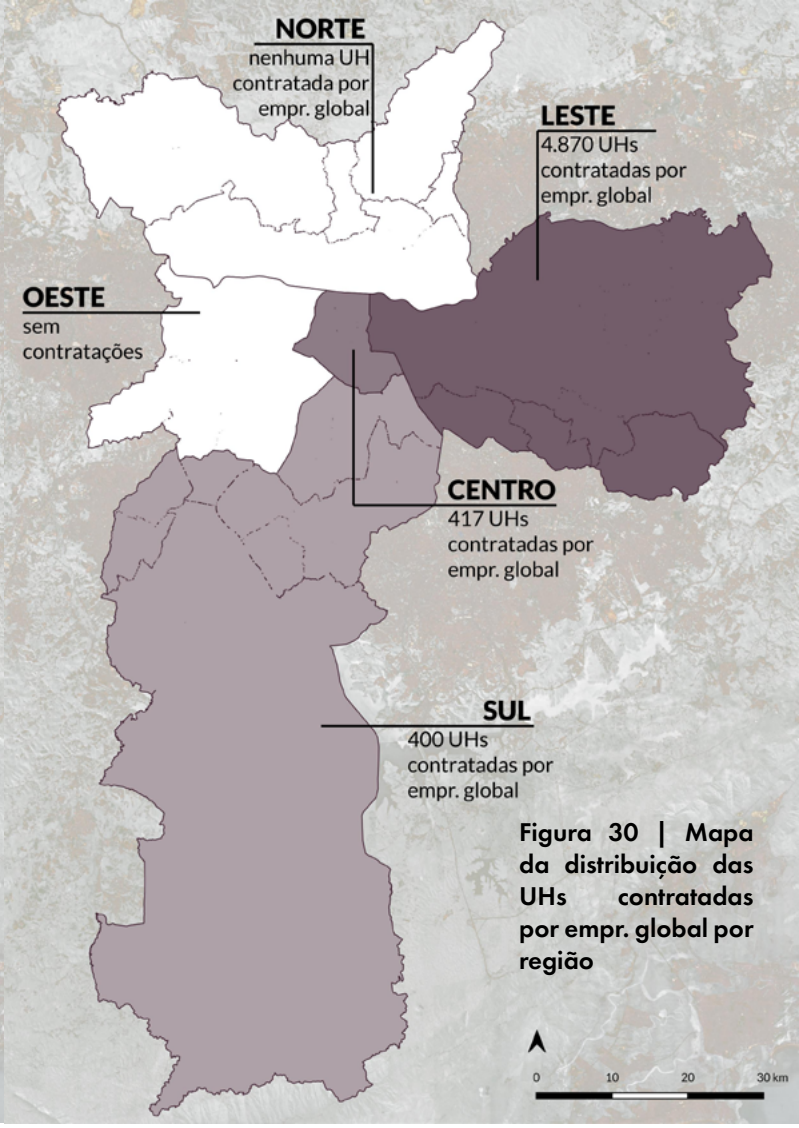


Figura 30 | Mapa da distribuição das UHs contratadas por empr. global por região

Fonte: Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa a partir de CAMARGO (2016), CICUTO BARROS (2019), NUNES (2017), ROSSETTO NETTO (2017), UNMP,[108] MTST,[109] Integra Urbano[110] e SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020.

Na sequência, podemos ver a distribuição dos empreendimentos e unidades habitacionais contratados pelo regime de empreitada global (figuras 29 e 30) pelas regiões de São Paulo e notar a predominância da região leste no número de empreendimentos e unidades habitacionais, com 15 empreendimentos e 4.870 unidades habitacionais. Com este número, nota-se que a maior parcela dos empreendimentos contratados pelo regime de empreitada global se concentra na região leste da cidade, enquanto a maior parte dos empreendimentos contratados por administração direta concentra-se na região norte. A seguir está a região central, com 3 empreendimentos e 417 unidades habitacionais, e logo após a região sul, com 2 empreendimentos e 400 unidades habitacionais.

Pode-se notar que há regiões com exclusividade de regime de contratação: na região norte, há apenas empreendimentos por administração

108. Ver: https://autogestao.unmp.org.br/. Acesso em 29.07.2020.

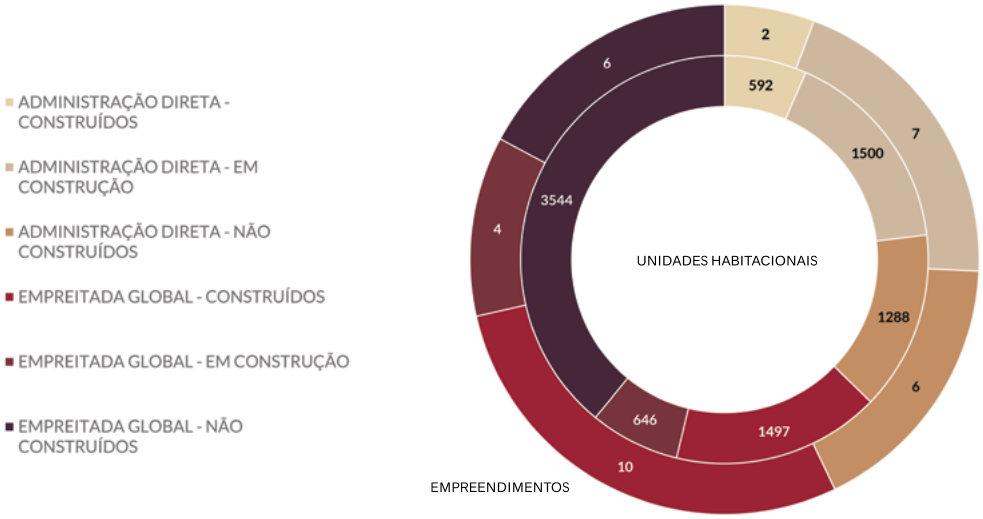
109. Ver: https://mtst.org/mtst/obras-do-empreendimento-mtst-dandara-estao-a-todo-vapor/. Acesso em 18.08.2020.

110. Ver: https://integraurbano.com.br/. Acesso em 18.08.2020.

direta e na região central apenas empreendimentos por empreitada global, enquanto nas regiões leste e sul há os dois tipos de regime, com pesos diferentes. Ainda que pareçam óbvias essas constatações, tendo em vista as análises anteriores, vamos avançar acrescentando mais um elemento, de forma a compreender melhor a tendência de efetividade entre os empreendimentos conforme o regime de construção adotado, aliado também à localização. Dessa forma, será possível compreender que padrões seguem os empreendimentos contratados.

No gráfico a seguir, estão discriminados os regimes de construção dos empreendimentos contratados e sua situação, considerando o período de redação desta dissertação (2º semestre de 2021). Será possível verificar, dentre os empreendimentos construídos, em construção ou sem obras iniciadas, que tipo de regime de contratação de obra foi adotado.

Gráfico 20 | Situação dos empreendimentos conforme regime de contratação



Fonte: Elaboração própria a partir de CAMARGO (2016), CICUTO BARROS (2019), NUNES (2017), ROSSETTO NETTO (2017), UNMP, MTST, Integra Urbano e SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020.

O gráfico 20 explicita, tanto em termos de número de empreendimentos (círculo externo) quanto em número de unidades habitacionais (círculo interno) a situação atual dos empreendimentos contratados pelo PMCMV-E na cidade de São Paulo. Nota-se de antemão uma disparidade entre a proporção de números de empreendimentos em comparação com o número de unidades habitacionais, sobretudo no que se refere às unidades construídas e não construídas.

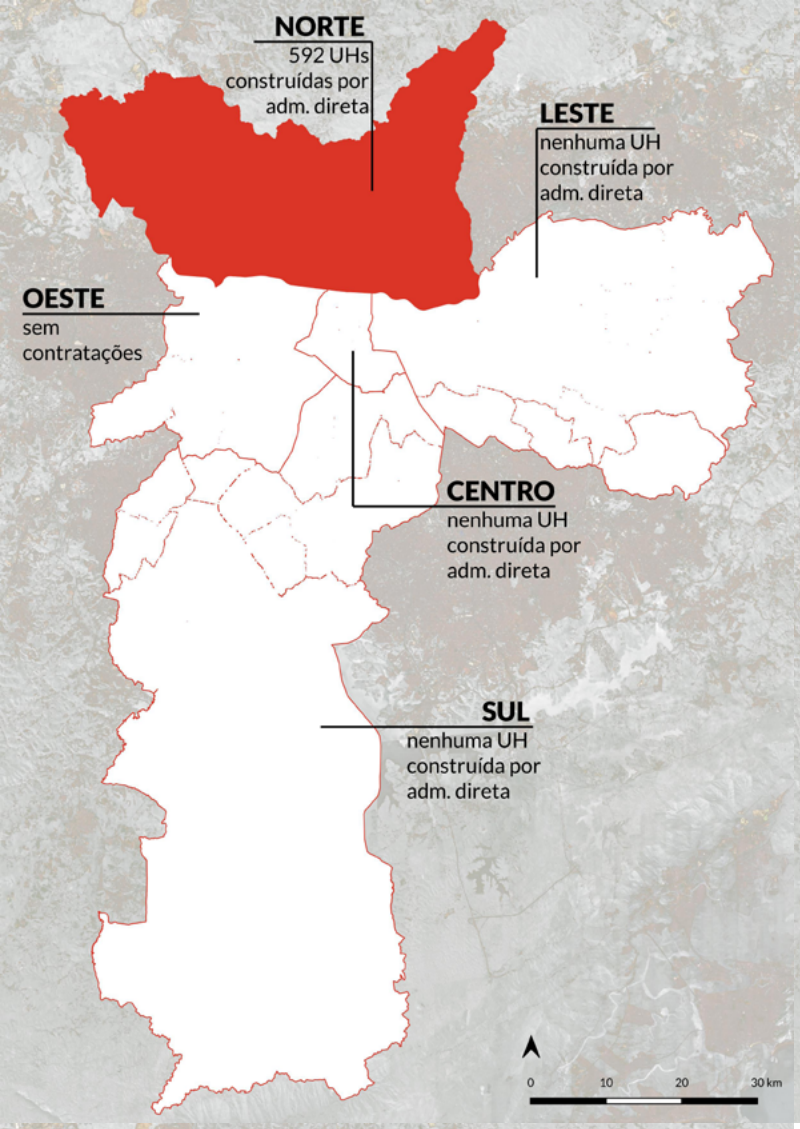
Pode-se ver acima que, dentre os empreendimentos de fato construídos predomina o regime de empreitada global, com 10 dos 12 empreendimentos. No entanto, dentre os empreendimentos em construção, há um número maior de empreendimentos contratados sob o regime de administração direta, com 7 empreendimentos, enquanto por empreitada global são 4. Dentre os empreendimentos não construídos, pode-se ver que há o mesmo número para os dois regimes de contratação: 6. Isso corrobora com a afirmação de Rossetto Netto (2017, p. 99) e Camargo (2016, p. 159) de que o Programa condiciona os empreendimentos a adotar este regime de construção, sob o argumento de maior efetividade (sem garantias, no entanto).

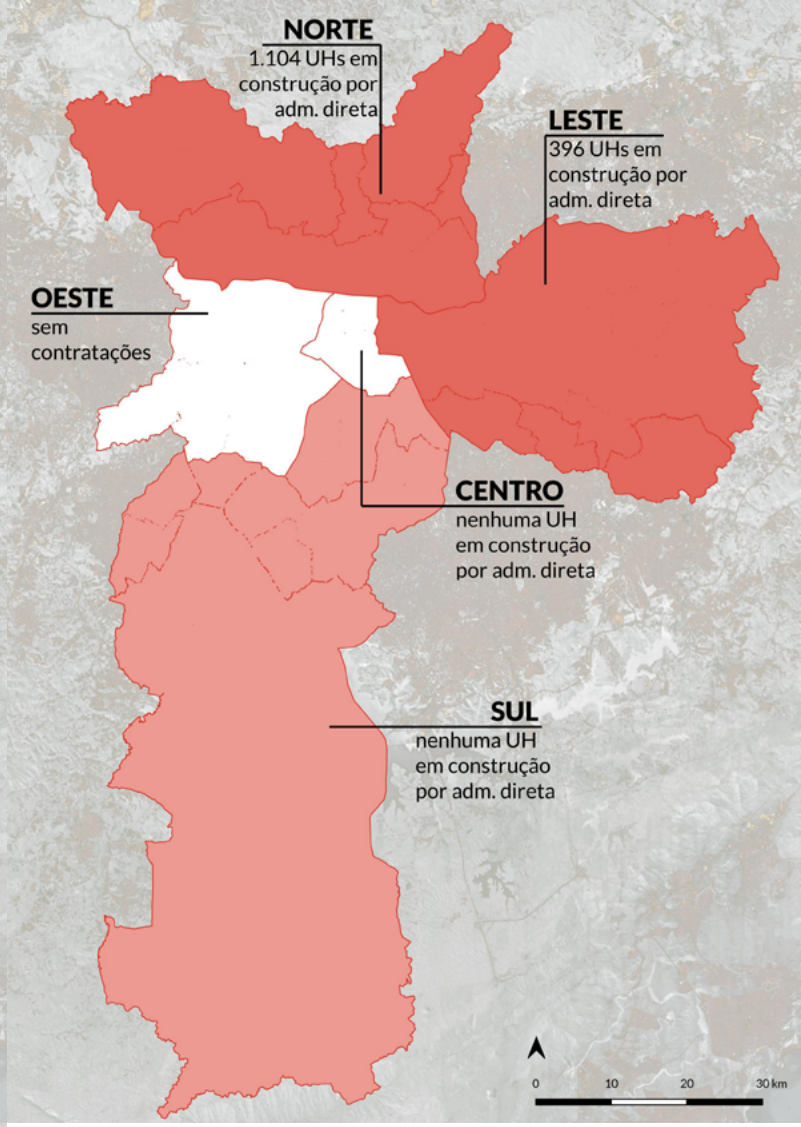
A falta de garantias de efetividade de adoção do regime de empreitada global em detrimento do regime de administração direta se reflete, por sua vez, ao analisar os números acima sob a ótica do número de unidades habitacionais. No gráfico 20, é possível compreender que, na prática, a adoção da empreitada global não é garantia de construção ou de que a obra acontecerá sem imprevistos.

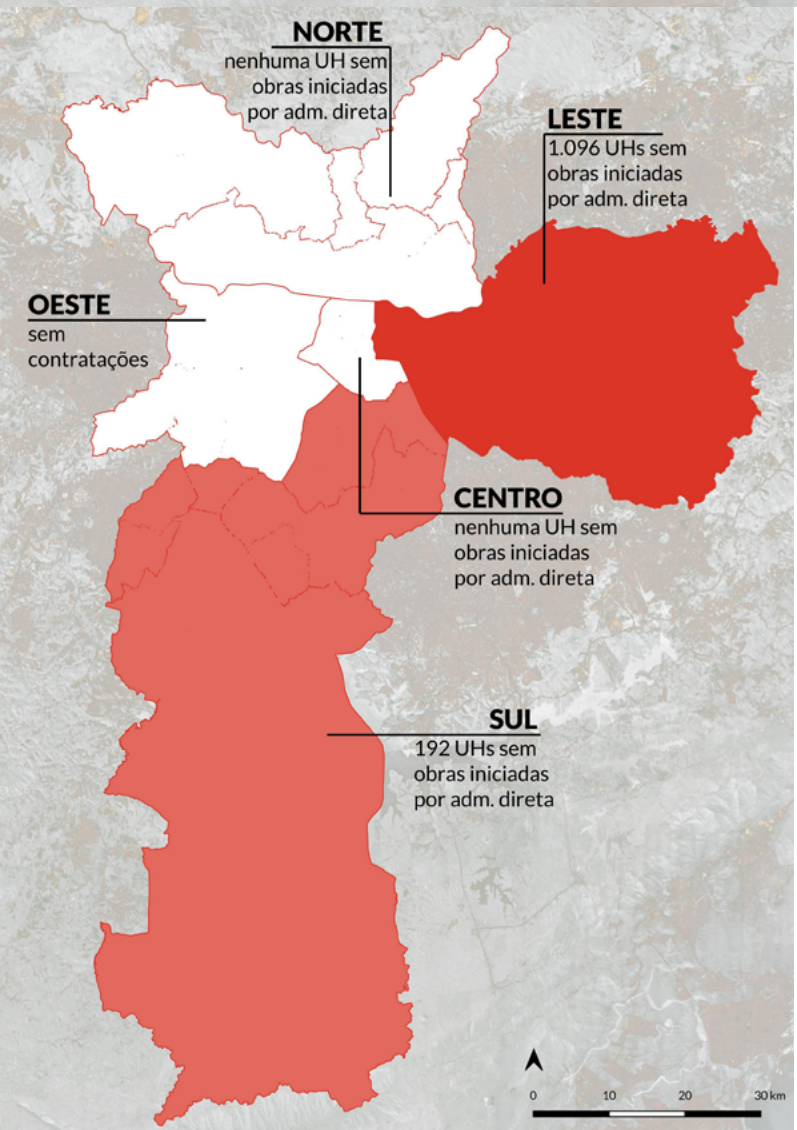
Enquanto os números referentes apenas aos empreendimentos construídos davam a impressão de maior efetividade do regime de empreitada global em relação ao de administração direta, ao analisar os números das unidades habitacionais construídas junto às não construídas, tem-se uma ideia diametralmente oposta: de que, na realidade, dado o número de unidades contratadas por empreitada global, a efetividade é menor. Além disso, o alto número de unidades habitacionais por administração direta em construção aproxima-se muito dos números de unidades construídas: são 592 unidades habitacionais construídas e 1.500 em construção. Ao passo que sob o regime de empreitada global são 1.497 unidades habitacionais construídas e 646 ainda em construção.

O alto número de unidades habitacionais não concretizadas sob o regime de empreitada global se deve a grandes conjuntos contratados, como por exemplo o Copa do Povo A e B, que possui 2.002 e 648 unidades habitacionais cada. Enquanto isso, outros empreendimentos de menor porte contratados foram executados.

Em relação à territorialidade dos empreendimentos construídos, em construção e com obras não iniciadas, já vimos na análise anterior (figuras 18 a 25); nos mapas a seguir veremos os empreendimentos em seus estados atuais conforme os regimes de construção contratados. Por região, mais uma vez, veremos sob quais regimes contratados estão os empreendimentos concluídos e os não concluídos.







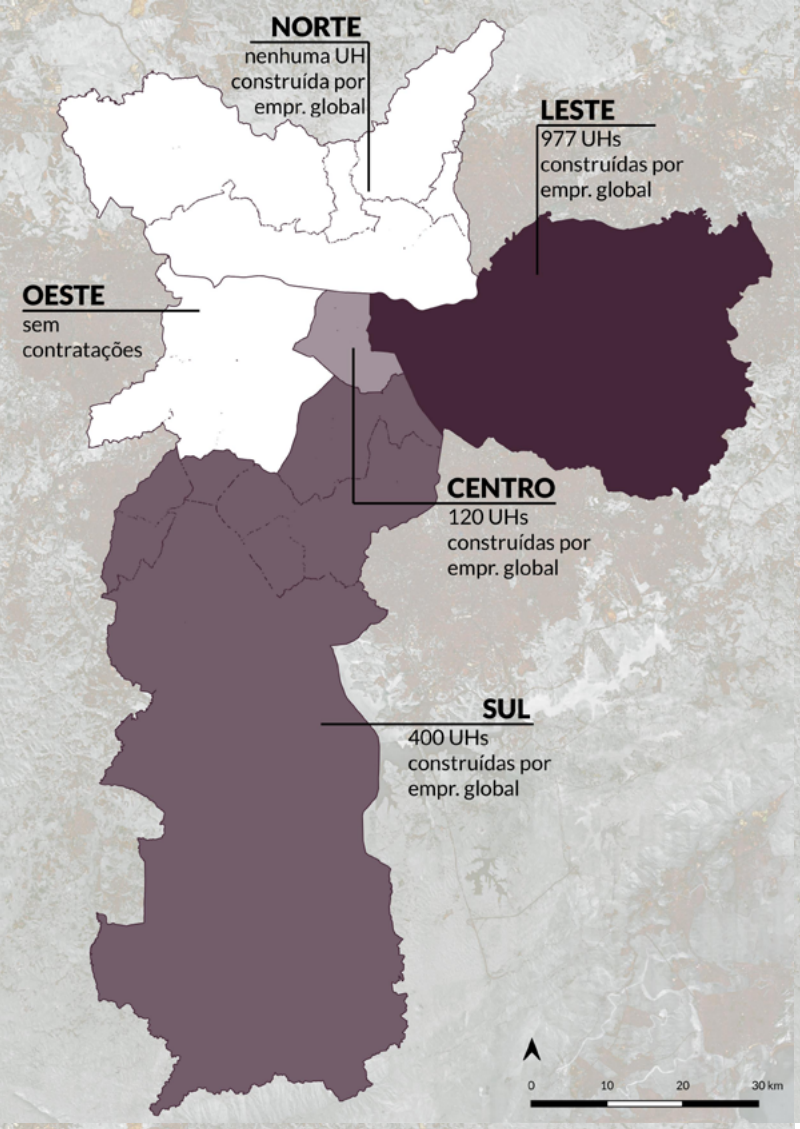
Figuras 31, 32 e 33 | Mapas da cidade de São Paulo com a distribuição das UHs dos empreendimentos contratados por regime de administração direta construídos, em construção e sem obras iniciadas por região

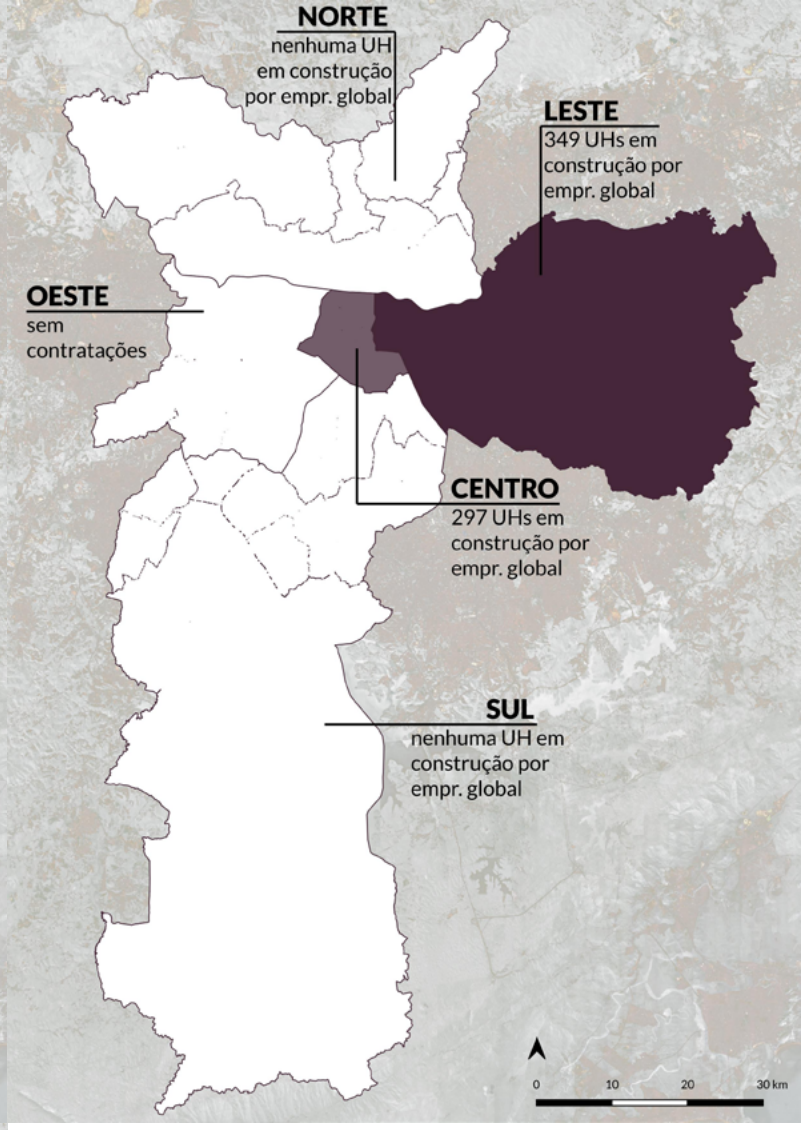
Fonte: Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa a partir de CAMARGO (2016), CICUTO BARROS (2019), NUNES (2017), ROSSETTO NETTO (2017), UNMP, MTST, Integra Urbano e SNH-MDR/e-SIC, maio/2020.

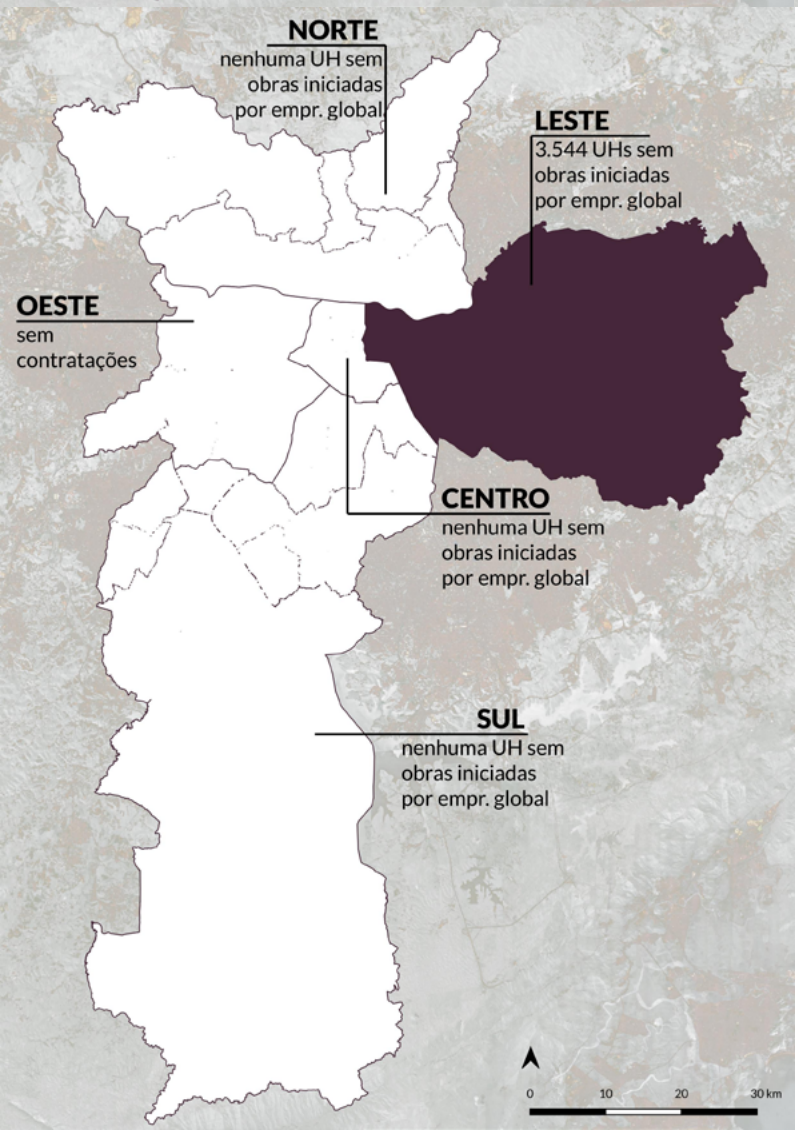
Pode-se ver pelo primeiro mapa (figura 31), que dentre os empreendimentos contratados pelo regime de administração direta, todos os que estão com obras concluídas situam-se na região norte, totalizando 592 unidades habitacionais. Pode-se perceber também que os empreendimentos estão localizados em áreas próximas, como se verifica no mapa da figura 26. Os empreendimentos em construção sob o regime de administração direta em sua maioria também se concentram na região norte, com 1.104 unidades habitacionais, seguida pela região leste, com 396. Enquanto isso, as outras regiões não contemplam empreendimentos em construção por meio do regime de administração direta.

Entre os empreendimentos cujas obras ainda não iniciaram, a maioria está concentrada na região leste, com 1.096 unidades habitacionais, seguida da região sul, com 192, sob o regime de administração direta. Não há empreendimentos nas outras regiões nessa situação. Em uma análise mais geral, pode-se constatar que a região norte é onde predomina o regime de administração direta, tanto em número de empreendimentos quanto por número de unidades habitacionais construídas e a construir. Essa região não comporta, no entanto, empreendimentos não iniciados contratados por administração direta e também não conta com contratações por empreitada global. É a região que concentra um grande conjunto de empreendimentos: Alexios Jafet A, B, C, D e E, todos em construção por administração direta.

Por outro lado, a região leste concentra mais empreendimentos sem obras iniciadas do que em construção de fato. Na figura 26, pode-se notar que estes empreendimentos em questão se situam nas bordas da cidade, caracterizando condição mais periférica em comparação aos projetos da região norte. O único empreendimento da região sul, contratado por administração direta e cujas obras não iniciaram é o Santa Sofia II, contratado em 2013. O empreendimento possui o mesmo padrão periférico que os projetos da região leste. O caso do Santa Sofia II será abordado com mais aprofundamento no próximo tópico, que se refere às dificuldades de contratação, obra e pós-obra.







Figuras 34, 35 e 36 | Mapas da cidade de São Paulo com a distribuição das UHs dos empreendimentos contratados por regime de empreitada global construídos, em construção e sem obras iniciadas por região

Fonte: Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa a partir de CAMARGO (2016), CICUTO BARROS (2019), NUNES (2017), ROSSETTO NETTO (2017), UNMP, MTST, Integra Urbano e SNH-MDR/e-SIC, maio/2020.

Na figura 34, pode-se ver os empreendimentos construídos sob o regime de empreitada global: com predomínio da região leste, com 977 unidades habitacionais, seguido da região sul, com 400 e região central, com 120. Entre os empreendimentos em construção sob regime de empreitada global, a maior parte das unidades habitacionais concentra-se na região leste, com 349, seguida pela região central, com 297. Entre os empreendimentos cujas obras sequer começaram sob regime de empreitada global, todos concentram-se na região leste, com 3.544 unidades habitacionais.

O que é notável após esta longa exposição de números e mapas, com gradativas sobreposições, é que o padrão parece mudar à medida que se adiciona uma camada de análise. Além disso, no que se refere aos empreendimentos, em uma primeira análise percebe-se que há maior pulverização das propostas contratadas por empreitada global (a figura 26 explicita muito bem), fazendo um contraponto às propostas contratadas por administração direta. Este é um dos padrões que foi possível identificar, para além dos números de propostas e de número de unidades habitacionais contidas.

Eis, a partir de agora, uma síntese dos números e um pequeno balanço sobre os empreendimentos contratados por meio do PMCMV-E na cidade de São Paulo entre 2009 e 2019, com base na consolidação dos dados no segundo semestre de 2021:

- a cidade de São Paulo conta com 11,5% das contratações de todo o Brasil na modalidade Entidades, considerando o número de unidades habitacionais;
- os anos de maior contratação foram 2010 e 2018 considerando o número de empreendimentos, e 2015 e 2010 considerando o número de unidades habitacionais;
- em relação à construção, aproximadamente um terço dos empreendimentos foi construído, o que corresponde, no entanto, a aproximadamente 23% das unidades habitacionais;
- entre os empreendimentos em construção, observa-se a mesma proporção: em torno de um terço está em obras, com unidades habitacionais correspondentes a aproximadamente 23%;
- cerca de 53% das unidades habitacionais ainda não tiveram suas obras iniciadas, grande parte na região leste e menor parcela na região sul;
- a grande maioria dos empreendimentos dista entre 20 e 30 km da catedral da Sé, o que confere menor centralidade à média dos conjuntos habitacionais contratados;

- em relação à distribuição espacial, a maioria está concentrada na região leste, que conta com 70% das unidades habitacionais contratadas;
- aproximadamente um terço dos empreendimentos localiza-se em ZEIS-1 e, à exceção de 3 retrofits, a quase totalidade dos empreendimentos contratados é de construções novas;
- em termos de condomínio, a média de número de unidades habitacionais por empreendimento é mediana: 259 unidades habitacionais, sendo o menor número 25 e o maior 2.002 por empreendimento;
- a área média dos terrenos é de 18.970,19m², o que indica a construção em glebas, e a área média das unidades habitacionais é de 50,61m², um tamanho médio superior ao padrão estipulado pelo Programa.

As Assessorias Técnicas em Habitação de Interesse Social mais recorrentes entre os contratados são as que já possuem tradição na parceria com os movimentos sociais. E os movimentos de moradia, que possuem maior tradição na luta pela moradia também são responsáveis como Entidades Organizadoras pelos maiores números de empreendimentos.

Quanto aos regimes de contratação de obra, há leve predominância da empreitada global em relação à administração direta. A maior parte dos empreendimentos construídos se deu sob o regime de empreitada global. Contudo, a maior parcela de empreendimentos sem obras iniciadas também foi contratada pelo regime de empreitada global. Ao comparar o número de unidades habitacionais já construídas e em obras somadas, os números referentes aos dois regimes de contratação são praticamente equivalentes.

Em relação à distribuição espacial, na região norte predomina o regime de administração direta, com obras terminadas e em andamento. Na região leste há maior predomínio do regime de empreitada global e o maior número de empreendimentos e unidades habitacionais concluídos.

No entanto, há também a maior proporção de unidades habitacionais sem obras iniciadas por empreitada global. Na região sul, há praticamente o dobro do número de unidades habitacionais com obras concluídas em relação às não iniciadas, sendo as concluídas contratadas em regime de empreitada global e as não iniciadas em regime de administração direta. Na região central a contratação se deu totalmente por empreitada global, com praticamente o triplo de unidades habitacionais em obra em comparação ao número de unidades habitacionais concluídas.

3.2. O que vai para frente e o que fica pelo caminho – O PMCMV-E dentro da Política Habitacional Nacional, entraves e principais desafios

No capítulo anterior, se viu que, de acordo com o levantamento feito em documentos oficiais, se obteve um número de 258 possíveis empreendimentos, com um total de 69.450 unidades habitacionais, todos na cidade de São Paulo, durante a vigência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Esses 258 empreendimentos foram mencionados ao menos uma vez em portarias, editais e chamamentos publicados pelas administrações federal e municipal.

Em uma segunda conferência, a fim de verificar se algum empreendimento de fato seguiu adiante, a partir de menções em diários oficiais, seja por novas seleções, seja por contratações, se obteve um número de 157 possíveis empreendimentos, com um novo total de 34.056 unidades habitacionais.

É válido explicitar os números acima para reforçar que o baixo número de contratações não se deu por falta de propostas. Além disso, é importante ressaltar que os números acima referem-se apenas às propostas no município de São Paulo. É de se supor, portanto, que se houvesse uma análise de outras cidades do Brasil, o número de propostas que não foram adiante nas tratativas seria muito mais farto. Essas observações são pertinentes tendo em vista a dimensão do Programa Minha Casa Minha Vida e seu alcance nacional.

Rodrigues (2020) elenca como principais conquistas do Minha Casa Minha Vida Entidades a demarcação da existência e o reconhecimento do movimento de moradia como promotor do processo, bem como o arranjo financeiro do Programa, ao desvincular a capacidade de endividamento do financiamento. Apesar disso, destaca que não há qualquer apoio do poder público durante o processo para aprovação do financiamento, o que corrobora o uso do termo "novela da contratação" por Camargo (2016, p. 132), ao afirmar que "toda a necessidade de investimento prévio, e todo risco desse investimento recai sobre o único nessa história que não pode

correr risco, que é a família sem teto".

Ainda na temática da "novela da contratação", Mineiro (2020, p. 128) destaca que uma série de empecilhos formais, restrições e exigências adicionais eram postas à mesa, sobretudo quando a adoção de regime de construção no momento da contratação se tratasse de outro que não a empreitada global, conforme já mencionado anteriormente. Outra crítica muito relevante ao Programa em si, que se propôs como medida perene de combate ao déficit habitacional por meio da construção de novas unidades, é justamente sua fragilidade jurídica:

> [...] de forma geral, note-se o programa repete a fragilidade dos programas pioneiros na medida em que padece de uma institucionalização, pois está estruturado basicamente a partir de decretos, instruções normativas, portarias e resoluções administrativas do poder executivo, passível, como ocorre de fato, a sucessivas alterações, interrupções e constrangimentos. Nessa condição, persistirá certa insegurança jurídica aos agentes interessados no desenvolvimento do programa.
>
> [...] o marco legal utilizado para viabilizar os programas autogestionários de moradia é insuficiente e precário. É ineficiente porque os conceitos essenciais, os princípios e os critérios operacionais não estão positivados em Lei no sentido estrito. É precário porque, na realidade, as regras existentes estão parcialmente veiculadas na forma que os juristas denominam o Regulamento, ou seja, em Decretos, Resoluções, Portarias e Instruções Normativas. (MINEIRO, 2020, p. 118)

Dessa forma, o Programa não se configura como política de Estado e sim de governo, estando sujeito ao desmonte que vimos acontecer a partir de 2016, acentuado a partir de 2019, até sua extinção, em 2020. Por se tratar de um programa que desconsiderou as premissas do Plano Nacional de Habitação, que previa a participação conjunta das três esferas do Executivo, o Minha Casa Minha Vida acabou por "atropelar completamente o plano, a ponto de, praticamente 10 anos que o programa estava operando, o município mais rico do país deixar a política habitacional a reboque do programa" (Rossetto Netto, 2020).[111]

O desenho do Programa Minha Casa Minha Vida responde a algumas das questões que o estudo sobre os empreendimentos suscita, mas ainda não esclarece o porquê de algumas propostas seguirem adiante, enquanto outras ficam pelo caminho. As questões laterais, como a dificuldade na aquisição de terreno e a indução à contratação por regime de empreitada

111. Arquiteto da assessoria técnica Integra Urbano. Entrevista concedida em 30.06.2020.

global, por exemplo, são parte das principais dificuldades elencadas por membros dos movimentos de moradia e das assessorias técnicas.

Nos últimos anos do Programa, os cortes orçamentários tiveram grande impacto sobre as seleções, pois acarretaram na não contratação de grande parte das propostas pré-selecionadas pelo próprio Ministério das Cidades. Conforme descrito no capítulo anterior, as últimas seleções, que ocorreram no ano de 2018, selecionaram 59 empreendimentos na cidade de São Paulo. Ao olhar para as contratações se vê que dentre os selecionados, apenas 8 empreendimentos foram contratados naquele mesmo ano, o que corresponde a aproximadamente 13,5% das propostas.

A última seleção de 2018 do Ministério das Cidades foi por meio da portaria nº 595, regulamentada pela portaria nº 367 de 2018, que previa como meta física a contratação de 10 mil unidades habitacionais. Importante notar que a portaria nº 595 previa a suspensão das contratações a qualquer momento conforme disponibilidade orçamentária e suspendia também o recebimento de novas propostas.[112] Nesta mesma portaria, foram selecionadas 8.889 unidades habitacionais em todo país, sendo 844 na cidade de São Paulo.

Anterior à seleção e à portaria que a regulamentou, foi publicada a portaria nº 162/2018,[113] com uma grande seleção de propostas: 310 empreendimentos, com 30.793 unidades habitacionais em todo o Brasil, sendo dentre estas, 8.254 unidades habitacionais apenas na cidade de São Paulo. Somando as seleções das duas portarias, retirando as duplicidades (70 dos 83 empreendimentos selecionados na portaria 595 já haviam sido previamente selecionados na portaria 162) tem-se 33.144 unidades habitacionais. Apenas na cidade de São Paulo, somando as duas portarias e excluindo as duplicidades, são 8.481 unidades habitacionais.

A partir desses números, ao perceber que boa parte dos empreendimentos selecionados na portaria 595 coincide com algumas das propostas da portaria nº 162, pode-se inferir que a portaria 595 corresponderia a uma seleção final em relação à portaria 162. Não há, contudo, qualquer menção a isso na portaria nº 595, tampouco qualquer menção à revogação da portaria nº 162. É relevante notar que a última seleção, da portaria nº 595, já previa um número menor do que a meta estabelecida anteriormente, mas que a soma das seleções de 2018 acabou correspondendo ao dobro da meta para o ano. Conforme visto no capítulo 1 (tabela 3), em 2018 foram contratados em todo Brasil 6.638 unidades

112. Arts. 3º e 4º da Portaria nº 595, de 25 de setembro de 2018.

113. Portaria nº 162, de 27 de fevereiro de 2018.

habitacionais, ou seja, aproximadamente um quinto do que foi selecionado naquele ano.

Em se tratando de orçamento, de acordo com Rodrigues (2020), outro grande entrave encontrado pelas associações é o não reajuste do valor orçado na assinatura do contrato: "tá bom, então eu faço um orçamento e depois o preço sobe, como é que eu banco as oscilações do mercado?". Ou seja, caso haja alguma variação brusca nos custos dos materiais de obra, ou imprevistos, nada disso é reajustado.

> No segmento de baixa renda do PMCMV (Faixa 1), os recursos contratados com a CEF não são atualizados seguindo as oscilações do valor do dinheiro no tempo (a inflação, por exemplo) sendo o tempo de obra, um fator preponderante para as empresas construtoras que, ao medir seu rendimento mês a mês, se deparam com uma margem cada vez menor à medida que o recebimento se distancia da data de contratação das unidades, isto porque, a receita não se altera (preço fechado) enquanto que, os custos continuam sendo inflacionados ao longo do tempo. (GUARITÁ, 2019, p. 119)

De acordo com a Câmara Brasileira da Indústria e Construção, apenas entre os meses de março/2020 e fevereiro/2021, o custo com materiais de construção aumentou 25,05%,[114] o que compromete o orçamento de qualquer obra. No caso das associações cujos empreendimentos ainda estão em construção, o prejuízo é arcado pelos futuros moradores. Para os empreendimentos cujas obras ainda não iniciaram, a situação parece ainda menos promissora.

Para além das questões de cortes orçamentários para as contratações, há outro elemento muito presente na narrativa de membros dos movimentos e assessorias técnicas sobre os entraves pré e pós contratação dos empreendimentos: a burocracia. Mineiro (2020, pp. 158-159) afirma que o Programa Minha Casa Minha Vida em sua normativa tinha como exigência o licenciamento prévio, bem como outras aprovações. A isso, somavam-se as exigências da administração municipal, o que poderia levar a "um processo de dupla aprovação, onde a exigência de uma parte poderia comprometer a aprovação em outra".

> Então acho que a questão da burocracia, ela tem dois lados né, no Minha Casa Minha Vida foi a primeira vez, a questão da prestação de contas fiscal não foi um tema. Agora é claro, aí você tem uma coisa de alteração da burocracia na operação lógica da

114. Disponível em: https://cbic.org.br/es_ES/custo-com-materiais-de-construcao-aumentou-2505-em-12-meses/. Acesso em 24.08.2021.

> Caixa, que novamente, tá montada pro mercado imobiliário, né. Então eu tenho direito a uma isenção de IPTU, aí enquanto eu não comprovo que o Estado me concedeu a isenção porque eu tenho direito, a Caixa me glosa o valor do IPTU. Eu tenho uma tabela de INSS, por metro quadrado, porque é o que se usa no mercado. O INSS não reconhece que parte do trabalho foi feito de forma mutirante e, portanto, a quantidade de trabalhadores foi menos, portanto, o que eu devo de Previdência, de encargo, é menor. Todo fim de obra é uma loucura, porque você não consegue comprovar [...] tem lugar que o INSS entendeu que era tudo mutirão, então ele não exigiu nenhum recolhimento. Teve lugar que ele exigiu o recolhimento igual fosse uma obra convencional [...]
>
> É, teve uma parte, 10% mutirão. Gente, 100% mutirão não existe, nunca existiu. Você pode ter mais ou menos áreas mutirantes, a quantidade de mão de obra necessária. Só que é isso, acaba que o INSS, que é o órgão responsável que te dá a certidão negativa de débito de tributos previdenciários, ele não sabe disso. Então ele vai usar o parâmetro que ele tem, que é o parâmetro da construtora. Ou seja, a burocracia, elas vão se somando, vai somando a burocracia da Caixa, com a burocracia do município... (RODRIGUES, 2020).

Mineiro (2020, p. 159) esclarece que o licenciamento dos projetos dos empreendimentos Florestan Fernandes e José Maria Amaral (MST Leste I/Ambiente Arquitetura) levou 1 ano e 9 meses pela prefeitura de São Paulo, e que o processo passou boa parte deste tempo parado, entre 2010 e 2011, sem análise na Secretaria Municipal de Habitação. Apesar da demora, esses são empreendimentos cuja construção está em andamento, em vias de finalização.[115] Há outros projetos cujas obras sequer foram iniciadas, como por exemplo, Copa do Povo A e B e o Santa Sofia II, ambos sob a mesma alegação da morosidade do poder público local no licenciamento, que, conforme citado anteriormente, é requisito do Programa para a contratação da obra.

O Conjunto Residencial Santa Sofia II, projeto de empreendimento para a zona sul de São Paulo, foi a única contratação de 2013 da modalidade

115. Outros problemas ligados às normativas não adaptadas à obra mutirante que, consequentemente, gerou problemas nos repasses foram empecilhos determinantes para o atraso nas obras do José Maria Amaral e do Florestan Fernandes, que Mineiro (2020) descreve em detalhes. Além disso, a morosidade na aprovação de projetos não é exclusividade dos projetos de edificações novas. O edifício Dandara (Ipiranga), primeiro caso de retrofit do PMCMV-E, tem sua proposição em 2009 e após questionamentos repetidos por parte da Caixa, questões cartorárias e por parte do Corpo de Bombeiros, e da morosidade da prefeitura, é finalmente contratado em 2014. Rossetto Netto (2017) descreve detalhadamente todo o processo de viabilização.

Entidades na cidade e segue até hoje sem licenciamento. De acordo com reportagem publicada no portal Brasil de Fato,[116] de novembro de 2020, o Movimento Habitacional de Ação Social (MOHAS/Ambiente Arquitetura), entidade responsável pelo empreendimento, esperou por mais de cinco anos pela autorização da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) para poder encaminhar a aprovação do Termo de Compromisso Ambiental (TCA).

Por se tratar de um terreno localizado dentro da bacia de Guarapiranga, há maior complexidade e rigidez em relação à legislação local, o que não justifica, contudo, uma aprovação com 5 anos de demora. Com o TCA, será possível encaminhar o projeto para licenciamento. Apenas com a obtenção de todos os alvarás será possível contratar a fase de obras, que corre sério risco de não acontecer, pois o prazo máximo acordado com a Caixa era até abril de 2021.[117] Até o momento não se sabe se houve alguma atualização sobre a situação de aprovação do empreendimento na prefeitura.

> Apesar da espera, as famílias resistem, 90% delas são chefiadas por mulheres e vivem hoje no entorno do terreno, que está localizado dentro da bacia de Guarapiranga e vem sofrendo com tentativas de ocupações. A área é marcada por conflitos fundiários, que se acentuaram com o cenário de desemprego e pobreza impostos pela pandemia. (STROPASOLAS, 2020, s. p.)

Outro projeto que corre o risco de sequer sair do papel, apesar da contratação já ter sido feita, é o Copa do Povo A e B. Apesar de o terreno também já ter sido adquirido via Compra Antecipada (da mesma forma que o Santa Sofia II), os entraves encontrados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) são outros. De acordo com o MTST,[118] os obstáculos para a execução do projeto se deram na burocracia para expedição dos alvarás por parte da Prefeitura de São Paulo e por parte do Ministério Público de São Paulo.

Segundo Josué Rocha, coordenador do MTST, o movimento tem enfrentado inúmeros problemas relacionados à aprovação dos projetos. Foram duas paralisações por ordem do Ministério Público de São Paulo: a primeira em função de uma denúncia de possível contaminação da gleba, que somente andou após a Secretaria Municipal do Verde (SMVA-SP) e a

---

116. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/11/19/atraso-de-projeto-do-minha-casa-minha-vida-ameaca-moradia-de-192-familias-em-sp?utm_source=pocket_mylist. Acesso em 20.11.2020.

117. Relato de Juliana Avanci, advogada do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que assessora as famílias do MOHAS, em entrevista ao portal de notícias Brasil de Fato.

118. Relato dado em entrevista ao portal *BuzzFeed News* em novembro de 2018.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) descartarem essa possibilidade. A segunda paralisação por ação do Ministério Público se deu não especificamente em função do projeto Copa do Povo, mas em função da mudança de zoneamento do novo Plano Diretor, ocorrida após o projeto ser protocolado.

Em relação aos entraves com a prefeitura, o argumento do MTST é idêntico ao do MOHAS: a morosidade no processo de aprovação dos projetos e obtenção dos alvarás, que mostram certo descaso do poder público municipal com a produção de habitação de interesse social. Ao BuzzFeed News, Josué Rocha afirmou que "A Prefeitura de São Paulo é reconhecidamente onde é mais difícil aprovar um projeto, o que não era para ser. Um projeto habitacional de baixa renda era para ser aprovado com uma agilidade muito grande".[119]

Na página do MTST em redes sociais, a última informação relacionada ao projeto Copa do Povo e seu andamento é de outubro de 2020,[120] quando o movimento fez um ato para protocolar o pedido de início de obras, sob o argumento de que o atual governo federal estava dificultando o andamento das trâmites burocráticos. A prefeitura, por outro lado, afirmou que, de sua parte não havia atrasos, alegando que em ambos os casos - Santa Sofia II quanto do Copa do Povo A e B -, a demora para a liberação de alvarás ocorria em função dos movimentos de moradia não fornecerem toda a documentação em prazo hábil.

No caso do edifício Dandara/Ipiranga (ULCM/Integra), atualmente reformado, foram 5 anos entre o primeiro estudo de viabilidade e a contratação da obra. Após consulta à Caixa em 2009, foram feitos questionamentos em relação ao projeto de readequação, que, ainda que rebatidos pela assessoria técnica, seriam novamente retomados em análises formais posteriores. Além disso, o processo junto à prefeitura nos primeiros anos foi de bastante dificuldade, especialmente pela localização do edifício, situado no perímetro delineado pelo projeto Nova Luz,[121] que estava em pauta à época. Somado a essas dificuldades, ainda houve questionamentos

119. Disponível em: https://www.buzzfeed.com/br/tatianafarah/o-brasil-ja-perdeu-duas--copas-e-o-condominio-copa-do-povo?utm_source=pocket_mylist. Acesso em 15.08.2021.

120. Disponível em: https://www.facebook.com/mtstbrasil/posts/3479621378742835. Acesso em 15.08.2021.

121. O projeto Nova Luz foi um plano de renovação urbana da área central de São Paulo, por meio de uma concessão urbanística, idealizado em 2005. No entanto, permaneceu no papel. Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/ouc/96_ceouc_nl_consolidado_nov_2011.pdf. Acesso em 22.09.2021.

e obstáculos em relação à aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, bem como questões cartorárias. Após a contratação em 2014, as dificuldades não cessaram, por conta de imprevistos nas obras, redução dos repasses e o não ajuste à inflação. (ROSSETTO NETTO, 2017, pp. 145-163)

> A data base do orçamento também é importante, pois, na prática, ao adotar as especificações corretas, não esquecendo qualquer serviço, contabilizadas as quantidades reais e multiplicando pelo correto valor de execução do SINAPI o orçamento, a preço de custo, está perfeito para aquele mês de aprovação, mas como garantir sua execução ao longo do tempo? Se a fiscalização sobre o recurso é tão rígida, a ponto de se ter a sensação de se tratar de uma inquisição sobre uma apropriação indevida a priori. O patrulhamento sobre o orçamento é tão grande que acaba por torna-lo tão enxuto que acaba por inviabilizar sua execução [...] ou leva à dificuldades dentro da operação que podem paralisar o processo, situação vivenciada em inúmeros empreendimentos de Entidades.
>
> [...]
>
> Os impactos orçamentários relatados que ocorreram ao longo de sua execução tiveram efeitos diretos sobre as famílias, pois foi necessário cotizar entre eles recursos para solucionar os problemas criados pela quebra do repasse federal, assim como no atendimento de situações e serviços não contemplados pelo contrato com a Caixa. (ROSSETTO NETTO, 2017, pp. 145-163)

Essas informações detalhadas estão disponíveis para apenas parte dos empreendimentos cujas obras não foram iniciadas, mas a partir delas é possível inferir que o restante dos empreendimentos nessa situação possui entraves semelhantes, sobretudo em relação às emissões de alvarás por parte da prefeitura. Por isso, é fundamental ressaltar a importância do poder local na execução de políticas públicas habitacionais, inclusive em programas federais como o Programa Minha Casa Minha Vida, sobretudo quando voltadas para a população de mais baixa renda, como a modalidade Entidades.

Outro entrave encontrado pelos movimentos de moradia durante a construção dos empreendimentos parte do governo federal, com a falta de regularidade e atrasos nos repasses ao longo dos últimos anos, em especial a partir dos cortes orçamentários iniciados durante a crise econômica de 2015. O ano de 2019 foi o mais crítico no que se refere ao atraso nos repasses, pois menos da metade do valor disponível no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) foi destinado ao Programa Minha Casa

Minha Vida.[122] O problema nos repasses não se limitou apenas à modalidade Entidades, atingindo o Minha Casa Minha Vida como um todo:

> Enfrentamos os primeiros atrasos graves em 2014, no governo Dilma. Depois, durante o governo Temer, foi gradualmente sendo colocado em dia. Neste governo, o Ministério da Economia contingenciou, houve uma reprogramação para o ano, mas o MDR não se mexeu. Na metade do ano, o ministro fez um vídeo mandando todo mundo acelerar obras, porque tinham entrado R$ 1 bilhão em recursos extras. O povo acreditou no ministro, agora estão todos quebrados.[123]

De acordo com Guaritá (2019, p. 124), apesar da participação das famílias beneficiárias do processo desde sua concepção, muitas das características iniciais dos projetos almejadas pelas famílias têm de ser alteradas ou excluídas em função do atraso nos repasses. Além disso, afirma que

> [...] o desenho operacional do programa ao recusar processos mais próximos à produção popular expõe os movimentos sociais de moradia à adequabilidade de técnicas complexas no monitoramento constante de orçamentos pré-fixados que não levam em consideração os próprios atrasos da CEF (GUARITÁ, 2019, p. 124).

O novo governo, a despeito das queixas de atrasos de repasses por representantes de entidades e empresários, optou por encerrar o Minha Casa Minha Vida e colocar em seu lugar outro programa habitacional, com maior enfoque em regularização fundiária e sem espaço para famílias de baixa renda. Rodrigues (2020) lamenta que se tenha perdido a maior oportunidade de incentivo a processos em que as famílias assumissem, de fato, o protagonismo que lhes cabe, pois havia recurso para tanto.

---

122. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/minha-casa-minha-vida-tem-r-470-milhoes-em-repasses-atrasados-dizem-construtoras.shtml. Acesso em 23.08.2021.

Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-atrasa-pagamentos-de-obras-do-mcmv-que-correm-risco-de-paralisacao,70002956917. Acesso em 23.08.2021.

123. Afirmação do presidente da Câmara Brasileira de Construção Civil (Cbic), em entrevista ao jornal Zero Hora em outubro de 2019. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2019/10/o-que-falta-ao-ministro-e-o-minimo-respeito-diz-empresario-sobre-atrasos-em-programa-habitacional-ck1chr8tk033x01r2zv3elndr.html. Acesso em 23.08.2021.

3.3 O "Minha Casa" e a cidade de São Paulo: afinal, houve avanços na política habitacional?

> A desconfiança da população organizada em relação à participação oferecida pelo Estado em suas políticas oficiais indica o grau de consciência dos movimentos reivindicatórios urbanos. Como pauta de atuação, reivindicam autogestão. Como forma de cooptação ou de barateamento de custos, o poder público oferece autogestão. Mas a tensão permanece, porque cada qual desconfia das intenções do outro. E assim prosseguem, em uma convivência conturbada, já que, apesar das aparências, ambos se veem em lados opostos (ROYER, 2002, p. 111).

A fala de Royer (2002), ainda que de quase duas décadas atrás, se manteve atual no cenário do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, sobretudo no que se refere às frequentes tensões entre os movimentos e poder público, seja na esfera federal, seja na esfera municipal. Durante os dez anos de vigência do Programa, houve diversas mudanças nas normativas, como já descrito no capítulo 1, muitas em decorrência de reivindicações dos movimentos de moradia, para resolver questões práticas. Rodrigues (2020) exemplifica a não aplicabilidade de determinados itens nas normativas do Programa:

> 2012, por exemplo. Você podia comprar um terreno no Fase 1 como Pessoa Jurídica, sendo a Entidade que assinava o contrato, mas todos os contratos que vinham, inclusive da época do Crédito Solidário e a primeira fase do Minha Casa Minha Vida eram assinados na parte de obra, na fase de obras, já com o parcelamento aprovado e registrado em cartório, gerando uma matrícula e cada pessoa já assinava o seu contrato de financiamento no começo da obra. Nós mostramos, pela experiência que a gente tinha, tanto com a prefeitura, quanto com a CDHU que isso era uma [sic] "cagada".

Além das questões de normativas, conforme descrito no tópico anterior e também por relatos como o de Rodrigues (2020), o tensionamento

por parte das associações e movimentos de moradia era uma constante durante a vigência do Programa. Esses tensionamentos ocorriam não apenas com a finalidade de aprimorar as normativas, como descrito acima por Rodrigues (2020), como também para reivindicações, como por exemplo, da contratação para a obra, no caso do Copa do Povo A e B/MTST, ou de um retorno da documentação enviada, que ficou 5 anos para análise, caso do Santa Sofia II/MOHAS. Essas constantes pressões sobre o poder público ilustram bem o quanto, em pouco menos de vinte anos, as relações pouco mudaram.

Como outro elemento de análise, a partir dos dados levantados e levando em consideração os resultados de outras pesquisas,[124] este trabalho se propõe a traçar uma linha e fazer uma comparação quantitativa entre a produção dos diferentes programas habitacionais vigentes nos últimos anos na cidade de São Paulo. Levando em consideração que há divergências a respeito de alguns números e de critérios adotados entre pesquisadores, que excluem determinados empreendimentos, serão consideradas ambas as possibilidades quando os números forem muito divergentes.

Na tabela 6 é possível ter um melhor entendimento a respeito dos programas habitacionais anteriores ao Minha Casa Minha Vida Entidades, em números de unidades habitacionais, guardadas as devidas proporções.

Tabela 6 | Produção habitacional via programas habitacionais autogestionados em São Paulo

Local / Produção (Nº UH)	FUNAPS (1989 - 1992)	Mutirões CDHU (1990 - 2003)	Crédito Solidário (2004 - 2009)	MCMV-E (2009 - 2020)
Brasil	-	-	21.695	78.599
São Paulo (estado)	-	29.261	2.145	21.166
São Paulo (município)	12.351 contratadas 10.545 produzidas*	4.480 (RMSP)	1.135	9.067 contratadas 2.089 produzidas**

*De acordo com Ronconi (1995), 12.351 unidades habitacionais foram contratadas e em maio de 93, quase metade destas unidades foram construídas. Segundo Cicuto Barros (2019), há divergências a respeito dos números de produção do FUNAPS: Amaral (2002) classifica como 7.167 UH concluídas e 5.184 iniciadas e Maricato (1997) classifica em 12.222 UH, sendo 654 concluídas e 11.568 em andamento. Martins (2019) apresenta o número de 10.545 UH produzidas.
**O número de unidades produzidas corresponde ao período de escrita desta dissertação (2021). Dentre as 9.067 UHs contratadas, há 2.146 UHs com obras em andamento e 4.832 UHs sem obras iniciadas.

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de RONCONI (1995), CICUTO BARROS (2019), MARTINS (2019) e SNH-MDR/e-SIC, maio/2020. Posição abril/2020.

Ainda que haja algumas divergências em relação aos números, é

124. RONCONI, 1995; ROYER, 2002; MOREIRA, 2009; BONDUKI, 2017; CICUTO BARROS, 2019; MARTINS, 2019.

notável que a maior produção corresponde ao programa municipal FUNAPS Comunitário, ainda considerando o dado fornecido por Ronconi (1995, p. 184), de que um ano após o término do FUNAPS Comunitário, 41,97% das unidades habitacionais contratadas estavam construídas. Isso corresponde a aproximadamente 5.180 unidades habitacionais. Um número maior que o que foi produzido na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) por meio do programa de mutirões da CDHU, de acordo com Martins (2019, p. 57).[125]

O número de unidades produzidas pelos programas federais posteriores - Programa Crédito Solidário (PCS) e o PMCMV-E – apesar do grande subsídio, aporte de verba e período de vigência é inferior ao do FUNAPS Comunitário. Com isso, pode-se concluir que o FUNAPS Comunitário foi a política habitacional que mais produziu unidades habitacionais autogestionadas na cidade de São Paulo, considerando o número apresentado por Martins (2019). Ainda que se considerasse apenas as unidades contratadas e não construídas de fato, o número do FUNAPS Comunitário se mostra superior em aproximadamente 30%. Este comparativo é importante, pois mostra que, apesar do potencial de construção dos programas habitacionais, é uma constante que nem todas as unidades contratadas consigam ser construídas.

O FUNAPS Comunitário, de acordo com Mineiro (2020, p. 57), "financiou e desenvolveu a primeira iniciativa de fôlego de produção autogestionária no Brasil". Com isso, serviu, inclusive, como referência para o Minha Casa Minha Vida Entidades, principalmente no que se refere ao modelo de atuação das assessorias técnicas, cuja parceria com os movimentos de moradia se dá desde essa época. Ainda que não explique completamente, esclarece em parte o relativo sucesso paulistano frente a outras cidades do país.

> São Paulo tem uma história na Autogestão desde antes, né, mas claro que consolidada no Programa FUNAPS Comunitário, então é essa herança que vai sendo passada, que vai sendo aperfeiçoada, que vai tendo avanços e recuos

125. Martins (2019) mostra que em seu inventário de empreendimentos autogestionários, 180 empreendimentos foram produzidos pela CDHU no estado de São Paulo dentro do recorte temporal da pesquisa e que dentre estes, 173 localizam-se na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Destes 173 empreendimentos, foram selecionados apenas 19 para o seu inventário, por contarem com atuação mais ativa de assessorias técnicas. Se optou por utilizar o número de Martins (2019) por ter relação com a proposta das políticas habitacionais em comparação, ainda que haja empreendimentos no PMCMV-E que utilizem a Empreitada Global como regime de contratação e construtoras como assessoria técnica.

> [...] praticamente inexiste esse modelo de Assessoria Técnica que São Paulo tem, né, e a gente tem que falar isso. O diferencial que as nossas Assessorias Técnicas [têm], elas são Assessorias a processos, elas não são Assessorias a projeto.
>
> [...] Porque essas relações, elas são relações políticas, que vão para além do programa que tá funcionando hoje. Ah, hoje é o Minha Casa Entidades, agora, amanhã pode ser Pode Entrar, depois pode (outro) .... Essas relações são mais permanentes, né, são relações políticas, além de relações técnicas, de contratação de profissionais. Acho que tem esse elemento, que ele é fundamental (RODRIGUES, 2020).

Rodrigues (2020) afirma que, apesar da clara influência do FUNAPS Comunitário no esboço da modalidade Entidades do Minha Casa Minha Vida, há diferenças importantes, principalmente no que se refere à regularização da terra, no que ela chama de "caminhos contrários" ao comparar os dois programas:

> Se você comparar o Minha Casa Entidades com o de Mutirões daqui de São Paulo, eles têm caminhos contrários. Por quê? Porque, por exemplo, o Programa de Mutirões de São Paulo, quando começou... Eu entrei no primeiro mutirão do convênio lá, que foi do São Francisco Setor 5. Bom, o terreno não tava resolvido, o terreno não tava desapropriado ainda. Não tinha nenhuma formalidade da terra, e, por consequência, não tinha o parcelamento da terra. Não tendo lote, não tinha aprovação de projeto. Não tinha e não tem até hoje, então. Na verdade, isso não era só o mutirão, né, não era só o Programa de Mutirões que tinha essa forma de fazer. Toda produção da CDHU, ela era informal, e depois ela vai ser regularizada, posterior à construção, depois que as pessoas tão vivendo. E muitas delas até hoje, muita coisa da COHAB até hoje não foi regularizada. Mesmo coisas que tinha crédito imobiliário. Se você pegar os conjuntos da COHAB, da década de 70 foram regularizados pela Marta Suplicy, em 2000. Então era uma outra lógica mesmo, de outro tempo.

Ainda que a produção tenha sido mais expressiva, a regularização da terra e a segurança da posse, por outro lado, não estavam garantidas. Por isso a atuação do Estado é fundamental, sobretudo do poder local. O apoio do município, como ocorreu nos primeiros anos do FUNAPS Comunitário, e posteriormente em menor grau, com os chamamentos da COHAB-SP durante o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, é fundamental para o sucesso da implementação de políticas habitacionais para a população de baixa renda. Quanto à regularização fundiária, não faltam instrumentos para "corrigir" essas questões pregressas: a lei que instituiu o Programa Minha

Casa Minha Vida também dispunha sobre regularização fundiária urbana de interesse social.[126]

Após as experiências do FUNAPS Comunitário e, mais recentemente, do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, a relação de desconfiança entre Estado e os movimentos de moradia infelizmente persiste. Apesar de o Minha Casa Minha Vida Entidades ter representado uma oportunidade de validação dos movimentos de moradia como organizações agregadoras, a desconfiança do Estado e da sociedade se intensificou, sobretudo após a última eleição presidencial, com a criminalização dos movimentos e, posteriormente, prisão de alguns membros.

Estamos, portanto, em mais um momento de recuo, após um leve avanço chamado Minha Casa Minha Vida Entidades. Mesmo que a produção da modalidade Entidades tenha sido pífia a nível nacional, inclusive na cidade de São Paulo quando se compara aos números dos programas anteriores, representou um pequeno avanço. A despeito de todos os percalços burocráticos e normativos, os movimentos de moradia sempre contornaram e conseguiram uma legitimidade nunca antes reconhecida, como promotores de organização social. Este pode ser considerado, para além das construções e do que está por construir, o maior legado do Minha Casa Minha Vida Entidades.

126. O capítulo III da Lei Nº 11.977, de 07 de julho de 2009 dispõe sobre a regularização fundiária urbana de forma abrangente, e é considerado o primeiro marco jurídico a nível nacional a tratar desta temática. Posteriormente foi criada a lei Nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe especificamente de regularização fundiária urbana, de abrangência nacional, prevendo, inclusive, instrumentos, como a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), que tem como finalidade a incorporação de núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano, de forma a assegurar a posse e permanência de famílias de baixa renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto: acervo UNMP, 2014

> A “luta” é coisa de todo dia. Mas esta luta de todo dia não se faz às cegas, nem apenas para garantir mais um dia de existência. A luta é orientada pela “utopia” que mira a construção de uma “outra sociedade”. (ROVATI, 2015, p. 1080)

Esta pesquisa se propôs a traçar um panorama do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E) na cidade de São Paulo, a cidade com a maior produção dentro do Programa e com um histórico autogestionário potente. O maior desafio em si, para além da coleta de informações e posterior análise, foi conhecer um novo território, suas nuances e compreender os programas predecessores como parte do processo. Sobretudo por ser uma pessoa de fora, o processo como um todo foi conhecer e “re-conhecer” São Paulo. São Paulo é composta por uma trajetória de lutas constantes, que seguirão enquanto direitos forem negligenciados, ou tratados como mercadoria.

O panorama sobre o PMCMV-E na cidade de São Paulo teve como ponto de partida a publicação da Prefeitura de São Paulo/COHAB-SP[127] sobre os empreendimentos selecionados nos chamamentos de 2015. O trabalho, por meio do panorama, tem como objetivo responder à pergunta “o que o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades produziu, afinal, na cidade de São Paulo durante seus 11 anos de existência?”. À medida que avançava a busca por esta resposta, mais questões foram sucessivamente levantadas, cujas respostas não são únicas, tampouco simples.

O primeiro capítulo desta dissertação buscou traçar um pano de fundo ao panorama posteriormente exibido, além de evidenciar questões latentes em se tratando de política habitacional para a população de baixa renda. Questões que a atual pandemia do coronavírus evidencia e agrava,

127. Ver: PMSP/SEHAB/COHAB (2016).

como o déficit habitacional, que tem como principal componente o ônus excessivo de aluguel. Campanhas como a Despejo Zero[128] se tornaram iniciativas de grande importância, tanto pela disponibilização de dados, visto que o Censo Demográfico do IBGE foi mais uma vez adiado, quanto pela mobilização política.

A crise sanitária atual ressalta a importância da atuação do Estado na garantia de direitos, sobretudo da população de mais baixa renda, e aqui tratamos de direitos constitucionais, que estão acima de interesses particulares. Ainda que a temporalidade desta dissertação não englobe o período atual, se considerou relevante traçar paralelos com ele a fim de compreender quais são as perspectivas após o fim do Programa Minha Casa Minha Vida. Afinal, um questionamento que surgiu durante a pesquisa e segue sem uma resposta concreta: o que esperar da próxima política habitacional?

Em se tratando de política habitacional e dos problemas ou "falsos" problemas que se buscam solucionar (BOLAFFI, 1975), a primeira parte da pesquisa recupera a tradição paulistana em autogestão e a importância das iniciativas locais. A relevância do FUNAPS Comunitário é notável a ponto de se constituir como modelo de autogestão e referência para os programas posteriores, a começar pelos Programas de Mutirão do governo estadual (São Paulo), o Programa Crédito Solidário e, por fim, a modalidade Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida.

O segundo capítulo buscou reunir dados sobre o PMCMV-E na cidade de São Paulo, por meio das fontes possíveis: editais, diários oficiais (da União e municipal), chamamentos, consultas aos portais da transparência e, posteriormente, publicações, páginas da internet e em redes sociais de associações e movimentos de moradia. Essa parte da pesquisa evidenciou a diferença entre gestões, por meio de modificações sutis na forma de divulgação das seleções de empreendimentos, partindo de publicações com mais informações para publicações sucintas. A transparência (ou a falta dela) foi elemento chave na pesquisa, pois, ao passo que dificultou, sobretudo por parte das esferas governamentais, por outro lado, deixou claras as limitações deste trabalho.

A montagem dos dois cenários – o possível e o real – de contratações do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo foi fruto de inúmeras revisões sobre o material disponível, verificação de erros, duplicidades, descobertas de mudanças de nomes das propostas.

128. Ver: https://www.campanhadespejozero.org/. Acesso em 29.03.2021.

Isso posto, ainda é possível que se tenha deixado passar alguma duplicidade ou erros pontuais, pois faz parte das informações que se perderam pelo caminho entre proponentes e governo. De qualquer forma, foi possível notar um padrão dos empreendimentos propostos para a cidade de São Paulo, que corresponde ao usual para população de baixa renda: projetos em áreas periféricas, alguns localizados nos extremos da cidade, em glebas com um número médio de aproximadamente 200 unidades habitacionais por conjunto. Ou seja, nenhuma inovação em se tratando de inserção urbana e mistura social, em comparação ao que foi construído anteriormente pela COHAB-SP ou CDHU.

A área média das unidades habitacionais é maior que o previsto no último manual do PMCMV da Caixa, o que confere aos projetos certa diferenciação em comparação às unidades produzidas via a modalidade empresarial do Programa. Além disso, pôde-se perceber a marcante presença de certos movimentos de moradia e assessorias técnicas, que notadamente mantêm parcerias históricas, desde a época do FUNAPS Comunitário. Voltando os olhos apenas para a realidade, ou ao menos para o que foi contratado, de forma geral o padrão pouco se modifica, com a maior parte dos empreendimentos localizados nas bordas da cidade. O diferencial em relação aos programas pregressos, no entanto, são os empreendimentos localizados na área central de São Paulo, a maioria em forma de *retrofit*.

Outro ponto importante é a presença da autogestão como forma de construção em boa parte dos contratos e, mesmo não sendo a maioria, chega a quase metade do número de empreendimentos. Ainda no tema autogestão, apesar da forma de construção ser definida como autogestionária, as obras em si não se tratam de mutirões em sua totalidade. Rodrigues (2020) destacou que, na prática, o trabalho mutirante nas obras é parcial, a depender da necessidade de mão de obra, o que, por outro lado, dificulta no processo burocrático dos órgãos de aprovação. De qualquer forma, é perceptível que os processos de trabalho se modificaram com o tempo, inclusive com membros das associações tendo acesso ao ensino superior, o que, na década de 90 era impensável.

No terceiro capítulo se parte da visão panorâmica para o real, como se fosse uma aterrisagem para uma análise do Minha Casa Minha Vida Entidades do ponto de vista do observador. Os dados numéricos e os mapas contribuem para análises mais gerais, mas nem sempre respondem questionamentos; no caso desta pesquisa, os dados mais suscitaram do que sanaram questões. Ao fazer uma aproximação maior dos dados dos empreendimentos contratados na cidade de São Paulo, surge a máxima

de que, se a seleção ou pré-seleção não eram garantias de contratação, a contratação também não é garantia de construção.

Pouco mais da metade das unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV-E em São Paulo ainda não foram construídas, com obras que sequer foram iniciadas. Com isso, questiona-se: se há contratação, há recurso a ser liberado para tanto; então, por que as obras não seguem? Ou sequer se iniciam? Não foi possível encontrar as respostas para essa questão nas fontes de dados oficiais - em diários oficiais ou nos portais da transparência -, pois os retornos limitavam-se aos números, muitas vezes, iguais aos que já se dispunha. A análise, portanto, deveria partir de um ponto de vista mais aproximado, dentro dos limites impostos pela pandemia, ou seja, com certo distanciamento. Por isso, relatos de lideranças de movimentos de moradia e de assessorias técnicas foram sobremaneira importantes.

Além dos relatos, a coleta de informações sobre o andamento das obras já iniciadas ou dos projetos cujas obras ainda não iniciaram foi feita por meio das redes sociais dos movimentos de moradia e associações, que procuram manter seus membros informados apesar do distanciamento social. Ou até mesmo de matérias na mídia online, em tom de denúncia, a respeito de empreendimentos cujas obras não foram iniciadas em função de desacertos burocráticos. A morosidade do trâmite burocrático por parte da prefeitura, principal alegação dos movimentos de moradia, põe em risco o cumprimento do contrato e, consequentemente, a execução da obra. Com isso, os movimentos se veem obrigados a pressionar, com atos e protestos, como forma de reivindicar a análise da documentação enviada.

Somado ao tensionamento há muito existente entre movimentos de moradia e Estado, outros impasses são enfrentados no processo de construção dos empreendimentos. Se uma grande vitória para o movimento foi justamente a legitimação como agente promotor de processos de protagonismo popular perante o Estado, o mesmo não se deu em outros órgãos burocráticos, sobretudo cartórios e órgãos responsáveis por aprovações. Pode-se acrescentar a esta questão os atrasos nos repasses por parte do governo federal, o que forçou a paralisação das obras já iniciadas. O não reajuste dos valores de contrato se mostrou outro grande entrave, pois, diferentemente das construtoras, os movimentos de moradia não possuem fluxo de caixa, o que demanda maior esforço por parte das famílias para cobrir aumentos de preços.

Analisando a produção dos vários programas habitacionais no município, o resultado foi interessante, porém não tão surpreendente: dentre todas as políticas autogestionárias, o FUNAPS Comunitário foi o

que mais produziu moradias na cidade de São Paulo. Ainda que o número de unidades habitacionais contratadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades tenha sido próximo ao total produzido pelo FUNAPS Comunitário, os entraves e o baixo número de unidades concluídas rebaixou sua produção para algo próximo, porém superior, ao produzido pelo Programa Crédito Solidário (PCS).[129] Apesar de dispor de mais recursos, organização dos movimentos e tecnologia (praticamente 30 anos separam os dois programas), o PMCMV-E ainda assim conseguiu produzir menos moradias. Essa constatação evidencia o papel do poder municipal nas políticas públicas de habitação como agente-chave para sua efetivação. Os chamamentos da COHAB-SP são um exemplo de como o poder municipal poderia ter atuado mais diretamente durante a vigência do PMCMV, sem necessidade de criar um programa municipal.

De acordo com o economista Jean Tirole (2020, p. 65), em se tratando de políticas habitacionais que visam o combate à desigualdade, "aparentemente progressistas, podem facilmente se voltar contra os indivíduos socialmente mais frágeis". Pode-se dizer que, de certa forma, a afirmação se aplica ao Programa Minha Casa Minha Vida, sobretudo à modalidade Entidades, pelos diversos entraves enfrentados pelos movimentos de moradia. Ainda que tenha havido avanços importantes, como o reconhecimento dos movimentos de moradia, estes foram insuficientes, pois a modalidade Entidades passou a ser uma "adaptação" da Empresarial. No Entidades, as especificidades relacionadas à autogestão e atuação dos movimentos de moradia foram definidas de forma superficial nas normativas, apesar das inúmeras reivindicações de ajustes.

Apesar de todas as questões expostas acima, pode-se dizer que o balanço final do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades em São Paulo aponta conquistas importantes: edifícios em áreas centrais, subutilizados por anos, que se tornaram moradia digna, o reconhecimento dos movimentos de moradia como agentes, o reconhecimento e remuneração do importante trabalho das assessorias técnicas, bem como o trabalho técnico social. Tudo isso com recursos, fruto de muitos anos de lutas, como as mencionadas por Rovati (2015) no início destas considerações finais: lutas estas que não se resumem a obtenção de moradia.

---

129. Sempre bom ressaltar que este número se refere ao momento em que esta dissertação é escrita e não contabiliza os empreendimentos que estão em obra. Quando os empreendimentos em obra estiverem prontos, o número de unidades habitacionais produzidas aumentará consideravelmente; no entanto, chegará a aproximadamente metade do número produzido pelo FUNAPS Comunitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Foto: acervo UNMP, 2014

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. **Correio da Cidadania**, [S. l.], v. 30, p. 1–25, 2009.
BARBOSA, Adoniran. **Abrigo de Vagabundos**. 78 rpm: Odeon, 14387, 1958.
BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2. Ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.
BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 7. Ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.
BRASIL. Controladoria Geral da União. **Contratações do PMCMV em São Paulo**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/buscadados/Lists/Pedido/Attachments/473051/RESPOSTA_PEDIDO_contrataes%20MCMV.zip?Mobile=1. Acesso em 04.12.2019.
_____. Controladoria Geral da União. **Relação de Empreendimentos PMCMV em São Paulo**. Brasília, DF, s/ data. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/531326/PEDIDO_envciar%20para%20consulta.pdf. Acesso em 01.02.2020.
_____. Extrato de Cooperação e Parceria. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 ago. 2012. Seção 3, p. 77.
_____. Extratos de Acordo de Cooperação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 nov. 2012. Seção 3, p. 110.
_____. Extratos de Cooperação e Parceria. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 09 out. 2012. Seção 3, p. 76-77.
_____. Extratos de Termos Aditivos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 01 nov. 2012. Seção 3, p. 138.
_____. Ministério das Cidades. **Panorama Programa Minha Casa Minha Vida 2013**. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131114_ifh_castilha_minha_casa.pdf. Acesso em 15.02.2021.

_____. Portaria nº 106, de 09 de abril de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, DF, 10 abr. 2013. Seção 1, p. 96.

_____. Portaria nº 123, de 14 de julho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 18 abr. 2016. Seção 1, p. 77.

_____. Portaria nº 161, de 6 de maio de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 9 mai. 2016. Seção 1, p. 117-118.

_____. Portaria nº 162, de 27 de fevereiro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 28 fev. 2018. Seção 1, p. 82-84.

_____. Portaria nº 173, de 10 de maio de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 11 mai. 2016. Seção 1, p. 112-114.

_____. Portaria nº 180, de 12 de maio de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 13 mai. 2016. Seção 1, p. 143-146

_____. Portaria nº 258, de 16 de junho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 17 jun. 2016. Seção 1, p. 62-63.

_____. Portaria nº 350, de 28 de novembro de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 29 nov. 2012. Seção 1, p. 73.

_____. Portaria nº 380, de 8 de julho de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 10 jul. 2015. Seção 1, p. 80.

_____. Portaria nº 482, de 15 de setembro de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 16 set. 2015. Seção 1, p. 40.

_____. Portaria nº 486, de 14 de agosto de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 15 ago. 2014. Seção 1, p. 107.

_____. Portaria nº 506, de 1º de novembro de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 05 nov. 2013. Seção 1, p. 54.

_____. Portaria nº 595, de 25 de setembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 26 set. 2018. Seção 1, p. 57-58.

_____. Portaria nº 639, de 16 de dezembro de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 17 dez. 2015. Seção 1, p. 48.
_____. Portaria nº 684, de 30 de dezembro de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 31 dez. 2015. Seção 1, p. 164-165.
_____. Portaria nº 736, de 26 de novembro de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 27 nov. 2014. Seção 1, p. 50.
_____. Tribunal de Contas da União. **Relação de Empreendimentos Contratados do PMCMV**. Brasília, DF, 30 set. 2010. Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=1583021&codPapelTramitavel=45178131. Acesso em 06.01.2020.
BUONFIGLIO, Leda Velloso; MARTINS, César Augusto Ávila. Espaço e economia: geografia econômica e a economia política. **Espaço e Economia**, [S. l.], n. 15, p. 405–452, 2019.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Manual Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades Recursos FDS.** Brasília: Caixa Econômica Federal, 2018. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf. Acesso em 27.07.2019.
_____. **Relação de Empreendimentos Contratados pelo PMCMV**. Brasília, DF, 31 dez. 2014. Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=1583021&
codPapelTramitavel=45178131. Acesso em 06.01.2020.
CAMARGO, Camila Moreno De. MCMV Entidades : outras interações reguladas pelo mercado. In: **Anais XVII ENANPUR**, São Paulo, 2017.
_____. MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES: entre os direitos, as urgências e os negócios. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: Universidade de São Paulo, 2016.
CARDOSO, Adauto Lúcio. Propostas para uma política habitacional democrática e sustentável. **Observatório das Metrópoles**, 2019. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/propostas-para-uma-politica-habitacional-democratica-e-sustentavel/. Acesso em: 31.03. 2021.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas. Introdução: Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas (org.). **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assistência e assessoria técnica: Entre o discurso e a prática. In: **Anais XVIII ENANPUR**, Natal, 2019.

CICUTO BARROS, Mariana. Experiências de Assessorias Técnicas em Programas Habitacionais. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Território). São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2019.

CHAPINA, Patrícia. Relato concedido a Adriana Luz Sabadi em 15 jan. 2021.

COHAB-SP/PMSP. COHAB-SP **Relatório de Gestão 2013 – 2016**. São Paulo: COHAB-SP/PMSP, 2016

COHAB-SP. **Chamamento nº 001/15**. Processo Administrativo nº 2014-0.288.871-2. São Paulo, SP, 13 jan. 2015.

_____. **Chamamento nº 001/16**. Processo Administrativo nº 2016-0.210.921-0. São Paulo, SP, 27 out. 2016.

_____. **Chamamento nº 002/15**. Processo Administrativo nº 2015-0.195.852-2. São Paulo, SP, 09 out. 2015.

D'OTTAVIANO, Camila. Caminhando : percursos na universidade e pela cidade. Tese (Livre Docência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

_____. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: crítica necessária versus consolidação dos avanços. In: D'OTTAVIANO, Camila (org.). **Habitação, Autogestão e Cidade.** 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2021.

D'OTTAVIANO, Camila; QUAGLIA-SILVA, Sérgio Luís. Regularização Fundiária no Brasil: Velhas e Novas Questões. **Planejamento e Politicas Publicas**, v. 34, p. 201-229, 2010.

FERRAZ, Camila De Araújo. Um Estudo sobre Financiamento Habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida. Dissertação (Mestrado em Economia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Segmento econômico e Programa Minha Casa Minha Vida: regras do jogo, agentes envolvidos e impactos decorrentes. In: FERREIRA, João Sette Whitaker (Coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. 1. ed. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FERREIRA, Marina Boaretto. Autoconstrução e autogestão habitacional no Brasil: um estudo comparativo em dois períodos: 1975-1986 e 2004-2018. In: **Anais XVIII ENANPUR**, Natal, 2019.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Autogestão e Habitação : entre a utopia e o mercado. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

FIRPO, Sergio; TAVOLARI, Bianca. Políticas de moradia em momentos de crise: a centralidade do aluguel. In: MACHADO, Laura Muller (org.). **Legado de uma pandemia: 26 vozes conversam sobre os aprendizados para política pública**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda., 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GUARITÁ, Gabriela Darini. O valor do dinheiro no tempo: uma avaliação de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, n. 6, 1982.

JESUS, Patricia Maria De. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades no município de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências na área de Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARICATO, Ermínia. As Idéias Fora Do Lugar E O Lugar Fora Das Idéias : Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. É a questão urbana, estúpido! - **Le Monde Diplomatique**. 2013. Disponível em: https://diplomatique.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/. Acesso em: 19 fev. 2021.

_____. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n. ja/ju 2009, p. 33–52, 2009.
MARQUES, Eduardo; RODRIGUES, Leandro. O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, 2013.
MARTINS, Lyzandra Machado. Direito à arquitetura: inventário da produção das assessorias técnicas paulistas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.
MELLO, Bruno Cesar Euphrasio De. ATMI: gênese da lei de Assistência Técnica em Habitação Social. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), v. 19, 2021.
METRÓPOLES, Obervatório Das; GT HABITAÇÃO. Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal - **Observatório das Metrópoles**. 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/. Acesso em: 31.03. 2021.
MINEIRO, Edilson Henrique. Limites e desafios institucionais da produção habitacional autogestionária no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.
MOREIRA, Fernanda A. O lugar da autogestão no governo Lula. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
MURAD, Julia. Ocupação, uma alternativa de moradia? O caso Prestes Maia. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.
PASTERNAK, Suzana; D'OTTAVIANO, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. Cadernos Metrópole. v. 18, n. 35, p. 75–99, 2016.
PMSP/SEHAB/COHAB-SP. **Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida**. São Paulo: COHAB-SP/PMSP, 2016.
RIZEK, Cibele Saliba; AMORE, Caio Santo; CAMARGO, Camila Moreno De. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida "entidades". **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 531–546, 2014.

RODRIGUES, Evaniza Lopes. Entrevista concedida a Adriana Luz Sabadi em 17 dez. 2020.
RODRIGUES, Evaniza Lopes et al (org.). **Revista da produção de habitação em autogestão: empreendimentos da União Nacional por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**. São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019.
RODRIGUES, Evaniza Lopes. A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia. Dissertação (Mestrado em Arqiutetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
ROLNIK, Raquel [Entrevista concedida a] Leticia Mori. Esposa grávida, três filhos e dois despejos em 2 meses: o drama dos inquilinos expulsos de casa durante pandemia. **BBC Brasil**, 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54472133. Acesso em: 29.03. 2021.
ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique**, 2009. Disponível em: https://diplomatique.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/. Acesso em: 23.02. 2021.
RONCONI, Reginaldo. Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão - o programa Funaps Comunitário. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). São Carlos: Universidade de São Paulo, 1995.
ROSSETTO NETTO, Adelcke. Entrevista concedida a Adriana Luz Sabadi em 30 jun. 2020.
ROSSETTO NETTO, Adelcke. Habitação central: produção habitacional no centro de São Paulo, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
_____. Política Pública Habitacional e sua avaliação. In: **Anais XVI ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015.
ROSSETTO NETTO, Adelcke; D'OTTAVIANO, Camila. HABITAÇÃO EM ÁREA CENTRAL VIA PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES. Alternativas possíveis. In: **Anais XVIII ENANPUR**, Natal, 2019.
ROSSETTO NETTO, Adelcke; D'OTTAVIANO, Camila. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: travessia de um labirinto. In: D'OTTAVIANO, Camila (org.). **Habitação, Autogestão e Cidade**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2021.
ROVATI, João Farias. Cidade e moradia: os erros deles e os nossos. In: D'OTTAVIANO, Camila; ANTONUCCI, Denise; SHIMBO, Lúcia (org.). **Anais Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono**. 3. ed. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015.

ROYER, Luciana de Oliveira. Política Habitacional no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. *In*: SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (org.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTO AMORE, Caio. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. *In*: SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (org.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

_____. Assessoria e Assistência técnica: Arquitetura e Comunidade na Política Pública de Habitação de Interesse Social. *In*: **Anais II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**, Rio de Janeiro, 2016.

_____. Lupa e telescópio: o mutirão em foco. São Paulo, anos 90 e atualidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SANTO AMORE, Caio; CABRAL, Gabriel Enrique Higo Mafra. É pau, é pedra: autoconstrução na realidade contemporânea de São Paulo. In: D'OTTAVIANO, Camila (org.). **Habitação, Autogestão e Cidade**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2021.

SÃO PAULO (Cidade). **Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo: 2002**. Disponível em: https://www.capital.sp.gov.br/cidadao/rua-e-bairro/gestao-urbana/plano-diretor-estrategico.

_____. **Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo: 2014**. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/.

_____. Processo Administrativo nº 2015.-0195.852-2. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**. São Paulo, SP, 02 jul. 2016, p. 74-75.

_____. Projeto de Lei nº 607, de 09 de novembro de 2018. **Poder Legislativo.** São Paulo, SP. 09 nov. 2018. Disponível em: http://splegisconsulta.camara.sp.gov.br/ArquivoProcesso/GerarArquivoProcesso?COD_MTRA_LEGL=1&NUM_MTRA_LEGL=607&ANO_MTRA_LEGL=2018&volume=1. Acesso em 21.12.2018.

_____. Resolução CMH nº 132 de 12 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Habitação. São Paulo, SP, 14 dez. 2019, p. 33.

_____. Resolução CMH nº 79 de 25 de outubro de 2016. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Habitação. São Paulo, SP, 1 nov. 2016, p. 52-53.

_____. Resolução CMH nº 80 de 25 de outubro de 2016. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Habitação. São Paulo, SP, 1 nov. 2016, p. 53.

_____. Secretaria Municipal de Habitação. P**ortal da Transparência Parcerias Casa Paulista – Governo Federal**. São Paulo, SP, s/ data. Disponível em: http://www.habitacao.sp.gov.br/transparencia/pmcmv.aspx. Acesso em 02.02.2020.

_____. Sehab lamenta cancelamento de investimentos no Minha Casa Minha Vida Entidades pelo Ministério das Cidades. **SEHAB-SP**. São Paulo, SP, 17 mai. 2016. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/index.php?p=217478. Acesso em 05.11.2019.

SHIMBO, Lucia Zanin. Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil. Dossiê Capitais do Urbano – **Revista Novos Estudos CEBRAP**, v. 35.02 p. 119-133, 2016.

STROPASOLAS, Pedro. Atraso de projeto do Minha Casa Minha Vida ameaça moradia de 192 famílias em SP. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/11/19/atraso-de-projeto-do-minha-casa-minha-vida-ameaca-moradia-de-192-familias-em-sp?utm_source=pocket_mylist. Acesso em: 16 ago. 2021.

TATAGIBA, Luciana F.; TEIXEIRA, Ana Cláudia; BLIKSTAD, Karin; PATERNIANI, Stella Zagatto. Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda : um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa , Minha Vida – Entidades. **Relatório de pesquisa do Programa Regional de Becas de Investigación CLACSO-ASDI 2013**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.

TEIXEIRA, Catharina Christina. **Programa Minha Casa Minha Vida Entidades , conflitos e entendimentos . Entidades , Agente Operador e Assessoria Técnica**. Beau Bassin: International Book Market Service Ltd., 2018.

TIROLE, Jean. **Economia do bem comum**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

TOLOTTI, Adriana Flach. O Papel da Municipalidade no Programa Minha Casa Minha Vida sob a Percepção dos Agentes Técnicos In: **Anais XVII Enanpur**. São Paulo, 2017.

URBAN SYSTEMS. **Melhores cidades para fazer negócios 2.0. Versão 2020**. São Paulo: Urban Systems, 2020

ANEXO I

Quadro-resumo das propostas de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo



Foto: acervo UNMP, 2018

PMCMV-E | Propostas

FONTES PESQUISA							SITUAÇÃO	ANO	EMPREENDIMENTO				TIPOLOGIA CONSTRUTIVA		LOCALIZAÇÃO				PLANO DIRETOR			ASSESSORIA	ENTIDADE	MOVIMENTO
FEDERAL			ESTADUAL	MUNICIPAL					NOME	NÚMERO UH	ÁREA UH (m²)	ÁREA TERRENO (m²)	CONSTRUÇÃO NOVA	REFORMA	ENDEREÇO	BAIRRO	REGIÃO	DISTÂNCIA ATÉ A SÉ EM KM (APROX.)	ZONEAMENTO (2016)	TAXA OCUPAÇÃO	COEFICIENTE APROVEITAMENTO			
MIN. CIDADES	CGU (GOV. FEDERAL)	DOU	SEHAB (CASA PAULISTA)	COHAB	EDITAIS PMSP/COHAB	PUBLIC. COHAB																		
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE A	384	57.00	33983.11			R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23,0	ZEIS-2	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO ANJOS DA PAZ DA VILA SANTISTA	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE B						R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23,0	ZEIS-2	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO ANJOS DA PAZ DA VILA SANTISTA	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE C	420	58.70				R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23,0	ZEIS-2	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA NOROESTE	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE D						R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23,0	ZEIS-2	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA NOROESTE	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE E	300	55.60				R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23,0	ZEIS-2	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO POR HABITAÇÃO COM DIGNIDADE	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL SÃO FRANCISCO DO LAJEADO I	252	41.67	12885.28			R. FRANCISCO DE OLIVEIRA, 136	JARDIM LAJEADO	LESTE	28,0	ZEIS-1	0.7	2.5	FABRICA URBANA	FÓRUM DE CORTIÇOS E SEM TETO DE SÃO PAULO	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	FLORESTAN FERNANDES	198	58.78	18770.66			R. FRANCISCO JOSÉ ALVES, 194	CIDADE TIRADENTES	LESTE	30,0	ZEIS-1	0.7	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	JOSÉ MARIA AMARAL	198	56.78				R. FRANCISCO JOSÉ ALVES, 298	CIDADE TIRADENTES	LESTE	30,0	ZEIS-1	0.7	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							CONSTRUÍDO	2010	RESIDENCIAL DOM JOSÉ I	200	47.23	12270.68			ESTR. DE ITAPECERICA, 8420	CAPÃO REDONDO	SUL	28,0	ZEIS-5	0.7	4.0	BRASIL HABITAT	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CONJUNTO MODELAR	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA INDEPENDENTE DA ZONA SUL DE SÃO PAULO
							CONSTRUÍDO	2011	RESIDENCIAL DOM JOSÉ II	200	48.6	11392.36			ESTR. DE ITAPECERICA, 8450	CAPÃO REDONDO	SUL	28,0	ZEIS-5	0.7	4.0	BRASIL HABITAT	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS JARDINS CAMARGOS E ADJACÊNCIAS	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA INDEPENDENTES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO
							CONSTRUÍDO	2012	BARRA DO JACARÉ LOTE I	295	55.18	28075.81			R. BARRA DO JACARÉ, 314	PIRITUBA	NORTE	17,0	ZM-1	0.7	2.0	BRASIL HABITAT	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL VALE DAS FLORES	MOVIMENTO DE MORADIA DA ZONA OESTE E NOROESTE
																							MOVIMENTO DE MORADIA DA ZONA OESTE E NOROESTE	
							CONSTRUÍDO	2012	BARRA DO JACARÉ LOTE II	297	55.17				R. BARRA DO JACARÉ, 314	PIRITUBA	NORTE	17,0	ZM-1	0.7	2.0	BRASIL HABITAT	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL VALE DAS FLORES	MOVIMENTO DE MORADIA DA ZONA OESTE E NOROESTE
																							MOVIMENTO DE MORADIA DA ZONA OESTE E NOROESTE	
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2012	CIDADE TIRADENTES I	216	51.67	72223.00			TV. CACHOEIRA PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,0	ZEIS-1	0.7	2.5	ATITUDE URBANA	MOVIMENTO DE MORADIA, SEM TETO, CATADORES DE PAPELÃO	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2012	CIDADE TIRADENTES II	222	51.67				TV. CACHOEIRA PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,0	ZEIS-1	0.7	2.5	ATITUDE URBANA	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2012	CIDADE TIRADENTES III	228	51.67				TV. CACHOEIRA PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,0	ZEIS-1	0.7	2.5	ATITUDE URBANA	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2012	CIDADE TIRADENTES IV	228	51.67				TV. CACHOEIRA PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,0	ZEIS-1	0.7	2.5	ATITUDE URBANA	ASSOCIAÇÃO DOS MUTUÁRIOS E MORADORES DA COHAB I (AMMO)	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)
							CONSTRUÍDO	2012	COND. RESIDENCIAL JABUTICABEIRAS	200	43.75	5694.76			R. FRANCISCO FERRAZ CARDOSO, 348	GUAIANAZES	LESTE	30,0	ZM-1	0.7	2.0	FÁBRICA URBANA	FÓRUM DE CORTIÇOS E SEM TETO DE SÃO PAULO	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2013	SANTA SOFIA II	192	56.77	60000.00			R. SANTA SOFIA, 250	JARDIM TURQUESA	SUL	28,0	ZEIS-4	0.5	2.0	AMBIENTE ARQUITETURA	MOVIMENTO HABITACIONAL E AÇÃO SOCIAL (MOHAS)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
											61.12													
								2014	BACKER	24	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BACKER, 79-87	CAMBUCI	CENTRO	3,5	ZC	0.85	2.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2014	CESARE MARTINENGO	768	NÃO INFORMADO	4000			R. CESARE MARTINENGO, 01	JARDIM MORAIS PRADO	SUL	30,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							REFORMADO	2014	EDIFÍCIO DANDARA (IPIRANGA)	120	24.47	520.00			AV. IPIRANGA, 1225	REPÚBLICA	CENTRO	2,5	ZEIS-3	0.7	4.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
											46.21													
								2015	ADVENTISTA Q03B L01-17-20	80	NÃO INFORMADO	4145.00			R. INTEGRADA, 150 x R. DOMINGOS PEIXOTO x R. MODELAR, s/n	CAPÃO REDONDO	SUL	26,0	ZEIS-1	0.7	2.5	OCA ASSESSORIA TÉCNICA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROSA LUXEMBURGO	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	BARRA FUNDA II (CÔNEGO - RUA DO BOSQUE)	227	43.29	4302.20			R. CÔNEGO VICENTE MIGUEL MARINO x R. CRUZEIRO	BARRA FUNDA	CENTRO	6,5	ZEIS-3	0.7	4.0	DRUCKER ARQUITETURA	FÓRUM DOS MUTIRÕES DE SÃO PAULO	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
								2015	BIANCO	216	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. SERRA REDONDA, L04	JARDIM GUAIRACA	LESTE	15,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	BOTICÁRIO	39	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. DO BOTICÁRIO, 76-80	CAMPOS ELÍSEOS	CENTRO	3,0	ZEIS-3	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	BRESSER VI	210	48.80	3403.96			R. VISCONDE DO PARNAÍBA, s/n	BRÁS	LESTE	4,5	ZEIS-3	0.7	4.0	FÁBRICA URBANA	FÓRUM DE CORTIÇOS E SEM TETO DE SÃO PAULO	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
																						JC VITA CONSTRUTORA		
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	BRESSER XIV	204	NÃO INFORMADO	3685.35			R. VISCONDE DO PARNAÍBA, s/n	BRÁS	LESTE	4,5	ZEIS-4	0.7	4.0	SALGUEIRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS	NÚCLEO CENTRO SOCIAL URS BELLE	MOVIMENTO TERRA DE DEUS, TERRA DE TODOS
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO I	154	NÃO INFORMADO	56920.00			TRAV. CACHOEIRA DE PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,5	ZEIS-1	0.7	2.5	DRUCKER ARQUITETURA	FRENTE PAULISTA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	NÃO INFORMADO
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO II	210	NÃO INFORMADO				TRAV. CACHOEIRA DE PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,5	ZEIS-1	0.7	2.5	DRUCKER ARQUITETURA	CLUBE DE MÃES FLOR DO ORIENTE	NÃO INFORMADO
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO III	213	NÃO INFORMADO				TRAV. CACHOEIRA DE PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,5	ZEIS-1	0.7	2.5	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO IV	213	NÃO INFORMADO				TRAV. CACHOEIRA DE PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,5	ZEIS-1	0.7	2.5	BRASIL PROJECTA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CLUBE DE MÃES AÇÃO FAMÍLIAS	NÃO INFORMADO
								2015	CAPÃO REDONDO K	160	50.81	NÃO INFORMADO			R. ILHA DE MAIORCA, s/n	JARDIM GUARUJÁ	SUL	30,0	ZEIS-2	0.7	4.0	HERJACKTECH TECNOLOGIA E ENGENHARIA	ASSOCIAÇÃO PRÓ-MORADIA DE TABOÃO DA SERRA	FEDERAÇÃO INTERMUNICIPAL DE MOVIMENTOS E ASSOCIAÇÕES PRÓ-MORADIA (FIMAPROM)
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	CARLO PALAVITTINO I	76	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTRADA DE TAIPAS, 116	JARDIM BANDEIRANTES	NORTE	23,0	ZEIS-2	0.7	4.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS PELA MORADIA (UMM)
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	CARLO PALAVITTINO II	76	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTRADA DE TAIPAS, 116	JARDIM BANDEIRANTES	NORTE	23,0	ZEIS-2	0.7	4.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA NOROESTE	UNIÃO DOS MOVIMENTOS PELA MORADIA (UMM)
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	CARLO PALAVITTINO III	76	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTRADA DE TAIPAS, 116	JARDIM BANDEIRANTES	NORTE	23,0	ZEIS-2	0.7	4.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VILA BANCÁRIA POR MORADIA POPULAR	UNIÃO DOS MOVIMENTOS PELA MORADIA (UMM)
								2015	CARLOS MARCHAIS	500	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTR. DO MBOI MIRIM x R. CARLOS MARCHAIS, s/n	PARQUE DO LAGO	SUL	28,0	ZEIS-4	0.5	2.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CHUBEI TAKAGASHI 740 (NOSSA SENHORA APARECIDA)	180	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CHUBEI TAKAGASHI, 740	GUAIANAZES	LESTE	26,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONDOMÍNIO SÃO JUDAS TADEU	1220	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	PARELHEIROS	SUL	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SALOMÃO I	300	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CHUBEI TAKAGASHI, L250	JARDIM BONIFÁCIO	LESTE	25,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SALOMÃO II	90	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CHUBEI TAKAGASHI, L251	JARDIM BONIFÁCIO	LESTE	25,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SBRIGHI	420	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONDOMÍNIO VILA CURUÇÁ I	900	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. JOAQUIM LEAL, S/N	VILA CURUÇÁ VELHA	LESTE	25,0	ZC	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
									CONDOMÍNIO VILA CURUÇÁ II															
									CONDOMÍNIO VILA CURUÇÁ III															
								2015	CONJUNTO HABITACIONAL GRAJAÚ	338	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONJUNTO HABITACIONAL MINAS DO RIO VERDE	250	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE SÃO LUCAS	126	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. PAVONIA, L06A	VILA INDUSTRIAL	LESTE	16,0	ZM	0.7	2	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL 26 DE JULHO	FRENTE DE LUTA PELA MORADIA (FLM)
								2015	CONJUNTO HABITACIONAL SANTA ADÉLIA	289	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONJUNTO HABITACIONAL SOLAR	140	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONJUNTO OSCAR NIEMEYER	3000	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA EFIGÊNIA	360	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2015	COPA DO POVO A	2002	57.00	153679.20			R. JOHN SPEERS x R. MALMEQUER DO CAMPO, s/n	GLEBA DO PÊSSEGO	LESTE	25,0	ZPI-1	0.7	1.5	GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA)	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2015	COPA DO POVO B	648	57.00				R. JOHN SPEERS x R. MALMEQUER DO CAMPO, s/n	GLEBA DO PÊSSEGO	LESTE	25,0	ZPI-1	0.7	1.5	GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA)	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

								2015	DARCI RIBEIRO	280	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	ITAIM PAULISTA	LESTE	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	DIREITOS HUMANOS	300	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. DR. FRANCISCO RANIERI, 681	LAUZANE PAULISTA	NORTE	11,0	ZEIS-3	0,7	4,0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	DOROTEIA EUGRASSIA	800	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	DUQUE DE CAXIAS	48	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	EDIFÍCIO JOSÉ BONIFÁCIO	66	NÃO INFORMADO	386.00			R. JOSÉ BONIFÁCIO, 237	SÉ	CENTRO	0,5	ZC	0.7	2.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS	PROJETECH PROJETOS TÉCNICOS E SOCIAIS	MOVIMENTO DE MORADIA CENTRAL E REGIONAL (MMCR)
							PROJETO RETIRADO DO CHAMAMENTO (COHAB-PMSP)	2015	EDIFÍCIO MAUÁ	118	30.00 42.00	2080.00			R. MAUÁ, 342	LUZ	CENTRO	3,0	ZEIS-3	0.7	4.0	URBANIA	ASSOCIAÇÃO SEM TETO DO CENTRO	MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC)
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	EDIFÍCIO PRESTES MAIA	283	27.00 57.00	NÃO INFORMADO			AV. PRESTES MAIA, 911	LUZ	CENTRO	2,0	ZC	0.7	2.0	URBANIA	ASSOCIAÇÃO DE AUXÍLIO MÚTUO DA REGIÃO LESTE (APOIO)	MOVIMENTO DE MORADIA NA LUTA POR JUSTIÇA (MMLJ)
								2015	ELISIO TEIXEIRA LEITE Q03 L03	72	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. JOÃO AMADO COUTINHO, s/n	JARAGUÁ	NORTE	21,0	ZEIS-1	0.7	2.5	OCA ASSESSORIA TÉCNICA	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (CONAM)
								2015	ESSA VITÓRIA NÃO É NOSSA, É DO SENHOR	100	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. ANTONIO THADEO, 246	GUAIANAZES	LESTE	28,0	ZM	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	ESTRADA BARONESA	130	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	ESTRADA DA LAGOA	130	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	FAVELA DO VIOLÃO Q02	300	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. DO POETA x R. GODOFREDO FERRARI, s/n	JARDIM JULIETA	NORTE	15,5	ZEIS-2	0.7	4.0	SÓLIDA PROJETOS	CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA E CIDADANIA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	FAVELA DO VIOLÃO Q03	300	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. DO POETA x R. GODOFREDO FERRARI, s/n	JARDIM JULIETA	NORTE	15,5	ZEIS-2	0.7	4.0	SÓLIDA PROJETOS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES IRMÃ LUCINDA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
								2015	FAZENDA DO CARMO I	663	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. INÁCIO MONTEIRO, s/n	GUAIANAZES	LESTE	31,0				NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	FAZENDA DO CARMO II (LAJEADO J)	173	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. FRANCISCO NUNES CUBAS, 199	JARDIM FANGANIELLO	LESTE	29,5	ZM	0.7	2	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FAZENDA DO CARMO	NÃO INFORMADO
								2015	FAZENDA DO CARMO III (ITAIM G)	486	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. ANTONIO JOÃO DE MEDEIROS, 1414	JARDIM TUA	LESTE	29,5	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	FORTE DO RIO BRANCO I L09	154	50.56	4000.00			R. FORTE DO RIO BRANCO, s/n	SÃO MATEUS	LESTE	25,0	ZEIS-2	0.7	4.0	ARQ. EDSON DONIZETE	UNIÃO DOS MORADORES DAS VILAS ANTONIO DOS SANTOS, UNIÃO E ADJACÊNCIAS	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							PARCIALMENTE LICENCIADO PELA PMSP	2015	FORTE DO RIO BRANCO III L26	200	58.45	3969.00			R. FORTE DO RIO BRANCO, s/n	SÃO MATEUS	LESTE	25,0	ZEIS-2	0.7	4.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS	PROJETECH PROJETOS TÉCNICOS E SOCIAIS	MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC)
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	FORTE DO RIO BRANCO III L27	240	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. FORTE DO RIO BRANCO, s/n	SÃO MATEUS	LESTE	25,0	ZEIS-2	0.7	4.0	SALGUEIRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS	MOVIMENTO TERRA DE DEUS TERRA DE TODOS	MOVIMENTO TERRA DE DEUS, TERRA DE TODOS
							PARCIALMENTE LICENCIADO PELA PMSP	2015	FORTE DO RIO BRANCO III L28	200	47.24	4000.00			R. FORTE DO RIO BRANCO, s/n	SÃO MATEUS	LESTE	25,0	ZEIS-2	0.7	4.0	BRASIL PROJECTA	ASSOCIAÇÃO DOS SEM TERRA COHAB JUSCELINO	MOVIMENTO DE MORADIA DE SÃO PAULO (MMSP)
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	FORTE DO RIO BRANCO IV	154	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. FORTE DO RIO BRANCO, 517	PARQUE SÃO LOURENÇO	LESTE	25,0	ZEIS-2	0.7	4.0	SALGUEIRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS	NÚCLEO BETEL	MOVIMENTOS TERRA DE DEUS, TERRA DE TODOS
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	FORTE DO RIO BRANCO V	216	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. FORTE DO RIO BRANCO, 5	PARQUE SÃO LOURENÇO	LESTE	25,0	ZPI-1	0.7	1.5	SALGUEIRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS FILHOS DA TERRA	MOVIMENTOS TERRA DE DEUS, TERRA DE TODOS
								2015	FRANCISCO DE SOUTO MAIOR	360	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	GO SUGAYA	150	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	GUAIANAZES III (M)	238	43.41	NÃO INFORMADO			R. PROFESSOR FRANCISCO PINHEIRO, 1392	VILA PRINCESA ISABEL	LESTE	29,0	ZEIS-1	0.7	2.5	CEP ASSESSORIA	MOVIMENTO SEM TERRA DE SÃO MIGUEL PAULISTA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES IRMÃ LUCINDA	MOVIMENTO DE MORADIA LESTE II
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	GUARAPIRANGA (ITU I) GUARAPIRANGA (ITU II)	280	55.46	28156.43			AV. GUARAPIRANGA, 1666 x R. CARL WEISS, s/n	PRAIA DA LAGOA	SUL	21,5	ZEIS-2	0.7	4.0	OCA ASSESSORIA TÉCNICA	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	IGARAPÉ MIRIM LAJEADO	154	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. IGARAPÉ MIRIM, 154	LAJEADO	LESTE	28,0	ZEUP	0.7	2.0	ARQ. EDSON DONIZETE	FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECESP)	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	ITAQUERA IB PADRE MANOEL DE NÓBREGA Q16 L09	152	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. WALDEMAR TIETZ x R. PADRE ESTANISLAU DE CAMPOS, s/n	ARTUR ALVIM	LESTE	19,0	ZM	0.7	2.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE DO JARDIM SANTA ADÉLIA	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q06 L08 (SANTA BARBARA)	100	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. ANDRÉA FELICIANO, s/n	ARTUR ALVIM	LESTE	19,0	ZMIS	0.7	2.0	CEP ASSESSORIA TÉCNICA	ASSOCIAÇÃO PASTORAL DA MORADIA LESTE II	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q10 L05	86	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. DOMÊNICO MELLI x R. ESTÉFANO FILIPPINI, s/n	ARTUR ALVIM	LESTE	19,0	ZEU	0.7	4.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA NELSON CRUZ	NÃO INFORMADO
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q11 L07	40	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. WALDEMAR TIETZ x R. DOMÊNICO MELLI, s/n	ARTUR ALVIM	LESTE	20,0	ZEU	0.7	4.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO SÃO PAULO DIFERENCIADO	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q12 L11	36	47.50	1902.50			AV. ITAQUERA x R. DOMÊNICO MELLI, s/n	ARTUR ALVIM	LESTE	20,0	ZEU	0.7	4.0	FERNANDO ONUKI ARQUITETOS ASSOCIADOS	ASSOCIAÇÃO DOS MUTUÁRIOS E MORADORES DA COHAB I (AMMO)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q15 L05 (ITAQUERA I)	76	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. VIRGINIA FERNI, 1348	ITAQUERA	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	SALGUEIRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS	PASTORAL SOCIAL	MOVIMENTO TERRA DE DEUS, TERRA DE TODOS
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q29 L02 (MARILIA)	100	51.61 52.03 52.38	1839.24			R. VIRGINIA FERNI x R. GILBERTO RANDON, s/n	ITAQUERA	LESTE	25,0	ZEIS-1	0.7	2.5	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	ASSOCIAÇÃO SANTA ZITA	UNIÃO DOS MOVIMENTOS PELA MORADIA (UMM)
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q34 L12 (SANTA TEREZINHA)	79	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. ANSELMO RODRIGUES x R. ANGELO ANDRADE, s/n	ITAQUERA	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	ARQ. EDSON DONIZETE	ASSOCIAÇÃO MULHERES DA COLUMBIA	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q62 L08A	20	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. RIO IMBURANA, s/n	ITAQUERA	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	ARQ. LIDIANE	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL CASA BRANCA	NÃO INFORMADO
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q138 L12	76	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. JOÃO BATISTA CONTI, s/n	CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	SÓLIDA PROJETO E OBRAS	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE DAS ANDORINHAS	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q158 L03	20	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BARTOLOMEU FERRARI x R. LUCIANO BAZOR, s/n	CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MOVIMENTO POPULAR SOCIAL	NÃO INFORMADO
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q180 L03	20	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. JOÃO BATISTA CONTI x R. BENTO DOS REIS, s/n	ITAQUERA	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	SÓLIDA PROJETO E OBRAS	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE DAS ANDORINHAS	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	JARDIM DAS BELEZAS (CHICO MENDES)	239	53.43	4936.00			R. CÂNDIDO DAS NEVES, S/N Q67 L147	VILA DAS BELEZAS	SUL	22,0	ZEIS-2	0.7	4.0	GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA)	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							LICENCIADO PELA PMSP	2015	JARDIM SÃO PAULO I A Q56 L02	49	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. INÁCIO MONTEIRO x R. 47, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	30,0	ZEIS-2	0.7	4.0	BRASIL PROJECTA	ASSOCIAÇÃO DOS SEM TERRA COHAB JUSCELINO	MOVIMENTO DE MORADIA DE SÃO PAULO (MMSP)
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	JOÃO GOMES	300	54.15 55.86	16324.00			AV. RAIMUNDO PEREIRA DE MAGALHÃES, 13.225	PIRITUBA	NORTE	31,0	ZEIS-2	0.7	4.0	ATITUDE URBANA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES POR MORADIA DA PARADA DE TAIPAS	NÃO INFORMADO
								2015	LAJEADO L	150	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES IRMÃ LUCINDA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
								2015	MARCONI - ED. SÃO MANOEL	96	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. MARCONI, 138	REPÚBLICA	CENTRO	1,0	ZEIS-3	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	INCLUSA	MOVIMENTO DE MORADIA PARA TODOS
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	PARQUE BOA ESPERANÇA I Q57	60	42.00 48.00 68.00	4127.90			R. AGUARICO, s/n	JARDIM AUGUSTO	LESTE	27,0	ZEIS-2	0.7	4.0	B ARQUITETOS	UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES DOS MORADORES DE HELIÓPOLIS E REGIÃO (UNAS)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	PARQUE BOA ESPERANÇA I Q58B	154	49.01	4097.74			R. AGUARICO, s/n	JARDIM AUGUSTO	LESTE	27,0	ZEIS-2	0.7	4.0	ELJ CONSTRUÇÕES LTDA. ARQ. VÂNIA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA IRMÃS DE NAZARETH	NÃO INFORMADO
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	PARQUE BOA ESPERANÇA I Q59A L01	20	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. AGUARICO, s/n	JARDIM AUGUSTO	LESTE	27,0	ZEIS-2	0.7	4.0	ALENCAR PROJETOS	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DO BOQUEIRÃO	NÃO INFORMADO
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	PARQUE BOA ESPERANÇA I Q59B	154	47.50	3323.20			R. AGUARICO, s/n	JARDIM AUGUSTO	LESTE	27,0	ZEIS-2	0.7	4.0	FERNANDO ONUKI ARQUITETOS ASSOCIADOS	ASSOCIAÇÃO DOS MUTUÁRIOS E MORADORES DA COHAB I (AMMO)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	PARQUE BOA ESPERANÇA I Q61	263	59.81 54.29	NÃO INFORMADO			R. AGUARICO, s/n	JARDIM AUGUSTO	LESTE	27,0	ZEIS-2	0.7	4.0	ESCOLA DA CIDADE	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	PARQUE BOA ESPERANÇA II Q52	160	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CURUMATIM, s/n	IGUATEMI	LESTE	27,0	ZEIS-1	0.7	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	GRUPO DE ARTICULAÇÃO PARA CONQUISTA DE MORADIA PARA O IDOSO DA CAPITAL (GARMIC)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)

							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	PARQUE BOA ESPERANÇA II Q56	110	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CURUMATIM, s/n	IGUATEMI	LESTE	27,0	ZEIS-1	0.7	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	GRUPO DE ARTICULAÇÃO PARA CONQUISTA DE MORADIA PARA O IDOSO DA CAPITAL (GARMIC)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
								2015	PAULO GUILGER	960	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. PAULO GUILGUER REIMBERG, 2897	JARDIM NOVO HORIZONTE	SUL	31,0	ZPDS	0.25	1.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	PROJETO FRANCISCO SACCO	160	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. FRANCISO SACCO, s/n L01 Q01	JARDIM HERCULANO	SUL	24,5	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	PROJETO VILELA	120	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	PROJETO SABOIA	200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. EDUARDO SABÓIA, s/n L06 Q02	VILA REPRESA	SUL	25,0	ZER-a	0.5	1.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	PROJETO TRÊS CORAÇÕES	175	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. CARLOS BARBOSA SANTOS, L01 E L02	JARDIM SHANGRILÁ	SUL	30,0	ZEIS-4	0.5	2.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL CHUBEI TAKAGASHI 254	200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CHUBEI TAKAGASHI, 254	GUAIANAZES	LESTE	26,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL COLONIA	1200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL FLOR DO ORIENTE III	560	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL LUNA	216	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. SERRA REDONDA, L05	JARDIM GUAIRACA	LESTE	15,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	
								2015	RESIDENCIAL MISAWA SAN	1200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. PROFESSOR HASEGAWA, s/n	COLÔNIA	LESTE	26,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL NOSSO SONHO ELITE	1600	NÃO INFORMADO	43880.00			R. GO SUGAYA, L408	COLÔNIA	LESTE	28,0	ZEIS-2	0.7	4.0	BRASIL PROJECTA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA CULTURAL ESPORTIVA ELITE DO ESTADO DE SÃO PAULO	MOVIMENTO DE MORADIA DE SÃO PAULO (MMSP)
								2015	RESIDENCIAL NUNO GUERNER	600	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL PARQUE LÍGIA	153	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			RUA PARTICULAR, s/n	JARDIM SÃO LUIS	SUL	22,0	ZPDS	0.25	1.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL PIRAJUSSARA	360	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL RESPLENDOR	50	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. PROFESSOR FRANCISCO PINHEIRO, 515 E 525	VILA PRINCESA ISABEL	LESTE	27,0	ZEUP	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL SANTA EFIGÊNIA	290	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. FERNANDO FIGUEIREDO LINS, s/n	PARQUE SANTA RITA	LESTE	26,0	ZM	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL SANTA MARIA	1016	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL SANTA TEREZA	234	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. JUÁ MIRIM, s/n	GUAIANAZES	LESTE	29,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL VERDI	300	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BARBEIRO DE SEVILHA, L06B E L07	VILA INDUSTRIAL	LESTE	15,5	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL VIDA NOVA I	3000	55.73 54.24	NÃO INFORMADO			R. SANTA ETELVINA, s/n	GUAIANAZES	LESTE	30,0	ZMISa	0.5	1.0	BRASIL PROJECTA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA CULTURAL E ESPORTIVA ELITE DO ESTADO DE SÃO PAULO ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA AMIGOS DO BOQUEIRÃO ASSOCIAÇÃO DOS SEM TERRA COHAB JUSCELINO	MOVIMENTO DE MORADIA DE SÃO PAULO (MMSP)
								2015	RESIDENCIAL VIDA NOVA II	280	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	MOVIMENTO DE MORADIA DE SÃO PAULO (MMSP)
								2015	RESIDENCIAL VIDA NOVA BOQUEIRÃO	320	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTRADA ITAQUERA-GUAIANAZES x R. IMBAÇAL	ITAQUERA	LESTE	24,0	ZC	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL VIDA NOVA IGUATEMI	350	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. SANTA ETELVINA, s/n	GUAIANAZES	LESTE	30,0	ZMISa	0.5	1.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	RESIDENCIAL VIDA NOVA KOLPING	330	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. OCIDENTE, s/n GLEBAS A E B	VILA CURUÇÁ	LESTE	27,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							EM PROJETO (PMSP)	2015	SANTA ETELVINA I/VI A Q06A L02	20	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. DOS TÊXTEIS, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	30,0	ZMISa	0.5	1.0	SÓLIDA PROJETOS E OBRAS	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE DAS ANDORINHAS	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	SANTA ETELVINA IV A Q50 L1 (MIRACATU)	98	43.02 44.29 41.66	4581.56			R. FRANCISCO JOSÉ VIANA, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	32,0	ZEIS-1	0.7	2.5	CEP ASSESSORIA TÉCNICA	ASSOCIAÇÃO PASTORAL DA MORADIA LESTE II	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	SÃO FRANCISCO PROV. 8 Q130 L01	300	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BANDEIRA ARACAMBI x R. DAS FLORES, s/n	JARDIM RODOLFO PIRANI	LESTE	27,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							LICENCIAMENTO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	SÃO FRANCISCO PROV. 9 Q65 L02	40	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BANDEIRA ARACAMBI x R. DAS FLORES, s/n	JARDIM RODOLFO PIRANI	LESTE	27,0	ZEIS-1	0.7	2.5	BRASIL PROJECTA	ASSOCIAÇÃO NOVA ESPERANÇA SÃO FRANCISCO (ANESF)	NÃO INFORMADO
								2015	SÃO LEOPOLDO	600	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	SÍTIO FAZENDINHA	200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
								2015	SOL NASCENTE	240	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTRADA DA LIGAÇÃO, s/n km24 DA VIA ANHANGUERA	PERUS	NORTE	33,0	ZEPAM	0.1	0.1	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2015	TAKAO MINAMI A (ANECY ROCHA) TAKAO MINAMI B (ANECY ROCHA) TAKAO MINAMI C (ANECY ROCHA)	952	55.70 56.06	49986.50			R. TAKAO MINAMI x R. ANECY ROCHA, s/n	IGUATEMI	LESTE	29,0	ZEIS-2	0.7	4.0	GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA)	CENTRO DE PROMOÇÃO DE RESGATE E CIDADANIA DO GRAJAÚ PAULO VI (CEPROGIC)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							CUSTÓDIA (PMSP)	2015	TEOTÔNIO VILELA / JARDIM SAPOPEMBA Q16 L05	36	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. ARQUITETO VILLANOVA ARTIGAS, 1396	JARDIM SAPOPEMBA	LESTE	18,0	ZMIS	0.7	2.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS	ASSOCIAÇÃO DE MUTIRANTES JARDIM DAS GRAÇAS	NÃO INFORMADO
								2015	TREMEMBÉ A	616	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BARÃO CARLOS DE SOUSA ANHUMAS, s/n	JARDIM RECANTO VERDE	NORTE	23,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DOS SEM TERRA DA ZONA NORTE	NÃO INFORMADO
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2015	VILA CLARICE 01 VILA CLARICE 02 VILA CLARICE 03 VILA CLARICE 04	640	NÃO INFORMADO	136000.00			AV. DR. FELIPE PINEL, s/n	VILA PIRITUBA	NORTE	19,0	ZEIS-2	0.7	4.0	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO MORADORES DO JARDIM IPANEMA (01) ASSOCIAÇÃO ANJOS DA PAZ DA VILA SANTISTA (02) ASSOCIAÇÃO POR HABITAÇÃO COM DIGNIDADE (03) ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA NOROESTE (04)	FRENTE DE LUTA PELA MORADIA (FLM)
								2016	AMELIA ITO	960	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTRADA DE PIRAPORA, 850	JARDIM JARAGUÁ	NORTE	30,0	ZPDS	0.25	1.0	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	ARATIMBÓ (SACOMÃ G)	254	NÃO INFORMADO	9341.91			R. ARATIMBÓ, 389	VILA LIVIERO	SUL	17,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NOVA TTS QUALYFAST	CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO IPIRANGA CASA DEZ	NÃO INFORMADO
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2016	BARRO BRANCO IIA Q37A L01/02/03	300	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. ALEXANDRE DAVIDENKO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,0	ZMISa	0.5	1.0	CASA 8 CONSTRUTORA ENPLAN	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BARRO BRANCO III	NÃO INFORMADO
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2016	BARRO BRANCO IIC Q37B L02/03	300	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. ALEXANDRE DAVIDENKO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,0	ZMISa	0.5	1.0	CASA 8 CONSTRUTORA ENPLAN	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BARRO BRANCO IV	NÃO INFORMADO
								2016	BARRO BRANCO 2893	200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTR. DO BARRO BRANCO, 2893	CAMPO LIMPO	SUL	15,5	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	CHUBEI TAKAGASHI 324 (FLOR DO ORIENTE I)	420	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CHUBEI TAKAGASHI, 324	GUAIANAZES	LESTE	26,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	CLUBE DE MÃES FLOR DO ORIENTE	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JOÃO PAULO I	154	48.05	1570.07			R. ANTONIO JOÃO DE MEDEIROS, 2032	VILA MORGADOURO	LESTE	30,0	ZEIS-2	0.7	4.0	ECI - EXCELLENCE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FLORESTAN FERNANDES	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JOÃO PAULO II	216	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FLORESTAN FERNANDES	
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	CONJUNTO HABITACIONAL JUÁ MIRIM	288	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. JUÁ MIRIM, L241 Q03	CHÁCARA SANTA ETELVINA	LESTE	30,0	ZEIS-5	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E ASSISTÊNCIA AFRO BRASILEIRA (OBGAN)	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	CONJUNTO HABITACIONAL LIBERDADE	92	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. SÃO JOAQUIM, 329	LIBERDADE	CENTRO	2,0	ZEU	0.7	4	NÃO INFORMADO	MOVIMENTO DE MORADIA DOS ENCORTIÇADOS, SEM TETO, CATADORES DE PAPEL E PAPELÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO	MOVIMENTO DE MORADIA DO CENTRO (MMC)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	CONJUNTO RESIDENCIAL YERVANT	1186	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL E HABITACIONAL JOÃO DE BARRO	NÃO INFORMADO

							CONTRATADO	2016	DOROTHY STANG	286	57.28 56.33 54.44	20712.94			R. JOÃO ANTUNES MACIEL, 637	PARQUE SÃO RAFAEL	LESTE	25,0	ZEIS-1	0.7	4.0	USINA CTAH	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2016	ESTEVÃO REZENDE (PARQUE DA CONQUISTA)	120	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. ESTEVAN RIBEIRO REZENDE, s/n	PERUS	NORTE	29,0	ZM	0.7	2.0	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA NOROESTE UNIÃO DOS TRABALHADORES PARQUE DA CONQUISTA	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	FAIXA DE GAZA I	226	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. SILVEIRA SAMPAIO, s/n	VILA ANDRADE	SUL	19,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	FAIXA DE GAZA II	344	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. SILVEIRA SAMPAIO, s/n	VILA ANDRADE	SUL	19,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	FAZENDA DO CARMO (ARROIO SARANDI)	200	41.77	5000.00			R. ARROIO SARANDI, 170	CIDADE TIRADENTES	LESTE	29,0	ZEUa	0.7	2.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FAZENDA DO CARMO	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	GUACURI I	196	NÃO INFORMADO	24820.00			AV. JOAQUIM LOURENÇO DE TOLEDO BUENO, s/n x R. FRANCISCO FEO, s/n x R. OLGA AMATO, s/n	PEDREIRA	SUL	25,0	ZMa	1.0	0.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DE LUTA POR MORADIA UNIDOS DA LESTE (ALMUL)	NÃO INFORMADO
							PROPOSTA APRESENTADA COM PENDÊNCIAS (MCIDADES)	2016	GUACURI II	300													
								2016	HOTEL COLUMBIA (OCUPAÇÃO SÃO JOÃO)	64	26.00 55.00	666.00			AV. SÃO JOÃO, 588	REPÚBLICA	CENTRO	1,5	ZC	0.7	2.0	ESCOLA DA CIDADE	ASSOCIAÇÃO PORTAL DA JUTA	FRENTE DE LUTA PELA MORADIA (FLM)
							NÃO CONTRATADO	2016	INÁCIO MONTEIRO (CASA BRANCA)	100	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BARÃO ANTONIO DE BEMFICA, s/n	GUAIANAZES	LESTE	30,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO JARDIM SÃO PAULO - CASA BRANCA	NÃO INFORMADO
							NÃO CONTRATADO	2016	INÁCIO MONTEIRO (FLOR DO ORIENTE)	100	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BARÃO ANTONIO DE BEMFICA, s/n	GUAIANAZES	LESTE	30,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO FLOR DO ORIENTE	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2016	ITAQUERA IB JOSÉ BONIFÁCIO Q28 L05 (RES. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA)	152	41.35	3274.39			R. PADRE VIEIRA DE MATOS, 660	ITAQUERA	LESTE	19,0	ZM	0.7	2.0	CEP ASSESSORIA	ASSOCIAÇÃO PASTORAL DA MORADIA LESTE II	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
								2016	JARDIM CELESTE Q01 L120	40	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. MEMORIAL DE AIRES, s/n	JARDIM CELESTE	SUL	18,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2016	JARDIM CELESTE Q12 L03 (DANDARA)	50	NÃO INFORMADO	1300.00			R. MARIO QUINTANA, s/n	JARDIM SÃO SAVÉRIO	SUL	17,0	ZEIS-1	0.7	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DA REGIÃO SUDESTE	NÃO INFORMADO
							PARCIALMENTE LICENCIADO PELA PMSP	2016	JARDIM PALMARES	70	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			TRAVESSA CABO PM JOSÉ CARLOS RODRIGUES DA SILVA, s/n	JARDIM JOAMAR	NORTE	21,0	ZEIS-2	0.7	4.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							CONTRATADO	2016	JERÔNIMO ALVES	200	57.28 56.33 54.44	20712.94			R. JOÃO ANTUNES MACIEL, 637	PARQUE SÃO RAFAEL	LESTE	25,0	ZEIS-1	0.7	4.0	USINA CTAH	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) INDEFERIDO EM RAZÃO DE MELHORAMENTO VIÁRIO (PMSP)	2016	JOAQUIM LEAL (SANTA LUZIA)	40	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. GEORGINA DINIZ BRAGHIROLI, s/n x TV. MIRRA, s/n	VILA CURUÇÁ VELHA	LESTE	26,0	ZEIS-5	0.7	4.0	CEP ASSESSORIA TÉCNICA	MOVIMENTO SEM TERRA DE SÃO MIGUEL PAULISTA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES IRMÃ LUCINDA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
							CONSTRUÍDO	2016	MARISA LETÍCIA (MARIA DOMITILA)	245	41.21 41.90	2392.50			R. MARIA DOMITILA, 228	BRÁS	LESTE	2,0	ZEIS-3	0.7	4.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							CONTRATADO	2016	MARTIN LUTHER KING	214	57.28 56.33 54.44	20712.94			R. JOÃO ANTUNES MACIEL, 637	PARQUE SÃO RAFAEL	LESTE	25,0	ZEIS-1	0.7	4.0	USINA CTAH	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2016	MILTON SANTOS (AZUL A)	198	58.85 55.41 57.03	15959.38			R. CUREMÁ, 661	VILA SANTO HENRIQUE	LESTE	17,0	ZEIS-2	0.7	4.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	MORAES PRADO I	100	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. AGENOR KLAUSSNER, 150 x R. ADELINA ABRANCHES, 381	JARDIM ALMEIDA PRADO	SUL	30,0	ZEIS-4	0.5	2.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO GRAJAÚ	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	MORAES PRADO II	476	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. AGENOR KLAUSSNER, 150 x R. ADELINA ABRANCHES, 382	JARDIM ALMEIDA PRADO	SUL	30,0	ZEIS-4	0.5	2.0	NÃO INFORMADO	CENTRO DE PROMOÇÃO E RESGATE À CIDADANIA GRAJAÚ PAULO VI	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	MORAES PRADO III	200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	PROJETO MARINHEIRO	18	NÃO INFORMADO	578.65			R. MARINHEIRO, 184	TUCURUVI	NORTE	10,0	ZEIS-3	0.85	4.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DOS SEM TERRA DA ZONA NORTE	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	RESIDENCIAL NOVA PALESTINA	3500	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTRADA DO MBOI MIRIM, 7500 x R. CLAMECY	ESTÂNCIA MIRIM	SUL	28,0	ZEIS-4	0.5	2.0	NÃO INFORMADO	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	RESIDENCIAL SÃO MATHEUS (DANDARA) 2	292	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	RESIDENCIAL SÃO MATHEUS (DANDARA) 3	292	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2016	SANTA ZITA (AZUL B)	198	58.85 55.41 57.03	15959.38			R. CUREMÁ, 661	PARQUE SÃO RAFAEL	LESTE	17,0	ZEIS-2	0.7	4.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS	ASSOCIAÇÃO SANTA ZITA	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
								2016	SÃO FRANCISCO A	100	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BANDEIRA ARACAMBI, s/n	JARDIM RODOLFO PIRANI	LESTE	27,0	ZM	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO ST LESTE I	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
								2016	SÃO FRANCISCO B	80	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BANDEIRA ARACAMBI, s/n	JARDIM RODOLFO PIRANI	LESTE	27,0	ZM	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	FÓRUM DOS MUTIRÕES DE SÃO PAULO	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2016	SÃO MATHEUS	152	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO PASTORAL DA MORADIA LESTE II	NÃO INFORMADO
							LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2016	TUPAROQUERA PORTO FELIZ A	264	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. NOVA TUPAROQUERA, s/n	JARDIM NOVO SANTO AMARO	SUL	22,0	ZEIS-1	0.7	2.5	CONSTRUTORA ITAJAÍ	MOVIMENTO UNIÃO FORÇA E TERRA	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2018	ADVENTISTA Q01A L06-07-08	83	54.40 55.30	1825.18			R. ARROIO DO BUTIÁ, s/n x R. ARROIO DO ENGENHO, s/n	CAPÃO REDONDO	SUL	25,0	ZEUP	0.7	2.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS	MOVIMENTO HABITACIONAL E AÇÃO SOCIAL (MOHAS) ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CONJUNTO MODELAR	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2018	BARRA FUNDA I (CÔNEGO - RUA DO BOSQUE)	302	NÃO INFORMADO	9000.00			R. CÔNEGO VICENTE MIGUEL MARINO, s/n x R. CRUZEIRO, s/n	BARRA FUNDA	CENTRO	6,5	ZEIS-3	0.7	4.0	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA NOROESTE	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2018	CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO V	213	NÃO INFORMADO	56920.00			TV. CACHOEIRA DE PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,5	ZEIS-1	0.7	2.5	BRASIL PROJECTA	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	CAPÃO SEM MEDO II	204	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. LUIS DE OLIVEIRA, s/n	CAPÃO REDONDO	SUL	28,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	CONDOMÍNIO PRIMAVERA I	252	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTR. DO ELENCO, 100-110	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	SOCIEDADE DE APOIO À LUTA PELA MORADIA (SAM/MNLM)	MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA (MNLM)
							EM CONSTRUÇÃO	2018	CONJUNTO HABITACIONAL SANTA SARA (CURUÇÁ I)	97	47.34	5897.56			R. CAPITÃO ENÉAS DOS SANTOS PINTO, L23-34	PARQUE DOM JOÃO NERI	LESTE	29,0	ZC	0.7	2.0	CEP ASSESSORIA CONSTRUTORA FALEIROS	CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA E CIDADANIA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
							CONSTRUÍDO	2018	CONJUNTO HABITACIONAL TIRADENTES V	39	47.34	2184.80			R. ARTUR FRANCO, 415	GUAIANAZES	LESTE	32,0	ZEIS-1	0.7	2.5	CEP ASSESSORIA CONSTRUTORA FALEIROS	CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA E CIDADANIA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II

							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	CONJUNTO RESIDENCIAL SÃO JOSÉ II (SERRA VERDE B - AGUDOS B)	228	43.02 44.29 41.66	4904.00			R. SERRA VERDE, 679	VILA SILVIA	LESTE	21,0	ZEIS-5	0.7	4.0	CEP ASSESSORIA TÉCNICA CASA 8 CONSTRUTORA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES IRMÃ LUCINDA CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA E CIDADANIA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	EDIFÍCIO CATUMBI	166	48.66 48.99 49.00 53.21	2078.19			R. CATUMBI, 574/588/616	BRÁS	LESTE	10,0	ZEIS-3	0.7	4.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	EDIFÍCIO GENERAL RONDON	131	54.04 53.91 55.90	1641.00			R. GENERAL RONDON, 52-82	CAMPOS ELÍSEOS	CENTRO	4,0	ZEIS-3	0.7	4.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	EDIFÍCIO IRMÃS DE NAZARETH	71	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. WILMA FLOR, 769	GUAIANAZES	LESTE	30,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA IRMÃS DE NAZARETH	NÃO INFORMADO
							REFORMA EM ANDAMENTO	2018	ELZA SOARES (LORD HOTEL)	176	49.63 38.58 29.97 26.37 34.64 58.45	771.00			R. DAS PALMEIRAS, 58-98	SANTA CECÍLIA	CENTRO	2,5	ZEIS-3	0.7	4.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBENTAIS INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO JARDIM IPANEMA	FRENTE DE LUTA PELA MORADIA (FLM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	FABIFDS8	248	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. INÁCIO MONTEIRO, s/n x AV. DR. GUILHERME DE ABREU SODRÉ, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	27,5	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE DO JARDIM SANTA ADÉLIA	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	FABIFDS9	248	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. INÁCIO MONTEIRO, s/n x AV. DR. GUILHERME DE ABREU SODRÉ, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	27,5	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE DO JARDIM SANTA ADÉLIA	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	FORTE DO RIO BRANCO I L10 (CASA BRANCA 2)	298	49.50	4000.00			R. FORTE DO RIO BRANCO, s/n	SÃO MATEUS	LESTE	25,0	ZEIS-3	0.7	4.0	STUDIO META ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL CASA BRANCA	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	FORTE DO RIO BRANCO I L11	164	53.50	3969.00			R. FORTE DO RIO BRANCO, s/n	SÃO MATEUS	LESTE	25,0	ZEIS-3	0.7	4.0	URBANIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE DO JARDIM SANTA ADÉLIA	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	GUAIANAZES L	240	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. OSCAR CAMARA, s/n x R. RICARTE LEITE ALVIM, s/n	GUAIANAZES	LESTE	29,0	ZC	0.7	2.0	SALGUEIRO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS	CONSÓRCIO URS BÜEHLER	MOVIMENTO TERRA DE DEUS, TERRA DE TODOS
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2018	ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q12 L12	42	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. VALDEMAR TIETZ, s/n x AV. ITAQUERA, s/n	ARTUR ALVIM	LESTE	20,0	ZEU	0.7	4.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL TEOTONIO VILELA	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q27 L08-09-10	142	47.05	2391.05			R. ALFREDO RICCI, s/n x R. INACIO DONATI, s/n	ITAQUERA	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	ARQ. VERA LUBANO ARQ. CLAUDIO LIVRERI	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CONSTRUIR	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q138 L09 (KANSAS)	65	49.75	1776.61			R. JOÃO BATISTA CONTI, s/n	CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	DRUCKER ARQUITETURA	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DE SÃO PAULO	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q138 L10 (MISSURI)	65	43.74	1507.72			R. JOÃO BATISTA CONTI, s/n	CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	DRUCKER ARQUITETURA	INSTITUTO INÁCIO MONTEIRO AÇÃO E CIDADANIA	INSTITUTO INÁCIO MONTEIRO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q138 L11	62	44.31	1561.46			R. JOÃO BATISTA CONTI, s/n	CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO SÃO PAULO DIFERENCIADO	MOVIMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR LESTE FORTE
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q161 L04	94	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. BARTOLOMEU FERRARI, s/n x R. CRISTÓVÃO DE SALAMANCA, s/n	CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO	LESTE	25,0	ZMIS	0.7	2.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO FORÇA JOVEM VILA MARA	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q182 L06B (CATANDUVA)	152	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. GUILHERME VALENCIA, s/n	CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO	LESTE	24,0	ZMIS	0.7	2.0	ENPLAN	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BARRO BRANCO IV	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	LAJEADO K	141	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. LEONILDA MAGRINI, 285	LAJEADO	LESTE	29,0	ZM	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB) CENTRO DE APOIO DE MORADORES 13 IRMÃOS DO JARDIM IMPERADOR ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA CIDADE LÍDER EM AÇÃO	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	LUIZ GAMA (FAVELA DO VIOLÃO Q01)	224	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. DO POETA, s/n x R. GODOFREDO FERRARI, s/n	JARDIM JULIETA	NORTE	15,5	ZEIS-2	0.7	4.0	QUALYFAST	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO ADOLESCENTE E FAMÍLIA "MUNDO NOVO"	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) PARCIALMENTE LICENCIADO PELA PMSP	2018	MUTIRÃO CAROLINA MARIA DE JESUS (BELÉM)	227	61.67 59.61 64.62	4637.40			R. TOLEDO BARBOSA, 202	BELÉM	LESTE	5,0	ZEIS-3	0.7	4.0	USINA CTAH	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) PARCIALMENTE LICENCIADO PELA PMSP	2018	PARQUE BOA ESPERANÇA I Q60 (FORTALEZA)	147	43.74	3323.00			R. AGUARICO, s/n	JARDIM AUGUSTO	LESTE	27,0	ZEIS-2	0.7	4.0	DRUCKER ARQUITETURA	INSTITUTO INÁCIO MONTEIRO AÇÃO E CIDADANIA	INSTITUTO INÁCIO MONTEIRO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) PROJETO NÃO INICIADO (PMSP)	2018	PARQUE BOA ESPERANÇA I Q62	254	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. AGUARICO, s/n	JARDIM AUGUSTO	LESTE	27,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NOVA TTS	SOCIEDADE DE APOIO À LUTA PELA MORADIA (SAM/MNLM)	MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA (MNLM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) PARCIALMENTE LICENCIADO PELA PMSP	2018	PARQUE BOA ESPERANÇA II Q37B (RESIDENCIAL DOS SONHOS)	85	44.68	4340.00			R. CURUMATIM, s/n	IGUATEMI	LESTE	27,0	ZEIS-1	0.7	2.5	DRUCKER ARQUITETURA	FÓRUM DOS MUTIRÕES DE SÃO PAULO INSTITUTO INÁCIO MONTEIRO AÇÃO E CIDADANIA	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	PARQUE IPÊ DONA DEDA	117	68.36 66.38	2211.05			R. PROFESSOR OSCAR CAMPIGLIA, s/n	CAMPO LIMPO	SUL	25,0	ZEIS-1	0.5	4.0	GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA)	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	PERUS M	140	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTR. DO PINHEIRINHO, s/n	PERUS	NORTE	30,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO CENTRAL COMUNITÁRIA DO CH BRASILÂNDIA B03 ASSOCIAÇÃO ANJOS DA PAZ DA VILA SANTISTA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO JARDIM PERY ALTO	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	PERUS N	307	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			ESTR. DO PINHEIRINHO, s/n	PERUS	NORTE	30,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO JARDIM PERY ALTO	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							REFORMA EM ANDAMENTO	2018	RESIDENCIAL CAMBRIDGE	121	43.89 57.25	2465.51			AV. NOVE DE JULHO, 216	BELA VISTA	CENTRO	1,0	ZEIS-3	0.7	4.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC)	MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC)
							CONSTRUÍDO	2018	RESIDENCIAL DANDARA (SÃO MATHEUS CONDOMÍNIO 1)	216	49.58	170.577.16			AV. BENTO GUELFI, 1800	JARDIM MARILU	LESTE	28,0	ZEIS-1	0.7	2.5	GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA) CONSTRUTORA SUGOI	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							CONSTRUÍDO	2018	ROSA PARKS (SANTA ETELVINA IIA 31H L14 - IGARAPÉ DO FRADE)	25	52.60 52.10	803.95			R. IGARAPÉ DO FRADE, Q31H L14	CIDADE TIRADENTES	LESTE	29,0	ZMISa	0.5	1.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	SANTA ETELVINA I/VI A Q18B L05	27	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. MANOEL NOSCOSO, s/n x R. RAFAEL DELLA MONICA, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	31,0	ZMISa	0.5	1.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DE MORADIA JARDIM CASA BRANCA II E ADJACÊNCIAS	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	SAN RAYMOND	276	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. JOAQUIM NAPOLEÃO MACHADO, 2013	CHÁCARA DAS CORUJAS	SUL	27,0	ZMa	0.5	1.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DE MORADIA DO PARQUE OTERO	NÃO INFORMADO

							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) INDEFERIDO (PMSP)	2018	SANTA ETELVINA I/VI A Q18F L01 (ANDORINHAS - CABREUVA)	40	45.28 47.03 47.09	1996.91			AV. DOS TÊXTEIS, s/n x AV. NAYLOR DE OLIVEIRA, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	29,0	ZMISa	0.5	1.0	SÓLIDA PROJETOS E OBRAS	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE DAS ANDORINHAS	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	SANTA ETELVINA I/VI A Q21A L05 (TÊXTEIS)	32	49.66 44.29	771.00			R. DOS TÊXTEIS, 655	CIDADE TIRADENTES	LESTE	30,0	ZMISa	0.5	1.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM) ASSOCIAÇÃO VIVER BEM NO CENTRO	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2018	SANTA ETELVINA II B 05 Q09 L127	192	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. SANTA TEREZA, s/n x ESTRADA DE SÃO SIMÃO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	30,0	ZEIS-1	0.7	2.5	ARQ. DANIEL ROSA	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							CONSTRUÍDO	2018	SÃO JOSÉ I (SERRA VERDE A - AGUDOS A)	228	43.02 44.29 41.66	4904.00			R. SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, s/n x R. LAGOA DE DENTRO, s/n x R. LAURO DE FREITAS, s/n	VILA SILVIA	LESTE	22,0	ZEIS-5	0.7	4.0	CEP ASSESSORIA TÉCNICA CASA 8 CONSTRUTORA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES IRMÃ LUCINDA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	SINFONIA ITALIANA - GRAJAÚ G	200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. SINFONIA ITALIANA, 22	JARDIM SÃO BERNARDO	SUL	28,0	ZMa	0.5	1.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO PRÓ-MORADIA DE TABOÃO DA SERRA	FEDERAÇÃO INTERMUNICIPAL DE MOVIMENTOS E ASSOCIAÇÕES PRÓ-MORADIA (FIMAPROM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 1	176	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. NESTOR FERREIRA DA ROCHA, s/n x R. DR. LUIZ BRANCO RIBEIRO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES NA LUTA POR JUSTIÇA	FRENTE DE LUTA PELA MORADIA (FLM)
									SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 2	112											CEI - FONTE DA UNÇÃO CELESTIAL	
									SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 3A	208											MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC)	
									SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 3B	208											ASSOCIAÇÃO DIAS MELHORES	
									SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 4A	336											ASSOCIAÇÃO DE AUXÍLIO MÚTUO DA REGIÃO LESTE (APOIO)	
									SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 4B	336											MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA DIGNA	
									SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 5	500											ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL 26 DE JULHO	
									SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 6	336											COMUNIDADE KOLPING SÃO FRANCISCO DE GUAIANAZES	
									SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 7A	304											PROJETECH PROJETOS TÉCNICOS E SOCIAIS	
									SÍTIO PAIOLZINHO LOTE 7B	304											ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO JARDIM IPANEMA	
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIADO PELA PMSP	2018	SONDA B	180	NÃO INFORMADO	4675.95			AV. SANATÓRIO, s/n x ROD. FERNÃO DIAS, s/n	JARDIM CABUCU	NORTE	16,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NORTE ASSESSORIA	ASSOCIAÇÃO DOS SEM TERRA DA ZONA NORTE	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2018	TEOTÔNIO VILELA / JARDIM SAPOPEMBA Q15 L17	32	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. ESQUIVEL NAVARRO, s/n x R. SIMPLICIANO OLIVO, s/n	JARDIM SAPOPEMBA	LESTE	17,5	ZMIS	0.7	2.0	DRUCKER ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VILA BANCÁRIA POR MORADIA POPULAR	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES) LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO (PMSP)	2018	TUPAROQUERA PORTO FELIZ B	176	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. NOVA TUPAROQUERA, s/n x R. POÇO DE PEDRA, s/n	JARDIM NOVO SANTO AMARO	SUL	22,0	ZEIS-1	0.7	2.5	CONSTRUTORA ITAJAÍ	FÓRUM DOS MUTIRÕES DE SÃO PAULO ASSOCIAÇÃO VENTO LESTE	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	CIDADE TIRADENTES AB I	106	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CACHOEIRA CORREA, s/n x R. ALVARO DA CONCEIÇÃO FAGUNDES CORREA, s/n	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMA	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	N	ASSOCIAÇÃO MORADORES DA CIDADE LÍDER EM AÇÃO	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	CIDADE TIRADENTES AB II	88	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CACHOEIRA DA PEDRA, s/n x R. CACHOEIRA MORENA, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	28,5	ZMIS	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECESP)	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	CIDADE TIRADENTES AC II	243	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. INÁCIO MONTEIRO, s/n x R. CACHOEIRA MORENA, s/n x R. RIO ITAPEMIRIM, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	28,0	ZMIS	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	FRENTE PAULISTA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	CIDADE TIRADENTES AD I	74	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. INÁCIO MONTEIRO, s/n x AV. DR. GUILHERME DE ABREU SODRÉ, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	27,5	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	CIDADE TIRADENTES AD III	248	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. INÁCIO MONTEIRO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	27,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE DO JARDIM SANTA ADÉLIA	CONSELHO COORDENADOR DAS ENTIDADES HABITACIONAIS DE SÃO PAULO (CONSEHAB)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	RESIDENCIAL PARQUE DO CARMO I	156	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. CHUBEI TAKAGASHI, 362	GUAIANAZES	LESTE	25,0	ZEIS-2	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	INSTITUTO SÃO PAULO DE AÇÃO VOLUNTÁRIA (SOCOTA) ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E ORIENTAÇÃO AO CONS./CONT. DE SP	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	IRMÃ MARIA LUIZA	28	47.13 47.23	441.15			R. GUINLE, s/n	VILA MONUMENTO	LESTE	5,5	ZEIS-3	0.7	4.0	FÁBRICA URBANA GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA)	MOVIMENTO DE MORADIA DA REGIÃO SUDESTE	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	SAN REYMOND B	276	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. JOSÉ MANOEL CAMISA NOVA, s/n	JARDIM LETÍCIA	SUL	20,0	ZEIS-1	0.7	2.5	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO DE MORADIA DO PARQUE OTERO	NÃO INFORMADO
							SELECIONADO PARA CONTRATAÇÃO (MCIDADES)	2018	RESIDENCIAL ESTER MONTEIRO DA SILVA	200	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			TV. PARTICULAR, s/n	SÃO MIGUEL	SUL	23,0	ZM	0.7	2.0	FÁBRICA URBANA	MOVIMENTO PRÓ-MORADIA MÁRIO LAGO	NÃO INFORMADO
							CONSTRUÍDO	**2018**	**ZILDA ARNS (SANTA ETELVINA IIA 37H L05 - IGARAPÉ DO ÍNDIO)**	**25**	**51.56 51.34 50.77 49.70 49.27 49.63**	**1180.52**			**R. IGARAPÉ DO ÍNDIO, Q37H L5**	**CIDADE TIRADENTES**	**LESTE**	**29,0**	**ZMISa**	**0.5**	**1.0**	**INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO**	**UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)**	**UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)**
							AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EM TERRENO PÚBLICO CONCEDIDA (MCIDADES)	2018	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. FREDERICO VON MARTIUS, Q49, L48	VILA MONUMENTO	LESTE	5,7	ZEIS-3	0.7	4.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO ESTRELA GUIA DOS MOVIMENTOS POR MORADIA DA REGIÃO SUDESTE	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES (CMP)
							AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EM TERRENO PÚBLICO CONCEDIDA (MCIDADES)	2018	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. VIGÁRIO JOÃO ÁLVARES, Q72, L10-11-11A-11B	VILA MONUMENTO	LESTE	5,5	ZM	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EM TERRENO PÚBLICO CONCEDIDA (MCIDADES)	2018	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			AV. DO JANGADEIRO, Q94, L02-04-06	JARDIM ANA LÚCIA	SUL	22,0	ZEUa	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO ESTRELA GUIA DOS MOVIMENTOS POR MORADIA DA REGIÃO SUDESTE	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES (CMP)
							AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EM TERRENO PÚBLICO CONCEDIDA (MCIDADES)	2018	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO			R. MARIANO PROCÓPIO, Q08, L10	VILA MONUMENTO	LESTE	5,0	ZM	0.7	2.0	NÃO INFORMADO	ASSOCIAÇÃO ESTRELA GUIA DOS MOVIMENTOS POR MORADIA DA REGIÃO SUDESTE	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES (CMP)

ANEXO II

Inventário das propostas selecionadas do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo



Foto: acervo UNMP, 2018

ÍNDICE

Barra Funda II - Cônego....6
Bresser VI....8
Bresser XIV....10
Cachoeira de Paulo Afonso I....11
Cachoeira de Paulo Afonso II....12
Cachoeira de Paulo Afonso III....13
Cachoeira de Paulo Afonso IV....14
Carlo Palavittino I....15
Carlo Palavittino II....16
Carlo Palavittino III....17
Edifício José Bonifácio....18
Favela do Violão Q02....19
Prestes Maia....20
Favela do Violão Q03....22
Forte do Rio Branco III L27....23
Forte do Rio Branco I L09....24
Forte do Rio Branco III L26....26
Forte do Rio Branco III L28....28
Forte do Rio Branco IV....30
Forte do Rio Branco V....31
Igarapé Mirim Lajeado....32
Itaquera IB Manoel Padre de Nóbrega Q16 L09....33
Itaquera IC Padre Manoel de Paiva Q06 L08 (Santa Bárbara)....34
Itaquera IC Padre Manoel de Paiva Q10 L05....35
Itaquera IC Padre Manoel de Paiva Q11 L07....36
Itaquera II/III José Bonifácio Q15 L05 (Itaquera I)....37

Itaquera IC Padre Manoel de Paiva Q12 L11 38
Itaquera II/III José Bonifácio Q29 L02 (Marília) 40
Itaquera II/III José Bonifácio Q34 L12 (Santa Terezinha) 42
Itaquera II/III José Bonifácio Q62 L08A 43
Itaquera II/III José Bonifácio Q138 L12 44
Itaquera II/III José Bonifácio Q158 L03 45
Itaquera II/III José Bonifácio Q180 L03 46
Jardim São Paulo I A Q56 L02 47
Jardim das Belezas (Chico Mendes) 48
João Gomes 50
Parque Boa Esperança I Q57 52
Parque Boa Esperança I Q58B 54
Parque Boa Esperança I Q59A 56
Parque Boa Esperança II Q52 57
Parque Boa Esperança II Q59B 58
Parque Boa Esperança I Q61 60
Parque Boa Esperança II Q56 62
Santa Etelvina I/VI A Q06A L02 63
Santa Etelvina IV A Q50 L1 (Miracatu) 64
São Francisco Prov. 8 Q130 L01 66
São Francisco Prov. 9 Q65 L02 67
Takao Minami A, B e C 68
Teotonio Vilela/Jardim Sapopemba Q16 L05 70
Vila Clarice 01, 02, 03 e 04 71
Aratimbó (Sacomã G) 72
Barro Branco II A Q37A L01-02-03 74

Barro Branco IIC Q37B L02-03 75
Chubei Takagashi 324 (Flor do Oriente I) 76
Conjunto Habitacional Juá Mirim 77
Condomínio Residencial João Paulo I 78
Estevão Rezende (Parque da Conquista) 80
Inácio Monteiro (Casa Branca) 81
Faixa de Gaza I e II 82
Fazenda do Carmo (Arroio Sarandi) 84
Guacuri I 86
Inácio Monteiro (Flor do Oriente) 88
Jardim Palmares 89
Jardim Celeste Q12 L03 (Dandara) 90
Itaquera IB José Bonifácio Q28 L05 (Res. Nossa Senhora de Fátima) 92
Joaquim Leal (Santa Luzia) 94
Moraes Prado I 95
Projeto Marinheiro 96
Tuparoquera Porto Feliz A 97
Residencial Nova Palestina 98
Adventista Q01A L06-07-08 100
Barra Funda I 102
Cachoeira de Paulo Afonso Condomínio V 104
Guaianazes L 105
Conjunto Residencial São José II (Agudos B) 106
Edifício Catumbi 108
Edifício General Rondon 110
Forte do Rio Branco I L10 (Casa Branca 2) 112
Forte do Rio Branco I L11 114

Itaquera IC Padre Manoel de Paiva Q12 L12 116
Itaquera II/III José Bonifácio Q161 L04 117
Itaquera II/III José Bonifácio Q27 L08-09-10 118
Itaquera II/III José Bonifácio Q138 L09 (Kansas) 120
Itaquera II/III José Bonifácio Q138 L10 (Missuri) 122
Itaquera II/III José Bonifácio Q138 L11 124
Itaquera II/III José Bonifácio Q182 L06B (Catanduva) 126
Lajeado K 127
Luiz Gama (Favela do Violão Q01) 128
Parque Boa Esperança I Q62 129
Mutirão Carolina de Jesus (Belém) 130
Parque Boa Esperança I Q60 (Fortaleza) 132
Parque Boa Esperança II Q37B (Residencial dos Sonhos) 134
Parque Ipê Dona Deda 136
Perus M 138
Perus N 139
Santa Etelvina I/VI A Q18B L05 140
San Raymond 141
Santa Etelvina I/VI A Q18F L01 (Andorinhas - Cabreúva) 142
Santa Etelvina I/VI A Q21A L05 (Têxteis) 144
Santa Etelvina IIB 05 Q09 L127 146
Sinfonia Italiana - Grajaú G 147
Sítio Paiolzinho Lotes 1, 2, 3A, 3B, 4A, 4B, 5, 6, 7A e 7B 148
Sonda B 149
Teotônio Vilela/Jardim Sapopemba Q15 L17 150
Tuparoquera Porto Feliz B 151

BARRA FUNDA II (CÔNEGO)

Ano: 2015

Endereço: R. Cônego Vicente Miguel Marino, s/n x R. Cruzeiro, s/n

Bairro: Barra Funda

Zona: Centro

Zoneamento (PDE): ZEIS-3

Distância até a Sé: Sprox. 6,5km

Área Terreno: 4.302,20m²

Número UH: 227

Área UH: 43,29m²

Entidade: Fórum dos Mutirões de São Paulo

Movimento: Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB)

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização

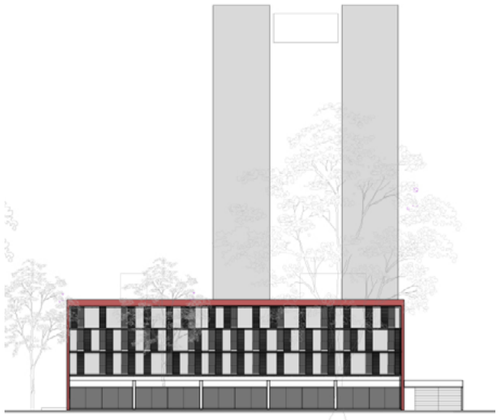


FIGURA 1
Elevação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[2] p.28

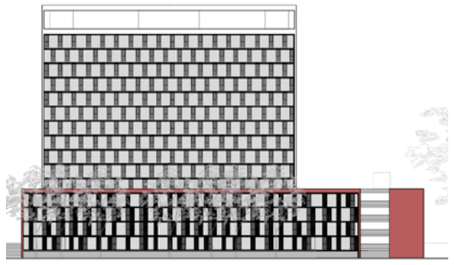


FIGURA 2
Elevação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[1] p.28

1. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
2. Idem a nota de rodapé 1.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[3]

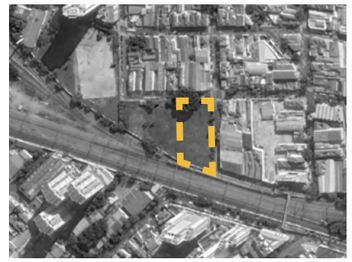


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 3.

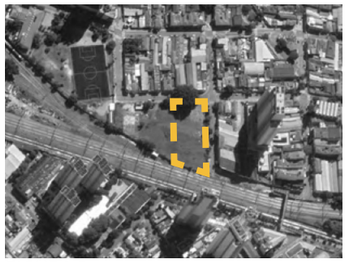


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 3.

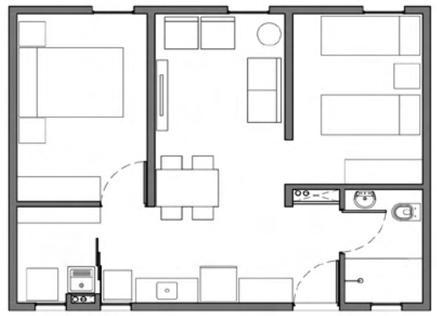


FIGURA 6
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[4] p.29

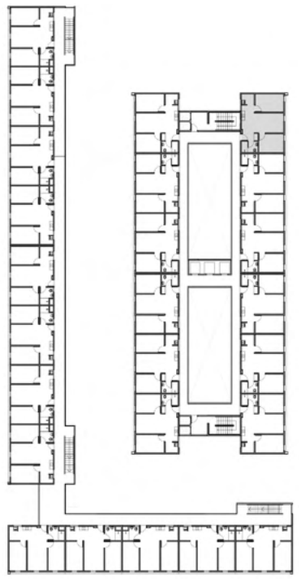


FIGURA 8
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[6] p.29

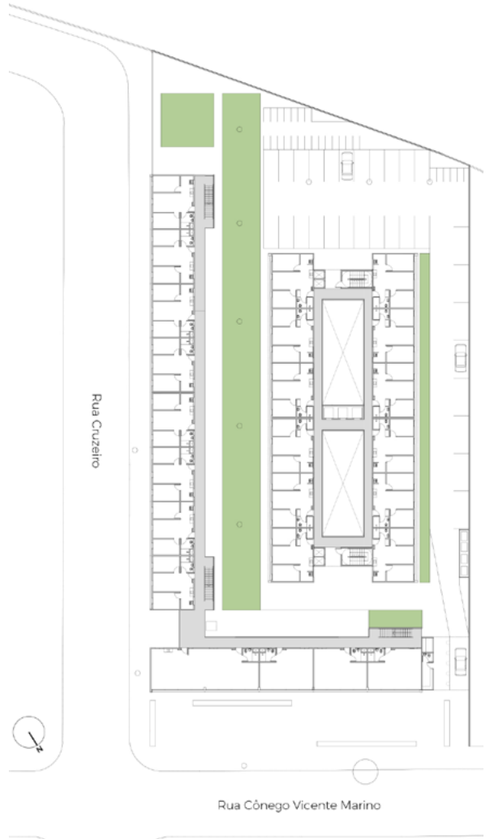


FIGURA 7
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[5] p.28

3. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 20.07.2020.
4. Idem a nota de rodapé 1.
5. Idem a nota de rodapé 1.
6. Idem a nota de rodapé 1.

BRESSER VI

Ano: 2015
Endereço: R. Visconde de Parnaíba, s/n
Bairro: Brás
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-3
Distância até a Sé: Aprox. 4,5km
Área Terreno: 3.403,96m²
Número UH: 210
Área UH: 48,80m²
Entidade: Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo
Movimento: Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB)
Assessoria: Fábrica Urbana
JC Vita Construtpora
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização

FIGURA 1
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[7] p.52

7. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.

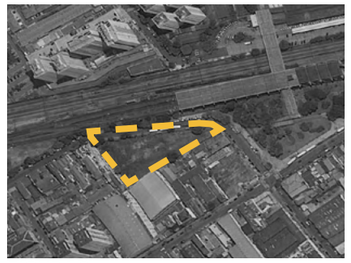


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[8]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 8.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: ver nota de rodapé 8.



FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[9] p.53



FIGURA 6
Elevação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[10] p.52



FIGURA 7
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[11] p.53

8. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 05.08.2020.
9. Idem a nota de rodapé 7.
10. Idem a nota de rodapé 7.
11. Idem a nota de rodapé 7.

BRESSER XIV

Ano: 2015
Endereço: R. Visconde de Parnaíba, s/n
Bairro: Brás
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-4
Distância até a Sé: Aprox. 4,5km
Área Terreno: 3.685,35m²
Número UH: 204
Área UH: Não informado
Entidade: Núcleo Centro Social Urs Belle
Movimento: Movimento Terra de Deus Terra de Todos
Assessoria: Salgueiro Construções e Serviços
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[12]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 12.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 12.

12. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 05.08.2020.

CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO I

Ano: 2015
Endereço: Tv. Cachoeira de Paulo Afonso, s/n
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 33,5km
Área Terreno: 56.920,00m² (total)
Número UH: 154
Área UH: Não informado
Entidade: Frente Paulista de Habitação Popular do Estado de São Paulo
Movimento: Não informado
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[13]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 13.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 13.

13. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO II

Ano: 2015
Endereço: Tv. Cachoeira de Paulo Afonso, s/n
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 33,5km
Área Terreno: 56.920,00m² (total)
Número UH: 210
Área UH: Não informado
Entidade: Clube de Mães Flor do Oriente
Movimento: Não informado
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[14]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 14.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 14.

14. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO III

Ano: 2015
Endereço: Tv. Cachoeira de Paulo Afonso, s/n
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 33,5km
Área Terreno: 56.920,00m² (total)
Número UH: 213
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Comunitária Vida Nova
Movimento: Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB)
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[15]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 15.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 15.

15. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO IV

Ano: 2015
Endereço: Tv. Cachoeira de Paulo Afonso, s/n
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 33,5km
Área Terreno: 56.920,00m² (total)
Número UH: 213
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Beneficente Clube de Mães Ação e Famílias
Movimento: Não informado
Assessoria: Brasil Projecta
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[16]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 16.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 16.

16. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

CARLO PALAVITTINO I

Ano: 2015
Endereço: Estr. de Taipas, 116
Bairro: Jardim Bandeirantes
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 23km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 76
Área UH: Não informado
Entidade: Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM)
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[17]

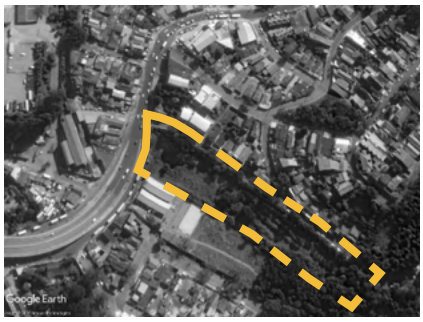


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 17.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 17.

17. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 10.08.2020.

CARLO PALAVITTINO II

Ano: 2015
Endereço: Estr. de Taipas, 116
Bairro: Jardim Bandeirantes
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 23km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 76
Área UH: Não informado
Entidade: Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[18]

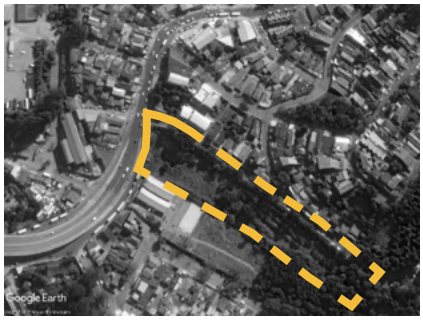


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 18.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 18.

18. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 10.08.2020.

CARLO PALAVITTINO III

Ano: 2015
Endereço: Estr. de Taipas, 116
Bairro: Jardim Bandeirantes
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 23km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 76
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Beneficente Vila Bancária por Moradia Popular
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[19]

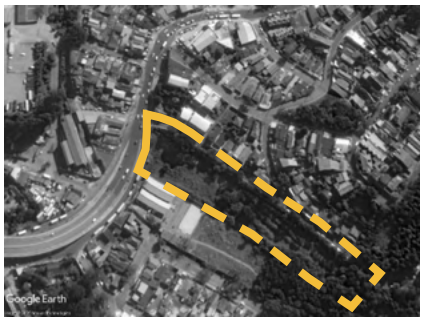


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 19.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 19.

19. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 10.08.2020.

EDIFÍCIO JOSÉ BONIFÁCIO

Ano: 2015
Endereço: R. José Bonifácio, 237
Bairro: Sé
Zona: Centro
Zoneamento (PDE): ZC
Distância até a Sé: Aprox. 0,5km
Área Terreno: 386,00m²
Número UH: 66
Área UH: Não informado
Entidade: Projetech Projetos Técnicos e Sociais
Movimento: Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR)
Assessoria: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais
Tipologia: Reforma de edifício
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização

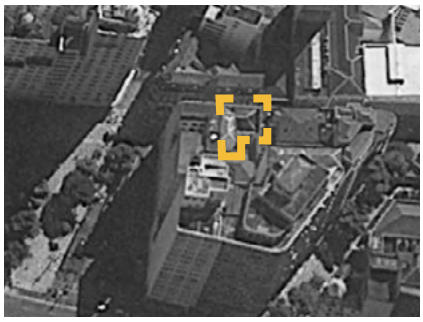


FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[20]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 20.

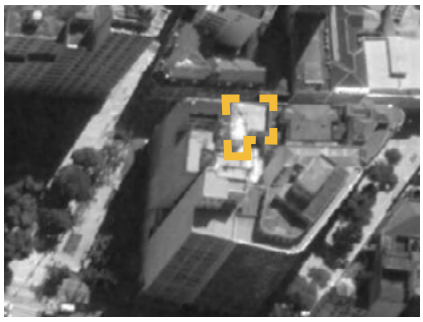


FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 20.

20. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

FAVELA DO VIOLÃO Q02

Ano: 2015
Endereço: Av. do Poeta, s/n x R. Godofredo Ferrari, s/n
Bairro: Jardim Julieta
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 15,5km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 300
Área UH: Não informado
Entidade: Centro de Promoção Humana e Cidadania
Movimento: Movimento pela Moradia Leste II
Assessoria: Sólida Projetos
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[21]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 21.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 21.

21. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

EDIFÍCIO PRESTES MAIA

Ano: 2015
Endereço: Av. Prestes Maia, 911
Bairro: Luz
Zona: Centro
Zoneamento (PDE): ZC
Distância até a Sé: Aprox. 2km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 283
Área UH: 27,00m² a 57,00m²
Entidade: Apoio Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste
Movimento: Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)
Assessoria: Urbania
Tipologia: Reforma de edifício
Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Ivaneti Araújo[22]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Ivaneti Araújo[23]



FIGURA 3 | Fachada Rua Brigadeiro Tobias
Fonte: MURAD, 2019[24] p.28

22. Disponível em: https://www.facebook.com/Neti1Araujo/photos/a.101171038071576/138979797624033/. Acesso em 10.08.2020.
23. Disponível em: https://www.facebook.com/Neti1Araujo/photos/a.101171038071576/138979797624033/. Acesso em 10.08.2020.
24. MURAD, J. (2019) Ocupação, uma alternativa de moradia? O caso Prestes Maia. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2012
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS[25]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 25.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 25.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: MURAD, 2019, p.179. Adaptada pela autora.[26]



FIGURA 8
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: MURAD, 2019, p.179. Adaptada pela autora.[27]



FIGURA 9 | Foto ocupação
Fonte: MURAD, 2019[28] p.280



FIGURA 10 | Foto ocupação
Fonte: MURAD, 2019[28] p.130



FIGURA 11 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Ivaneti Araújo.[29]

25. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 10.08.2020.
26. Idem a nota de rodapé 24.
27. Idem a nota de rodapé 24.
28. Idem a nota de rodapé 24.
29. Disponível em: https://www.facebook.com/Neti1Araujo/photos/a.101171038071576/138979797624033/. Acesso em 10.08.2020.

FAVELA DO VIOLÃO Q03

Ano: 2015
Endereço: Av. do Poeta, s/n x R. Godofredo Ferrari, s/n
Bairro: Jardim Julieta
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 15,5km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 300
Área UH: Não informado
Entidade: Associação de Moradores Irmã Lucinda
Movimento: Movimento pela Moradia Leste II
Assessoria: Sólida Projetos
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[30]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 30.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 30.

30. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

FORTE RIO BRANCO III L27

Ano: 2015
Endereço: R. Forte do Rio Branco, s/n
Bairro: São Mateus
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: 4.000,00m²
Número UH: 257
Área UH: Não informado
Entidade: Movimento Terra de Deus Terra de Todos
Movimento: Movimento Terra de Deus Terra de Todos
Assessoria: Salgueiro Construções e Serviços
Tipo: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[31]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 31.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 31.

31. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

FORTE RIO BRANCO I L09

Ano: 2015
Endereço: R. Forte do Rio Branco, s/n
Bairro: São Mateus
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: 4.000,00m²
Número UH: 154
Área UH: 50,56m²
Entidade: União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências
Movimento: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de São Paulo (CONSEHAB)
Assessoria: Arq. Edson Donizete
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização

FIGURA 1
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[32] p.15

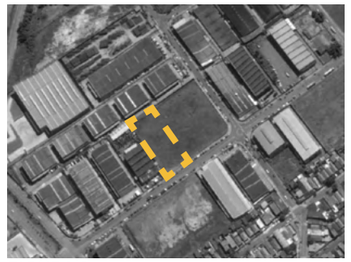


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[33]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 33.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 33.

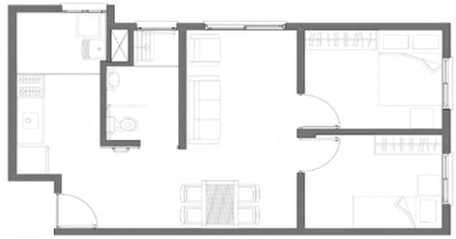


FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP,2016 [34] p.15

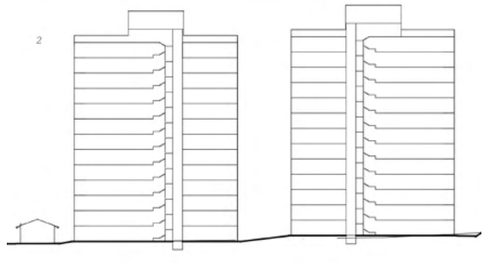


FIGURA 7
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP,2016 [35] p.14

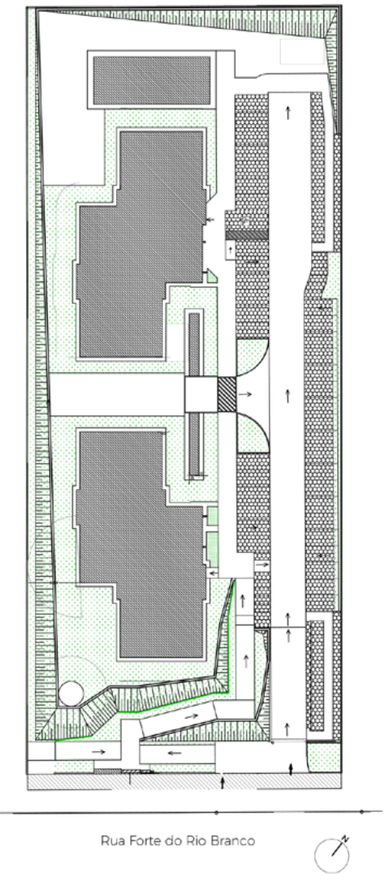


FIGURA 6
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016 [36] p.14

32. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.

33. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.07.2020.
34. Idem a nota de rodapé 32.
35. Idem a nota de rodapé 32.
36. Idem a nota de rodapé 32.

FORTE RIO BRANCO III L26 (RES. MARIA FELIPA)

Ano: 2015
Endereço: R. Forte do Rio Branco, s/n
Bairro: São Mateus
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: 3.969,00m²
Número UH: 200
Área UH: 58,45m²
Entidade: Projetech Projetos Técnicos e Sociais
Movimento: Movimento Sem Teto do Centro (MSTC)
Assessoria: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais
Tipologia: Construção nova
Situação: Parcialmente licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização

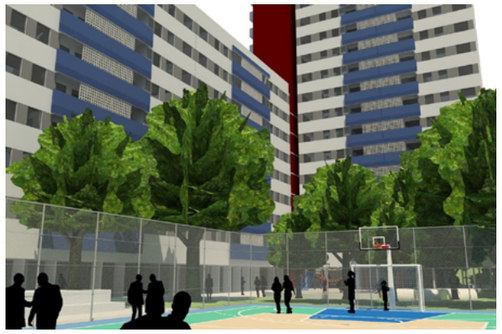


FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Peabiru TCA, 2016



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Peabiru TCA, 2016



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[39] p.61

37. Disponível em https://www.facebook.com/peabirutca/photos/a.765272680282072/765273060282034. Acesso em 17.07.2020
38. Disponível em https://www.facebook.com/peabirutca/photos/a.765272680282072/765272763615397. Acesso em 17.07.2020
39. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[40]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 40.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 40.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[41] p.61

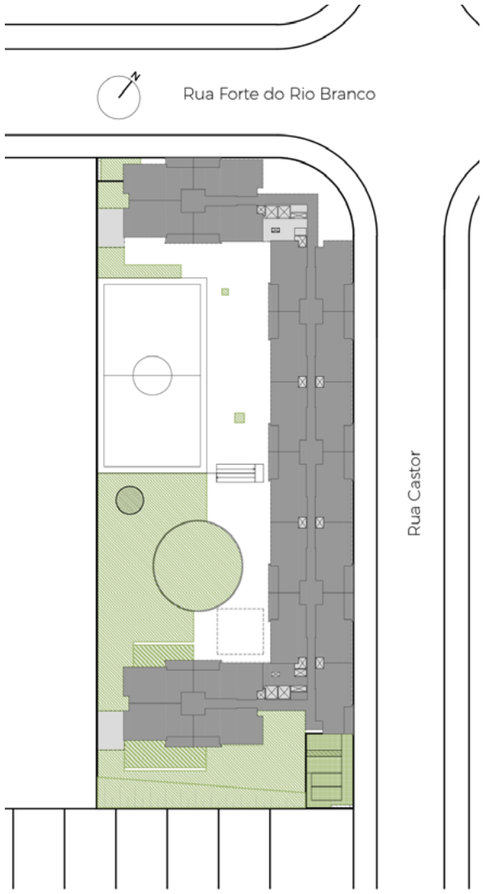


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[42]



FIGURA 9 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Peabiru TCA, 2016[43]



FIGURA 10 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Peabiru TCA, 2016[44]

40. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 17.07.2020.
41. Idem a nota de rodapé 39.
42. Idem a nota de rodapé 39.
43. Disponível em https://www.facebook.com/peabirutca/photos/a.765272680282072/765272986948708. Acesso em 17.07.2020.
44. Disponível em https://www.facebook.com/peabirutca/photos/a.765272680282072/765272950282045. Acesso em 17.07.2020.

FORTE RIO BRANCO III L28

Ano: 2015
Endereço: R. Forte do Rio Branco, s/n
Bairro: São Mateus
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: 4.000,00m²
Número UH: 200
Área UH: 47,24m²
Entidade: Associação dos Sem Terra COHAB Juscelino
Movimento: Movimento de Moradia de São Paulo
Assessoria: Brasil Projecta
Tipologia: Construção nova
Situação: Parcialmente licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[45] p.23

45. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[46]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 46.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 46.

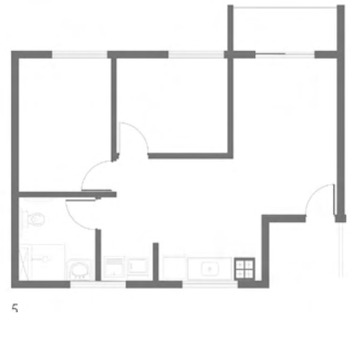


FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[47] p.23

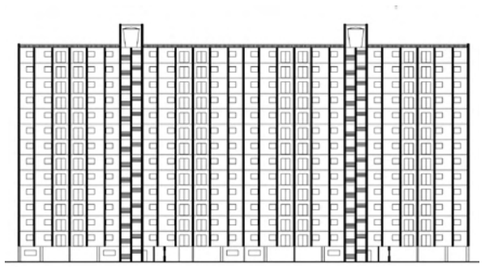


FIGURA 7
Elevação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[49] p.22

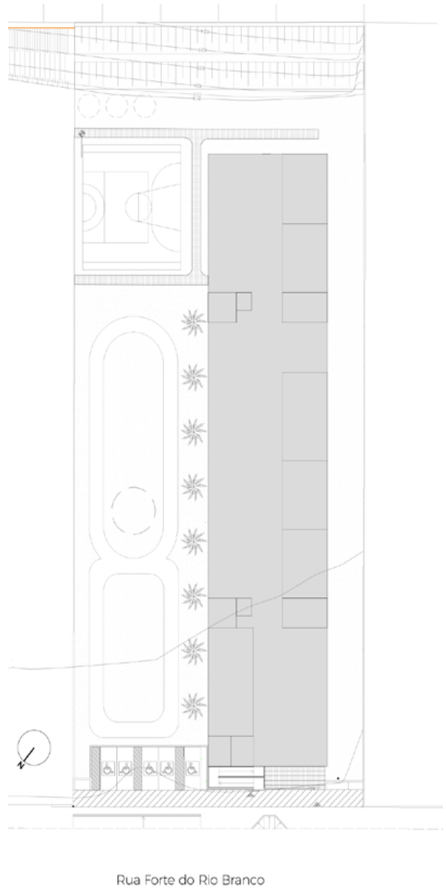


FIGURA 6
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[48] p.23

46. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 17.07.2020.
47. Idem a 46.
48. Idem a 46.
49. Idem a 46.

FORTE RIO BRANCO IV

Ano: 2015
Endereço: R. Forte do Rio Branco, 517
Bairro: Parque São Lourenço
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 154
Área UH: Não informado
Entidade: Núcleo Betel
Movimento: Movimento Terra de Deus Terra de Todos
Assessoria: Salgueiro Construções e Serviços
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[50]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 50.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 50.

50. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

FORTE RIO BRANCO V

Ano: 2015
Endereço: R. Forte do Rio Branco, 05
Bairro: Parque São Lourenço
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZPI-1
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 216
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Comunitária Filhos da Terra
Movimento: Movimento Terra de Deus Terra de Todos
Assessoria: Salgueiro Construções e Serviços
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[51]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 51



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 52.

51. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

IGARAPÉ MIRIM LAJEADO

Ano: 2015

Endereço: R. Igarapé Mirim, 154

Bairro: Lajeado

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEUP

Distância até a Sé: Aprox. 28km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 154

Área UH: Não informado

Entidade: Federação das Entidades Comunitárias do Estado de São Paulo (FECESP)

Movimento: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de São Paulo (CONSEHAB)

Assessoria: Arquiteto Edson Donizete

Tipologia: Construção nova

Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[52]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 52.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 52.

52. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 06.08.2020.

ITAQUERA IB PADRE MANOEL DE NÓBREGA Q16 L09

Ano: 2015

Endereço: Av. Waldemar Tietz, s/n x Av. Padre Estanislau de Campos, s/n

Bairro: Artur Alvim

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZM

Distância até a Sé: Aprox. 19km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 152

Área UH: Não informado

Entidade: Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia

Movimento: Não informado

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[53]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 53.

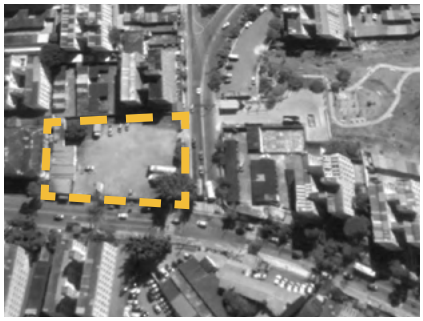


FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 53.

53. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 31.07.2020.

ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q06 L08 (SANTA BÁRBARA)

Ano: 2015
Endereço: R. Andréa Feliciano, s/n
Bairro: Artur Alvim
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZMIS
Distância até a Sé: Aprox. 19km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 100
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Pastoral da Moradia Leste II
Movimento: Movimento pela Moradia Leste II
Assessoria: CEP Assessoria
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[54]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 54.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 54.

54. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 06.08.2020.

ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q10 L05

Ano: 2015

Endereço: R. Domênico Melli, s/n x R. Estéffano Fillippini, s/n

Bairro: Artur Alvim

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEU

Distância até a Sé: Aprox. 19km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 86

Área UH: Não informado

Entidade: Associação dos Moradores da Vila Nelson Cruz

Movimento: Não informado

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[55]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 55.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 55.

55. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 31.07.2020.

ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q11 L07

Ano: 2015
Endereço: Av. Waldemar Tietz, s/n x R. Domênico Melli, s/n
Bairro: Artur Alvim
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEU
Distância até a Sé: Aprox. 20km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 40
Área UH: Não informado
Entidade: Associação São Paulo Diferenciado
Movimento: Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB)
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[56]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 56.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 56.

56. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 31.07.2020.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q15 L05 (ITAQUERA I)

Ano: 2015
Endereço: R. Virginia Ferni, 1348
Bairro: Itaquera
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZMIS
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 76
Área UH: Não informado
Entidade: Pastoral Social
Movimento: Movimentos Terra de Deus Terra de Todos
Assessoria: Salgueiro Construções e Serviços
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[57]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 57.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 57.

57. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 21.07.2020.

ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q12 L11

Ano: 2015
Endereço: Av. Itaquera, s/n x R. Domênico Melli, s/n
Bairro: Artur Alvim
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEU
Distância até a Sé: Aprox. 20km
Área Terreno: 1.902,50m²
Número UH: 36
Área UH: 47,50m²
Entidade: Associação dos Mutuários e Moradores da COHAB I (AMMO)
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Fernando Onuki Arquitetos Associados
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização

FIGURA 1
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[58] p.40



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[59]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 59.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 59.



FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[60] p.40

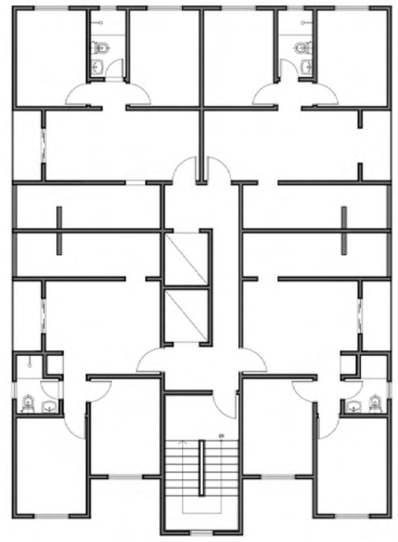


FIGURA 6
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[61] p.40

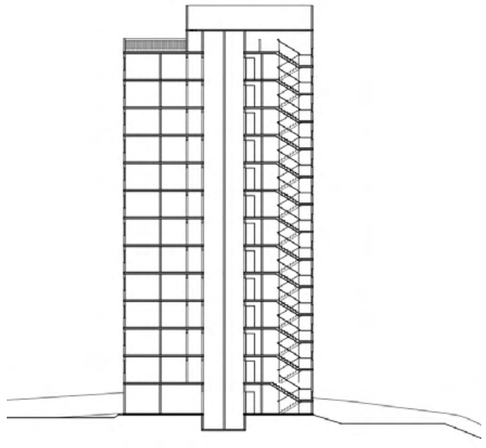


FIGURA 7
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[62] p.40

58. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.

59. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 21.07.2020.
60. Idem a nota de rodapé 60.
61. Idem a nota de rodapé 60.
62. Idem a nota de rodapé 60.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q29 L02 (MARÍLIA)

Ano: 2015

Endereço: R. Virginia Ferni, s/n x R. Gilberto Randon, s/n

Bairro: Itaquera

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 1.839,24m²

Número UH: 100

Área UH: Tipo A: 51,61m²
Tipo B: 52,03m²
Tipo C: 52,38m²

Entidade: Associação Santa Zita

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano

Tipologia: Construção nova

Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização

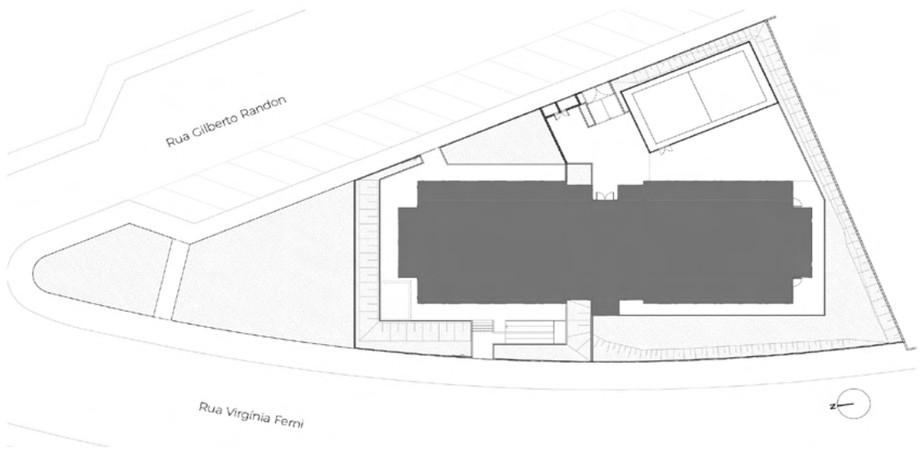


FIGURA 1 | Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[63] p.48

63. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[64]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 64.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 64.

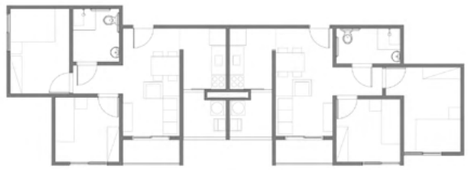


FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[65] p.49



FIGURA 6 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[66] p.48



FIGURA 7
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[67] p.49

64. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 28.05.2020.
65. Idem a nota de rodapé 64.
66. Idem a nota de rodapé 64.
67. Idem a nota de rodapé 64.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q34 L12 (SANTA TEREZINHA)

Ano: 2015

Endereço: R. Anselmo Rodrigues, s/n x R. Angelo Andrade, s/n

Bairro: Itaquera

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMIS

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 79

Área UH: Não informado

Entidade: Associação Mulheres da Columbia

Movimento: Não informado

Assessoria: Arq. Edson Donizete

Tipologia: Construção nova

Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[68]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 68.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 68.

68. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 22.07.2020.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q62 L08A

Ano: 2015
Endereço: R. Rio Imburana, s/n
Bairro: Itaquera
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEU
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 20
Área UH: Não informado
Entidade: Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Casa Branca
Movimento: Não informado
Assessoria: arq. Lidiane
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[69]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 69.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 69.

69. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 22.07.2020.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q138 L12

Ano: 2015
Endereço: Av. Professor João Batista Conti, s/n
Bairro: Conjunto Habitacional José Bonifácio
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZMIS
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 76
Área UH: Não informado
Entidade: Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Andorinhas
Movimento: Não informado
Assessoria: Sólida Projeto e Obras
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno,
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[70]



FIGURA 2
Vista aérea terreno,
Fonte: Ver nota de rodapé 70.



FIGURA 3
Vista aérea terreno,
Fonte: Ver nota de rodapé 70.

70. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 22.07.2020.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q158 L03

Ano: 2015
Endereço: R. Bartolomeu Ferrari, s/n x R. Luciano Bazor, s/n
Bairro: Conjunto Habitacional José Bonifácio
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZMIS
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 20
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Comunitária do Movimento Popular Social
Movimento: Não informado
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[71]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 71.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 71.

71. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 23.07.2020.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q180 L03

Ano: 2015

Endereço: Av. Professor João Batista Conti, s/n x R. Bento dos Réis, s/n

Bairro: Vila Brasil

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMIS

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 20

Área UH: Não informado

Entidade: Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Parque das Andorinhas

Movimento: Não informado

Assessoria: Sólida Projeto e Obras

Tipologia: Construção nova

Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[72]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 72.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 72.

72. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 23.07.2020.

JARDIM SÃO PAULO IA Q56 L02

Ano: 2015
Endereço: R. Inácio Monteiro, s/n x R. 47, s/n
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 30km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 49
Área UH: Não informado
Entidade: Associação dos Sem Terra COHAB Juscelino
Movimento: Movimento de Moradia de São Paulo
Assessoria: Brasil Projecta
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[73]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 73.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 73.

73. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

JARDIM DAS BELEZAS (CHICO MENDES)

Ano: 2015
Endereço: R. Cândido das Neves, s/n Q67 L147
Bairro: Vila das Belezas
Zona: Sul
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 22km
Área Terreno: 4.936,00m²
Número UH: 242
Área UH: 53,43m²
Entidade: Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio
Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
Assessoria: Grupo Técnico de Apoio (GTA)
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[74]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[75]



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[76]

74. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1268549093228604/1268539283229585. Acesso em 07.08.2020.
75. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1268549093228604/1268537906563056. Acesso em 07.08.2020.
76. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1268549093228604/1268541783229335. Acesso em 07.08.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[77]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 77.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 77.

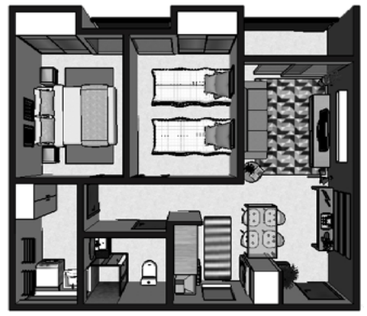


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017. [78] Adaptada pela autora.

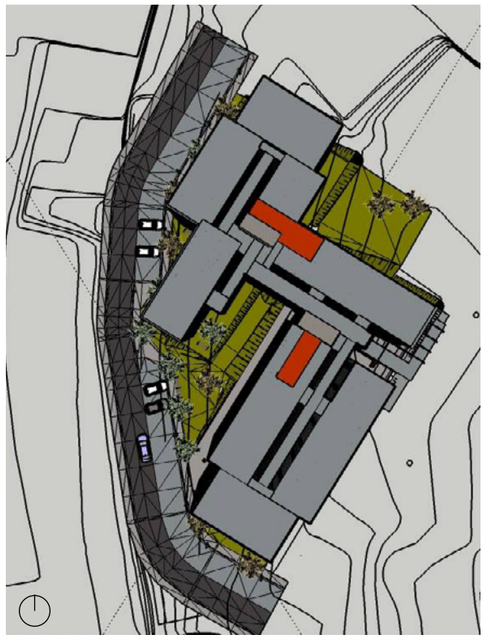


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[79]



FIGURA 9 | Perspectiva
Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[80]



FIGURA 10 | Foto assembleia
Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[81]

77. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.
78. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1268549093228604/1268546686562178. Acesso em 07.08.2020.
79. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1268549093228604/1268538749896305. Acesso em 07.08.2020.
80. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1268549093228604/1268541556562691. Acesso em 07.08.2020.
81. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1268549093228604/1268537696563077. Acesso em 07.08.2020.

JOÃO GOMES

Ano: 2015
Endereço: Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 13.255
Bairro: Pirituba
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 31km
Área Terreno: 16.324,00m²
Número UH: 300
Área UH: Tipo A: 54,15m²
Tipo B: 55,86m²
Entidade: Associação dos Trabalhadores por Moradia da Parada de Taipas
Movimento: Não informado
Assessoria: Atitude Urbana
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Vídeo canal Youtube Carlos Vaz, 2017.[82]



FIGURA 2 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 82.

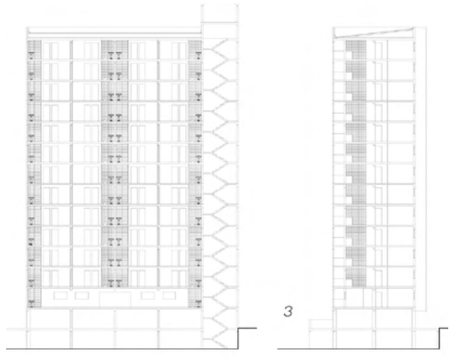


FIGURA 3
Cortes esquemáticos | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[83] p.18

82. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uXtrW36f8aU. Acesso em 20.07.2020.
83. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[84]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 84.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 84.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[85] p.19

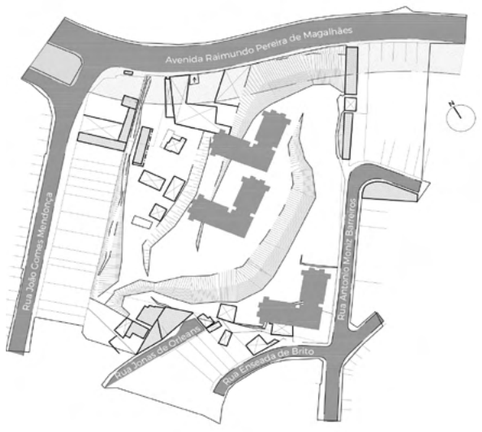


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[86] p.18

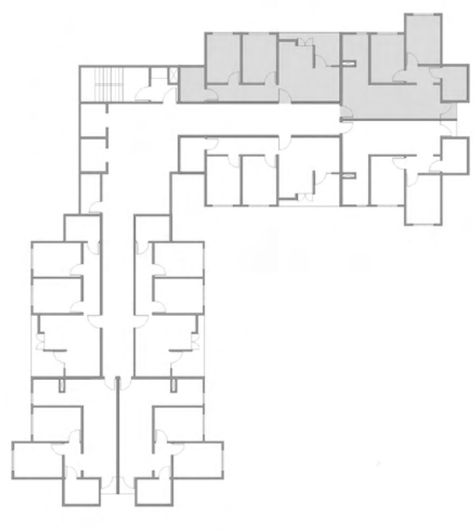


FIGURA 9
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[87] p.19



FIGURA 10 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 82.

84. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 20.07.2020.
85. Idem a nota de rodapé 83.
86. Idem a nota de rodapé 83.
87. Idem a nota de rodapé 83.

PARQUE BOA ESPERANÇA I Q57

Ano: 2015

Endereço: R. Aguarico, s/n

Bairro: Jardim Augusto

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-2

Distância até a Sé: Aprox. 27km

Área Terreno: 4.127,90m²

Número UH: 60

Área UH: Tipo A: 42m²
Tipo B: 48m²
Tipo C: 68m²

Entidade: União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: B Arquitetos

Tipologia: Construção nova

Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site B Arquitetos, 2020.[88]



FIGURA 2 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 88.



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 88.

88. Disponível em: http://www.be.arq.br/projeto.php?id=43. Acesso em 24.07.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[89]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 89.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 89.

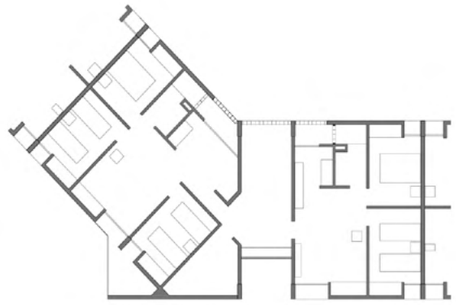


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[90] p.21

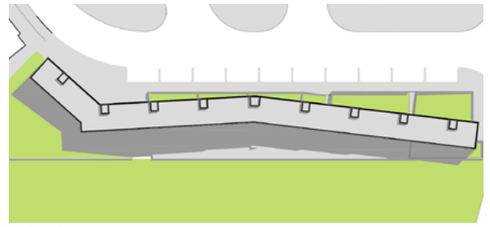


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[91] p.20

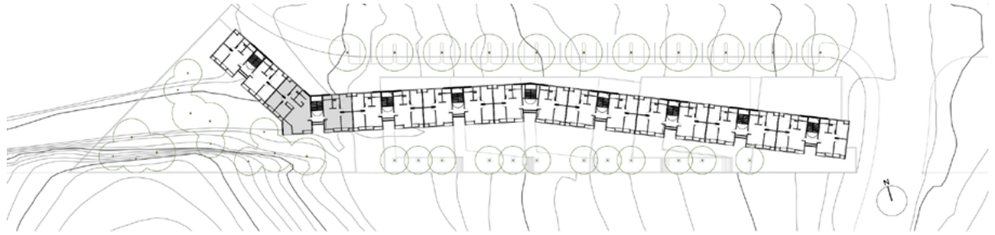


FIGURA 9
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[92] p.20

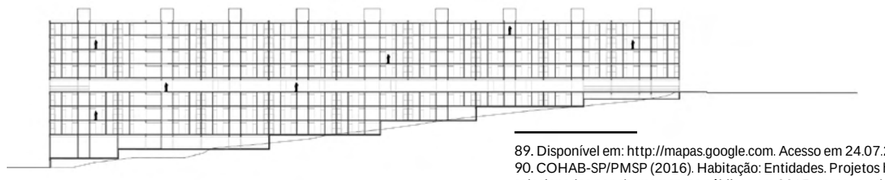


FIGURA 10
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[93] p.21

89. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 24.07.2020.
90. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
91. Idem a nota de rodapé 90.
92. Idem a nota de rodapé 90.
93. Idem a nota de rodapé 90.

PARQUE BOA ESPERANÇA I
Q58B

Ano: 2015
Endereço: R. Aguarico, s/n
Bairro: Jardim Augusto
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 27km
Área Terreno: 4.097,74m²
Número UH: 154
Área UH: 49,01m²
Entidade: Associação Beneficente Casa Irmãs de Nazareth
Movimento: Não informado
Assessoria: ELJ Construções
Arq. Vânia
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Elevação esquemática | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[94] p.38

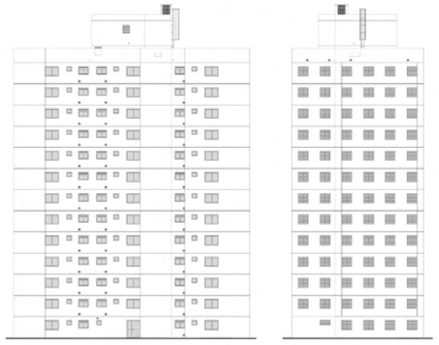


FIGURA 2
Elevação esquemática | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[95] p.38

94. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
95. Idem a nota de rodapé 94.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[96]



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 96.



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 96.

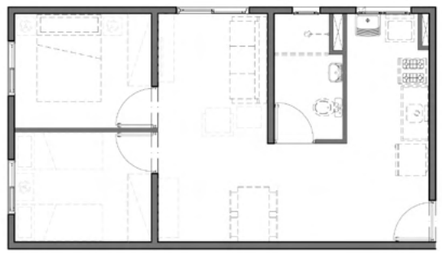


FIGURA 6
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[97] p.39



FIGURA 7
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[98] p.39

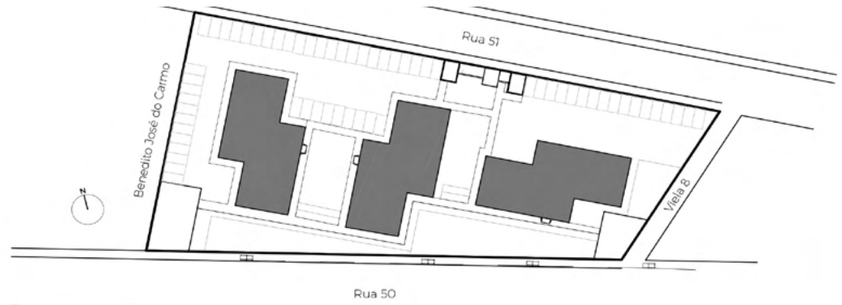


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[99] p.38

96. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 24.07.2020.
97. Idem a nota de rodapé 94.
98. Idem a nota de rodapé 94.
99. Idem a nota de rodapé 94.

PARQUE BOA ESPERANÇA I
Q59A L01

Ano: 2015
Endereço: R. Aguarico, s/n
Bairro: Jardim Augusto
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 27km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 20
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Beneficente Amigos do Boqueirão
Movimento: Não informado
Assessoria: Alencar Projetos
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[100]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 100.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 100.

100. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 24.07.2020.

PARQUE BOA ESPERANÇA II
Q52

Ano: 2015
Endereço: R. Curumatim, s/n
Bairro: Iguatemi
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 27km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 160
Área UH: Não informado
Entidade: Grupo de Articulação para Conquista de Moradia para o Idoso da Capital (GARMIC)
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Ambiente Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[101]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 101.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 101.

101. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 24.07.2020.

PARQUE BOA ESPERANÇA I
Q59B

Ano: 2015
Endereço: R. Aguarico, s/n
Bairro: Jardim Augusto
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 27km
Área Terreno: 3.323,20m²
Número UH: 154
Área UH: 47,50m²
Entidade: Associação dos Mutuários e Moradores da COHAB I (AMMO)
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Fernando Onuki Arquitetos Associados
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Elevações | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[102] p.41

102. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[103]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 103.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 103.

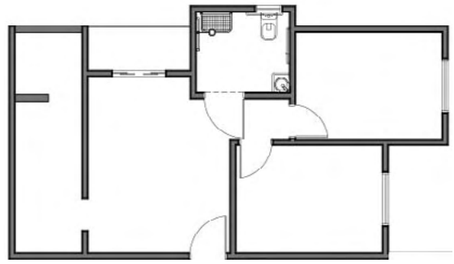


FIGURA 5
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[104] p.41. Adaptada pela autora.

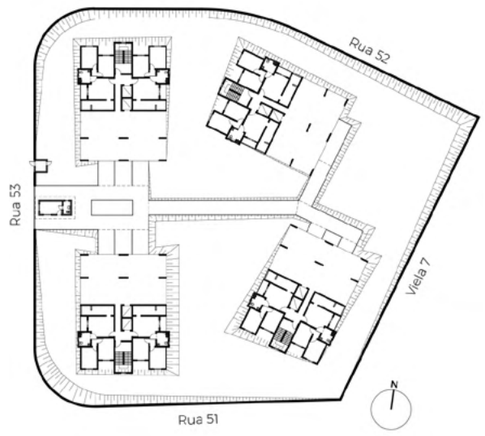


FIGURA 6
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[105] p.41

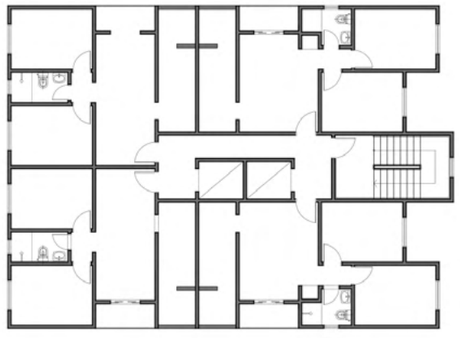


FIGURA 7
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[106] p.41

103. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.07.2020.
104. Idem a nota de rodapé 102.
105. Idem a nota de rodapé 102.
106. Idem a nota de rodapé 102.

PARQUE BOA ESPERANÇA I
Q61

Ano: 2015

Endereço: R. Aguarico, s/n

Bairro: Jardim Augusto

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-2

Distância até a Sé: Aprox. 27km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 263

Área UH: Tipo A: 59,81m²
Tipo B: 54,29m²

Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Escola da Cidade

Tipologia: Construção nova

Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)



SP | Localização

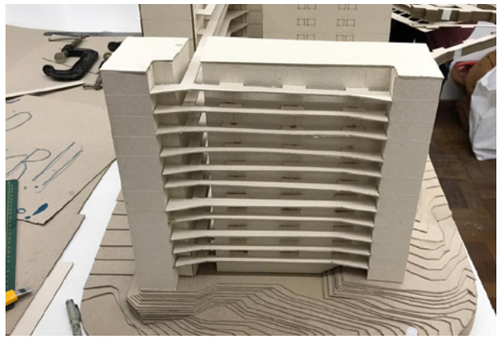


FIGURA 1 | Foto maquete
Fonte: Página ATHIS, 2020.[107]



FIGURA 3 | Foto reunião de projeto
Fonte: Ver nota de rodapé 107.



FIGURA 2 | Foto maquete
Fonte: Ver nota de rodapé 107.

107. Disponível em: https://www.athis.org.br/forum-athis/?fbclid=IwAR3PHqnXE6NkUv-uzAZdJ_IKWiD-mCkpIgJkUT6ItJeFnuRwBYXbZ_aI_w0. Acesso em 28.07.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[108]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 108.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 108.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Página Facebook MST Leste I, 2020.[109]



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: ver nota de rodapé 107.

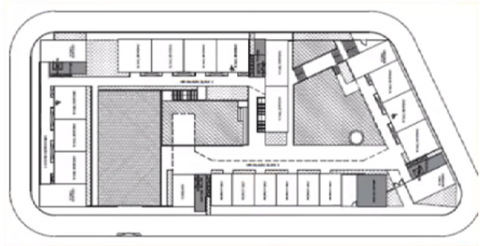


FIGURA 8
Planta baixa pavimento térreo | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 109.



FIGURA 8
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 109



FIGURA 11 | Foto visita terreno
Fonte: Ver nota de rodapé 109.

108. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 28.07.2020.
109. Disponível em: https://www.facebook.com/mstleste1/videos/276117683646472. Acesso em 28.07.2020.

PARQUE BOA ESPERANÇA II
Q56

Ano: 2015
Endereço: R. Curumatim, s/n
Bairro: Iguatemi
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 27km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 110
Área UH: Não informado
Entidade: Grupo de Articulação para Conquista de Moradia para o Idoso da Capital (GARMIC)
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Ambiente Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[110]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 110.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 110.

110. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.07.2020.

SANTA ETELVINA I/VI A Q06A L02

Ano: 2015

Endereço: Av. dos Têxteis, s/n

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMISa

Distância até a Sé: Aprox. 30km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 20

Área UH: Não informado

Entidade: Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Parque das Andorinhas

Movimento: Não informado

Assessoria: Sólida Projetos e Obras

Tipologia: Construção nova

Situação: Em projeto (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[111]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 111.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 111.

111. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 04.08.2020.

SANTA ETELVINA IV A Q50A L01 (MIRACATU)

Ano: 2015
Endereço: R. Francisco José Viana, s/n
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 32km
Área Terreno: 4.581,56m²
Número UH: 98
Área UH: Tipo A: 43,02m²
Tipo B: 44,29m²
Tipo C: 41,56m²
Entidade: Associação Pastoral da Moradia Leste II
Movimento: Movimento pela Moradia Leste II
Assessoria: CEP Assessoria
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 7
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[112] p.27

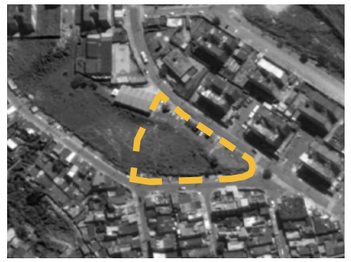


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[113]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 113.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 113.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[114] p.27

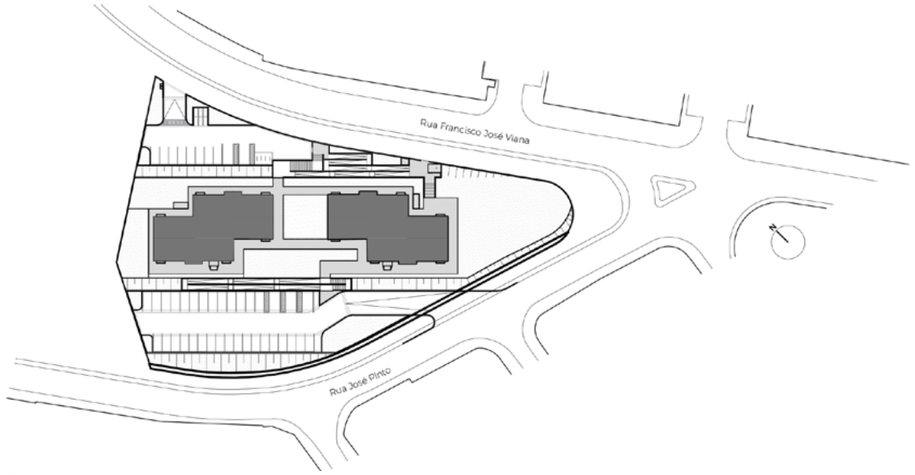


FIGURA 7
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[115] p.27

112. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.

113. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 05.08.2020.
114. Idem a nota de rodapé 112.
115. Idem a nota de rodapé 112.

SÃO FRANCISCO PROV. 8
Q130 L01

Ano: 2015

Endereço: R. Bandeira de Aracambi, s/n x R. das Flores, s/n

Bairro: Jardim Rodolfo Pirani

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1

Distância até a Sé: Aprox. 27km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 300

Área UH: Não informado

Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Não informado

Tipologia: Construção nova

Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[116]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 116.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 116.

116. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 08.08.2020.

SÃO FRANCISCO PROV. 9
Q65 L02

Ano: 2015
Endereço: R. Bandeira de Aracambi, s/n x R. das Flores, s/n
Bairro: Jardim Rodolfo Pirani
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 27km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 40
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Nova Esperança São Francisco
Movimento: Não informado
Assessoria: Brasil Projecta
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[117]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 117.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 117.

117. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 08.08.2020.

TAKAO MINAMI A, B E C (ANECY ROCHA)

Ano: 2015

Endereço: R. Takao Minami, s/n x R. Anecy Rocha, s/n

Bairro: Iguatemi

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-2

Distância até a Sé: Aprox. 29km

Área Terreno: 49.986,50m²

Número UH: 952

Área UH: Tipo A: 55,70m²
Tipo B: 56,06m²

Entidade: Centro de Promoção de Resgate e Cidadania do Grajaú Paulo VI (CEPROGIC)

Movimento: União dos Movimentos pela Moradia (UMM)

Assessoria: Grupo Técnico de Apoio

Tipologia: Construção nova

Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[118]



FIGURA 2 |
Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[119]



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[120]

118. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1309692152447631/1309686322448214. Acesso em 31.07.2020.
119. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1309692152447631/1309685209114992. Acesso em 31.07.2020.
120. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1309692152447631/1309686745781505. Acesso em 31.07.2020.

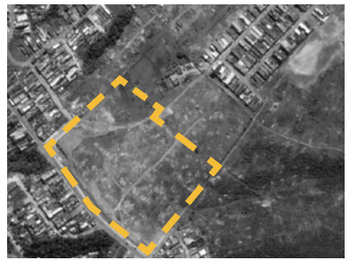


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[121]

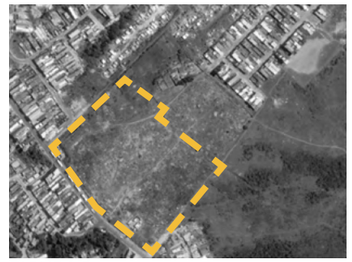


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 121.

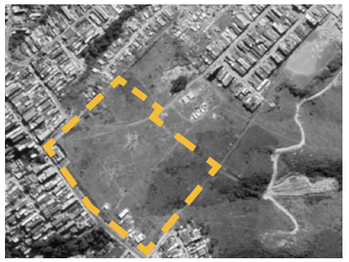


FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 121.

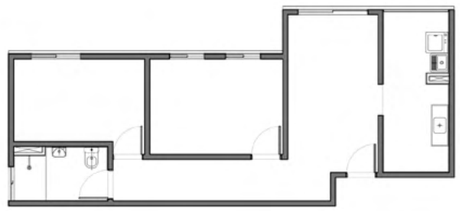


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[122] p.45

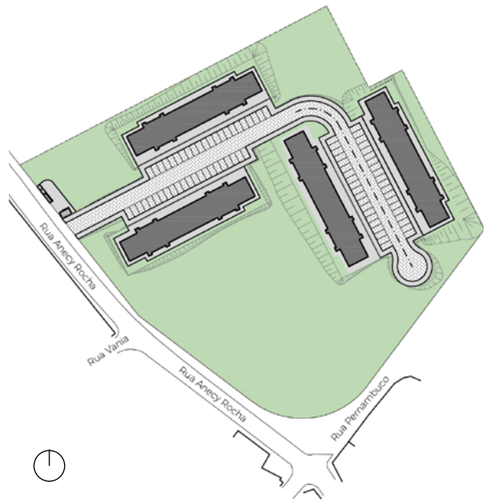


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[123] p.44



FIGURA 9 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook GTA -Grupo Técnico de Apoio.[124]

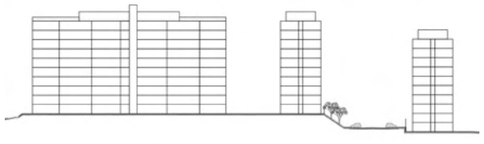


FIGURA 10 | Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[125] p.44

121. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 31.07.2020.
122. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
123. Idem a nota de rodapé 122.
124. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1309692152447631/1309684445781735. Acesso em 31.07.2020.
125. Idem a nota de rodapé 122.

TEOTÔNIO VILELA/JARDIM SAPOPEMBA Q16 L05

Ano: 2015
Endereço: Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 1396
Bairro: Jardim Sapopemba
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZMIS
Distância até a Sé: Aprox. 18km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 36
Área UH: Não informado
Entidade: Associação de Mutirantes Jardim das Graças
Movimento: Não informado
Assessoria: Peabiru Trabalhos Técnicos e Ambientais
Tipologia: Construção nova
Situação: Custódia (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2012
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[126]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 126.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 126.

126. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 06.08.2020.

VILA CLARICE 01, 02, 03 E 04

Ano: 2015

Endereço: Av. Doutor Felipe Pinel, s/n

Bairro: Vila Pirituba

Zona: Norte

Zoneamento (PDE): ZEIS-2

Distância até a Sé: Aprox. 19km

Área Terreno: 136.000,00m²

Número UH: 640 (total)

Área UH: Não informado

Entidade: Associação Moradores do Jardim Ipanema (01)
Associação Anjos da Paz da Vila Santista (02)
Associação por Habitação com Dignidade (03)
Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (04)

Movimento: Frente de Luta pela Moradia (FLM)

Assessoria: Ambiente Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[127]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 127.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 127.

127. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 06.08.2020.

ARATIMBÓ (SACOMÃ G)

Ano: 2016
Endereço: R. Aratimbó, 389
Bairro: Vila Liviero
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 17km
Área Terreno: 9.341,91m²
Número UH: 254
Área UH: Não informado
Entidade: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ipiranga Casa Dez
Movimento: Movimento de Moradia de SP
Assessoria: Nova TTS Gerenciamento Projetos Qualyfast
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (mai/16)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Cddca dez movimento,2016.[128]



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Cddca dez movimento, 2016.[130]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Cddca dez movimento, 2016.[129]

128. Disponível em: https://www.facebook.com/Cddca-dez-movimento-101575300033868/photos/472081579649903. Acesso em 14.07.2020.
129. Disponível em: https://www.facebook.com/Cddca-dez-movimento-101575300033868/photos/304652903059439. Acesso em 14.07.2020.
130. Disponível em: https://www.facebook.com/Cddca-dez-movimento-101575300033868/photos/325064747684921. Acesso em 14.07.2020.

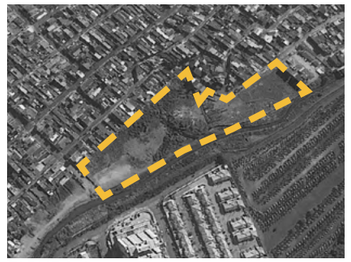


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[131]

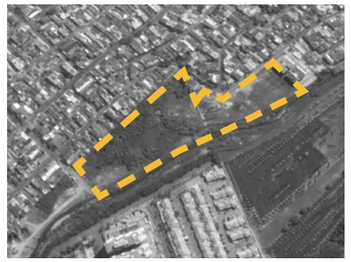


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 131.

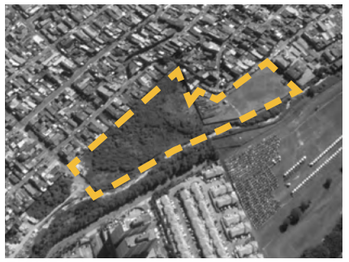


FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 131.

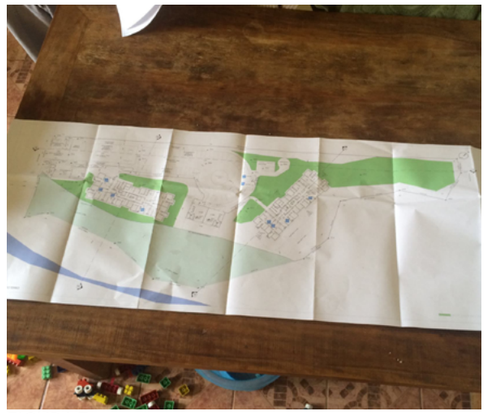


FIGURA 7
Foto implantação
Fonte: Página Facebook Cddca dez movimento, 2016.[132]



FIGURA 8 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Cddca dez movimento, 2016.[133]



FIGURA 9 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Cddca dez movimento, 2016.[134]

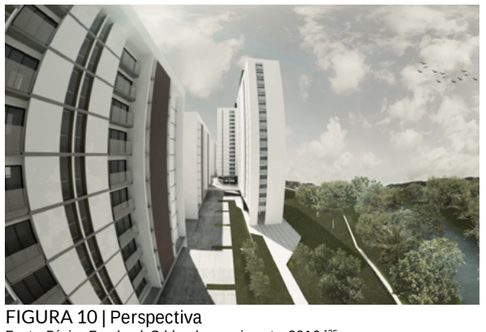


FIGURA 10 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Cddca dez movimento, 2016.[135]



FIGURA 11 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Cddca dez movimento, 2016.[136]

131. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 14.07.2020.
132. Disponível em: https://www.facebook.com/Cddca-dez-movimento-101575300033868/photos/467712220086839. Acesso em 14.07.2020.
133. Disponível em: https://www.facebook.com/Cddca-dez-movimento-101575300033868/photos/325065477684848. Acesso em 14.07.2020.
134. Disponível em: https://www.facebook.com/Cddca-dez-movimento-101575300033868/photos/325064414351621. Acesso em 14.07.2020.
135. Disponível em: https://www.facebook.com/Cddca-dez-movimento-101575300033868/photos/325065927684803. Acesso em 14.07.2020.
136. Disponível em: https://www.facebook.com/Cddca-dez-movimento-101575300033868/photos/304652756392787. Acesso em 14.07.2020.

BARRO BRANCO IIA Q37A L01, 02 E 03

Ano: 2016
Endereço: R. Alexandre Davidenko, s/n
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZMISa
Distância até a Sé: Aprox. 33km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 300
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Comunitária Barro Branco III
Movimento: Não informado
Assessoria: Casa 8 Construtora
Enplan
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[137]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 137.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 137.

137. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 11.08.2020.

BARRO BRANCO IIC Q37B L02 E 03

Ano: 2016
Endereço: R. Alexandre Davidenko, s/n
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZMISa
Distância até a Sé: Aprox. 33km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 300
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Comunitária Barro Branco IV
Movimento: Não informado
Assessoria: Casa 8 Construtora
Enplan
Tipologia: Construção nova
Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[138]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 138.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 138.

138. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 11.08.2020.

CHUBEI TAKAGASHI 324 (FLOR DO ORIENTE)

Ano: 2016
Endereço: R. Chubei Takagashi, 324
Bairro: Guaianazes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 26km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 420
Área UH: Não informado
Entidade: Clube de Mães Flor do Oriente
Movimento: Não informado
Assessoria: Não informado
Tipo: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2012
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[139]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 139.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 139.

139. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 25.06.2020.

CONJUNTO HABITACIONAL JUÁ MIRIM

Ano: 2016

Endereço: R. Juá Mirim, L241 Q03

Bairro: Chácara Santa Etelvina

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-5

Distância até a Sé: Aprox. 30km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 100

Área UH: Não informado

Entidade: Associação Cultural Educacional e Assistência Afro Brasileira (OGBAN)

Movimento: Não informado

Assessoria: Não informado

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[140]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 140.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 140.

140. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.06.2020.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JOÃO PAULO I

Ano: 2016
Endereço: R. Antonio João de Medeiros, 2032
Bairro: Vila Morgadouro
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 30km
Área Terreno: 1.570,07m²
Número UH: 454
Área UH: 48,05m²
Entidade: Associação Comunitária Florestan Fernandes
Movimento: Não informado
Assessoria: ECI - Excellence
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Apresentação ECI Excellence e Associação Florestan Fernandes, 2014.[141]

141. Disponível em: http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/JOAO-PAULO-II_-FLORESTAN_ECI.pdf. Acesso em 29.06.2020.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[142]



FIGURA 3
Vista aére terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 142.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 142.



FIGURA 5 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 141.



FIGURA 6 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 141.



FIGURA 7 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 141.

142. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.06.2020.

ESTEVÃO REZENDE (PARQUE DA CONQUISTA)

Ano: 2016

Endereço: R. Estevan Ribeiro Resende, s/n

Bairro: Perus

Zona: Norte

Zoneamento (PDE): ZM

Distância até a Sé: Aprox. 29km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 120

Área UH: Não informado

Entidade: Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste

Movimento: União dos Movimentos de Moradia

Assessoria: Ambiente Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[143]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 143.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 143.

143. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 13.08.2020.

INÁCIO MONTEIRO (CASA BRANCA)

Ano: 2016
Endereço: R. Barão Antonio de Bemfica, s/n
Bairro: Guaianazes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 30km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 100
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Jardim São Paulo - Casa Branca
Movimento: Não informado
Assessoria: Não informado
Tipologia: Construção nova
Situação: Não contratado

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[144]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 144.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 144.

144. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 13.08.2020.

FAIXA DE GAZA I E II

Ano: 2016
Endereço: R. Silveira Sampaio, s/n
Bairro: Vila Andrade
Zona: Sul
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 19km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 482
Área UH: Não informado
Entidade: Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio (AMAENM)
Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
Assessoria: Não informado
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto ocupação
Fonte: Página Facebook Periferia Ativa "Comunidade em Luta", 2013.[145]



FIGURA 2 | Foto terreno
Fonte: Página Facebook Periferia Ativa "Comunidade em Luta", 2013.[146]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[147]



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 147.



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 147.



FIGURA 6
Foto ocupação
Fonte: Página Facebook Periferia Ativa "Comunidade em Luta", 2013.[148]



FIGURA 7
Foto ocupação
Fonte: Página Facebook Periferia Ativa "Comunidade em Luta", 2013.[149]



FIGURA 8 | Foto ocupação
Fonte: Página Facebook Periferia Ativa "Comunidade em Luta", 2013.[150]

145. Disponível em: https://www.facebook.com/periferiativa/photos/a.586571558051955/586571708051940/. Acesso em 26.06.2020.
146. Disponível em: https://www.facebook.com/periferiativa/photos/a.586571558051955/586572308051880. Acesso em 26.06.2020.

147. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 26.06.2020.
148. Disponível em: https://www.facebook.com/periferiativa/photos/a.586571558051955/586572271385217. Acesso em 26.06.2020.
149. Disponível em: https://www.facebook.com/periferiativa/photos/a.586571558051955/586571658051945. Acesso em 26.06.2020.
150. Disponível em: https://www.facebook.com/periferiativa/photos/a.586571558051955/586572458051865. Acesso em 26.06.2020.

FAZENDA DO CARMO (ARROIO SARANDI)[151]

Ano: 2016
Endereço: R. Arroio Sarandi, 170
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEUa
Distância até a Sé: Aprox. 29km
Área Terreno: 5.000,00m²
Número UH: 200
Área UH: 41,77m²
Entidade: Associação Comunitária Fazenda do Carmo
Movimento: Não informado
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Página empreendimento Arroio Sarandi, 2020.[152]



FIGURA 3 | Foto obra
Fonte: ver nota de rodapé 152.



FIGURA 2 | Foto obra
Fonte: ver nota de rodapé 152.

151. Aparentemente, ainda que conste na seleção de 2016 da modalidade Entidades, esta proposta, a fim de se viabilizar, pode ter migrado pra a modalidade FAR. Essa é uma conclusão com base no que foi encontrado durante pesquisa, sobretudo pelos anúncios, referentes a faixa de renda (até R$1.600,00 em out/20) anunciada na página do Facebook da proposta. Disponível em: https://www.facebook.com/117205570125484/photos/a.117235396789168/136501834862524/. Acesso em 24.09.2021.
Há, no entanto, outra possibilidade: de que esta proposta em momento algum tenha sido feita para o PMCMV-E e tenha entrado na seleção por algum erro na base de dados da Caixa. Por se tratar de um empreendimento para a Faixa 1 do Programa, e constar na listagem de seleções de 2016, optou-se por manter a proposta junto às outras, porém com o alerta de possíveis erros nos dados encontrados.
152. Disponível em: https://arroiosarandi.com.br/. Acesso em 25.06.2020.

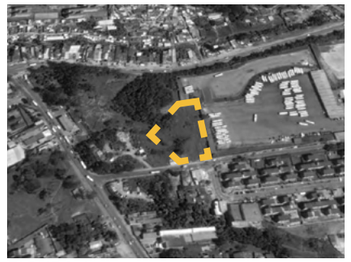


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[153]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 153.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 153.

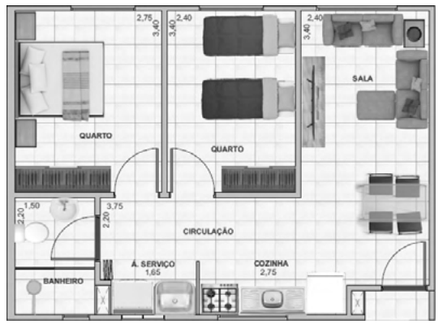


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 152.



FIGURA 8 | Foto obra
Fonte: Ver nota de rodapé 152.



FIGURA 9 | Perspectiva
Fonte: Página Instagram Drucker Arquitetura, 2017.[154]



FIGURA 10 | Perspectiva
Fonte: Página Instagram Drucker Arquitetura, 2017.[155]



FIGURA 11 | Foto obra
Fonte: Ver nota de rodapé 152.

153. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 25.06.2020.
154. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BaCkc8Olgrb/. Acesso em 25.06.2020.
155. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BZzATNfl5df/. Acesso em 25.06.2020.

GUACURI I

Ano: 2016

Endereço: Av. Joaquim Lourenço de Toledo Bueno, s/n x R. Francisco Feo, s/n x R. Olga Amato, s/n

Bairro: Pedreira

Zona: Sul

Zoneamento (PDE): ZMa

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 24.820m²

Número UH: 496

Área UH: Não informado

Entidade: Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste (ALMUL)

Movimento: Não informado

Assessoria: Não informado

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto visita terreno
Fonte: Página Facebook Associação De Luta Por Moradia Unidos da Leste - Almul, 2015.[156]



FIGURA 3 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Associação De Luta Por Moradia Unidos da Leste - Almul, 2015.[158]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Associação De Luta Por Moradia Unidos da Leste - Almul, 2019.[157]

156. Disponível em: https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-De-Luta-Por-Moradia-Unidos-Da-Leste-Almul-1607297866207208/photos/1626935210910140. Acesso em 28.06.2020.
157. Disponível em: https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-De-Luta-Por-Moradia-Unidos-Da-Leste-Almul-1607297866207208/photos/2356831277920526. Acesso em 28.06.2020.
158. Disponível em: https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-De-Luta-Por-Moradia-Unidos-Da-Leste-Almul-1607297866207208/photos/1649915828612078. Acesso em 28.06.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[159]

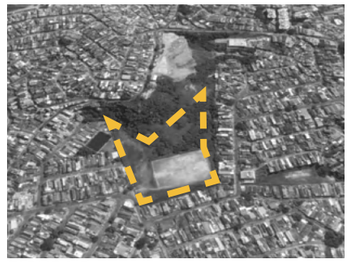


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 159.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 159.



FIGURA 7 | Foto implantação
Fonte: Página Facebook Associação De Luta Por Moradia Unidos da Leste - Almul, 2015.[160]



FIGURA 8 | Foto visita ao terreno
Fonte: Página Facebook Associação De Luta Por Moradia Unidos da Leste - Almul, 2015.[161]

159. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 28.06.2020.
160. Disponível em: https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-De-Luta-Por-Moradia-Unidos-Da-Leste-Almul-1607297866207208/photos/1649915045278823. Acesso em 28.06.2020.
161. Disponível em: https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-De-Luta-Por-Moradia-Unidos-Da-Leste-Almul-1607297866207208/photos/a.1626935190910142/1626935214243473. Acesso em 28.06.2020.

INÁCIO MONTEIRO (FLOR DO ORIENTE)

Ano: 2016
Endereço: R. Barão Antonio de Bemfica, s/n
Bairro: Guaianazes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 30km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 100
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Flor do Oriente
Movimento: Não informado
Assessoria: Não informado
Tipologia: Construção nova
Situação: Não contratado

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[162]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 162.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 162.

162. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 13.08.2020.

JARDIM PALMARES

Ano: 2016
Endereço: Tv. Cabo PM José Carlos Rodrigues da Silva, s/n
Bairro: Jardim Joamar
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 21km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 70
Área UH: Não informado
Entidade: Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM)
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano
Tipologia: Construção nova
Situação: Parcialmente licenciado pela PMSP (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[163]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 163.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 163.

163. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 13.08.2020.

JARDIM CELESTE Q12 L03 (DANDARA)

Ano: 2016
Endereço: R. Mario Quintana, s/n
Bairro: Jardim São Savério
Zona: Sul
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 17km
Área Terreno: 1.300,00m²
Número UH: 50
Área UH: Não informado
Entidade: Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste
Movimento: Não informado
Assessoria: Ambiente Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto assembleia
Fonte: Vídeo Canal Youtube Ambiente Arquitetura, 2020.[164]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Ver nota de rodapé 164.



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 164.

164. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O_gs1KigqCE. Acesso em 11.08.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[165]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 165.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 165.

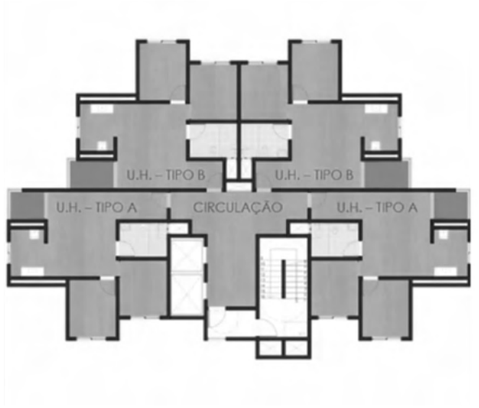


FIGURA 7
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 164.



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 164.



FIGURA 9 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 164.



FIGURA 10 | Foto assembleia
Fonte: Ver nota de rodapé 164.

165. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 11.08.2020.

RES. N. SRA. DE FÁTIMA (ITAQUERA IB Q28 L05)

Ano: 2016
Endereço: R. Padre Vieira de Matos, 660
Bairro: Itaquera
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZM
Distância até a Sé: Aprox. 19km
Área Terreno: 3.274,39m²
Número UH: 152
Área UH: 41,35m²
Entidade: Associação Pastoral da Moradia Leste II
Movimento: Movimento pela Moradia Leste II
Assessoria: CEP Assessoria
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2016.[166]

166. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.1272622946121466/1272621692788258/. Acesso em 21.07.2020.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[167]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 167.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 167.



FIGURA 5 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2016.[168]



FIGURA 6 | Foto reunião com prefeitura
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2016.[169]



FIGURA 7 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2016.[170]

167. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 21.07.2020.
168. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.1272622946121466/1272621902788237/. Acesso em 21.07.2020.
169. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.1269067983143629/1269066353143792. Acesso em 21.07.2020.
170. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.1272622946121466/1272621562788271. Acesso em 21.07.2020.

JOAQUIM LEAL (SANTA LUZIA)

Ano: 2016

Endereço: R. Georgina Diniz Braghiroli, s/n x Tv. Mirra, s/n

Bairro: Vila Curuçá Velha

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-5

Distância até a Sé: Aprox. 26km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 40

Área UH: Não informado

Entidade: Associação dos Sem Terra de Miguel Paulista
Associação dos Moradores Irmã Lucinda

Movimento: Movimento pela Moradia Leste II

Assessoria: CEP Assessoria

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)
Indeferido em razão de melhoramento viário (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[171]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 171.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 171.

171. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 11.08.2020.

MORAES PRADO I

Ano: 2016

Endereço: R. Agenor Klaussner,150 x R. Adelina Abranches, 382

Bairro: Jardim Almeida Prado

Zona: Sul

Zoneamento (PDE): ZEIS-4

Distância até a Sé: Aprox. 30km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 100

Área UH: Não informado

Entidade: Centro de Promoção e Resgate à Cidadania Grajaú Paulo VI

Movimento: Não informado

Assessoria: Não informado

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[172]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 172.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 172.

172. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.06.2020.

PROJETO MARINHEIRO

Ano: 2016
Endereço: R. Marinheiro, 184
Bairro: Tucuruvi
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-3
Distância até a Sé: Aprox. 10km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 18
Área UH: Não informado
Entidade: Associação dos Sem Terra da Zona Norte
Movimento: Não informado
Assessoria: Não informado
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização

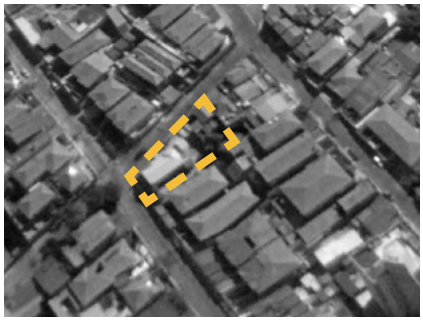


FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[173]

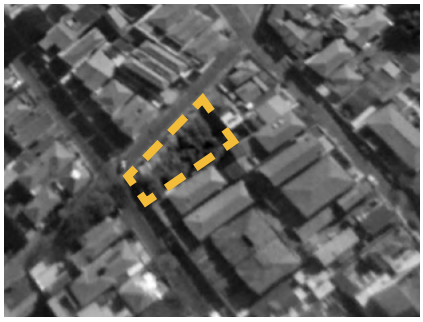


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 173.

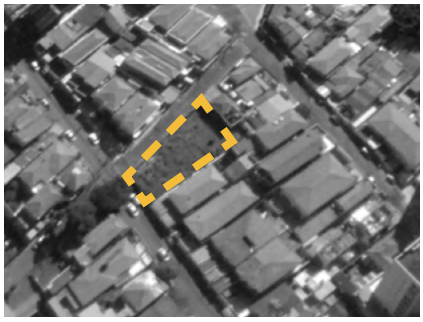


FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 173.

173. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 09.07.2020.

TUPAROQUERA PORTO FELIZ A

Ano: 2016
Endereço: R. Nova do Tuparoquera, s/n
Bairro: Jardim Novo Santo Amaro
Zona: Sul
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 22km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 264
Área UH: Não informado
Entidade: Movimento União Força e Terra
Movimento: Não informado
Assessoria: Construtora Itajaí
Tipologia: Construção nova
Situação: Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[174]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 174.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 174.

174. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 11.08.2020.

RESIDENCIAL NOVA PALESTINA

Ano: 2016

Endereço: Estr. do M'Boi Mirim, 7500 x R. Clamecy, s/n

Bairro: Parque do Lago

Zona: Sul

Zoneamento (PDE): ZEIS-4

Distância até a Sé: Aprox. 28km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 3.500

Área UH: Não informado

Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Assessoria: Não informado

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (jun/16)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto mutirão
Fonte: Página Facebook MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2019.[175]



FIGURA 3 | Foto mutirão
Fonte: Página Facebook MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2019.[172]



FIGURA 2 | Foto ocupação
Fonte: Página Facebook Vila Nova Palestina, 2019.[173]

175. Disponível em: https://www.facebook.com/mtstbrasil/photos/pcb.25353575943167388/2535375773167405/. Acesso em 29.06.2020.
176. Disponível em: https://www.facebook.com/624797514253159/photos/a.624806677585576/2768785156521040. Acesso em 24.09.2021.
177. Disponível em: https://www.facebook.com/mtstbrasil/photos/pcb.25353575943167388/2535375863167396. Acesso em 29.06.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[178]

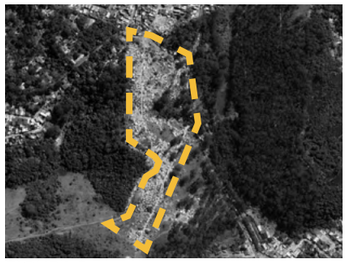


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 178.

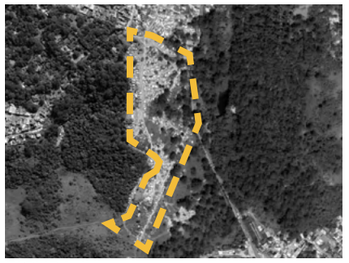


FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 178.



FIGURA 7
Foto aérea ocupação
Fonte: Página Facebook MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2014.[179]



FIGURA 8 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Vila Nova Palestina, 2020.[180]

178. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.06.2020.
179. Disponível em: https://www.facebook.com/mtstbrasil/photos/a.466755456696124/741902432514757/. Acesso em 29.06.2020.
180. Disponível em: https://www.facebook.com/Vila-Nova-Palestina-624797514253159/photos/pcb.3848053058594239/3848052945260917. Acesso em 24.09.2021.

ADVENTISTA Q01 A L06-07-08

Ano: 2018

Endereço: R. Arroio do Butiá, s/n x R. Arroio do Engenho, s/n

Bairro: Capão Redondo

Zona: Sul

Zoneamento (PDE): ZEUP

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 1.825,18m²

Número UH: 83

Área UH: Tipo A: 54,40m²
Tipo B: 55,30m²

Entidade: Associação Conjunto Modelar (AAC Modelar)
Movimento Habitacional e Ação Social (MOHAS)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[181] p.60

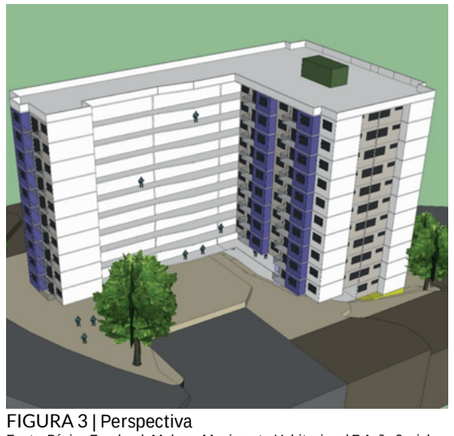


FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Mohas - Movimento Habitacional E Ação Social, 2019.[183]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Peabiru TCA, 2016.[182]

181. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
182. Disponível em: https://www.facebook.com/peabirutca/photos/a.109523505856996/756537337822273. Acesso em 05.08.2020.
183. Disponível em: https://www.facebook.com/mohassp.blogspot.com.br/posts/1271494126362352. Acesso em 05.08.2020.

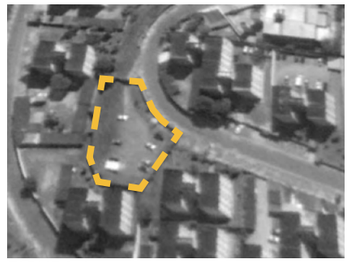


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[184]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 184.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 184.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[185] p.60

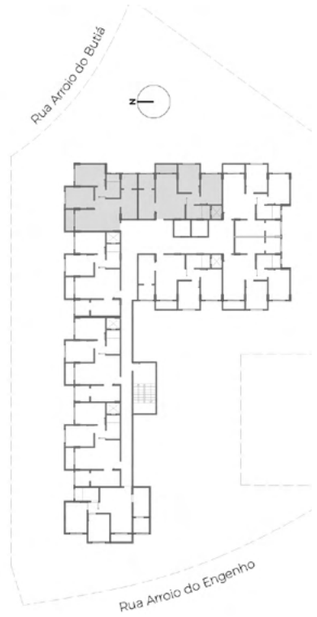


FIGURA 8
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[186] p.60

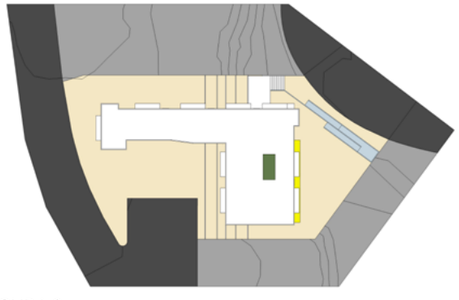


FIGURA 9
Implantação | Sem escala
Fonte: Página Facebook Mohas - Movimento Habitacional E Ação Social, 2019.[187]



FIGURA 10 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Mohas - Movimento Habitacional E Ação Social, 2019.[188]

184. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 05.08.2020.
185. Idem a nota de rodapé 177.
186. Idem a nota de rodapé 177.
187. Disponível em: https://www.facebook.com/mohassp.blogspot.com.br/posts/1271494126362352. Acesso em 05.08.2020.
188. Disponível em: https://www.facebook.com/mohassp.blogspot.com.br/photos/pcb.1143236199188146/1143235629188203/. Acesso em 05.08.2020.

BARRA FUNDA I (BOSQUE)

Ano: 2018

Endereço: R. Cônego Vicente Miguel Marino, s/n x R. Cruzeiro, s/n

Bairro: Barra Funda

Zona: Centro

Zoneamento (PDE): ZEIS-3

Distância até a Sé: Aprox. 6,5km

Área Terreno: 9.000,00m²

Número UH: 302

Área UH: Não informado

Entidade: Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Ambiente Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Ambiente Arquitetura, 2019.[189]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Ambiente Arquitetura, 2019.[190]



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Vídeo Youtube Ambiente Arquitetura, 2020.[191]

189. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=2194837567512613&set=pcb.2194837994179237. Acesso em 20.07.2020.
190. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=2379676585695376&set=a.2379676479028720. Acesso em 20.07.2020.
191. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O_gs1KigqCE. Acesso em 20.07.2020.

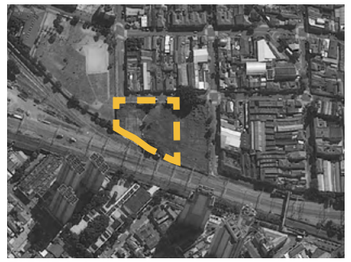


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[192]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 192.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 192.

FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 191. Adaptada pela autora.



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 191.



FIGURA 9
Elevação esquemática | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 191.



FIGURA 10 | Foto trabalho social
Fonte: Página Facebook Ambiente Arquitetura, 2019.[193]

192. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 20.07.2020.
193. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=2194837927512577&set=pcb.2194837994179237. Acesso em 20.07.2020.

CACHOEIRA DE PAULO AFONSO CONDOMÍNIO V

Ano: 2018

Endereço: Tv. Cachoeira de Paulo Afonso, s/n

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1

Distância até a Sé: Aprox. 33,5km

Área Terreno: 56.920,00m² (total)

Número UH: 213

Área UH: Não informado

Entidade: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de São Paulo (CONSEHAB)

Movimento: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de São Paulo (CONSEHAB)

Assessoria: Brasil Projecta

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[194]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 194.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 194.

194. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 07.08.2020.

GUAIANAZES L

Ano: 2018
Endereço: R. Oscár Câmara, s/n x R. Ricarte Leite Alvim, s/n
Bairro: Guaianazes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZC
Distância até a Sé: Aprox. 29km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 120
Área UH: Não informado
Entidade: Consórcio Urs Buehler
Movimento: Movimento Terra de Deus Terra de Todos
Assessoria: Salgueiro Construções e Serviços
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[195]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 195.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 195.

195. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.06.2020.

CONJUNTO RESIDENCIAL SÃO JOSÉ II (AGUDOS B)

Ano: 2018

Endereço: R. São José do Ribamar, s/n x R. Lagoa de Dentro, s/n x R. Lauro de Freitas, s/n

Bairro: Vila Silvia

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-5

Distância até a Sé: Aprox. 22km

Área Terreno: 4.904,00m²

Número UH: 227

Área UH: Tipo A: 43,02m²
Tipo B: 44,29m²
Tipo C: 41,66m²

Entidade: Associação de Moradores Irmã Lucinda

Movimento: Movimento pela Moradia Leste II

Assessoria: CEP Assessoria

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2016.[196]

196. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.1260110404039387/1260109854039442/. Acesso em 06.08.2020.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[197]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 197.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 197.

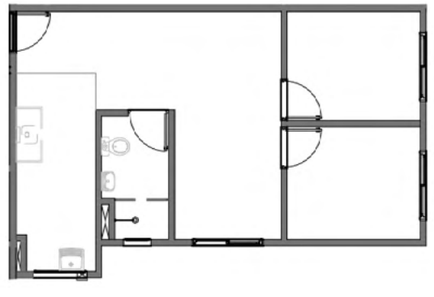


FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016, [198] p.25. Adaptada pela autora.

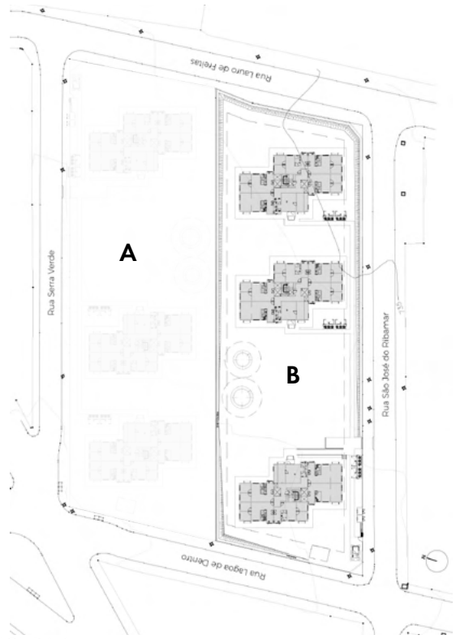


FIGURA 6
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016,[199] p.24. Adaptada pela autora.



FIGURA 7 | Planta pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016.[200] p.25



FIGURA 8 | Foto terreno próximo a obra de Agudos A
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2016.[201]

197. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 06.08.2020.
198. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
199. Idem a nota de rodapé 194.
200. Idem a nota de rodapé 194.
201. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2508961045820977/2508960129154402/. Acesso em 06.08.2020.

EDIFÍCIO CATUMBI

Ano: 2018

Endereço: R. Catumbi, 574/588/616

Bairro: Brás

Zona: Centro

Zoneamento (PDE): ZEIS-3

Distância até a Sé: Aprox. 10km

Área Terreno: 2.078,19m²

Número UH: 166

Área UH: Tipo A: 48,66m²
Tipo B: 48,99m²
Tipo C: 49,00m²
Tipo D: 53,21m²

Entidade: Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (set/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site Integra Desenvolvimento Urbano, 2020.[202]



FIGURA 2 | Foto visita ao terreno
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[203] p. 160



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016 [204] p.46

202. Disponível em: https://integraurbano.com.br/emp-CATUMBI/. Acesso em 04.08.2020.
203. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
204. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[205]

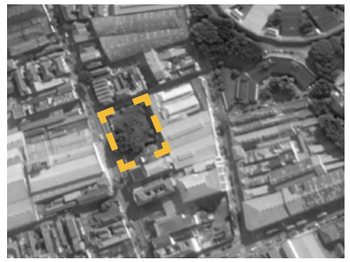


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 205.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 205.

FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[206] p.47



FIGURA 9 | Foto assembleia
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[208] p. 160.

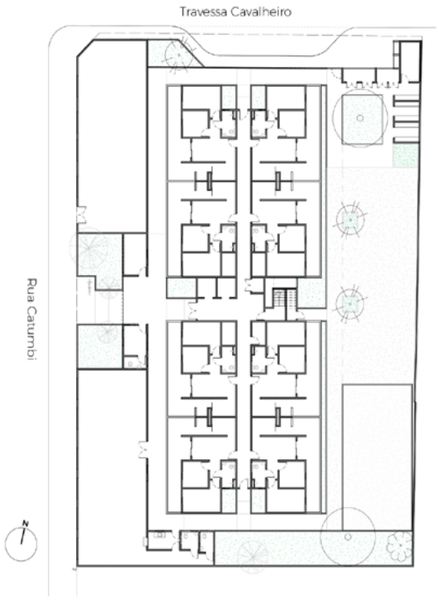


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[207] p.46



FIGURA 10
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[209] p.47

205. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 04.08.2020.
206. Idem a nota de rodapé 200.
207. Idem a nota de rodapé 200.
208. Idem a nota de rodapé 199.
209. Idem a nota de rodapé 200.

EDIFÍCIO GENERAL RONDON

Ano: 2018

Endereço: R. General Rondon, 52-82

Bairro: Campos Elíseos

Zona: Centro

Zoneamento (PDE): ZEIS-3

Distância até a Sé: Aprox. 4km

Área Terreno: 1.641,00m²

Número UH: 131

Área UH: Tipo A: 54,04m²
Tipo B: 53,91m²
Tipo C: 53,21m²

Entidade: Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (set/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site Integra Desenvolvimento Urbano, 2020.[210]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[211] p. 164.



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[212] p.50

210. Disponível em: https://integraurbano.com.br/emp-RONDON/. Acesso em 04.08.2020.
211. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
212. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[213]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 213.

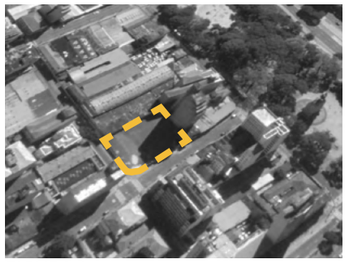


FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 213.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[214] p. 166.

FIGURA 9 | Foto visita ao terreno
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[216] p. 164.

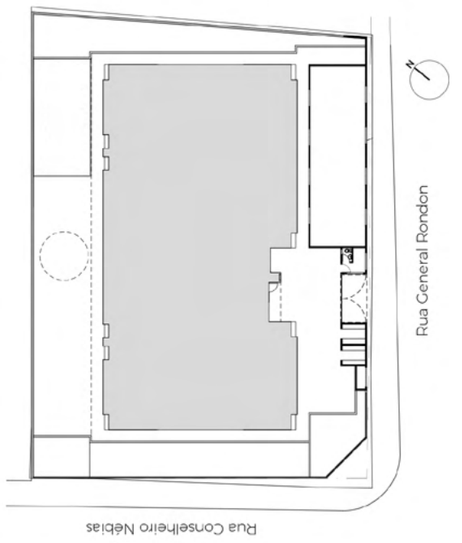


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[215] p.50



FIGURA 10 | Foto assembleia
Fonte: Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[217] p. 164.

213. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 04.08.2020.
214. Idem a nota de rodapé 211.
215. Idem a nota de rodapé 212.
216. Idem a nota de rodapé 211.
217. Idem a nota de rodapé 211.

FORTE RIO BRANCO I L10 (CASA BRANCA 2)

Ano: 2018

Endereço: R. Forte do Rio Branco, s/n

Bairro: São Mateus

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-2

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 4.000,00m²

Número UH: 298

Área UH: 49,50m²

Entidade: Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Casa Branca

Movimento: Não informado

Assessoria: Studio Meta Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Elevação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[218] p.64

218. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[219]

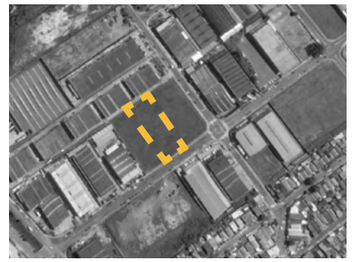


FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 219.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 219.



FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[220] p.65



FIGURA 7
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[222] p.65



FIGURA 6
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[221] p.64

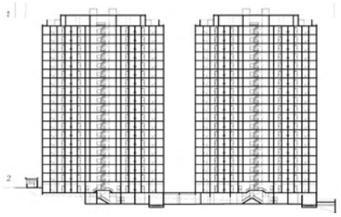


FIGURA 8
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[223] p.64

219. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.07.2020.
220. Idem a nota de rodapé 215.
221. Idem a nota de rodapé 215.
222. Idem a nota de rodapé 215.
223. Idem a nota de rodapé 215.

FORTE RIO BRANCO I L11

Ano: 2018
Endereço: R. Forte do Rio Branco, s/n
Bairro: São Mateus
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: 3.969,00m²
Número UH: 164
Área UH: 53,50m²
Entidade: Associação Comunitária Beneficente do Jardim Santa Adélia
Movimento: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de SP (CONSEHAB)
Assessoria: Urbania
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização

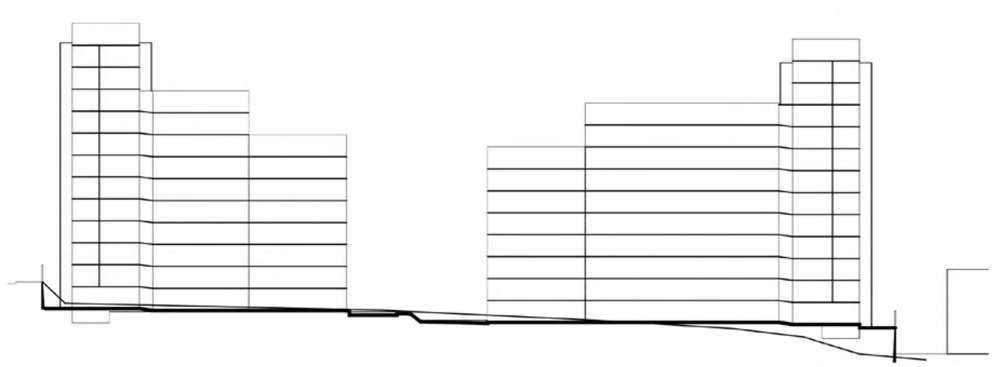


FIGURA 1
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[224] p.66

224. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[225]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 225.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 225.



FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[226] p.67

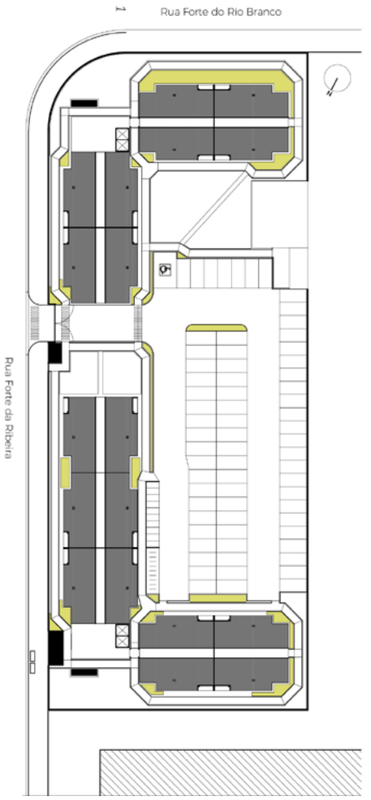


FIGURA 6
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[227] p.67

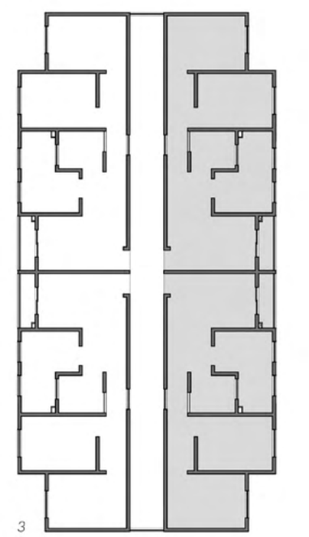


FIGURA 7
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[228] p.67

225. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.07.2020.
226. Idem a nota de rodapé 224.
227. Idem a nota de rodapé 224.
228. Idem a nota de rodapé 224.

ITAQUERA IC PADRE MANOEL DE PAIVA Q12 L12

Ano: 2018

Endereço: Av. Waldemar Tietz x Av. Itaquera

Bairro: Artur Alvim

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEU

Distância até a Sé: Aprox. 20km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 42

Área UH: Não informado

Entidade: Associação dos Moradores do Conj. Habitacional Teotônio Vilela

Movimento: Não informado

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[229]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 229.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 229.

229. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 04.09.2020.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q161 L04

Ano: 2018

Endereço: R. Bartolomeu Ferrari, s/n x R. Cristóvão de Salamanca, s/n

Bairro: Conjunto Habitacional José Bonifácio

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMIS

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 94

Área UH: Não informado

Entidade: Associação Força Jovem Vila Mara

Movimento: Não informado

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[230]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 230.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 230.

230. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 23.07.2020.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q27 L08-09-10

Ano: 2018

Endereço: R. Alfredo Ricci, s/n x R. Inacio Donati, s/n

Bairro: Itaquera

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMIS

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 2.391,05m²

Número UH: 142

Área UH: 47,05m²

Entidade: Associação Beneficente Construir

Movimento: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de SP (CONSEHAB)

Assessoria: Arq. Vera Lubano
Arq. Claudio Livreri

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização

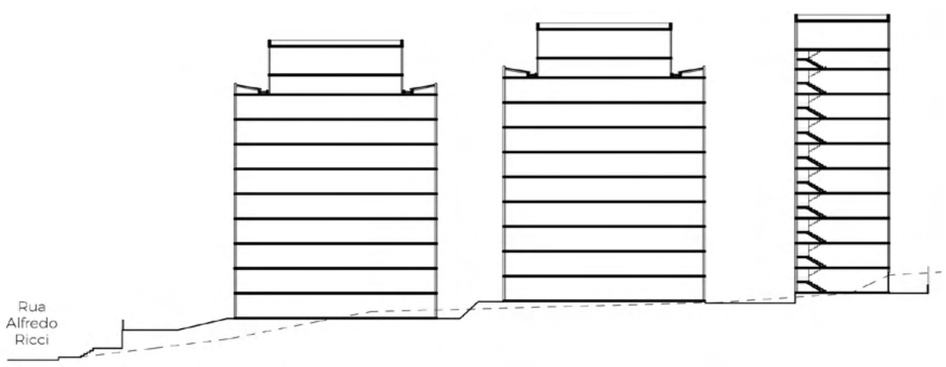


FIGURA 1
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[231] p.16

231. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[232]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 232.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 232.

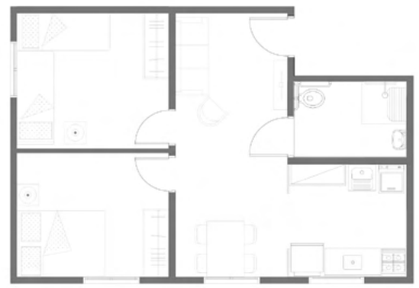


FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[233] p.17

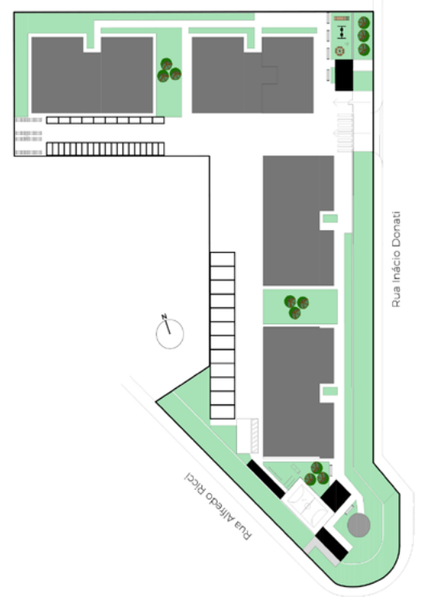


FIGURA 6
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[234] p.16

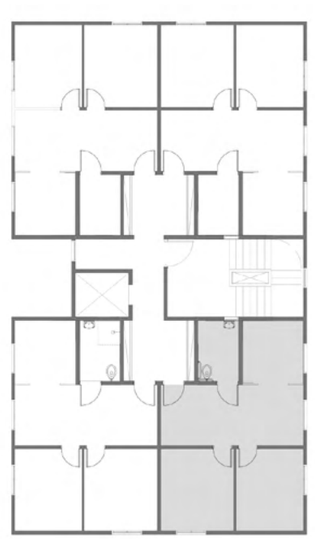


FIGURA 7
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[235] p.17

232. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 23.07.2020.
233. Idem a nota de rodapé 228.
234. Idem a nota de rodapé 228.
235. Idem a nota de rodapé 228.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q138 L09 (KANSAS)

Ano: 2018

Endereço: Av. Professor João Batista Conti, s/n

Bairro: Conjunto Habitacional José Bonifácio

Zona: ZMIS

Zoneamento (PDE): Leste

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 1.776,61m²

Número UH: 65

Área UH: 49,75m²

Entidade: Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo

Movimento: Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB)

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site Drucker Arquitetura, 2020.[236]



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 236.



FIGURA 2
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[237] p.31

236. Disponível em: http://www.monicadrucker.com.br/. Acesso em 22.07.2020.
237. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[238]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 238.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 238.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[239] p.31

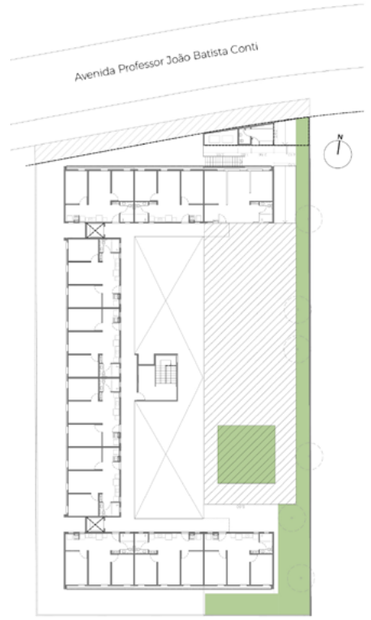


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[240] p.30



FIGURA 9 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 236.

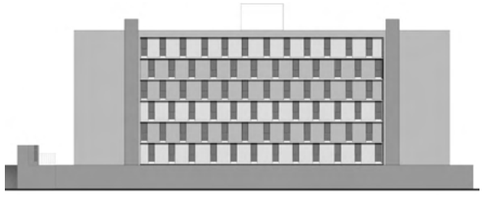


FIGURA 10
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[241] p.30

238. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 22.07.2020.
239. Idem a nota de rodapé 237.
240. Idem a nota de rodapé 237.
241. Idem a nota de rodapé 237.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q138 L10 (MISSURI)

Ano: 2018

Endereço: Av. Professor João Batista Conti, s/n

Bairro: Conjunto Habitacional José Bonifácio

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMIS

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 1.507,72m²

Número UH: 65

Área UH: 43,74m²

Entidade: Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania

Movimento: Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania, 2017.[242]

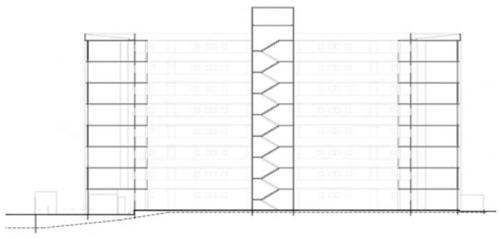


FIGURA 2
Elevação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[243] p.32

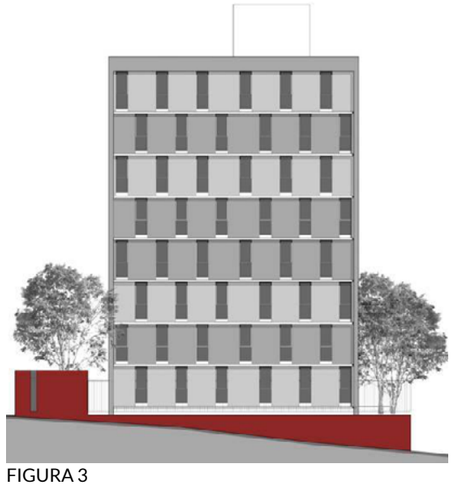


FIGURA 3
Elevação | Sem escala
Fonte: Página Facebook Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania, 2017.[244]

242. Disponível em: https://www.facebook.com/institutoinaciomonteiro/photos/1231563756973244. Acesso em 22.07.2020.
243. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
244. Disponível em: https://www.facebook.com/institutoinaciomonteiro/photos/gm.453783121646880/1231579153638371. Acesso em 22.07.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[245]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 245.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 245.

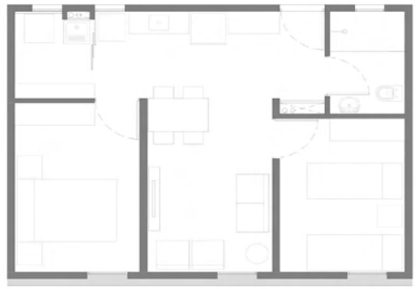


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[246] p.33

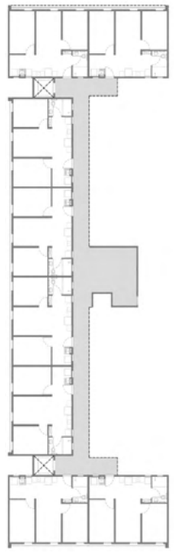


FIGURA 9
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[248] p.33

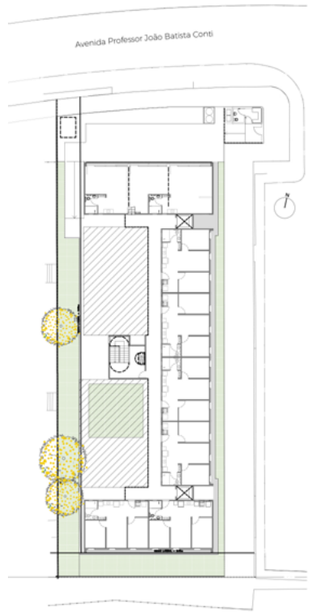


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[247] p.32



FIGURA 10 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania, 2017.[249]

245. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 22.07.2020.
246. Idem a nota de rodapé 240.
247. Idem a nota de rodapé 240.
248. Idem a nota de rodapé 240.
249. Disponível em: https://www.facebook.com/institutoinaciomonteiro/photos/gm.140229373487306/1505625252900425. Acesso em 22.07.2020.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q138 L11

Ano: 2018
Endereço: Av. Professor João Batista Conti, s/n
Bairro: Conjunto Habitacional José Bonifácio
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZMIS
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: 1.561,46m²
Número UH: 62
Área UH: 44,31m²
Entidade: Associação São Paulo Diferenciado (ASPD)
Movimento: Movimento de Habitação Popular Leste Forte
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto reunião projeto
Fonte: Página Facebook Associação São Paulo Diferenciado ASPD, 2020.[250]

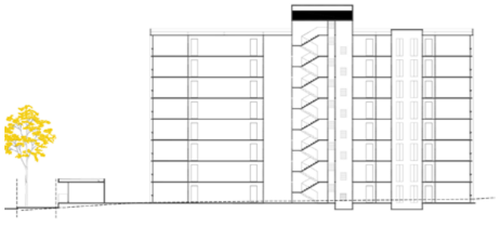


FIGURA 2
Elevação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[251] p.34



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[252] p.35

250. Disponível em: https://www.facebook.com/saopaulodiferenciado/photos/2770109706376487. Acesso em 22.07.2020.
251. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
252. Idem a nota de rodapé 251.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[253]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 253.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 253.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[254] p.34



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[255] p.34



FIGURA 9
Elevação | Sem escala
Fonte: Página Facebook Associação São Paulo Diferenciado ASPD, 2018.[256]



FIGURA 10 | Foto associação
Fonte: Página Facebook Associação São Paulo Diferenciado ASPD, 2018.[257]

253. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 22.07.2020.
254. Idem a nota de rodapé 251.
255. Idem a nota de rodapé 251.
256. Disponível em: https://www.facebook.com/saopaulodiferenciado/photos/1659154780805324. Acesso em 22.07.2020.
257. Disponível em: https://www.facebook.com/saopaulodiferenciado/photos/pcb.1643321455721990/1643321335722002. Acesso em 22.07.2020.

ITAQUERA II/III JOSÉ BONIFÁCIO Q182 L06B (CATANDUVA)

Ano: 2018

Endereço: R. Guilherme Valencia, s/n

Bairro: Conjunto Habitacional José Bonifácio

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMIS

Distância até a Sé: Aprox. 24km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 152

Área UH: Não informado

Entidade: Associação Comunitária Barro Branco IV

Movimento: Não informado

Assessoria: Enplan

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[258]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 258.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 258.

258. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 13.08.2020.

LAJEADO K

Ano: 2018

Endereço: R. Leonilda Magrini, 285

Bairro: Lajeado

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZM

Distância até a Sé: Aprox. 29km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 141

Área UH: Não informado

Entidade: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de São Paulo (CONSEHAB)
Centro de Apoio de Moradores 13 irmãos do Jardim Imperador
Associação dos Moradores da Cidade Líder em Ação

Movimento: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de São Paulo (CONSEHAB)

Assessoria: Não informado

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)

SP | Localização

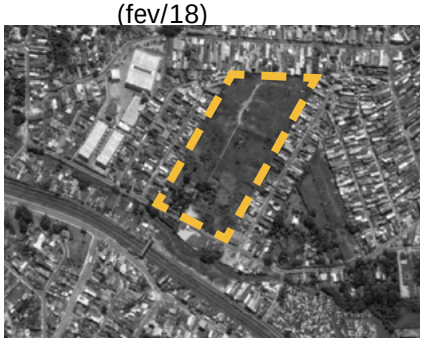


FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[259]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 259.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 259.

259. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.06.2020.

FAVELA DO VIOLÃO Q01 (LUIZ GAMA)

Ano: 2018

Endereço: Av. do Poeta, s/n x R. Godofredo Ferrari, s/n

Bairro: Jardim Julieta

Zona: Norte

Zoneamento (PDE): ZEIS-2

Distância até a Sé: Aprox. 15,5km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 224

Área UH: Não informado

Entidade: Associação de Apoio ao Adolescente e Família "Mundo Novo"

Movimento: Não informado

Assessoria: Qualyfast

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[260]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 260.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 260.

260. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 11.08.2020.

PARQUE BOA ESPERANÇA I
Q62

Ano: 2018

Endereço: R. Aguarico, s/n

Bairro: Jardim Augusto

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-2

Distância até a Sé: Aprox. 27km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 254

Área UH: Não informado

Entidade: Sociedade de Apoio à Luta pela Moradia (SAM/ MNLM)

Movimento: Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)

Assessoria: Nova TTS

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Projeto não iniciado (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[261]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 261.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 261.

261. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.07.2020.

MUTIRÃO CAROLINA DE JESUS (BELÉM)

Ano: 2018

Endereço: R. Toledo Barbosa, 202

Bairro: Belém

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-3

Distância até a Sé: Aprox. 5km

Área Terreno: 4.637,40m²

Número UH: 227

Área UH: Tipo A: 61,67m²
Tipo B: 59,61m²
Tipo C: 64,62m²

Entidade: Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste I (MST Leste I)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Usina CTAH

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (set/18)
Parcialmente licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto maquete
Fonte: Site Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1, 2016.[262]



FIGURA 2 | Foto mutirão
Fonte: Página Facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2016.[263]



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2020.[264]

262. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/2016/08/assembleia-mutirao-belem/a96c6444-2946-4006-af3a-1dae61df8ac2/. Acesso em 06.08.2020.
263. Disponível em: https://www.facebook.com/mstleste1/photos/1128644613923169. Acesso em 06.08.2020.
264. Disponível em: https://www.facebook.com/mstleste1/videos/267997137799489. Acesso em 06.08.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[265]

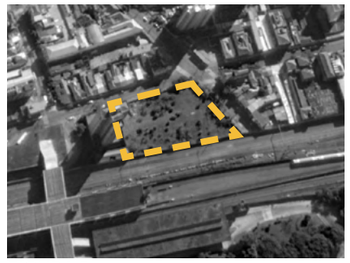


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 265.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 265.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[266] p. 170.

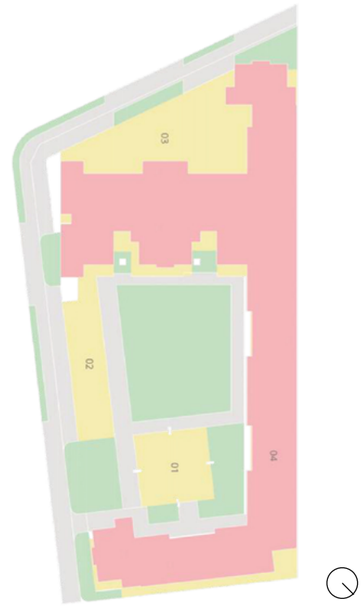


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[267] p. 170.

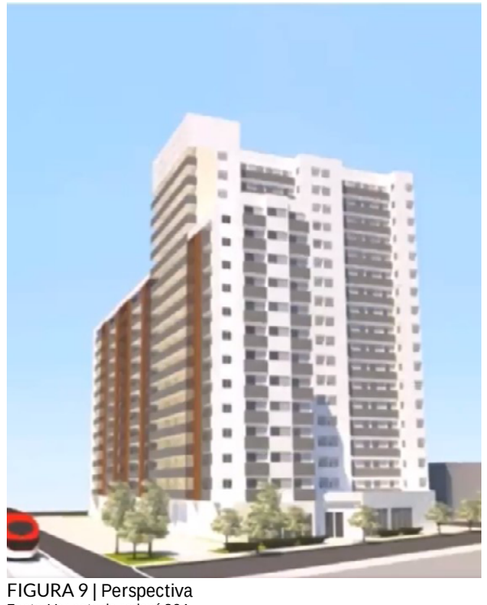


FIGURA 9 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 264.

265. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 06.08.2020.
266. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
267. Disponível em: https://www.facebook.com/mstleste1/photos/pcb.1128645573923073/1128644627256501/. Acesso em 06.08.2020.

PARQUE BOA ESPERANÇA I Q60 (FORTALEZA)

Ano: 2018
Endereço: R. Aguarico, s/n
Bairro: Jardim Augusto
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 27km
Área Terreno: 3.323,00m²
Número UH: 147
Área UH: 43,74m²
Entidade: Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania
Movimento: Instituto Inácio Monteiro
Assessoria: Drucker Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Parcialmente licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site Drucker Arquitetura, 2020.[268]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania, 2018.[269]



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 268.

268. Disponível em: http://www.monicadrucker.com.br/. Acesso em 24.07.2020.
269. Disponível em: https://www.facebook.com/institutoinaciomonteiro/photos/pcb.1662477087215240/1662475293882086. Acesso em 24.07.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[270]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 270.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 270.

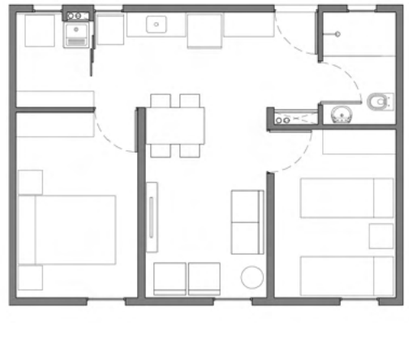


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[271] p.37

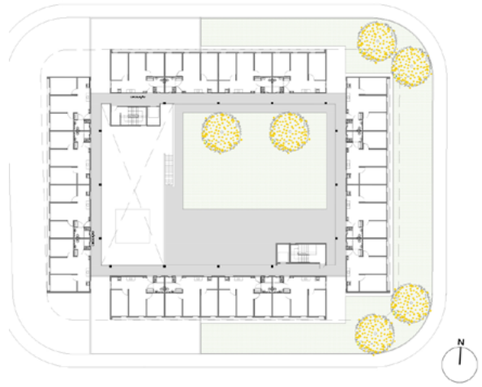


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[272] p.37

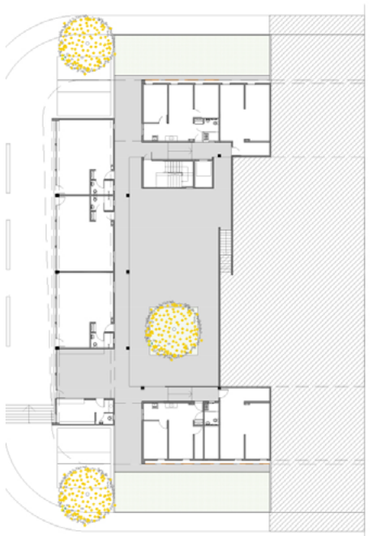


FIGURA 9
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[273] p.37

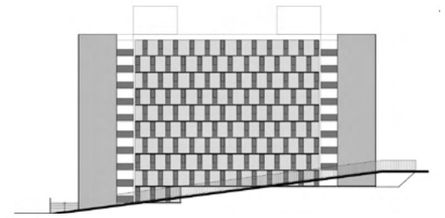


FIGURA 10
Elevação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[274] p.37

270. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 24.07.2020.
271. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
272. Idem a nota de rodapé 271.
273. Idem a nota de rodapé 271.
274. Idem a nota de rodapé 271.

PARQUE BOA ESPERANÇA II
Q37B (RES. DOS SONHOS)

Ano: 2018

Endereço: R. Curumatim, s/n

Bairro: Iguatemi

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1

Distância até a Sé: Aprox. 27km

Área Terreno: 4.340,00m²

Número UH: 85

Área UH: 44,68m²

Entidade: Fórum dos Mutirões de São Paulo
Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania

Movimento: Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB)

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Parcialmente licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[275] p.36

275. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[276]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 276.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 276.

FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[277] p.36



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[278] p.36

276. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 29.07.2020.
277. Idem a nota de rodapé 275.
278. Idem a nota de rodapé 275.

RESIDENCIAL DONA DEDA

Ano: 2018

Endereço: R. Professor Oscar Campiglia, s/n

Bairro: Campo Limpo

Zona: Sul

Zoneamento (PDE): ZEIS-1

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 2.211,05m²

Número UH: 117

Área UH: Tipo A: 68,36m²
Tipo B: 66,38m²

Entidade: Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio (AMAENM)

Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Assessoria: Grupo Técnico de Apoio

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (set/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[279] p.42



FIGURA 3 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2015.[281]



FIGURA 2 | Foto oficina
Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2015.[280]

279. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.
280. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.809570039126514/809560539127464. Acesso em 31.07.2020.
281. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.809570039126514/809562165793968. Acesso em 31.07.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2014
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[282]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2017
Fonte: Ver nota de rodapé 282.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 282.

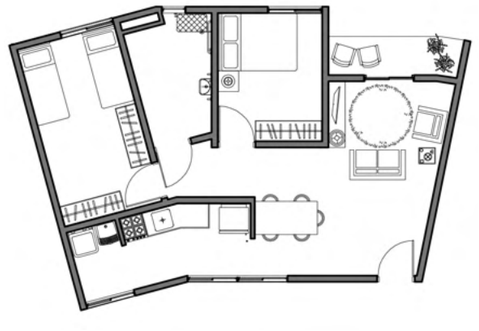


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[283] p.43

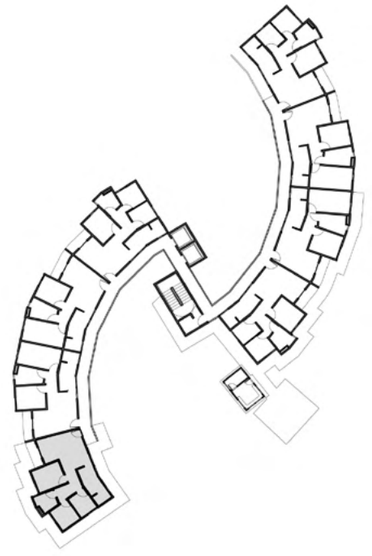


FIGURA 9
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[285] p.42

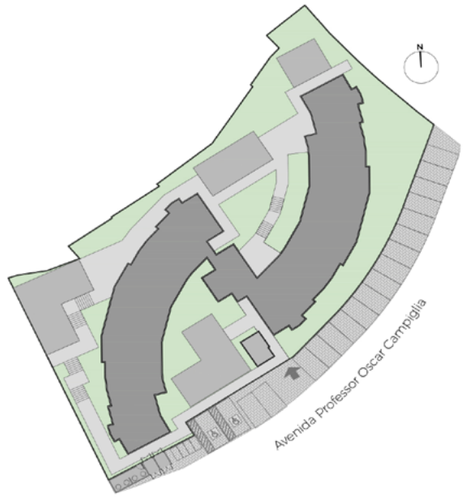


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[284] p.42



FIGURA 10 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2015.[286]

282. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 31.07.2020.
283. Idem a nota de rodapé 276.
284. Idem a nota de rodapé 276.
285. Idem a nota de rodapé 276.
286. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.809570039126514/809560565794128. Acesso em 31.07.2020.

PERUS M

Ano: 2018
Endereço: Estr. do Pinheirinho, s/n
Bairro: Perus
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 30km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 140
Área UH: Não informado
Entidade: Assoc. Comun. do CH Brasilândia
Assoc. Anjos da Paz da Vila Santista
Assoc. Amigos do Jardim Pery Alto
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Não informado
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[287]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 287.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 287.

287. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 09.07.2020.

PERUS N

Ano: 2018
Endereço: Estr. do Pinheirinho, s/n
Bairro: Perus
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-2
Distância até a Sé: Aprox. 30km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 307
Área UH: Não informado
Entidade: Associação Amigos do Jardim Pery Alto
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Não informado
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[288]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 288.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 288.

288. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 09.07.2020.

SANTA ETELVINA I/VI A Q18B L05

Ano: 2018

Endereço: R. Manuel Noscoso, s/n x R. Rafael Della Monica, s/n

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMIS

Distância até a Sé: Aprox. 31km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 27

Área UH: Não informado

Entidade: Associação de Moradia Jardim Casa Branca II

Movimento: Não informado

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[289]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 289.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 289.

289. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 05.08.2020.

SAN RAYMOND

Ano: 2018
Endereço: Av. Joaquim Napoleão Machado, 2013
Bairro: Chácara das Corujas
Zona: Sul
Zoneamento (PDE): ZMa
Distância até a Sé: Aprox. 27km
Área Terreno: Não informado
Número UH: 276
Área UH: Não informado
Entidade: Associação de Moradia do Parque Otero
Movimento: Não informado
Assessoria: Não informado
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)

SP | Localização

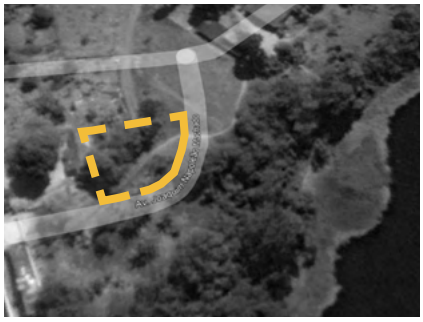


FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[290]

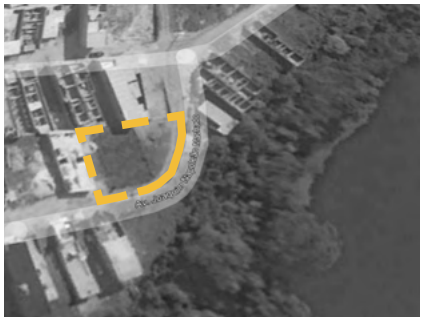


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 290.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 290.

290. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 28.09.2021.

SANTA ETELVINA I/VI A Q18F L01 (ANDORINHAS - CABREUVA)

Ano: 2018

Endereço: Av. dos Têxteis, s/n x Av. Naylor de Oliveira, s/n

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMISa

Distância até a Sé: Aprox. 29km

Área Terreno: 1.996,91m²

Número UH: 40

Área UH: Tipo A: 45,28m²
Tipo B: 47,03m²
Tipo C: 47,09m²

Entidade: Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Parque das Andorinhas

Movimento: Não informado

Assessoria: Sólida Projetos e Obras

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/20)
Indeferido (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[291] p.63

291. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.

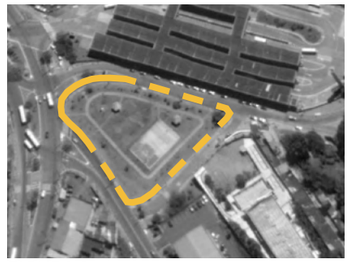


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[292]

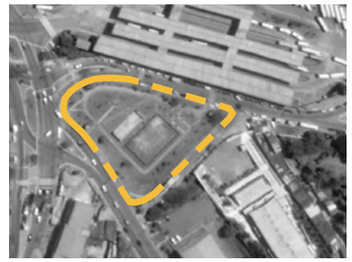


FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 292.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 292.



FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[293] p.63

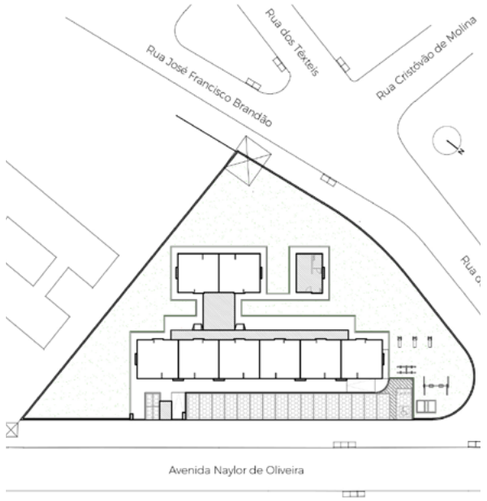


FIGURA 6
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[294] p.62

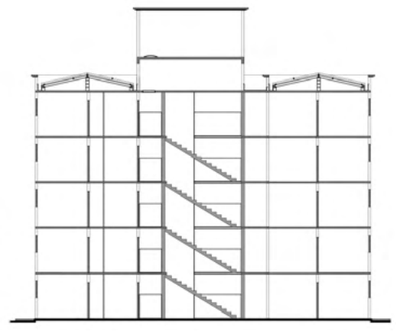


FIGURA 7
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[295] p.62



FIGURA 8
Elevação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[296] p.62

292. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 05.08.2021.
293. Idem a nota de rodapé 291.
294. Idem a nota de rodapé 291.
295. Idem a nota de rodapé 291.
296. Idem a nota de rodapé 291.

SANTA ETELVINA I/VI A Q21 A L05 (TÊXTEIS)

Ano: 2018

Endereço: Av. dos Têxteis, 655

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMISa

Distância até a Sé: Aprox. 30km

Área Terreno: 771,00m²

Número UH: 32

Área UH: Tipo A: 49,66m²
Tipo B: 48,65m²

Entidade: Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[297] p.55

297. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[298]



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 298.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 298.

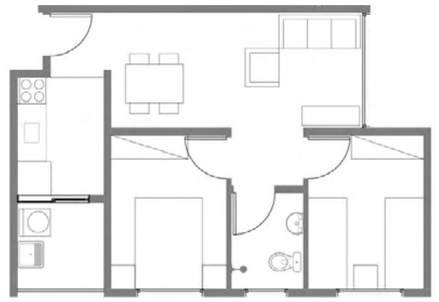


FIGURA 5
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[299] p.55

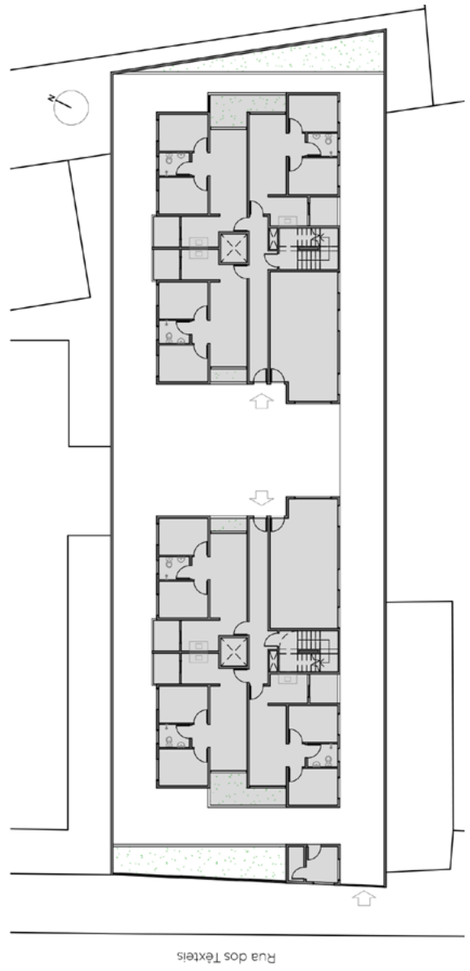


FIGURA 6
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[300] p.55

298. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 04.08.2021.
299. Idem a nota de rodapé 294.
300. Idem a nota de rodapé 294.

SANTA ETELVINA IIB 05
Q09 L127

Ano: 2018

Endereço: R. Santa Tereza, s/n x Estr. de São Simão, s/n

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1

Distância até a Sé: Aprox. 30km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 192

Área UH: Não informado

Entidade: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de São Paulo (CONSEHAB)

Movimento: Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de São Paulo (CONSEHAB)

Assessoria: Arq. Daniel Rosa

Tipo: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[301]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 301.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 301.

301. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 04.08.2021.

SINFONIA ITALIANA - GRAJAÚ G

Ano: 2018

Endereço: R. Sinfonia Italiana, 22

Bairro: Jardim São Bernardo

Zona: Sul

Zoneamento (PDE): ZMa

Distância até a Sé: Aprox. 28km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 200

Área UH: Não informado

Entidade: Associação Pró-Moradia de Taboão da Serra

Movimento: Federação Intermunicipal de Movimentos e Associações Pró-Moradia

Assessoria: Não informado

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[302]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 302.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 302.

302. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 15.07.2021.

SÍTIO PAIOLZINHO LOTES 1, 2 3A, 3B, 4A, 5, 6, 7A E 7B

Ano: 2018

Endereço: R. Nestor Ferreira da Rocha, s/n x R. Dr. Luiz Branco Ribeiro, s/n

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1

Distância até a Sé: Aprox. 33km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 2.820 (total)

Área UH: Não informado

Entidade: Assoc. Comun. dos Moradores na Luta por Justiça (L01)
CEI - Fonte da Unção Celestial (L02)
Movimento Sem Teto do Centro (L03a)
Associação Dias Melhores (L03b)
Movimento de Luta por Moradia Digna (L04)
Assoc. de Moradores do Conj. Hab. 26 de Julho (L05)
Comun. Kolping São Francisco de Guaianazes (L06)
Projetech Projetos Técnicos e Sociais (L07a)
Associação Amigos do Jardim Ipanema (L07b)

Movimento: Frente de Luta pela Moradia (FLM)

Assessoria: Não informado

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[303]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 303.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 303.

303. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 05.07.2021.

SONDA B

Ano: 2018
Endereço: Av. Sanatório, s/n x Rod. Fernão Dias, s/n
Bairro: Jardim Cabucu
Zona: Norte
Zoneamento (PDE): ZEIS-1
Distância até a Sé: Aprox. 16km
Área Terreno: 4.675,95m²
Número UH: 180
Área UH: Não informado
Entidade: Associação dos Sem Terra da Zona Norte
Movimento: Não informado
Assessoria: Norte Assessoria
Tipologia: Construção nova
Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciado pela PMSP (out/20)

SP | Localização

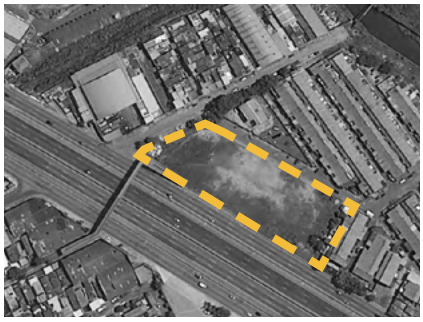


FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[304]

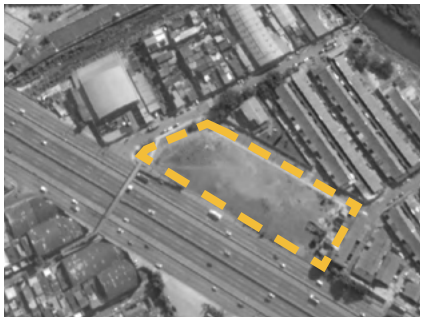


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 304.

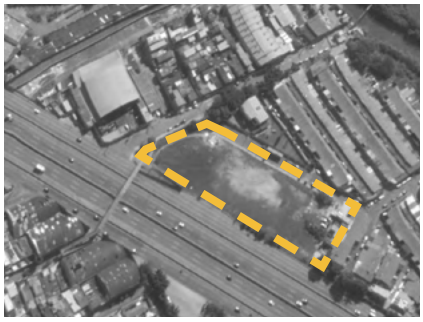


FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 304.

304. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 11.08.2021.

TEOTÔNIO VILELA/JARDIM SAPOPEMBA Q15 L17

Ano: 2018

Endereço: R. Esquiel Navarro, s/n x R. Simpliciano Olivo, s/n

Bairro: Jardim Sapopemba

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMIS

Distância até a Sé: Aprox. 17,5km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 32

Área UH: Não informado

Entidade: Associação Beneficente Vila Bancária por Moradia Popular

Movimento: União dos Movimentos de Moradia

Assessoria: Drucker Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA 1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[305]



FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 305.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 305.

305. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 06.08.2021.

TUPAROQUERA PORTO FELIZ B

Ano: 2018

Endereço: R. Nova do Tuparoquera, s/n

Bairro: Jardim Novo Santo Amaro

Zona: Sul

Zoneamento (PDE): ZEIS-1

Distância até a Sé: Aprox. 22km

Área Terreno: Não informado

Número UH: 176

Área UH: Não informado

Entidade: Fórum dos Mutirões de São Paulo Associação Vento Leste

Movimento: Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB)

Assessoria: Construtora Itajaí

Tipologia: Construção nova

Situação: Selecionado para contratação (MCidades) (fev/18)
Licenciamento em andamento (PMSP) (out/20)

SP | Localização



FIGURA1
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[306]

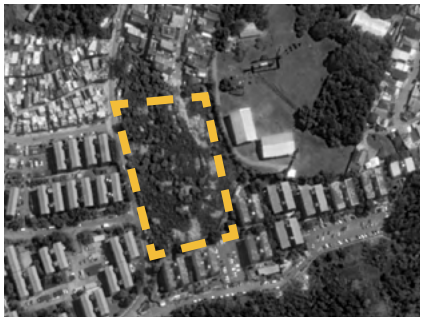


FIGURA 2
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 306.



FIGURA 3
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 306.

306. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 11.08.2021.

ANEXO III

Inventário dos empreendimentos contratados do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo



Foto: acervo UNMP, 2018

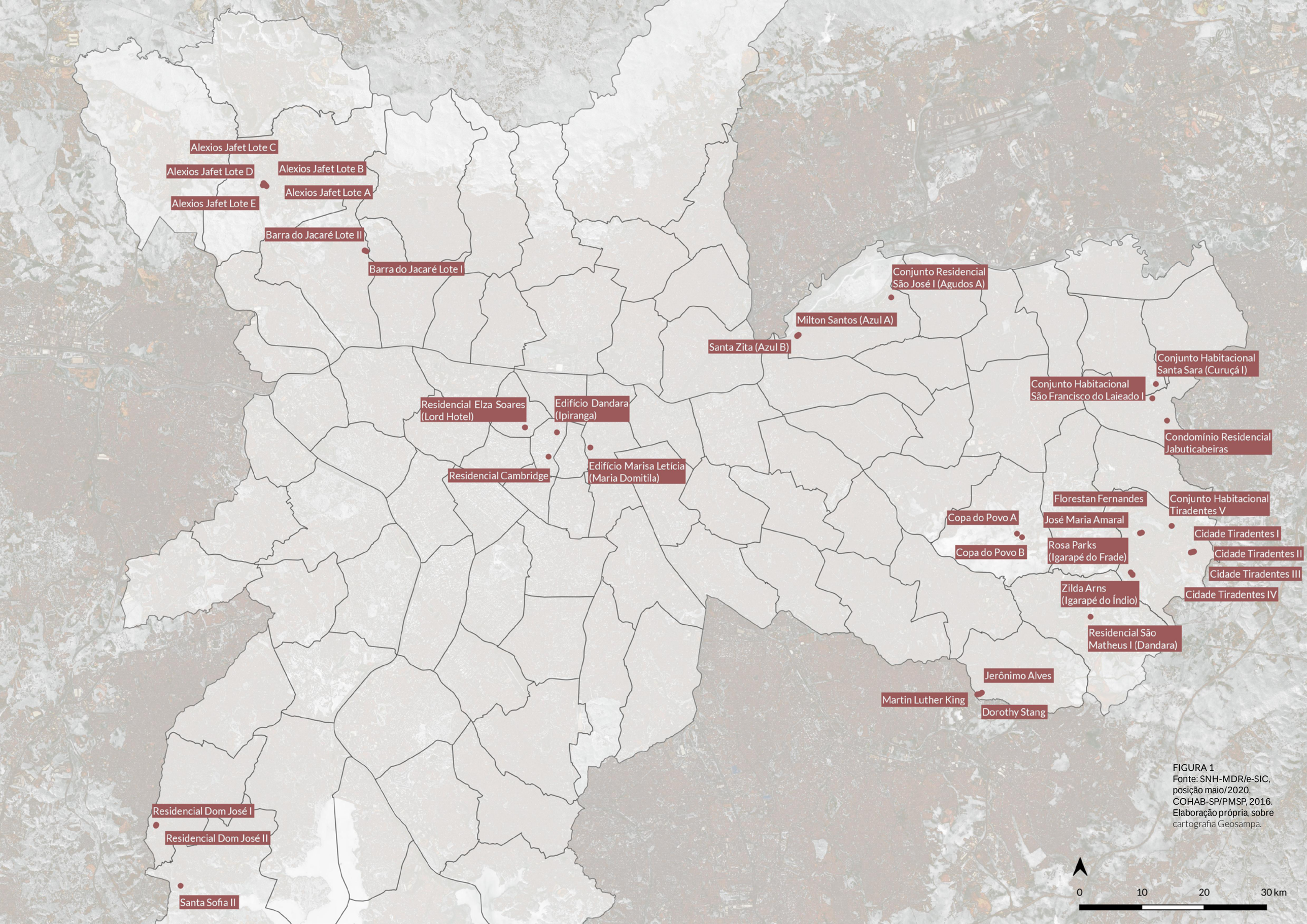


FIGURA 1
Fonte: SNH-MDR/e-SIC, posição maio/2020, COHAB-SP/PMSP, 2016. Elaboração própria, sobre cartografia Geosampa.

ÍNDICE

Conj. Habitacional Alexios Jafet - A e B 6
Conj. Habitacional Alexios Jafet - C e D 8
Conj. Habitacional Alexios Jafet - E 10
Conj. Habitacional São Francisco do Lajeado 12
Florestan Fernandes 14
José Maria Amaral 16
Residencial Dom José I 18
Residencial Dom José II 20
Barra do Jacaré - Lote I 22
Barra do Jacaré - Lote II 24
Cidade Tiradentes I 26
Cidade Tiradentes II 28
Cidade Tiradentes III 30
Cidade Tiradentes IV 32
Condomínio Residencial Jabuticabeiras 34
Santa Sofia II 36
Dandara (Edifício Ipiranga) 38

Copa do Povo A.....40
Copa do Povo B.....42
Milton Santos (Azul A).....44
Santa Zita (Azul B).....46
Martin Luther King.....48
Dorothy Stang.....50
Jerônimo Alves.....52
Marisa Letícia (Maria Domitila).....54
Elza Soares (Lord Hotel).....56
Residencial São Mateus Cond. 01 (Dandara).....58
Conjunto Residencial São José I (Agudos A).....60
Conjunto Habitacional Santa Sara (Curuçá I).....62
Conjunto Habitacional Tiradentes V.....64
Residencial Cambridge.....66
Rosa Parks (Igarapé do Frade).....68
Zilda Arns (Igarapé do Índio).....70

CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - A E B

Ano: 2010

Endereço: R. Alexios Jafet, 253

Bairro: Jaraguá

Zona: Norte

Zoneamento (PDE): ZM-1 (2004) | ZEIS-2 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 23km

Área Terreno: 33.983,11m² (total)

Propriedade: Associação Anjos da Paz da Vila Santista (aquisição)

Número UH: 384

Área UH: 57,00m²

Entidade: Associação Anjos da Paz da Vila Santista

Movimento: União Nacional por Moradia Popular (UNMP)

Assessoria: Ambiente Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Site Ambiente Arquitetura, 2020.[1]



FIGURA 2 | Foto assembleia

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[2] p. 20

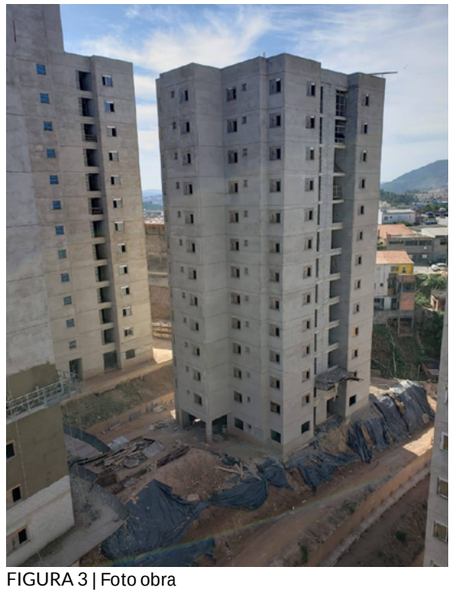


FIGURA 3 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Ambiente Arqui, 2020.[3]

1. Disponível em: https://ambientearquitetura.com/trabalhos/projeto-de-loteamento-alexios-jafet/. Acesso em 12.06.2020.
2. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
3. Disponível em: https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2548437375485962&type=3. Acesso em: 17.12.2020.

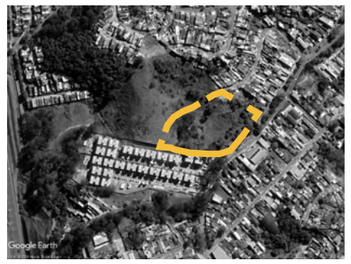


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[4]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2017
Fonte: Ver nota de rodapé 4.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 4.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[5] p. 22

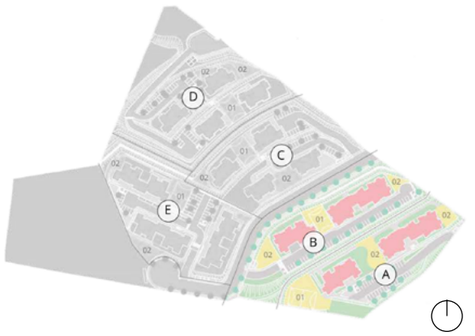


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[6] p. 21. Adaptada pela autora.



FIGURA 9 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Ambiente Arqui, 2020.[7]



FIGURA 10 | Foto mutirão

Fonte: Página Facebook Assessoria técnica Ambiente Arquitetura, 2018.[8]



FIGURA 11 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Ambiente Arqui, 2019.[9]

4. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 09.06.2020.
5. Idem a nota de rodapé 2.
6. Idem a nota de rodapé 2.
7. Disponível em: https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2548437375485962&type=3. Acesso em 17.12.2020.
8. Disponível em: https://www.facebook.com/media/set/?vanity=AssessoriaTecnicaAmbienteArquitetura&set=a.1378506862286013. Acesso em 17.12.2020.
9. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2180429735620063&set=pb.100009591741838.-2207520000..&type=3. Acesso em 12.06.2020.

CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - C E D

Ano: 2010

Endereço: R. Alexios Jafet, 253

Bairro: Jaraguá

Zona: Norte

Zoneamento (PDE): ZM-1 (2004) | ZEIS-2 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 23km

Área Terreno: 33.983,11m² (total)

Propriedade: Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (aquisição)

Número UH: 420

Área UH: 58,70m²

Entidade: Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste

Movimento: União Nacional por Moradia Popular (UNMP)

Assessoria: Ambiente Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Site Ambiente Arquitetura, 2020.[10]



FIGURA 2 | Foto assembleia

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[11] p. 20



FIGURA 3 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Assessoria técnica Ambiente Arquitetura, 2019.[12]

10. Disponível em: https://ambientearquitetura.com/trabalhos/projeto-de-loteamento-alexios-jafet/. Acesso em 12.06.2020.
11. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
12. Disponível em: https://www.facebook.com/AssessoriaTecnicaAmbienteArquitetura/photos/1611404565662907. Acesso em 16.06.2020.

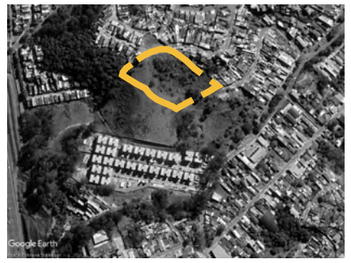


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[13]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2017
Fonte: Ver nota de rodapé 13.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 13.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[14] p. 24.

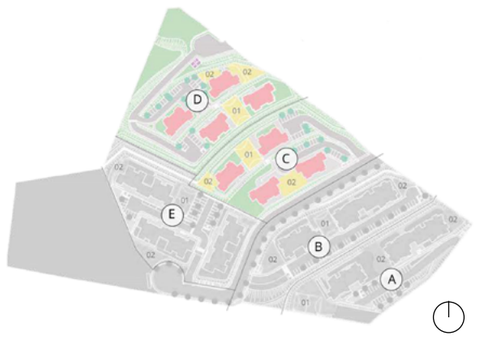


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[15] p. 21. Adaptada pela autora.



FIGURA 9 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Assessoria técnica Ambiente Arquitetura, 2015.[16]



FIGURA 10 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Assessoria técnica Ambiente Arquitetura, 2019.[17]



FIGURA 11 | Foto mutirão

Fonte: Página Facebook Assessoria técnica Ambiente Arquitetura, 2019.[18]

13. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 12.06.2020.
14. Idem a nota de rodapé 11.
15. Idem a nota de rodapé 11.
16. Disponível em: https://www.facebook.com/AssessoriaTecnicaAmbienteArquitetura/photos/642056935931013. Acesso em 23.12.2020
17. Disponível em: https://www.facebook.com/AssessoriaTecnicaAmbienteArquitetura/photos/1611403865662977. Acesso em 16.06.2020.
18. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2180429708953399&set=pcb.2180430128953357. Acesso em 16.06.2020

CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - E

Ano: 2010

Endereço: R. Alexios Jafet, 253

Bairro: Jaraguá

Zona: Norte

Zoneamento (PDE): ZM-1 (2004) | ZEIS-2 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 23km

Área Terreno: 33.983,11m² (total)

Propriedade: Associação por Habitação com Dignidade (aquisição)

Número UH: 300

Área UH: 55,60m²

Entidade: Associação por Habitação com Dignidade

Movimento: União Nacional por Moradia Popular (UNMP)

Assessoria: Ambiente Arquitetura

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Página Facebook Assessoria técnica Ambiente Arquitetura, 2019.[19]



FIGURA 2 | Foto mutirão

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[20] p. 27



FIGURA 3 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Assessoria técnica Ambiente Arquitetura, 2019.[21]

19. Disponível em: https://www.facebook.com/AssessoriaTecnicaAmbienteArquitetura/photos/1611404565662907. Acesso em 16.06.2020.
20. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
21. Disponível em: https://www.facebook.com/AssessoriaTecnicaAmbienteArquitetura/photos/1611404215662942. Acesso em 16.06.2020.

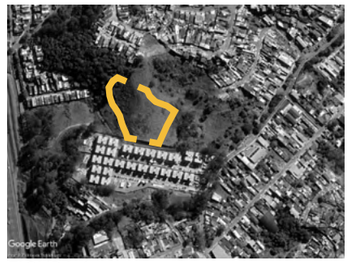


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[22]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2017
Fonte: Ver nota de rodapé 22.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 22.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[23] p. 26

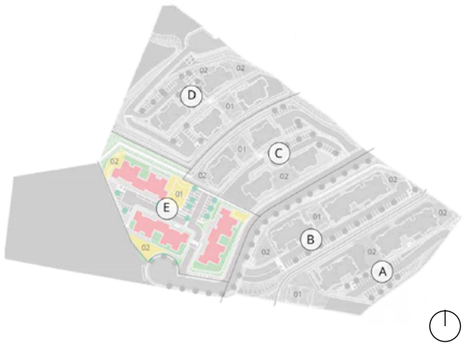


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[24] p. 21. Adaptada pela autora.



FIGURA 9 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Assessoria técnica Ambiente Arquitetura, 2019.[25]



FIGURA 10 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Ambiente Arqui, 2020.[26]



FIGURA 11 | Foto mutirão

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[27] p. 22

22. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.06.2020
23. Idem a nota de rodapé 20.
24. Idem a nota de rodapé 20.
25. Disponível em: https://www.facebook.com/AssessoriaTecnicaAmbienteArquitetura/photos/1611404018996295. Acesso em 16.06.2020.
26. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=2541573419505691&set=a.2541573109505722. Acesso em 23.12.2020.
27. Idem a nota de rodapé 20.

CONJ. HABITACIONAL SÃO FRANCISCO DO LAJEADO

Ano: 2010

Endereço: R. Francisco de Oliveira, 136

Bairro: Jardim Lajeado

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2004 e 2016)

Distância até a Sé: Aprox. 28km

Área Terreno: 12.885,28m²

Propriedade: Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo (aquisição)

Número UH: 252

Área UH: 41,67m²

Entidade: Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo

Movimento: Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB)

Assessoria: Fábrica Urbana

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Página Fórum de Cortiços e Sem-teto de São Paulo, 2018.[28]



FIGURA 2 | Foto visita à obra

Fonte: NUNES, A. C., 2017[29] p. 195



FIGURA 3 | Foto obra

Fonte: Página Fórum de Cortiços e Sem-teto de São Paulo, 2018.[30]

28. Disponível em: https://forumcorticos.org.br/wp-content/uploads/2018/11/projeto_sao_francisco_lajeado.pdf. Acesso em 19.06.2020.
29. NUNES, A. C. (2017) Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades: O caso da Fábrica Urbana (São Paulo). Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
30. Disponível em: https://forumcorticos.org.br/wp-content/uploads/2018/12/forum_corticos_ultima_vistoria_caixa_economica_07_12_2018_7.jpg. Acesso em 19.06.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2012
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[31]

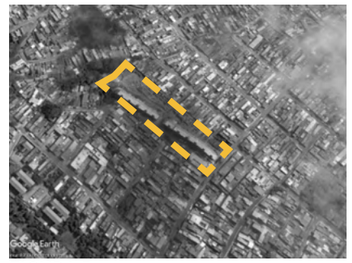


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2014
Fonte: Ver nota de rodapé 31.

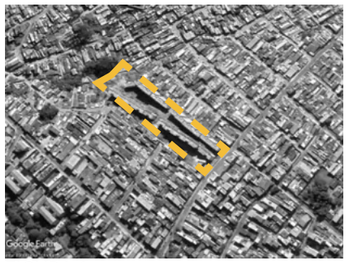


FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 31.



FIGURA 7
Implantação | Sem escala
Fonte: NUNES, A. C., 2017[32] p. 189



FIGURA 8
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Página Fórum de Cortiços e Sem-teto de São Paulo, 2018.[33] Adaptada pela autora.



FIGURA 9 | Foto obra

Fonte: Página Fórum de Cortiços e Sem-teto de São Paulo, 2017.[34]



FIGURA 10 | Perspectiva

Fonte: NUNES, A. C., 2017[35] p. 189

31. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.06.2020.
32. Idem à nota de rodapé 29.
33. Disponível em: https://forumcorticos.org.br/wp-content/uploads/2018/11/projeto_sao_francisco_lajeado.pdf. Acesso em 19.06.2020.
34. Disponível em: https://forumcorticos.org.br/wp-content/uploads/2017/05/reintegracao_De_posse_lageado_17_04_2017.jpg. Acesso em 19.06.2020.
35. Idem a nota de rodapé 29.

FLORESTAN FERNANDES

Ano: 2010
Endereço: R. Francisco José Alves, 194
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2004 e 2016)
Distância até a Sé: Aprox. 30km
Área Terreno: 18.770,66m² (total)
Propriedade: Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste I (aquisição)
Número UH: 198
Área UH: 58,78m²
Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Assessoria: Ambiente Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto obra
Fonte: Trabalhador coletivo: de dentro e através de mutirão. portal Archdaily, 2017.[36]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[37] p. 56



FIGURA 3 | Foto obra
Fonte: UNMP. Mutirões José Maria Amaral e Florestan Fernandes, 2014.[38]

36. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/875228/trabalhador-coletivo-de-dentro-e-atraves-do-mutirao. Acesso em: 09.06.2020
37. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
38. Disponível em: http://autogestao.unmp.org.br/experiencias/florestan-fernandes-e-jose-maria-amaral/. Acesso em: 09.06.2020



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2010
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[39]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2014
Fonte: Ver nota de rodapé 39.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 39.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Mutirões José Maria Amaral e Florestan Fernandes. site UNMP, 2014.[40]

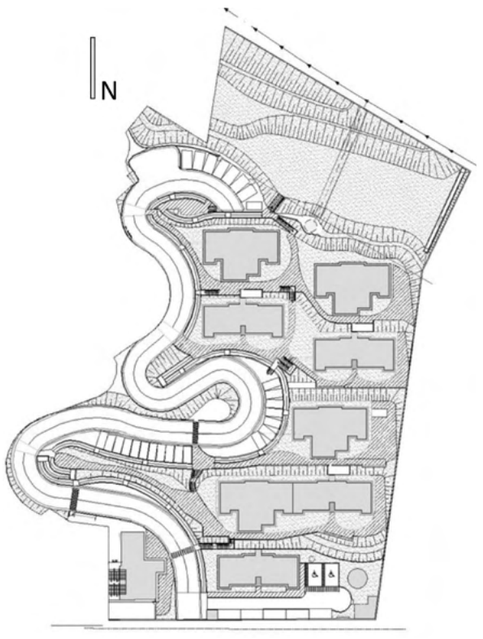


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 40.



FIGURA 9 | Foto obra
Fonte: Ver nota de rodapé 36.



FIGURA 10 | Foto obra
Fonte: Ver nota de rodapé 36.



FIGURA 11 | Foto mutirão
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[41] p. 59

39. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 09.06.2020.
40. Disponível em: http://autogestao.unmp.org.br/experiencias/florestan-fernandes-e-jose-maria-amaral/. Acesso em: 09.06.2020
41. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.

JOSÉ MARIA AMARAL

Ano: 2010
Endereço: R. Francisco José Alves, 298
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2004 e 2016)
Distância até a Sé: Aprox. 30km
Área Terreno: 18.770,66m² (total)
Propriedade: Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste I (aquisição)
Número UH: 198
Área UH: 56,78m²
Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Assessoria: Ambiente Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: UNMP. Projetos e fotos dos mutirões José Maria Amaral e Florestan Fernandes - Leste 1, 2011.[42]



FIGURA 2 | Foto mutirão
Fonte: UNMP. Projetos e fotos dos mutirões José Maria Amaral e Florestan Fernandes - Leste 1, 2014.[43]

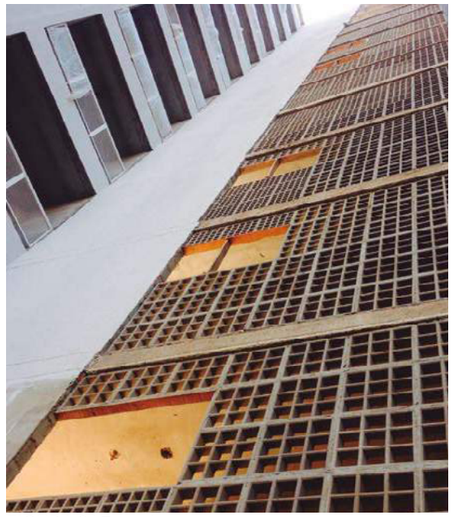


FIGURA 3 | Foto obra
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[44] p. 56

42. Disponível em: http://sp.unmp.org.br/projetos-e-fotos-dos-mutiroes-jose-maria-amaral-e-florestan-fernandes-leste-1/?option=com_morfeoshow&task=view&gallery=18&Itemid=91. Acesso em 09.06.2020.
43. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/09/LESTE_FlorestanJMA.pdf. Acesso em 09.06.2020.
44. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.

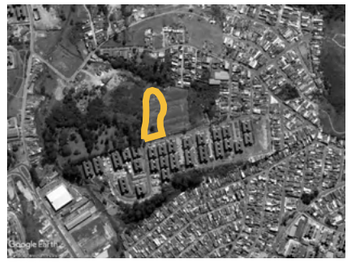


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2010
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[45]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2014
Fonte: Ver nota de rodapé 45.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 45.



FIGURA 7
Planta baixa da unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 43.

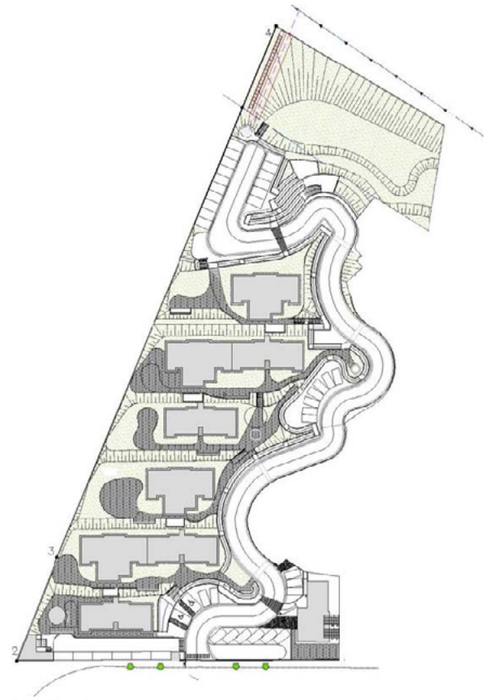


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 43.



FIGURA 9 | Foto obra
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[46] p. 59

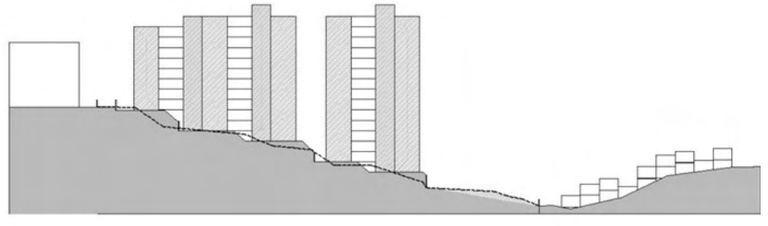


FIGURA 10
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 43.

45. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 09.06.2020.
46. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.

RESIDENCIAL DOM JOSÉ I

Ano: 2010
Endereço: Estr. de Itapecerica, 8420
Bairro: Capão Redondo
Zona: Sul
Zoneamento (PDE): ZEIS-2 (2004) | ZEIS-5 (2016)
Distância até a Sé: Aprox. 28km
Área Terreno: 12.270,68m² (total)
Propriedade: AAC Modelar (aquisição)
Número UH: 200
Área UH: 47,23m²
Entidade: Associação de Amigos do Conjunto Modelar (AAC Modelar)
Movimento: União dos Movimentos de Moradia Independentes da Zona Sul de São Paulo
Assessoria: Brasil Habitat
Tipologia: Construção nova
Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização

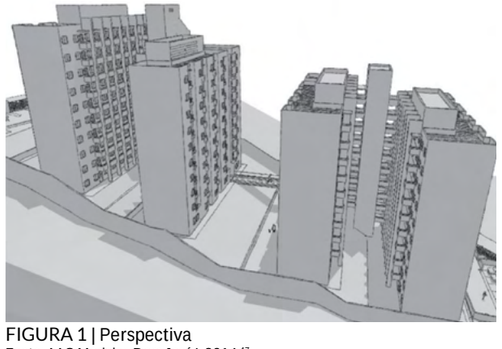


FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: AAC Modelar. Dom José I, 2014.[47]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Blog Condomínio D. José I, 2010.[48]



FIGURA 3 | Foto obra
Fonte: Ver nota de rodapé 48.

47. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/DON-JOSE-I_-MODELAR_HABITAT.pdf. Acesso em: 12.06.2020.
48. Disponível em: http://condomjoseum.blogspot.com/p/fotos.html. Acesso em: 12.06.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[49]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 49.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 49.



FIGURA 7
Implantação | Sem escala
Fonte: Blog Condomínio D. José I, 2010.[50]

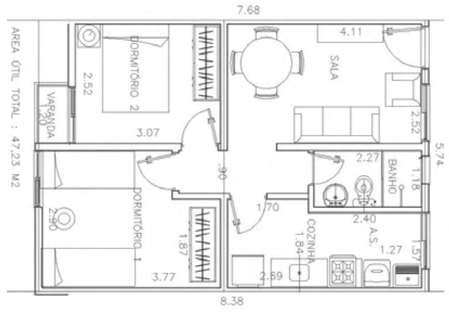


FIGURA 8
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 50.

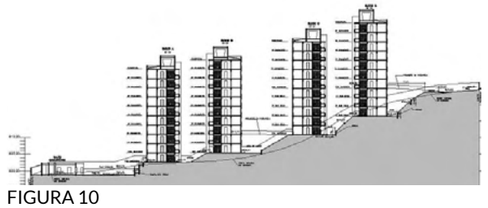


FIGURA 10
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 50.

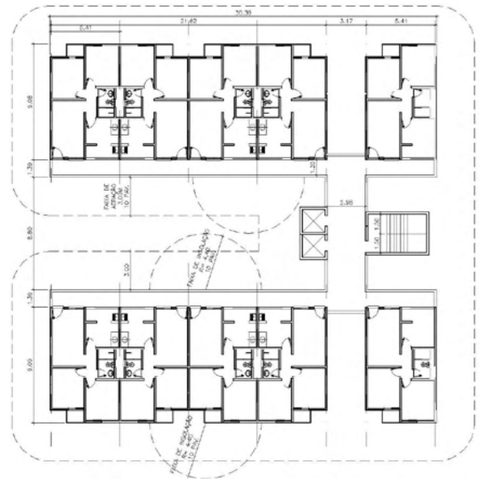


FIGURA 9
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 50.

49. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 09.06.2020
50. Disponível em: http://condomjoseum.blogspot.com/p/projeto.html. Acesso em: 12.06.2020

RESIDENCIAL DOM JOSÉ II

Ano: 2011

Endereço: Estr. de Itapecerica, 8450

Bairro: Capão Redondo

Zona: Sul

Zoneamento (PDE): ZEIS-2 (2004) | ZEIS-5 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 28km

Área Terreno: 11.392,36m²

Propriedade: Associação dos Moradores do Jardim Comercial e Adjacências (aquisição)

Número UH: 200

Área UH: 48,60m²

Entidade: Associação dos Moradores do Jardim Comercial e Adjacências

Movimento: União dos Movimentos de Moradia Independentes da Zona Sul de São Paulo

Assessoria: Brasil Habitat

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Blog Condomínio Dom José II, 2011.[51]



FIGURA 2 | Perspectiva

Fonte: Ver nota de rodapé 51.



FIGURA 3 | Foto visita à obra

Fonte: Página Facebook Brasil Habitat, 2018.[52]

51. Disponível em: http://condomjosedois.blogspot.com/2011/12/perspectiva-do-conjunto.html#comment-form. Acesso em 18.06.2020.
52. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1886027464790013&set=a.640402069352565. Acesso em 18.06.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2014
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[53]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2018
Fonte: Ver nota de rodapé 53.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 53.

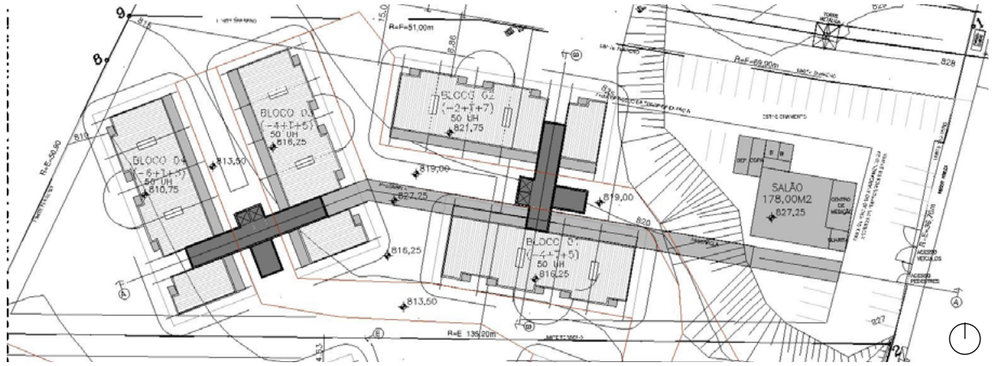


FIGURA 7
Implantação | Sem escala
Fonte: Blog Condomínio Dom José II, 2011.[54]

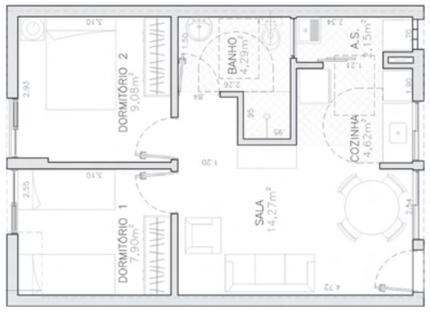


FIGURA 8
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Brasil Habitat e AMJCA. Apresentação Seminário Projetos Autogestionários no PMCMV Entidades - Condomínio Residencial Dom José II, 2014.[55]



FIGURA 9 | Foto assembleia

Fonte: ver nota de rodapé 55.



FIGURA 10
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 55.

53. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.06.2020.
54. Disponível em: http://condomjosedois.blogspot.com/p/projeto.html. Acesso em 18.06.2020.
55. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/DON-JOSE-II_-JARDIM-COMERCIAL_-HABITAT.pdf. Acesso em 18.06.2020.

BARRA DO JACARÉ - LOTE I

Ano: 2012

Endereço: R. Barra do Jacaré, 314

Bairro: Pirituba

Zona: Norte

Zoneamento (PDE): ZM-1 (2004 e 2016)

Área Terreno: 28.075,81m² (total)

Distância até a Sé: Aprox. 17km

Propriedade: Associação dos Trabalhadores do Conjunto Residencial Vale das Flores (aquisição)

Número UH: 295

Área UH: 55,18m²

Entidade: Associação dosTrabalhadores do Conjunto Residencial Vale das Flores

Movimento: Movimento de Moradia da Zona Oeste e Noroeste

Assessoria: Brasil Habitat

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto obra

Fonte: Página Facebook Catharina Teixeira, 2018.[56]



FIGURA 2 | Foto mutirão

Fonte: Blog Barra do Jacaré, 2013.[57]



FIGURA 3 | Foto mutirão

Fonte: Ver nota de rodapé 57.

56. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1865975503461876&set=a.640402069352565. Acesso em 19.06.2020.
57. Disponível em: http://barradojacare.blogspot.com/. Acesso em 19.06.2020.
58. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[59]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 59.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 59.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[60] p. 66



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[61] p. 65. Adaptada pela autora.



FIGURA 9 | Foto mutirão

Fonte: Blog Barra do Jacaré, 2017.[62]



FIGURA 10 | Perspectiva

Fonte: Blog Barra do Jacaré, 2013.[63]



FIGURA 11
Elevação esquemática | Sem escala

Fonte: Ver nota de rodapé 63.

59. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.06.2020.
60. Idem a nota de rodapé 58.
61. Idem a nota de rodapé 58.
62. Idem a nota de rodapé 57.
63. Disponível em: http://barradojacare.blogspot.com/p/projeto.html. Acesso em 19.06.2020.

BARRA DO JACARÉ - LOTE II

Ano: 2012

Endereço: R. Barra do Jacaré, 314

Bairro: Pirituba

Zona: Norte

Zoneamento (PDE): ZM-1 (2004 e 2016)

Distância até a Sé: Aprox. 17km

Área Terreno: 28.075,81m² (total)

Propriedade: Associação dos Trabalhadores do Conjunto Residencial Vale das Flores (aquisição)

Número UH: 297

Área UH: 55,17m²

Entidade: Associação dosTrabalhadores do Conjunto Residencial Vale das Flores

Movimento: Movimento de Moradia da Zona Oeste e Noroeste

Assessoria: Brasil Habitat

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto empreendimento

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[64] p. 64



FIGURA 2 | Foto mutirão

Fonte: Página Facebook Brasil Habitat, 2017.[65]



FIGURA 3 | Perspectiva

Fonte: Blog Barra do Jacaré, 2013.[66]



FIGURA 4 | Foto mutirão

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[66]. p. 64

64. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
65. Disponível em: https://www.facebook.com/BrasilHabitat/photos/1601753246518833. Acesso em 19.06.2020.
66. Disponível em: http://barradojacare.blogspot.com/p/projeto.html. Acesso em 19.06.2020.
67. Idem à nota de rodapé 64.



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[68]



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 68.



FIGURA 7
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 68.



FIGURA 8
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[69] p. 66



FIGURA 9
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[70] p. 65. Adaptada pela autora.



FIGURA 10 | Foto empreendimento

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[71] p. 67



FIGURA 11
Elevação esquemática | Sem escala

Fonte: Blog Barra do Jacaré, 2013.[72]

68. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.06.2020.
69. Idem a nota de rodapé 63.
70. Idem a nota de rodapé 63.
71. Idem a nota de rodapé 63.
72. Disponível em: http://barradojacare.blogspot.com/. Acesso em 19.06.2020.

CIDADE TIRADENTES I

Ano: 2012

Endereço: Tv. Cachoeira Paulo Afonso, s/n

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2004 e 2016)

Distância até a Sé: Aprox. 33km

Área Terreno: 72.223,00m² (total)

Propriedade: Movimento de Moradia, Sem Teto, Catadores de Papelão (aquisição)

Número UH: 216

Área UH: 51,67m²

Entidade: Movimento de Moradia, Sem Teto, Catadores de Papelão

Movimento: Movimento pelo Direito à Moradia (MDM)

Assessoria: Atitude Urbana

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização

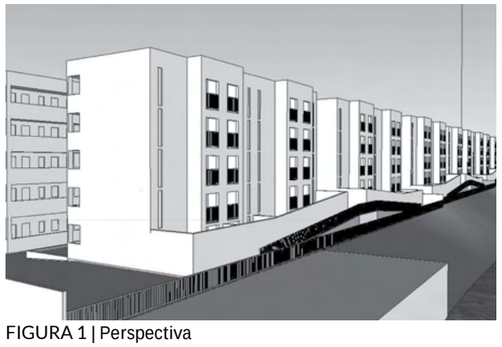


FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[73] Adaptada pela autora.



FIGURA 2 | Perspectiva

Fonte: Página Facebook Atitude Urbana, 2013.[74]



FIGURA 3 | Foto assembleia

Fonte: Página Facebook Atitude Urbana, 2013.[75]

73. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/SAO-JOAQUIM_MMC_ATITIUDE-URBANA.pdf. Acesso em 23.06.2020.
74. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.594248147267009/618210278204129. Acesso em 23.06.2020.
75. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.618146934877130/618147381543752. Acesso em 23.06.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[76]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 76.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 76.



FIGURA 7 | Foto assembleia

Fonte: Página facebook Atitude Urbana, 2013.[77]

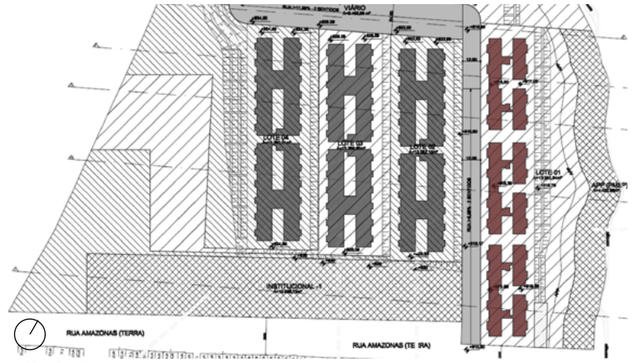


FIGURA 8
Implantação | Sem escala

Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[78] Adaptada pela autora.

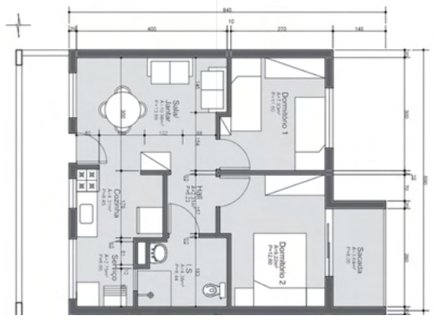


FIGURA 9
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala

Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[79]



FIGURA 10 | Perspectiva

Fonte: Site Movimento pelo Direito à Moradia, 2019.[80]



FIGURA 11
Corte esquemático | Sem escala

Fonte: Ver nota de rodapé 80.

76. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.06.2020.
77. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.618146934877130/618147738210383. Acesso em 23.06.2020.
78. Idem a nota de rodapé 81.
79. Idem a nota de rodapé 81.
80. Disponível em: https://www.mdm.org.br/projetos/apartamento-cidade-tiradentes-minha-casa-minha-vida/. Acesso em 23.06.2020.

CIDADE TIRADENTES II

Ano: 2012

Endereço: Tv. Cachoeira Paulo Afonso, s/n

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2004 e 2016)

Distância até a Sé: Aprox. 33km

Área Terreno: 72.223,00m² (total)

Propriedade: Movimento de Moradia, Sem Teto, Catadores de Papelão (aquisição)

Número UH: 222

Área UH: 51,67m²

Entidade: Movimento de Moradia, Sem Teto, Catadores de Papelão

Movimento: Movimento pelo Direito à Moradia (MDM)

Assessoria: Atitude Urbana

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Página facebook Atitude Urbana, 2013.[81]

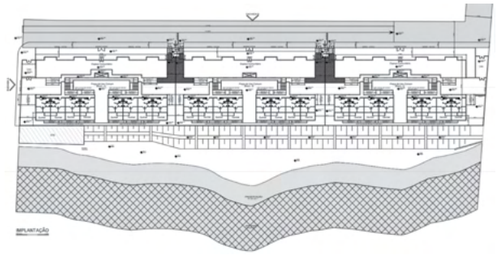


FIGURA 2

Planta pavimento térreo | Sem escala

Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[82]



FIGURA 3 | Foto assembleia

Fonte: Página Facebook Atitude Urbana, 2013.[83]

81. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.594248147267009/618209618204195. Acesso em 23.06.2020.
82. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/SAO-JOAQUIM_MMC_ATITIUDE-URBANA.pdf. Acesso em 23.06.2020.
83. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.618146934877130/618147554877068. Acesso em 23.06.2020.



FIGURA 4

Vista aérea terreno, 2013

Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[84]



FIGURA 5

Vista aérea terreno, 2016

Fonte: Ver nota de rodapé 84.



FIGURA 6

Vista aérea terreno, 2019

Fonte: Ver nota de rodapé 84.



FIGURA 7 | Assembleia

Fonte: Página facebook Atitude Urbana, 2013.[85]

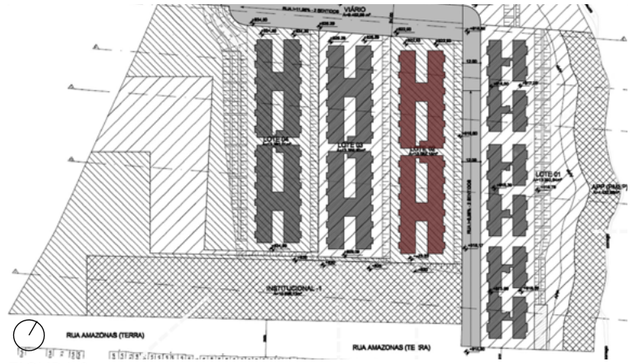


FIGURA 8

Implantação | Sem escala

Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[86] Adaptada pela autora.

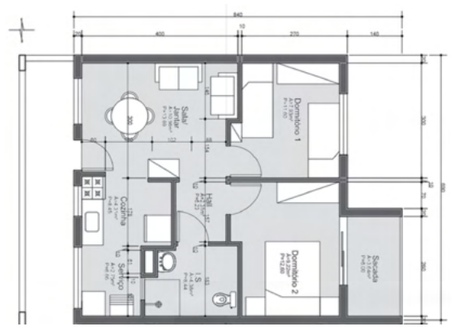


FIGURA 9

Planta baixa unidade habitacional | Sem escala

Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[87]



FIGURA 10 | Perspectiva

Fonte: Site Movimento pelo Direito à Moradia, 2019.[88]



FIGURA 11

Corte esquemático | Sem escala

Fonte: Ver nota de rodapé 88.

84. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 23.06.2020.
85. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.618146934877130/618147738210383. Acesso em 23.06.2020.
86. Idem a nota de rodapé 82.
87. Idem a nota de rodapé 82.
88. Disponível em: https://www.mdm.org.br/projetos/apartamento-cidade-tiradentes-minha-casa-minha-vida/. Acesso em 23.06.2020.

CIDADE TIRADENTES III

Ano: 2012
Endereço: Tv. Cachoeira Paulo Afonso, s/n
Bairro: Cidade Tiradentes
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2004 e 2016)
Distância até a Sé: Aprox. 33km
Área Terreno: 72.223,00m² (total)
Propriedade: Movimento pelo Direito à Moradia (aquisição)
Número UH: 228
Área UH: 51,67m²
Entidade: Movimento pelo Direito à Moradia (MDM)
Movimento: Movimento pelo Direito à Moradia (MDM)
Assessoria: Atitude Urbana
Tipologia: Construção nova
Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[89]

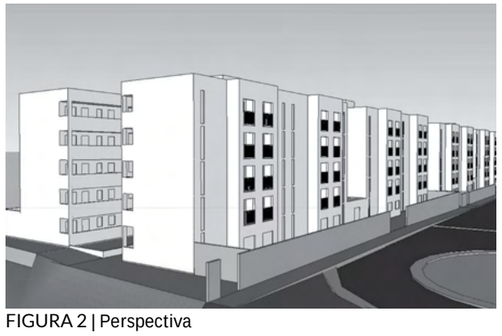


FIGURA 2 | Perspectiva
Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[90] Adaptada pela autora.



FIGURA 3 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Atitude Urbana, 2013.[91]

89. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/SAO-JOAQUIM_MMC_ATITIUDE-URBANA.pdf. Acesso em 23.06.2020.
90. Idem à nota de rodapé 89.
91. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.618146934877130/618147628210394. Acesso em 23.06.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[92]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 92.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 92.

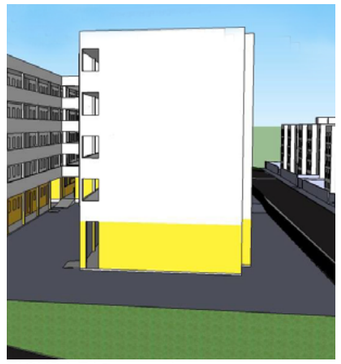


FIGURA 7 | Perspectiva
Fonte: Página Facebook Atitude Urbana, 2013.[93]

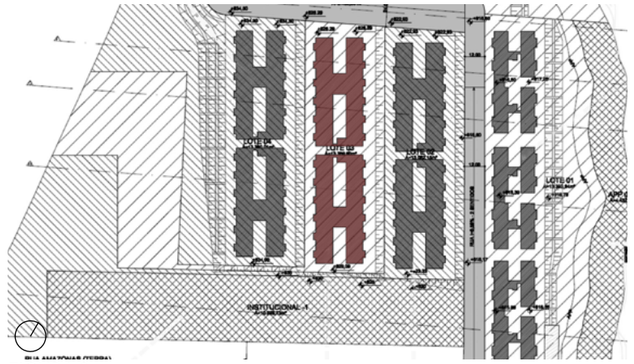


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[94] Adaptada pela autora.

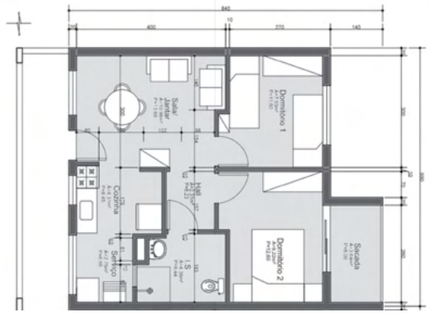


FIGURA 9
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 89.



FIGURA 10 | Perspectiva
Fonte: Site Movimento pelo Direito à Moradia, 2019.[95]



FIGURA 11
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 95.

92. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 23.06.2020.
93. Adaptada pela autora. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.594248147267009/618210278204129. Acesso em 23.06.2020.
94. Idem a nota de rodapé 89.
95. Disponível em: https://www.mdm.org.br/projetos/apartamento-cidade-tiradentes-minha-casa-minha-vida/. Acesso em 23.06.2020.

CIDADE TIRADENTES IV

Ano: 2012

Endereço: Tv. Cachoeira Paulo Afonso, s/n

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2004 e 2016)

Distância até a Sé: Aprox. 33km

Área Terreno: 72.223,00m² (total)

Propriedade: Associação dos Mutuários e Moradores da Cohab I (aquisição)

Número UH: 228

Área UH: 51,67m²

Entidade: Associações dos Mutuários e Moradores da Cohab I (AMMO)

Movimento: Movimento pelo Direito à Moradia (MDM)

Assessoria: Atitude Urbana

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Página Facebook Atitude Urbana, 2013.[96]



FIGURA 2 | Foto assembleia

Fonte: Página Facebook Atitude Urbana, 2013.[97]

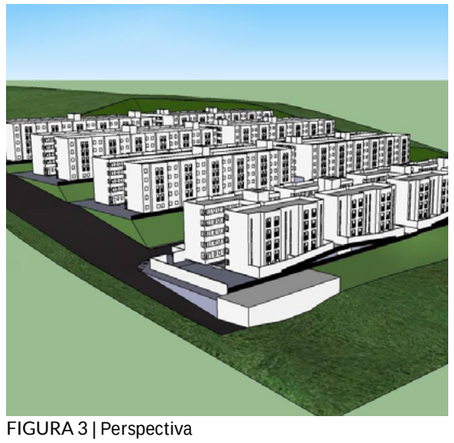


FIGURA 3 | Perspectiva

Fonte: Página Facebook Atitude Urbana, 2013.[98]

96. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.594248147267009/618210278204129. Acesso em 23.06.2020.
97. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.618146934877130/618147738210383. Acesso em 23.06.2020.
98. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.594248147267009/618209618204195. Acesso em 23.06.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[98]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 98.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 98.



FIGURA 7 | Foto assembleia

Fonte: Página Facebook Atitude Urbana, 2013.[99]

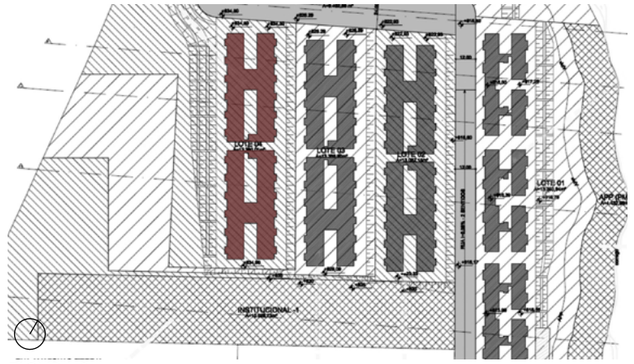


FIGURA 8
Implantação | Sem escala

Fonte: Atitude Urbana e MMC. Apresentação Seminário: Projetos Autogestionários no MCMV Entidades, 2014.[100] Adaptada pela autora.

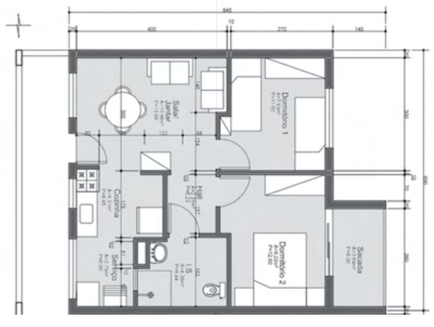


FIGURA 9
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala

Fonte: Ver nota de rodapé 100.



FIGURA 10 | Perspectiva

Fonte: Site Movimento pelo Direito à Moradia, 2019.[101]



FIGURA 11
Corte esquemático | Sem escala

Fonte: Ver nota de rodapé 101.

98. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 23.06.2020.
99. Disponível em: https://www.facebook.com/atitudeurbana.org/photos/a.618146934877130/618147554877068. Acesso em 23.06.2020.
100. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/SAO-JOAQUIM_MMC_ATITIUDE-URBANA.pdf. Acesso em 23.06.2020.
101. Disponível em: https://www.mdm.org.br/projetos/apartamento-cidade-tiradentes-minha-casa-minha-vida/. Acesso em 23.06.2020

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JABUTICABEIRAS

Ano: 2012

Endereço: R. Francisco Ferraz Cardoso, 348

Bairro: Lajeado

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2004) | ZM-1 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 30km

Área Terreno: 5.694,76m² (total)

Propriedade: Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo (aquisição)

Número UH: 200

Área UH: 43,75m²

Entidade: Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo

Movimento: Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB)

Assessoria: Fábrica Urbana

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto empreendimento

Fonte: Site Fórum de Cortiços e Sem-teto de São Paulo, 2017.[102]



FIGURA 3 | Foto obra

Fonte: Site Fórum de Cortiços e Sem-teto de São Paulo, 2017.[104]



FIGURA 2 | Perspectiva

Fonte: Site Fórum de Cortiços e Sem-teto de São Paulo, 2015.[103]

102. Disponível em: https://forumcorticos.org.br/wp-content/uploads/2017/11/forum_corticos_medicao_jabuticabeiras_21_11_2017_19.jpg. Acesso em 19.06.2020.
103. Disponível em: https://forumcorticos.org.br/wp-content/uploads/2015/01/proj_jabuticabeiras_sem_vagas-6.jpg. Acesso em 19.06.2020.
104. Disponível em: https://forumcorticos.org.br/wp-content/uploads/2017/06/forum-de-cortico-medi%C3%A7%C3%A3o-31_05_201702.jpg. Acesso em 19.06.2020.

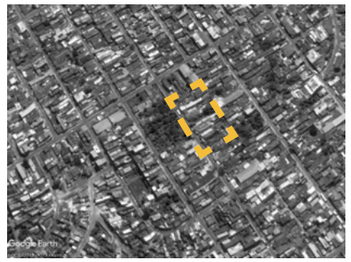


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[105]

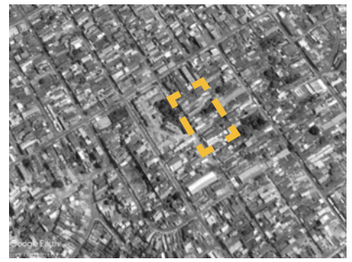


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 105.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 105.



FIGURA 7 | Foto obra
Fonte: NUNES, A. C., 2017[106] p. 218



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: NUNES, A. C., 2017[107] p. 211



FIGURA 9
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Site Fórum de Cortiços e Sem-teto de São Paulo, 2015.[108]



FIGURA 10 | Perspectiva
Fonte: NUNES, A. C., 2017[109] p. 213



FIGURA 11
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: NUNES, A. C., 2017[110] p. 212

105. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.06.2020.
106. NUNES, A. C. (2017) Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades: O caso da Fábrica Urbana (São Paulo). Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
107. Idem a nota de rodapé 106.
108. Disponível em: https://forumcorticos.org.br/wp-content/uploads/2015/01/proj_jabuticabeiras_sem_vagas-5.png. Acesso em 19.06.2020.
109. Idem a nota de rodapé 106.
110. Idem a nota de rodapé 106.

SANTA SOFIA II

Ano: 2013
Endereço: R. Santa Sofia, 250
Bairro: Jardim Turquesa
Zona: Sul
Zoneamento (PDE): ZEIS-4 (2004 e 2016)
Distância até a Sé: Aprox. 28km
Área Terreno: 60.000,00m² (total)
Propriedade: Movimento Habitacional e Ação Social (aquisição)
Número UH: 192
Área UH: Tipos 01 e 02: 56,77m²
Tipos 03 e 04: 61,12m²
Entidade: Movimento Habitacional e Ação Social (MOHAS)
Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)
Assessoria: Ambiente Arquitetura
Tipologia: Construção nova
Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Ambiente Arquitetura e MOHAS. Apresentação Seminário: Projetos Auto-gestionários no MCMV Entidades, 2014.[111]



FIGURA 2 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 111.



FIGURA 3 | Foto assembleia
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[112] p. 68

111. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/SANTA-SOFIA-II_MOHAS_AMBIENTE.pdf. Acesso em 25.06.2020.
112. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[113]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 113.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 113.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[114] p. 70



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[115] p. 69



FIGURA 9 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 111.

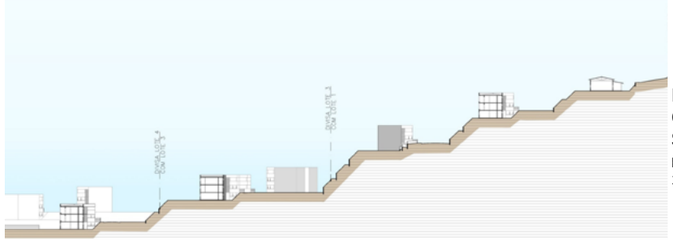


FIGURA 10
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 111.

113. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 25.06.2020.
114. Idem a nota de rodapé 112.
115. Idem a nota de rodapé 112.

DANDARA (EDIFÍCIO IPIRANGA)

Ano: 2014

Endereço: Av. Ipiranga, 1225

Bairro: República

Zona: Centro

Zoneamento (PDE): ZCP (2004) | ZEIS-3 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 2,5km

Área Terreno: 520,00m²

Propriedade: Edificação: Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (doação)
Terreno: União (Concessão de Direito Real de Uso)

Número UH: 120

Área UH: 24,47m² - 46,21m²

Entidade: Unificação de Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano

Tipologia: Reforma de edifício

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto assembleia
Fonte: Cecília Andrade Fiuza, 2018.



FIGURA 2 | Foto visita à obra
Fonte: Camila D'Ottaviano, 2018.



FIGURA 3 | Foto empreendimento
Fonte: Camila D'Ottaviano, 2018.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2012
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[116]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 116.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 116.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: ROSSETTO NETTO, A., 2017[117] p. 121. Adaptada pela autora.

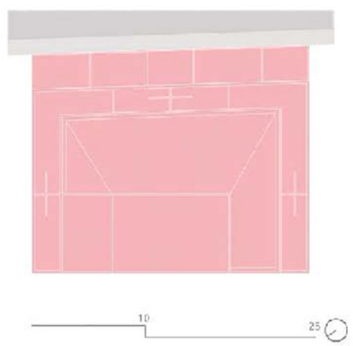


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[118] p. 41

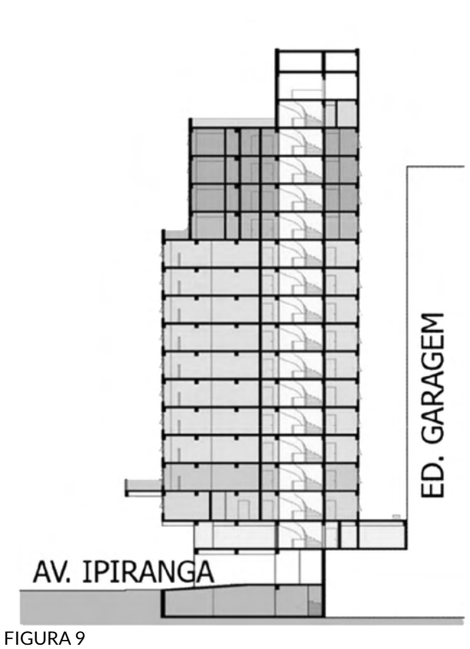


FIGURA 9
Corte transversal | Sem escala
Fonte: ROSSETTO NETTO, A., 2017[119] p. 120. Adaptada pela autora.

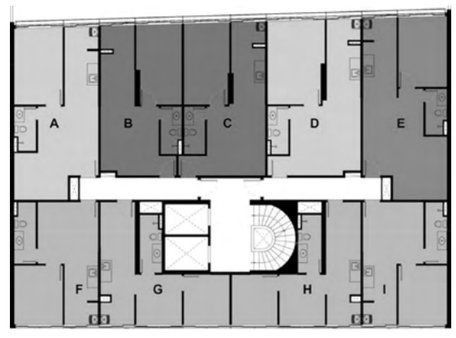


FIGURA 10
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: ROSSETTO NETTO, A., 2017[120] p. 120. Adaptada pela autora.

116. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 25.06.2020
117. ROSSETTO NETTO, A. (2017) Habitação central. Produção Habitacional no Centro de São Paulo, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP.
118. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
119. Idem à 117.
120. Idem à 117.

COPA DO POVO A

Ano: 2015

Endereço: Av. John Speers x R. Malmequer do Campo, s/n

Bairro: Itaquera

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZPI (2004 e 2016)

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 153.679,20m² (total)

Propriedade: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (aquisição)

Número UH: 2.002

Área UH: 57,00m²

Entidade: Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio (AMAENM)

Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Assessoria: Grupo Técnico de Apoio

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[121]

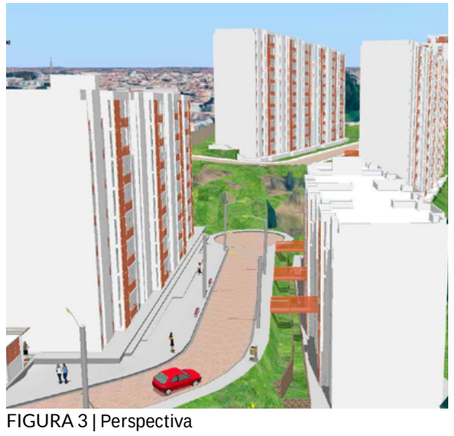


FIGURA 3 | Perspectiva

Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[123]



FIGURA 2 | Foto assembleia

Fonte: Página Facebook Ocupação Copa do Povo - Itaquera, SP, 2015.[122].

121. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559445494234. Acesso em 16.07.2020.
122. Disponível em: https://www.facebook.com/copadopovoitaquera/photos/a.686726681406364/795906207155077. Acesso em 16.07.2020.
123. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559392160906. Acesso em 16.07.2020.

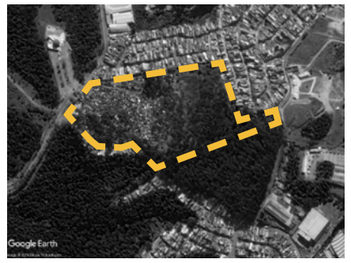


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2014
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[124]

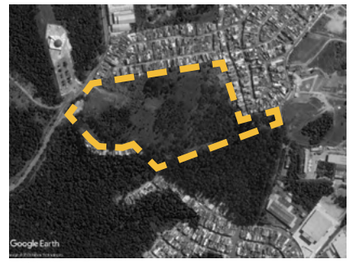


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 124.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 124.

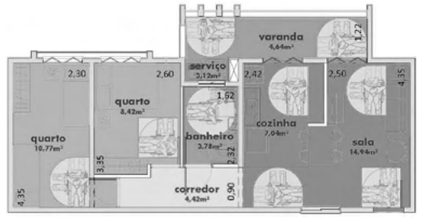


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala

Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[125] Adaptada pela autora.



FIGURA 8
Implantação | Sem escala

Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[126] Adaptada pela autora.

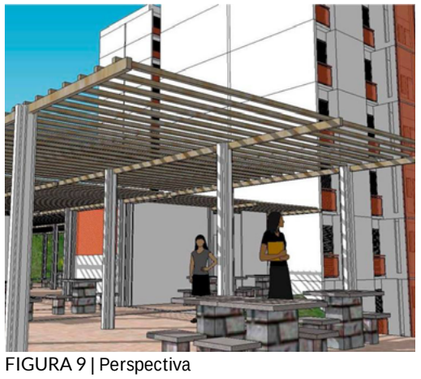


FIGURA 9 | Perspectiva

Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[127]



FIGURA 10
Implantação aproximada | Sem escala

Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[128]

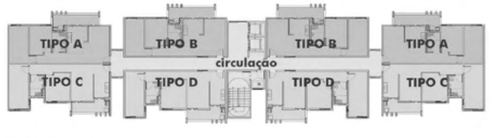


FIGURA 11
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala

Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[129] Adaptada pela autora.

124. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.07.2020.
125. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559745494204. Acesso em 16.07.2020.
126. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559175494261. Acesso em 16.07.2020.
127. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559725494206. Acesso em 16.07.2020.
128. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559135494265. Acesso em 16.07.2020.
129. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559718827540. Acesso em 16.07.2020

COPA DO POVO B

Ano: 2015

Endereço: Av. John Speers x R. Malmequer do Campo, s/n

Bairro: Itaquera

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZPI (2004 e 2016)

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 153.679,20m² (total)

Propriedade: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (aquisição)

Número UH: 648

Área UH: 57,00m²

Entidade: Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio (AMAENM)

Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Assessoria: Grupo Técnico de Apoio

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto visita ao terreno

Fonte: Página Facebook Ocupação Copa do Povo - Itaquera, SP, 2018.[130]



FIGURA 3 | Perspectiva

Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[132]



FIGURA 3 | Perspectiva

Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[131]

130. Disponível em: https://www.facebook.com/copadopovoitaquera/photos/1609382702474086. Acesso em 16.07.2020.
131. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559348827577. Acesso em 16.07.2020.
132. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559602160885. Acesso em 16.07.2020.

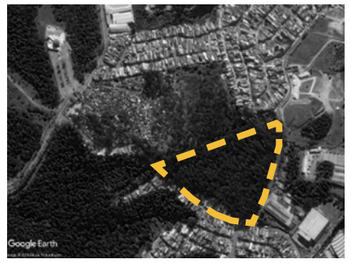


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2014
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[133]

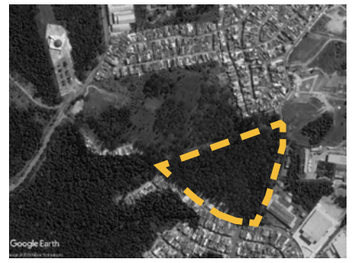


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 133.

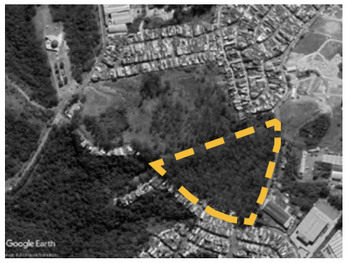


FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 133.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala

Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[134] Adaptada pela autora.



FIGURA 8
Implantação | Sem escala

Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[135] Adaptada pela autora.

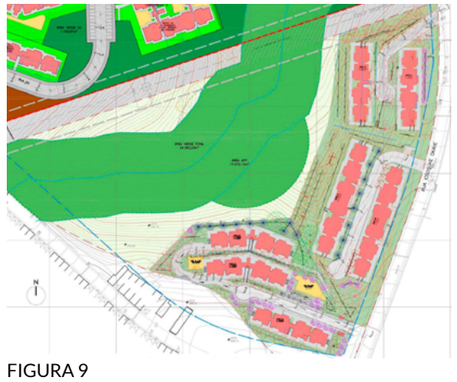


FIGURA 9
Implantação aproximada | Sem escala

Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[136]



FIGURA 10 | Perspectiva

Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2017.[137]



FIGURA 11 | Foto assembleia

Fonte: Página Facebook Ocupação Copa do Povo - Itaquera, SP, 2015.[138]

133. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.07.2020.
134. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559828827529. Acesso em 16.07.2020.
135. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559175494261. Acesso em 16.07.2020.
136. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559195494259. Acesso em 16.07.2020.
137. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/pcb.1412620732154772/1412559662160879. Acesso em 16.07.2020.
138. Disponível em: https://www.facebook.com/copadopovoitaquera/photos/a.686726681406364/795906350488396. Acesso em 16.07.2020.

MILTON SANTOS (AZUL A)

Ano: 2016
Endereço: R. Curemá, 661
Bairro: Vila Santo Henrique
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2 (2016)
Distância até a Sé: Aprox. 17km
Área Terreno: 15.959,36m² (total)
Propriedade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (aquisição)
Número UH: 198
Área UH: Tipo 01: 58,85m²
Tipo 02: 55,41m²
Tipo 03: 57,03m²
Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Assessoria: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais
Tipologia: Construção nova
Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização

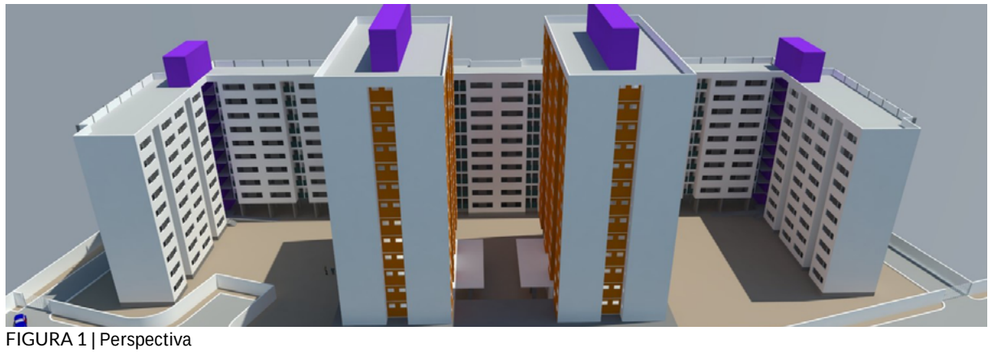


FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site MST Leste 1, 2016.[139]



FIGURA 2 | Perspectiva
Fonte: Ver nota rodapé 139.



FIGURA 3 | Foto mutirão
Fonte: Página Facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2019.[140]

139. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/2016/04/azul-chama-agora-milton-santos/. Acesso em 16.08.2020.
140. Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/pcb.2026933924094229/2026931467427808/. Acesso em 16.08.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[141]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 141.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 141.



FIGURA 7 | Foto mutirão
Fonte: Página Facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2019.[142]

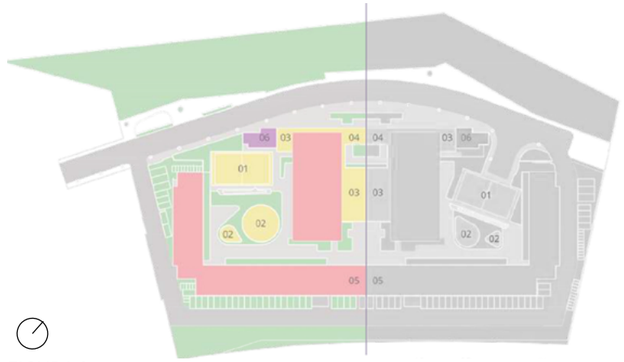


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[143] p. 53. Adaptada pela autora.



FIGURA 9
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[144] p. 54



FIGURA 10 | Foto maquete
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[145] p. 55



FIGURA 11 | Perspectiva
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[146] p. 55

141. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.08.2020.
142. Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/pcb.2026933924094229/2026931560761132. Acesso em 16.08.2020.
143. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
144. Idem a nota de rodapé 144.
145. Idem a nota de rodapé 144.
146. Idem a nota de rodapé 144.

SANTA ZITA (AZUL B)

Ano: 2016
Endereço: R. Curemá, 661
Bairro: Vila Santo Henrique
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-2 (2016)
Distância até a Sé: Aprox. 17km
Área Terreno: 15.959,36m² (total)
Propriedade: Associação Santa Zita (aquisição)
Número UH: 198
Área UH: Tipo 01: 58,85m²
Tipo 02: 55,41m²
Tipo 03: 57,03m²
Entidade: Associação Santa Zita
Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Assessoria: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais
Tipologia: Construção nova
Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site MST Leste 1, 2016.[147]



FIGURA 2 | Perspectiva
Fonte: Ver nota de rodapé 147.



FIGURA 3 | Foto oficina projeto
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[149] p. 52

147. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/2016/04/azul-chama-agora-milton-santos/. Acesso em 16.08.2020.
148. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/2016/04/azul-chama-agora-milton-santos/. Acesso em 16.08.2020.
149. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[150]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 150.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 150.



FIGURA 7 | Foto oficina projeto
Fonte: Página facebook Peabiru TCA, 2016.[151]



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[152] p. 53. Adaptada pela autora.



FIGURA 9
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[153] p. 55



FIGURA 10 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Peabiru TCA, 2016.[154]

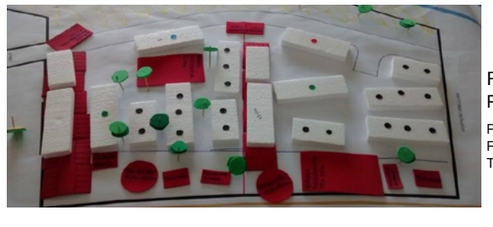


FIGURA 11 |
Foto maquete
Fonte: Página Facebook Peabiru TCA, 2016.[155]

150. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.08.2020.
151. Disponível em: https://www.facebook.com/peabirut-ca/photos/a.678753885600619/678754102267264. Acesso em 16.08.2020.
152. Idem à 147.
153. Idem à 147.
154. Disponível em: https://www.facebook.com/peabirut-ca/photos/a.678753885600619/678753892267285. Acesso em 16.08.2020.
155. Disponível em: https://www.facebook.com/peabirut-ca/photos/a.678753885600619/678755202267154. Acesso em 16.08.2020.

MARTIN LUTHER KING

Ano: 2016
Endereço: R. João Antunes Maciel, 637
Bairro: Parque São Rafael
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2016)
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: 20.712,94m² (total)
Propriedade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (aquisição)
Número UH: 214
Área UH: Tipo 01: 57,28m²
Tipo 02: 56,33m²
Tipo 03: 54,44m²
Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Assessoria: Usina CTAH
Tipologia: Construção nova
Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto maquete
Fonte: MARTINS, A. Portfolio Arquitetura e Urbanismo, 2018.[156] p. 10.



FIGURA 2 | Foto oficina projeto
Fonte: MST Leste I. Apresentação Mutirão Autogestão - Projeto de 700 famílias no bairro Parque São Rafael-SP, 2016[157] p. 29.

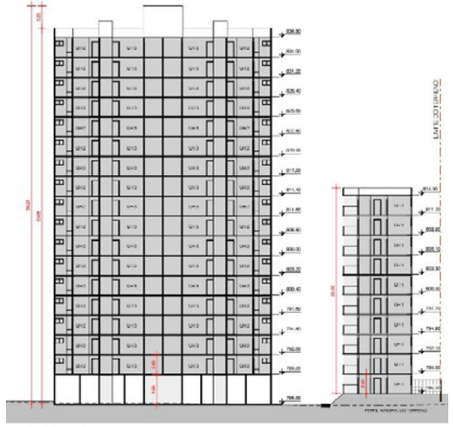


FIGURA 3
Corte transversal | Sem escala
Fonte: MARTINS, A. Portfolio Arquitetura e Urbanismo, 2018[158] p. 13.

156. Disponível em: https://issuu.com/adrianamrtns/docs/portfolio_adriana_martins. Acesso em 16.08.2020.
157. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/wp-content/uploads/2016/09/jdm.pdf. Acesso em: 16.08.2020.
158. Idem a nota de rodapé 156.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[159]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 159.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 159.

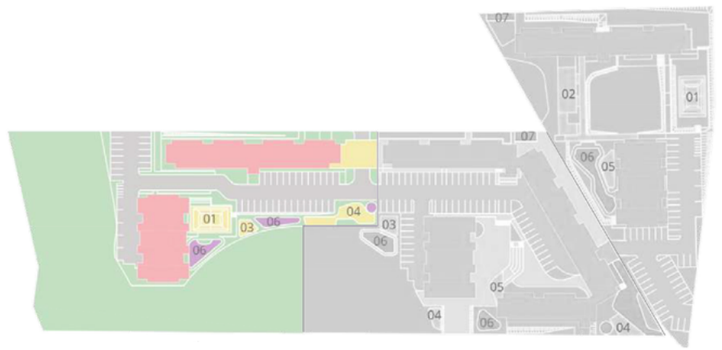


FIGURA 7
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[160] p. 61. Adaptada pela autora.



FIGURA 8
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[161] p. 62



FIGURA 9 | Foto assembleia
Fonte: Página Facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2020.[162]

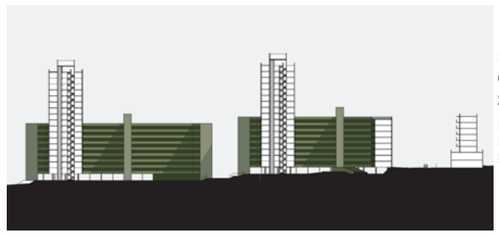


FIGURA 10
Corte geral |
Sem escala
Fonte: COLLA, L.; PEETERS, C.; PREUD'HOMME, C., 2015[163] p. 264-265

159. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.08.2020.
160. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
161. Idem à 161.
162. Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/pcb.2710714005716214/2710713815716233/. Acesso em 16.08.2020.
163. COLLA, L.; PEETERS, C.; PREUD'HOMME, C. (2015). Mutirão, collective autoconstruction in São Paulo. Dissertação de Mestrado. Leuven: KU Leuven.

DOROTHY STANG

Ano: 2016

Endereço: R. João Antunes Maciel, 637

Bairro: Parque São Rafael

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 25km

Área Terreno: 20.712,94m² (total)

Propriedade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (aquisição)

Número UH: 286

Área UH: Tipo 01: 57,28m²
Tipo 02: 56,33m²
Tipo 03: 54,44m²

Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)

Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)

Assessoria: Usina CTAH

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto maquete
Fonte: Página facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2016.[164]

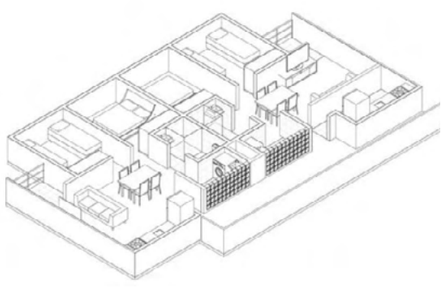


FIGURA 3
Perspectiva isométrica unidade habitacional | Sem escala
Fonte: MARTINS, A. Portfolio Arquitetura e Urbanismo, 2018[166] p. 11.



FIGURA 2 | Foto mutirão
Fonte: Página facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2016.[165]

164. Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/pcb.1006616906125941/1006615749459390/. Acesso em 16.08.2020.
165. Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/pcb.1260479857406310/1260479740739655/. Acesso em 16.08.2020.
166. Disponível em: https://issuu.com/adrianamrtns/docs/portfolio_adriana_martins. Acesso em 16.08.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[167]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 167.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 167.

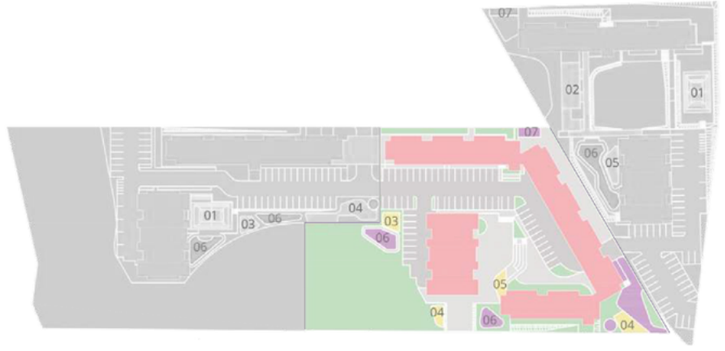


FIGURA 7
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[168] p. 61. Adaptada pela autora.



FIGURA 8
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[169] p. 63. Adaptada pela autora.



FIGURA 9 | Foto assembleia
Fonte: Página facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2020.[169]



FIGURA 10
Implantação | Sem escala
Fonte: COLLA, L.; PEETERS, C.; PREUD'HOMME, C., 2015[170] p. 260

167. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.08.2020.
168. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
169. Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/pcb.2710714005716214/2710713949049553/. Acesso em 16.08.2020.
170. COLLA, L.; PEETERS, C.; PREUD'HOMME, C. (2015). Mutirão, collective autoconstruction in São Paulo. Dissertação de Mestrado. Leuven: KU Leuven.

JERÔNIMO ALVES

Ano: 2016
Endereço: R. João Antunes Maciel, 637
Bairro: Parque São Rafael
Zona: Leste
Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2016)
Distância até a Sé: Aprox. 25km
Área Terreno: 20.712,94m² (total)
Propriedade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (aquisição)
Número UH: 200
Área UH: Tipo 01: 57,28m²
Tipo 02: 56,33m²
Tipo 03: 54,44m²
Entidade: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I (MST Leste I)
Assessoria: Usina CTAH
Tipologia: Construção nova
Regime de construção: Administração direta (autogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: MST Leste I. Apresentação Mutirão Autogestão - Projeto de 700 famílias no bairro Parque São Rafael-SP, 2016[171] p. 21.



FIGURA 3 | Foto oficina projeto
Fonte: MST Leste I. Apresentação Mutirão Autogestão - Projeto de 700 famílias no bairro Parque São Rafael-SP, 2016[173] p. 31.



FIGURA 2 | Foto maquete
Fonte: MST Leste I. Apresentação Mutirão Autogestão - Projeto de 700 famílias no bairro Parque São Rafael-SP, 2016[172] p. 30.



FIGURA 4 | Foto oficina projeto
Fonte: MST Leste I. Apresentação Mutirão Autogestão - Projeto de 700 famílias no bairro Parque São Rafael-SP, 2016[174] p. 11.

171. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/wp-content/uploads/2016/09/jdm.pdf. Acesso em: 16.08.2020.
172. Idem a nota de rodapé 171.
173. Idem a nota de rodapé 171.
174. Idem nota de rodapé 171.



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[175]



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 175.



FIGURA 7
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 175.



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[176] p. 61. Adaptada pela autora.



FIGURA 9
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[177] p. 62.



FIGURA 11 | Foto assembleia
Fonte: Página facebook Movimento Sem Terra Leste 1, 2017.[179]



FIGURA 10
Planta baixa pavimento térreo | Sem escala
Fonte: MARTINS, A. Portfolio Arquitetura e Urbanismo, 2018[178] p. 17.

175. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 16.08.2020.
176. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
177. Idem à 176.
178. Disponível em: https://issuu.com/adrianamrtns/docs/portfolio_adriana_martins. Acesso em 16.08.2020.
179. Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/pcb.1260479857406310/1260479727406323/. Acesso em 16.08.2020

MARISA LETÍCIA (MARIA DOMITILA)

Ano: 2016

Endereço: R. Maria Domitila, 228

Bairro: Brás

Zona: Centro

Zoneamento (PDE): ZEIS-3 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 2km

Área Terreno: 2.392,50m²

Propriedade: Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (aquisição)

Número UH: 245

Área UH: Tipo A: 41,21m²
Tipo B: 41,90m²

Entidade: Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[180] p. 51.



FIGURA 3 | Foto obra

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[182]. p. 51.



FIGURA 2 | Foto empreendimento

Fonte: Site Integra Desenvolvimento Urbano, 2020.[181]



FIGURA 4 | Perspectivas

Fonte: Ver nota de rodapé 181.

180. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
181. Disponível em: http://www.integraurbano.com.br/emp-MARIADOMITILA/. Acesso em 13.08.2020.
182. Idem a nota de rodapé 180.



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[183]



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 183.



FIGURA 7
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 183.

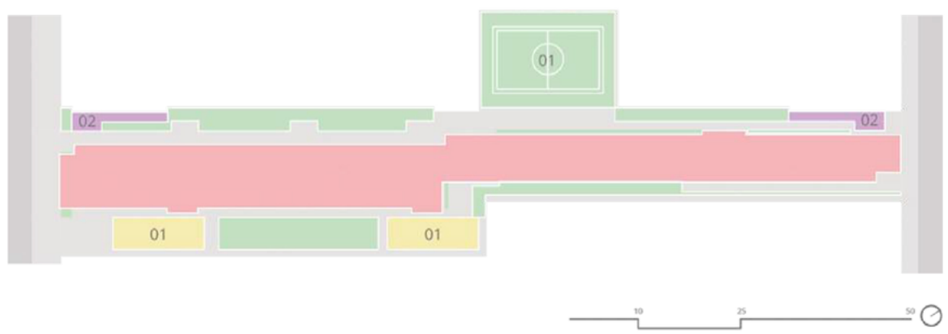


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[184] p. 49.



FIGURA 9
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[185] p. 50.



FIGURA 11 | Foto área de lazer
Fonte: Ver nota de rodapé 181.



FIGURA 10 | Foto visita à obra
Fonte: Acervo pessoal, 2019.

183. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 13.08.2020.
184. Idem a nota de rodapé 180.
185. Idem a nota de rodapé 180.

ELZA SOARES (LORD HOTEL)

Ano: 2018

Endereço: R. das Palmeiras, 58-98

Bairro: Santa Cecília

Zona: Centro

Zoneamento (PDE): ZEIS-3 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 2,5km

Área Terreno: 771,00m²

Propriedade: Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (futura doação para entidade)

Número UH: 176

Área UH: Tipo A: 49,63m²
Tipo B: 38,58m²
Tipo C: 29,97m²
Tipo D: 26,37m²
Tipo E: 34,64m²
Tipo F: 58,45m²

Entidade: Associação Amigos do Jardim Ipanema

Movimento: Frente de Luta pela Moradia (FLM)

Assessoria: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais
Integra Desenvolvimento Urbano

Tipologia: Reforma de edifício

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site Integra Desenvolvimento Urbano, 2020.[186]



FIGURA 2 | Foto empreendimento
Fonte: Acervo pessoal, 2019.



FIGURA 3 | Foto empreendimento
Fonte: Acervo pessoal, 2021.

186. Disponível em: http://www.integraurbano.com.br/emp-LORD/. Acesso em 17.08.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS[187].



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 187.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 187.

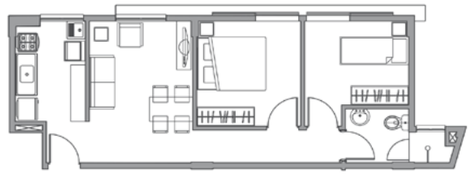


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[188] p. 59

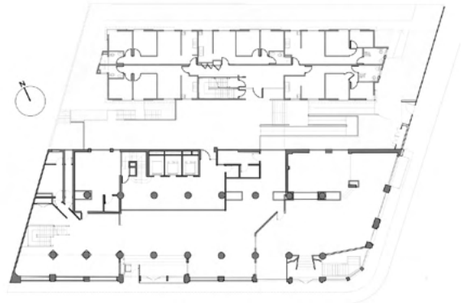


FIGURA 8
Planta baixa térreo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[189] p. 58



FIGURA 9 | Foto assembleia
Fonte: Página facebook Peabiru TCA, 2016.[190]



FIGURA 11 | Foto assembleia
Fonte: Página facebook Peabiru TCA, 2016.[191]



FIGURA 10 | Foto empreendimento
Fonte: Leticia Casagrande Dupont, 2020.

187. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 17.08.2020.
188. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/
PMSP.
189. Idem a nota de rodapé 188.
190. Disponível em: https://www.facebook.com/peabirutca/photos /a.784714868337853/784714971671176. Acesso em 17.08.2020.
191. Disponível em: https://www.facebook.com/peabirutca/photos /a.784714868337853/784714918337848. Acesso em 17.08.2020.

RESIDENCIAL SÃO MATEUS COND. 01 (DANDARA)

Ano: 2018

Endereço: Av. Bento Guelfi, 1800

Bairro: Jardim Marilu

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 28km

Área Terreno: 170.577,16km² (total)

Propriedade: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (aquisição)

Número UH: 216

Área UH: 49,58m²

Entidade: Associação dos Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio (AMAENM)

Movimento: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Assessoria: Grupo Técnico de Apoio
Construtora Sugoi

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Foto obra

Fonte: Página Facebook MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2019.[192]



FIGURA 2 | Foto visita à obra

Fonte: Página Facebook MTST São Paulo, 2020.[193]



FIGURA 3 | Foto empreendimento

Fonte: Página Facebook MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2019.[194]

192. Disponível em: https://www.facebook.com/mtstbrasil/photos/pcb.2369053446466306/2369053353132982/. Acesso em 17.08.2020.
193. Disponível em: https://www.facebook.com/mtstsp/photos/pcb.153344153003130/153344046336474. Acesso em 17.08.2020.
194. Disponível em: https://www.facebook.com/mtstbrasil/photos/pcb.3469836813054625/3469836126388027/. Acesso em 17.08.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[195]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 195.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 195.

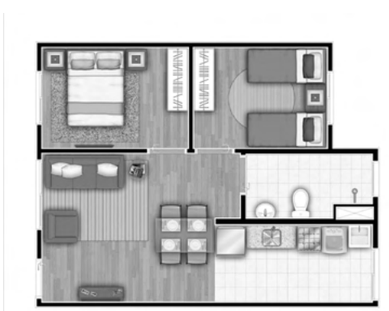


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Site Construtora Sugoi, 2020.[196] Adaptada pela autora.



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: Site Construtora Sugoi, 2020.[197] Adaptada pela autora.



FIGURA 9 | Foto obra

Fonte: Página facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2019.[198]



FIGURA 10 | Foto obra

Fonte: Página Facebook GTA - Grupo Técnico de Apoio, 2019.[199]



FIGURA 11 | Foto horta comunitária

Fonte: Página facebook MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, 2020.[200]

195. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 17.08.2020.
196. Disponível em: https://sugoisa.com.br/imoveis/vida-e-alegria-cond-01-dandara/. Acesso em 17.08.2020.
197. Idem a nota de rodapé 196.
198. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/2126979540718884. Acesso em 17.08.2020.
199. Disponível em: https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/photos/2126978757385629. Acesso em 17.08.2020.
200. Disponível em: https://www.facebook.com/mtstbrasil/photos/pcb.3260821847289457/3260817990623176/. Acesso em 17.08.2020.

CONJUNTO RESIDENCIAL SÃO JOSÉ I (AGUDOS A)

Ano: 2018

Endereço: R. São José de Ribamar, s/n x R. Lagoa de Dentro, s/n x R. Lauro de Freitas, s/n

Bairro: Vila Silvia

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-5 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 21km

Área Terreno: 4.904,00m² (total)

Propriedade: Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (doação para entidade)

Número UH: 227

Área UH: Tipo A: 43,02m²
Tipo B: 44,29m²
Tipo C: 41,66m²

Entidade: Centro de Promoção Humana e Cidadania
Associação de Moradores Irmã Lucinda

Movimento: Movimento pela Moradia Leste II

Assessoria: CEP Assessoria
Casa 8 Construtora

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[201] p. 24



FIGURA 2 | Perspectiva
Fonte: Página facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2016.[202]



FIGURA 3 | Foto obra
Fonte: Página facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2019.[203]

201. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/
PMSP.
202. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.1260110404039387/1260109974039430/. Acesso em 17.08.2020.
203. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2508961045820977/2508960129154402/. Acesso em 17.08.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[204]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 204.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 204.

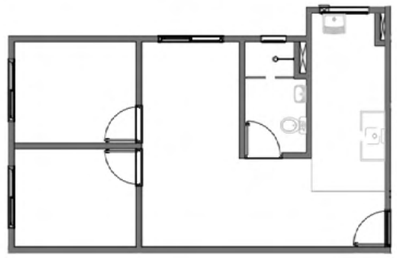


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[205] p. 25. Adaptada pela autora.



FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[206] p. 24



FIGURA 9
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[207] p. 25



FIGURA 10 | Foto obra
Fonte: Página facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2016.[208]



FIGURA 11 | Perspectiva
Fonte: Página facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2016.[209]

204. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 17.08.2020.
205. Idem à 192.
206. Idem à 192.
207. Idem à 192.
208. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2508961045820977/2508960292487719/. Acesso em 17.08.2020.
209. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.1260110404039387/1260109854039442. Acesso em 17.08.2020.

CONJUNTO HABITACIONAL SANTA SARA (CURUÇÁ I)

Ano: 2018

Endereço: R. Capitão Enéas dos Santos Pinto, L23-34

Bairro: Parque Dom João Neri

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZC (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 29km

Área Terreno: 5.897,56m²

Propriedade: Centro de Promoção Humana e Cidadania (aquisição)

Número UH: 97

Área UH: 47,34m²

Entidade: Centro de Promoção Humana e Cidadania

Movimento: Movimento pela Moradia Leste II

Assessoria: CEP Assessoria
Construtora Faleiros

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Ampreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Acervo CEP Assessoria, 2020.



FIGURA 3 | Foto obra
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2020.[210]



FIGURA 2 | Perspectiva
Fonte: Acervo CEP Assessoria, 2020.



FIGURA 4 | Perspectiva
Fonte: Acervo CEP Assessoria, 2020.

210. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/posts/3873445462705855. Acesso em 17.12.2020.



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[211]



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 211.



FIGURA 7
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 211.

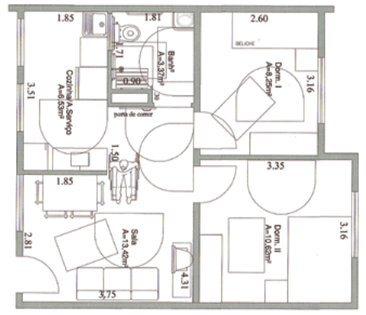


FIGURA 8
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Acervo CEP Assessoria, 2021.



FIGURA 9
Implantação | Sem escala
Fonte: Acervo CEP Assessoria, 2021.



FIGURA 10 | Foto obra
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2020.[212]



FIGURA 11 | Foto obra
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2020.[213]



FIGURA 12 | Perspectiva

Fonte: Acervo CEP Assessoria, 2020.

211. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 17.08.2020.
212. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/posts/3873445462705855. Acesso em 17.12.2020.
213. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/posts/3873445462705855. Acesso em 17.12.2020

CONJUNTO HABITACIONAL TIRADENTES V

Ano: 2018

Endereço: R. Artur Franco, 415

Bairro: Guaianases

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZEIS-1 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 32km

Área Terreno: 2.184,80m²

Propriedade: Centro de Promoção Humana e Cidadania (aquisição)

Número UH: 39

Área UH: 47,34m²

Entidade: Centro de Promoção Humana e Cidadania

Movimento: Movimento pela Moradia Leste II

Assessoria: CEP Assessoria
Construtora Faleiros

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Acervo CEP Assessoria, 2021.



FIGURA 2 | Foto empreendimento
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2019.[214]



FIGURA 3 | Foto obra
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2019.[215]

214. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2769959019721177/2769957749721304. Acesso em 18.08.2020.
215. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2769959019721177/2769958923054520/. Acesso em 18.08.2020.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[216]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: ver nota de rodapé 216.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: ver nota de rodapé 216.

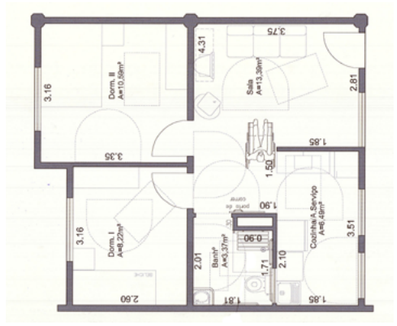


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: Acervo CEP Assessoria, 2021.

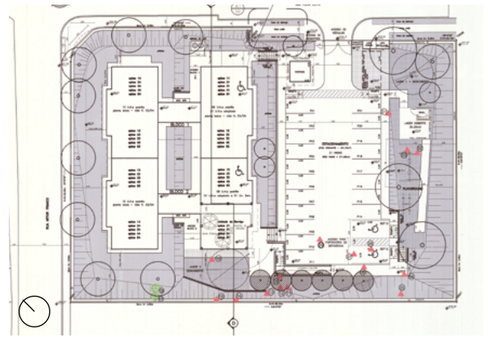


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: Acervo CEP Assessoria, 2021.



FIGURA 9 | Obra construção
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2019.[217]



FIGURA 10 | Obra construção
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2019.[218]



FIGURA 11 | Obra construção
Fonte: Página Facebook Movimento pela Moradia Leste II, 2019.[219]

216. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 18.08.2020.
217. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2508976732486075/2508976419152773. Acesso em 18.08.2020.
218. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2508976732486075/2508976369152778/. Acesso em 18.08.2020.
219. Disponível em: https://www.facebook.com/movimentopelamoradia/photos/pcb.2508976732486075/2508976532486095. Acesso em 18.08.2020.

RESIDENCIAL CAMBRIDGE

Ano: 2018

Endereço: Av. Nove de Julho, 216

Bairro: Bela Vista

Zona: Centro

Zoneamento (PDE): ZEIS-3 (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 1km

Área Terreno: 2.465,51m²

Propriedade: Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (doação para a entidade)

Número UH: 121

Área UH: Tipo A: 43,89m² (com varanda: 61,84m²)
Tipo B: 57,25m² (com varanda: 75,98m²)

Entidade: Movimento Sem Teto do Centro (MSTC)

Movimento: Movimento Sem Teto do Centro (MSTC)

Assessoria: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais
Integra Desenvolvimento Urbano

Tipologia: Reforma de edifício

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site Integra Desenvolvimento Urbano, 2020.[220]



FIGURA 2 | Foto assembleia
Fonte: Página facebook Peabiru TCA, 2019.[221]



FIGURA 3 | Foto edifício
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[222] p. 56

220. Disponível em: http://www.integraurbano.com.br/emp-CAMBRIDGE/. Acesso em 18.08.2020.
221. Disponível em: https://www.facebook.com/peabirutca/photos/a.106597536149593/1381988505277150. Acesso em 18.08.2020.
222. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[223]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 223.

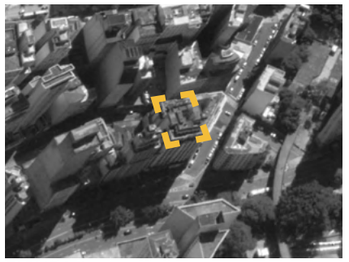


FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 223.

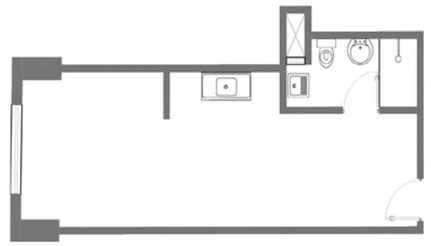


FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[224] p. 57

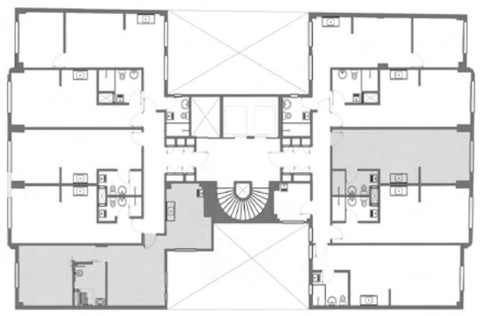


FIGURA 9
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: Ver nota de rodapé 224.

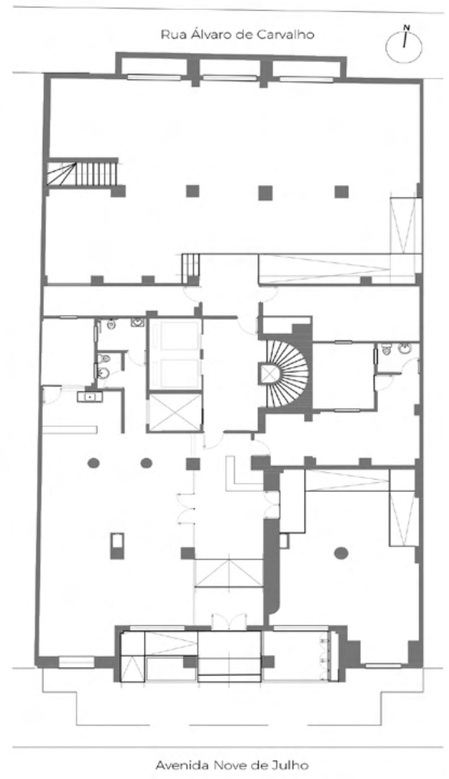


FIGURA 8
Planta baixa térreo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[225] p. 56



FIGURA 10 | Foto obra
Fonte: Página facebook Peabiru TCA, 2019.[226]

223. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 18.08.2020.
224. Idem a nota de rodapé 222.
225. Idem a nota de rodapé 222.
226. Disponível em: https://www.facebook.com/peabirutca/photos/a.109523505856996/1381986321944035/. Acesso em 18.08.2020.

ROSA PARKS (IGARAPÉ DO FRADE)

Ano: 2018

Endereço: R. Igarapé do Frade, Q31H L14

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMISa (2016)

Distância até a Sé: Aprox. 29km

Área Terreno: 803,95m²

Propriedade: Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (doação para a entidade)

Número UH: 25

Área UH: Tipo A: 52,60m²
Tipo B: 52,10m²

Entidade: Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM)

Movimento: União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano

Tipologia: Construção nova

Regime de construção: Empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva

Fonte: Site Integra Desenvolvimento Urbano, 2020.[227]



FIGURA 3 | Foto empreendimento

Fonte: Renata Thaís Antonialli, 2021.



FIGURA 2 | Assembleia

Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[228] p. 44.

227. Disponível em: http://www.integraurbano.com.br/emp-ZILDAARNS/. Acesso em 18.08.2020.
228. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.

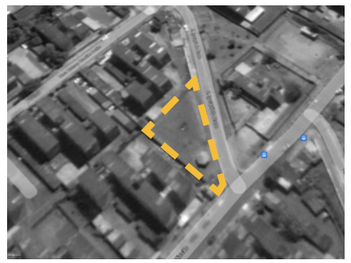


FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[229]

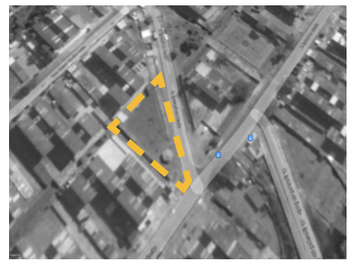


FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 229.

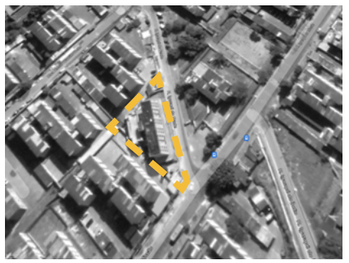


FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 229.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[230] p. 46.

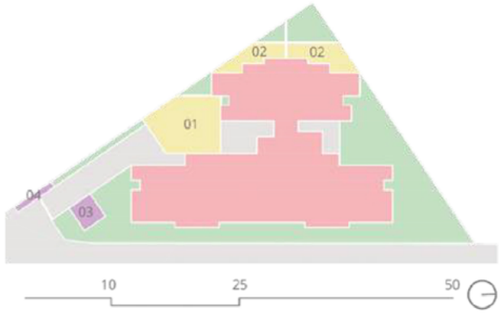


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[231] p. 45.



FIGURA 9
Planta baixa pavimento tipo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[232] p. 54.



FIGURA 10 | Detalhe empreendimento
Fonte: Renata Thaís Antonialli, 2021.

229. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 18.08.2020.
230. Idem a nota de rodapé 228.
231. Idem a nota de rodapé 228.
232. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.

ZILDA ARNS (IGARAPÉ DO ÍNDIO)

Ano: 2018

Endereço: Rua Igarapé do Índio, Q37H L05

Bairro: Cidade Tiradentes

Zona: Leste

Zoneamento (PDE): ZMISa

Distância até a Sé: aprox. 29km

Área Terreno: 1.180,52m²

Propriedade: Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (doação para a entidade)

Número UH: 25

Área UH: Tipo A: 51,56m²
Tipo B: 51,34m²
Tipo C: 50,77m²
Tipo D: 49,70m²
Tipo E: 49,27m²
Tipo F: 49,63m²

Entidade: Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia

Movimento: União dos Movimentos de Moradia

Assessoria: Integra Desenvolvimento Urbano

Tipo: construção nova

Regime de construção: empreitada global (cogestão)

SP | Localização



FIGURA 1 | Perspectiva
Fonte: Site Integra Desenvolvimento Urbano, 2020.[233]

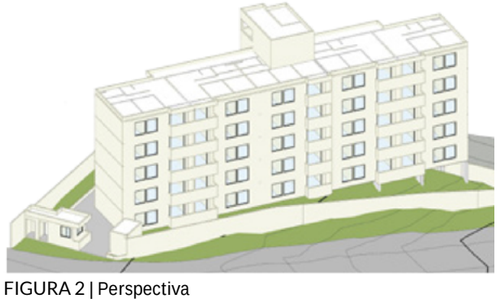


FIGURA 2 | Perspectiva
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[234] p. 51.



FIGURA 3 | Foto empreendimento
Fonte: Renata Thaís Antonialli, 2021.

233. Disponível em: http://www.integraurbano.com.br/emp-ROSAPARKS/. Acesso em 18.08.2020.
234. COHAB-SP/PMSP (2016). Habitação: Entidades. Projetos habitacionais selecionados por chamamentos públicos em 2015, apresentados por entidades conveniadas com o programa federal Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: COHAB-SP/PMSP.



FIGURA 4
Vista aérea terreno, 2013
Fonte: GOOGLE EARTH-MAPAS.[235]



FIGURA 5
Vista aérea terreno, 2016
Fonte: Ver nota de rodapé 235.



FIGURA 6
Vista aérea terreno, 2019
Fonte: Ver nota de rodapé 235.



FIGURA 7
Planta baixa unidade habitacional | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[236] p. 46.

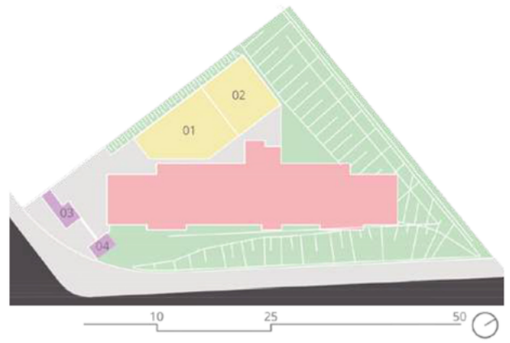


FIGURA 8
Implantação | Sem escala
Fonte: RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S., 2019[237] p. 45.

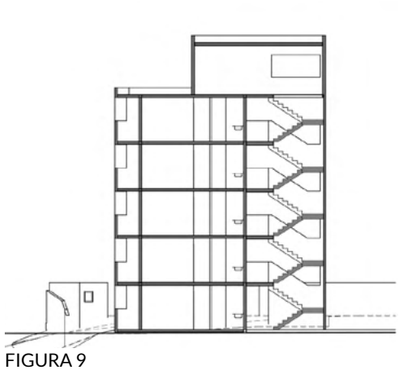


FIGURA 9
Corte esquemático | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[238] p. 51.



FIGURA 10
Planta baixa térreo | Sem escala
Fonte: COHAB-SP/PMSP, 2016[239] p. 51.



FIGURA 11 | Foto empreendimento
Fonte: Renata Thaís Antonialli, 2021.

235. Disponível em: http://mapas.google.com. Acesso em 18.08.2020.
236. RODRIGUES, E. L.; TERRA, M. de J.; MIRON, R.; VALERIO, W. de S. (2019). Revista da Produção de Habitação em Autogestão. Empreendimentos da União Nacional Por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. São Paulo: UNMP.
237. Idem a nota de rodapé 236.
238. Idem a nota de rodapé 234.
239. Idem a nota de rodapé 234.

ANEXO IV

Quadro-resumo dos empreendimentos contratados do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo



Foto: acervo UNMP, 2018

PMCMV-E | Empreendimentos contratados

FONTES PESQUISA							SITUAÇÃO	ANO	EMPREENDIMENTO				TIPOLOGIA CONSTRUTIVA		LOCALIZAÇÃO				PLANO DIRETOR			ASSESSORIA	ENTIDADE	MOVIMENTO
FEDERAL			ESTADUAL	MUNICIPAL					NOME	NÚMERO UH	ÁREA UH (m²)	ÁREA TERRENO (m²)	CONSTRUÇÃO NOVA	REFORMA	ENDEREÇO	BAIRRO	REGIÃO	DISTÂNCIA ATÉ A SÉ EM KM (APROX.)	ZONEAMENTO (2004 E 2016)	TAXA OCUPAÇÃO	COEFICIENTE APROVEITAMENTO			
MIN. CIDADES	CGU (GOV. FEDERAL)	DOU	SEHAB (CASA PAULISTA)	COHAB	EDITAIS PMSP/COHAB	PUBLIC. COHAB																		
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE A	384	57.00	33983.11			R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23.00	ZM-1	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO ANJOS DA PAZ DA VILA SANTISTA	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE B						R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23.00	ZM-1	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO ANJOS DA PAZ DA VILA SANTISTA	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE C	420	58.70				R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23.00	ZM-1	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA NOROESTE	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE D						R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23.00	ZM-1	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES SEM TETO DA ZONA NOROESTE	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL ALEXIOS JAFET - LOTE E	300	55.60				R. ALEXIOS JAFET, 253	JARAGUÁ	NORTE	23.00	ZM-1	0.5	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	ASSOCIAÇÃO POR HABITAÇÃO COM DIGNIDADE	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	CONJ. HABITACIONAL SÃO FRANCISCO DO LAJEADO I	252	41.67	12885.28			R. FRANCISCO DE OLIVEIRA, 136	JARDIM LAJEADO	LESTE	28.00	ZEIS-1	0.7	2.5	FÁBRICA URBANA	FÓRUM DE CORTIÇOS E SEM TETO DE SÃO PAULO	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	FLORESTAN FERNANDES	198	58.78	18770.66			R. FRANCISCO JOSÉ ALVES, 194	CIDADE TIRADENTES	LESTE	30.00	ZEIS-1	0.7	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							EM CONSTRUÇÃO	2010	JOSÉ MARIA AMARAL	198	56.78				R. FRANCISCO JOSÉ ALVES, 298	CIDADE TIRADENTES	LESTE	30.00	ZEIS-1	0.7	2.5	AMBIENTE ARQUITETURA	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							CONSTRUÍDO	2010	RESIDENCIAL DOM JOSÉ I	200	47.23	12270.68			ESTR. DE ITAPECERICA, 8420	CAPÃO REDONDO	SUL	28.00	ZEIS-2	0.7	4.0	BRASIL HABITAT	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CONJUNTO MODELAR	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA INDEPENDENTE DA ZONA SUL DE SÃO PAULO
							CONSTRUÍDO	2011	RESIDENCIAL DOM JOSÉ II	200	48.60	11392.36			ESTR. DE ITAPECERICA, 8450	CAPÃO REDONDO	SUL	28.00	ZEIS-2	0.7	4.0	BRASIL HABITAT	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS JARDINS CAMARGOS E ADJACÊNCIAS	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA INDEPENDENTES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO
							CONSTRUÍDO	2012	BARRA DO JACARÉ LOTE I	295	55.18	28075.81			R. BARRA DO JACARÉ, 314	PIRITUBA	NORTE	17.00	ZM-1	0.7	2.0	BRASIL HABITAT	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL VALE DAS FLORES MOVIMENTO DE MORADIA DA ZONA OESTE E NOROESTE	MOVIMENTO DE MORADIA DA ZONA OESTE E NOROESTE
							CONSTRUÍDO	2012	BARRA DO JACARÉ LOTE II	297	55.17				R. BARRA DO JACARÉ, 314	PIRITUBA	NORTE	17.00	ZM-1	0.7	2.0	BRASIL HABITAT	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL VALE DAS FLORES MOVIMENTO DE MORADIA DA ZONA OESTE E NOROESTE	MOVIMENTO DE MORADIA DA ZONA OESTE E NOROESTE
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2012	CIDADE TIRADENTES I	216	51.67	72223.00			TV. CACHOEIRA PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33.00	ZEIS-1	0.7	2.5	ATITUDE URBANA	MOVIMENTO DE MORADIA, SEM TETO, CATADORES DE PAPELÃO	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2012	CIDADE TIRADENTES II	222	51.67				TV. CACHOEIRA PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33.00	ZEIS-1	0.7	2.5	ATITUDE URBANA	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2012	CIDADE TIRADENTES III	228	51.67				TV. CACHOEIRA PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33.00	ZEIS-1	0.7	2.5	ATITUDE URBANA	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2012	CIDADE TIRADENTES IV	228	51.67				TV. CACHOEIRA PAULO AFONSO, s/n	CIDADE TIRADENTES	LESTE	33.00	ZEIS-1	0.7	2.5	ATITUDE URBANA	ASSOCIAÇÃO DOS MUTUÁRIOS E MORADORES DA COHAB I (AMMO)	MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA (MDM)
							CONSTRUÍDO	2012	COND. RESIDENCIAL JABUTICABEIRAS	200	43.75	5694.76			R. FRANCISCO FERRAZ CARDOSO, 348	GUAIANAZES	LESTE	30.00	ZEIS-1	0.7	2.0	FÁBRICA URBANA	FÓRUM DE CORTIÇOS E SEM TETO DE SÃO PAULO	MOVIMENTOS UNIDOS PELA HABITAÇÃO (MUHAB)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2013	SANTA SOFIA II	192	56.77 61.12	60000.00			R. SANTA SOFIA, 250	JARDIM TURQUESA	SUL	28.00	ZEIS-4	0.5	2.0	AMBIENTE ARQUITETURA	MOVIMENTO HABITACIONAL E AÇÃO SOCIAL (MOHAS)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							REFORMADO	2014	EDIFÍCIO DANDARA (IPIRANGA)	120	24.47 46.21	520.00			AV. IPIRANGA, 1225	REPÚBLICA	CENTRO	2.50	ZCP	0.7	4.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2015	COPA DO POVO A	2002	57.00	153679.20			R. JOHN SPEERS x R. MALMEQUER DO CAMPO, s/n	GLEBA DO PÊSSEGO	LESTE	25.00	ZPI	0.7	1.5	GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA)	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2015	COPA DO POVO B	648	57.00				R. JOHN SPEERS x R. MALMEQUER DO CAMPO, s/n	GLEBA DO PÊSSEGO	LESTE	25.00	ZPI	0.7	1.5	GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA)	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2016	MILTON SANTOS (AZUL A)	198	58.85 55.41 57.03	15959.38			R. CUREMÁ, 661	VILA SANTO HENRIQUE	LESTE	17.00	ZEIS-2	0.7	4.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2016	SANTA ZITA (AZUL B)	198	58.85 55.41 57.03				R. CUREMÁ, 661	PARQUE SÃO RAFAEL	LESTE	17.00	ZEIS-2	0.7	4.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS	ASSOCIAÇÃO SANTA ZITA	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2016	MARTIN LUTHER KING	214	57.28 56.33 54.44	20712.94			R. JOÃO ANTUNES MACIEL, 637	PARQUE SÃO RAFAEL	LESTE	25.00	ZEIS-1	0.7	4.0	USINA CTAH	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2016	DOROTHY STANG	286	57.28 56.33 54.44				R. JOÃO ANTUNES MACIEL, 637	PARQUE SÃO RAFAEL	LESTE	25.00	ZEIS-1	0.7	4.0	USINA CTAH	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							CONTRATADO - OBRA NÃO INICIADA	2016	JERÔNIMO ALVES	200	57.28 56.33 54.44				R. JOÃO ANTUNES MACIEL, 637	PARQUE SÃO RAFAEL	LESTE	25.00	ZEIS-1	0.7	4.0	USINA CTAH	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE I (MST LESTE I)
							CONSTRUÍDO	2016	MARISA LETÍCIA (MARIA DOMITILA)	245	41.21 41.90	2392.50			R. MARIA DOMITILA, 228	BRÁS	LESTE	2.00	ZEIS-3	0.7	4.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							REFORMA EM ANDAMENTO	2018	ELZA SOARES (LORD HOTEL)	176	49.63 38.58 29.97 26.37 34.64 58.45	771.00			R. DAS PALMEIRAS, 58-98	SANTA CECÍLIA	CENTRO	2.50	ZEIS-3	0.7	4.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO JARDIM IPANEMA	FRENTE DE LUTA PELA MORADIA (FLM)
							CONSTRUÍDO	2018	RESIDENCIAL SÃO MATHEUS CONDOMÍNIO 1 (DANDARA)	216	49.58	170.577.16			AV. BENTO GUELFI, 1800	JARDIM MARILU	LESTE	28.00	ZEIS-1	0.7	2.5	GRUPO TÉCNICO DE APOIO (GTA) CONSTRUTORA SUGOI	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO ESPERANÇA DE UM NOVO MILÊNIO (AMAENM)	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)
							CONSTRUÍDO	2018	SÃO JOSÉ I (SERRA VERDE A - AGUDOS A)	227	43.02 44.29 41.66	4904.00			R. SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, s/n x R. LAGOA DE DENTRO, s/, x R. LAURO DE FREITAS, s/n	VILA SILVIA	LESTE	22.00	ZEIS-5	0.7	4.0	CEP ASSESSORIA TÉCNICA CASA 8 CONSTRUTORA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES IRMÃ LUCINDA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
							EM CONSTRUÇÃO	2018	CONJUNTO HABITACIONAL SANTA SARA (CURUÇÁ I)	97	47.34	5897.56			R. CAPITÃO ENÉAS DOS SANTOS PINTO, L23-34	PARQUE DOM JOÃO NERI	LESTE	29.00	ZC	0.7	2.0	CEP ASSESSORIA TÉCNICA CONSTRUTORA FALEIROS	CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA E CIDADANIA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II
							CONSTRUÍDO	2018	CONJUNTO HABITACIONAL TIRADENTES V	39	47.34	2184.80			R. ARTUR FRANCO, 415	GUAIANAZES	LESTE	32.00	ZEIS-1	0.7	2.5	CEP ASSESSORIA TÉCNICA CONSTRUTORA FALEIROS	CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA E CIDADANIA	MOVIMENTO PELA MORADIA LESTE II

							REFORMA EM ANDAMENTO	2018	RESIDENCIAL CAMBRIDGE	121	43.89 57.25	2465.51			AV. NOVE DE JULHO, 216	BELA VISTA	CENTRO	1.00	ZEIS-3	0.7	4.0	PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC)	MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC)
							CONSTRUÍDO	2018	ROSA PARKS (SANTA ETELVINA IIA 31H L14 - IGARAPÉ DO FRADE)	25	52.60 52.10	803.95			R. IGARAPÉ DO FRADE, Q31H L14	CIDADE TIRADENTES	LESTE	29.00	ZMISa	0.5	1.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)
							CONSTRUÍDO	2018	ZILDA ARNS (SANTA ETELVINA IIA 37H L05 - IGARAPÉ DO ÍNDIO)	25	51.56 51.34 50.77 49.70 49.27 49.63	1180.52			R. IGARAPÉ DO ÍNDIO, Q37H L5	CIDADE TIRADENTES	LESTE	29.00	ZMISa	0.5	1.0	INTEGRA DESENVOLVIMENTO URBANO	UNIFICAÇÃO DAS LUTAS DE CORTIÇO E MORADIA (ULCM)	UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM)

